

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

ISSN 0034-723X

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 1-124, jan./mar. 1989.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

Publicação trimestral, editada pelo IBGE, que se destina a divulgar artigos e comunicações inéditos de natureza teórica ou empírica ligados à Geografia e a campos afins do saber científico.

Propondo-se a veicular e estimular a produção de conhecimento sobre a realidade brasileira, privilegiando a sua dimensão espacial, encontra-se aberta à contribuição de técnicos do IBGE e de outras Instituições nacionais e estrangeiras.

Os originais para publicação devem ser endereçados para:

Revista brasileira de Geografia / Diretoria de Geociências — Av. Brasil, 15 671
— Prédio 3B — Térreo — Lucas — Rio de Janeiro — RJ — CEP 21 241
Tel.: (021) 391-1420 — Ramal 223 .

Os pedidos de assinatura e número avulso ou atrasado devem ser endereçados para:

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Av. Beira Mar, 436 — 6º andar — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20 021
Tel.: (021) 533-3094

A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Nota do Editor: Deixou de constar do crédito de mapas e gráficos do artigo "Estudo da área mineradora de Carajás", de Irio Barbosa da Costa e Glória Vanicore Ribeiro, publicado na Revista Brasileira de Geografia n.º 4, Ano 50, o nome da Cartógrafa Zuleika Rocha Pitta do Nascimento, como organizadora e compiladora dos referidos gráficos.

Criação: Programação Visual e Capa

Pedro Paulo Machado

© IBGE — Copyright

Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — ano 1, n. 1 (1939, jan./mar.)-
Rio de Janeiro : IBGE, 1939-
Trimestral.
Órgão oficial do IBGE.
Insero : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar. 1967 — out./dez. 1976.
Números especiais: vol. 47, n.1/2 (jan./jun. 1985): Sumários e índices acumulados de autor-assunto dos vols. 1 ao 45 (1939-1983); vol.50, t.1 (1988): Clássicos da geografia; vol. 50, t.2 (1988): Reflexões sobre a geografia.
ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia.

1. Geografia — Periódicos. I. IBGE.

IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/88-23 Rev.

CDU 91(05)

SUMÁRIO

ARTIGOS

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO MIGRATÓRIO
NA ÁREA SERVIDA PELA ESTRADA
DE FERRO CARAJÁS — 5
Olga Maria Schild Becker

CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO
GRANDE — 27
Elena Salvatori
Lydia Angelica Gómez de Perez Habiaga
Maria do Carmo Thormann

TENDÊNCIA DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL,
UMA ANÁLISE ESPACIAL — 73
Fany Davidovich

COMUNICAÇÕES

O CAPITAL IMOBILIÁRIO E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS
DIFERENCIADOS NO RIO DE JANEIRO: O
GRAJAÚ — 89
Elizabeth Dezouart Cardoso

AS CORPORações MULTINACIONAIS E A
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL: UMA
INTRODUÇÃO — 103
Julio Cesar Lima Ramires

CARL SAUER E A GEOGRAFIA CULTURAL — 113
Roberto Lobato Corrêa

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DE
ORIGINAIS — 123

ISSN 0034 — 723 X

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 1-124, jan./mar. 1989.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO MIGRATÓRIO NA ÁREA SERVIDA PELA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS*

Olga Maria Schild Becker**

INTRODUÇÃO

O presente documento objetiva trazer informações sobre o comportamento migratório das populações situadas ao longo dos municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás, buscando entender o significado das migrações nestas áreas de fronteira de recursos. Para tal, foram utilizadas três fontes de dados: O Censo Demográfico (1980), entrevistas com representantes das comunidades locais (1986), além de uma pesquisa direta realizada com passageiros transportados pela ferrovia no mês de julho/86.

Também à guisa de introdução, julga-se importante registrar, de um lado, a diferenciação dos espaços percorridos pela ferrovia, e, de outro, o desenvolvimento de me-

canismos comuns de apropriação destes espaços na atual etapa de (re)ocupação da Amazônia. Como protagonista e instrumento deste processo está a população migrante, percebida como força de trabalho móvel, isto é, fator fundamental na formação do mercado de trabalho regional.

Os municípios integrantes da faixa percorrida pela Estrada de Ferro Carajás — EFC — representam fases distintas da ocupação do espaço maranhense e paraense. Assim, tanto ocorrem centros de caráter submetropolitano (São Luís), que refletem uma fase antiga de ocupação colonial, como áreas de rápida, intensa e desordenada ocupação recente, do que são exemplo o colar de povoados de feição urbana situados ao longo das principais rodovias e nas proximidades de províncias minerais (garimpos de ouro e mina de ferro de Carajás). Centros de caráter regional (Imperatriz), sub-regional

* Recebido para publicação em 21 de abril de 1988. O presente trabalho constituiu um esforço de colaboração técnica do Departamento de Geografia — DEGEO, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, no sentido de subsidiar, no campo das migrações internas, o projeto "Estudo sócio-econômico para definição da área de influência da Estrada de Ferro Carajás", elaborado pela Coordenação do Meio Ambiente da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, em novembro/1986. Agradeço à geógrafa Angélica Magnago pela leitura e discussão deste relatório.

** Analista Especializada em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

(Santa Inês) e local (Santa Luzia) representam, por sua vez, fases intermediárias de ocupação desta parte da Amazônia, quando, a partir de 1960, frentes demográficas originaram-se em especial do Nordeste, e frentes econômico-agrícolas indicaram a expansão dos capitais do Centro-sul.

Por outro lado, tanto a ação do Estado, através de projetos governamentais especiais, sejam de colonização dirigida, sejam ligados a empreendimentos industriais, agropecuários e florestais, assim como o interesse do capital internacional nas reservas de nossa fronteira de recursos contribuíram para que municípios como, por exemplo, Marabá, tivessem suas tradicionais funções, ligadas ao extrativismo vegetal (em especial a castanha) e à economia de subsistência, substancialmente alteradas. A entrada maciça de capital nacional e estrangeiro, com novas formas de apropriação do espaço — em especial a introdução da pecuária extensiva imediatamente após a derrubada da mata —, assegurou a posse das terras, até então devolutas, a grandes e médios empresários, impedindo a sua efetiva ocupação por parte dos pequenos produtores rurais. Estes, em grande parte, originaram-se de áreas alagadas pela barragem de Tucuruí, assim como dos vales maranhenses do Itapecuru, Pindaré e Meirim, onde a pecuarização continua entrando (em extensas áreas de babaçuais) com a reaglutinação de pequenas propriedades e o progressivo desenraizamento do homem da terra, a partir da mudança ocorrida nas relações de produção.

Já nas áreas de ocupação menos recente, alternam-se paisagens de médias e grandes propriedades, intercaladas, de forma cada vez mais freqüente, por inúmeros povoados dispostos de forma linear ao longo das estradas, ou originando as “pontas de rua”, no início do perímetro urbano das cidades. Representando a expulsão dos posseiros, pequenos proprietários e, atualmente, dos arrendatários (uma vez que o pagamento em espécie está cada vez mais elevado), estes povoados, sob outra ótica, constituem reservatórios da mão-de-obra imprescindíveis às atividades da agropecuária regional e, portanto, local ideal para o arrebanhamento de pessoal para os serviços de “em-

preitada” rural. É preciso fixar o trabalhador na área, sem lhe dar, entretanto, a posse da terra. Esta parece ser a ótica a partir da qual multiplicam-se os aglomerados rurais e as periferias urbanas, *locus* dos sem-terra, e que constituem elemento básico à evolução do mercado de trabalho regional.

Uma visão global da problemática migratória deve, porém, considerar também o urbano, uma vez que as áreas tributárias de migrantes para a Amazônia são também de caráter urbano e se estendem, além do Maranhão e Pará, a outros estados do Nordeste e do Sudeste.

Os fluxos de destino urbano, ainda que menos intensos que os rurais, tendem a crescer, tendo em vista o ritmo com que se vem fechando a fronteira de terras para o pequeno agricultor, fato concreto aliado à premissa teórica de que o urbano desempenha papel fundamental na circulação e reprodução da força de trabalho regional.

A área em estudo representa, sem dúvida, um exemplar modelo de transição do rural para o urbano em áreas de fronteira, tendo em vista o caráter predominantemente rural das populações “chegantes” às periferias urbanas e à função crescentemente urbana dos aglomerados rurais (povoados) que se multiplicam ao longo das rodovias e eixos de penetração. Neste sentido, cabe chamar a atenção para o fato de que a migração precisa ser vista como a mobilidade da força de trabalho que atende à estratégia capitalista de formação do mercado de trabalho em áreas de fronteira de recursos. Da mesma forma, há que considerar de maneira simultânea as áreas de atração e evasão de população e a condição rural ou urbana dos lugares, pois o processo migratório articula um mercado de trabalho espacialmente heterogêneo.

Como fato concreto e inalienável, há que perceber o desemprego e a pobreza crescentes, as precárias condições habitacionais e de saúde, além da constante tensão social, que acompanham estas populações migrantes, extremamente “móveis”, liberadas da terra mas que a ela querem voltar se o permitirem, e que se deslocam empurradas pela lógica do maior lucro e não pelo planejamento social.

UMA LEITURA CENSITÁRIA DAS MIGRAÇÕES¹

As informações quantitativas contidas no Censo Demográfico de 1980, certamente já se encontram defasadas para a área em estudo, em virtude de a mesma apresentar características de fronteira onde a mobilidade populacional e ocupacional são crescentes. Constitui, entretanto, um valioso instrumento para identificação da estrutura geral dos fluxos migratórios na última década. É neste sentido que alguns dados básicos sobre a população migrante são resgatados e percebidos como ponto de partida para qualquer análise que se pretenda fazer sobre o intenso processo migratório em curso e que espelha os processos econômico-sociais decorrentes da intensificação da ocupação capitalista da fronteira.

Em relação à participação dos migrantes na população total da área (Tabela 1), pode-se considerar que 45,8% (540 236 pessoas) se constituem em não-naturais do mu-

nicipio onde residem. Se a esta tradicional categoria de migrantes (INTERMUNICIPAL) forem acrescentados (64 394 pessoas), os migrantes INTRAMUNICIPAIS (naturais do município, que já moraram em situações de domicílio diferente da atual), nova categoria captada através do Censo de 80, ter-se-ão 51,3% da população na condição de migrante, o que atesta uma significativa mobilidade na região. Esta análise, a nível municipal, permitiu detectar uma tendência original, ou seja, nas áreas onde ocorreram elevados percentuais de migrantes intermunicipais, os deslocamentos intramunicipais foram pouco importantes, e vice-versa. Tal fato pode estar indicando áreas com predominância de imigrantes ou de emigrantes.

Os municípios com maior ocorrência de migrantes intermunicipais foram representados por áreas de feição tanto urbana quanto rural. Assim, corresponderam, seja a centros urbanos com algum nível de centralidade, isto é, cidades com funções de caráter supralocal como Imperatriz (com 62,9% de migrantes intermunicipais), Santa Inês (58,3%) e Marabá (55,7%), como as últimas áreas de mata existentes nos

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO DOS MIGRANTES NA POPULAÇÃO TOTAL,
SEGUNDO MUNICÍPIOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS — 1980

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL (1)	PARTICIPAÇÃO DOS MIGRANTES NA POPULAÇÃO TOTAL					
		Naturais do Município		Não-naturais do Município		Naturais do Município que já Moraram e Situação Diferente do Município Atual	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	1 178 614	638 378	54,16	540 236	45,84	64 394	5,46
Anajatuba	19 200	18 880	98,33	320	1,67	1 403	7,43
Arari	22 274	19 363	86,93	2 911	13,07	1 983	10,24
Bom Jardim	31 953	11 764	36,82	20 189	63,18	518	4,40
Imperatriz	220 079	81 634	37,09	138 445	62,91	7 400	9,06
Itapecuru Mirim	44 120	36 388	82,48	7 732	17,52	4 315	11,86
Marabá	58 881	25 556	44,35	33 325	55,65	2 285	8,60
Monção	66 869	34 859	52,13	32 010	47,87	1 502	4,31
Pindaré Mirim	26 469	12 959	48,96	13 510	51,04	572	4,41
Rosário	28 328	23 431	82,71	4 897	17,29	3 085	13,17
Santa Inês	49 442	20 611	41,69	28 831	58,31	1 613	7,82
Santa Luzia	94 224	36 117	38,33	58 107	61,67	1 317	3,65
Santa Rita	16 933	13 568	80,13	3 365	9,63	1 306	9,62
São Luís	449 433	264 042	58,75	185 391	41,25	35 224	13,34
Vitória do Meirim	50 409	39 206	77,77	11 203	22,23	1 871	4,77

FONTE — IBGE — Censo Demográfico — 1980 — Vol. 1 — Tomo 4.

(1) Inclusive sem declaração de migração no município de residência atual.

¹ A elaboração das tabelas deste capítulo ficou a cargo da geógrafa Selma da Silva L. dos Santos.

Municípios de Santa Luzia (61,7%), Bom Jardim (63,2%) e também Marabá. Cabe registrar, também, áreas que foram alvo da ação de projetos de colonização dirigida — Companhia de Colonização do Nordeste — COLONE, em Monção (47,9%) e Instituto de Terras do Maranhão — ITERMA, em Santa Luzia.

Já os migrantes INTRAMUNICIPAIS ocorreram, com um certo destaque (em termos percentuais), em áreas (de emigração) próximas a São Luís; mais especificamente nos Municípios de Rosário, Itapecuru Mirim e Arari, representando uma primeira etapa dos deslocamentos campo-cidade, através da concentração, em pequenas cidades, das populações expulsas dos quadros rurais periféricos. A chegada de latifundiários nestas áreas com certa proximidade da capital estadual — modelo que se vem acentuando a partir de 1980 — estaria associada a este fenômeno. Em valores absolutos destacaram-se São Luís e Imperatriz como municípios de ocorrência também de migrantes intramunicipais: no caso de Imperatriz, a explicação corresponderia certamente aos deslocamentos campo-cidade, a partir de sua atração como capital regional. Entretanto, em São Luís, acredita tratar-se de uma questão de crescimento das periferias urbanas em espaços ainda considerados

“legalmente” rurais, em virtude da não atualização do perímetro urbano em relação ao crescimento acelerado verificado.

Quanto à população migrante por tempo de residência no município (Tabela 2), sua análise permitiu concluir que 59,7% do total de migrantes (correspondendo a 322 980 pessoas) deslocaram-se nesta última década (70/80), enquanto somente no período 1979 a 1980 migrou para o conjunto da área um contingente de, aproximadamente, 140 152 pessoas. Esses migrantes recentes (com até dois anos de residência no município) afluíram, em especial, para: São Luís (32,1%), Imperatriz (25,6%), Santa Luzia (10,0%), Marabá (8,7%) e Santa Inês (6,8%). Se for, entretanto, analisada a participação dos migrantes recentes no total dos migrantes recebidos, conclui-se que Marabá e Santa Inês, ao lado dos Municípios de Arari, Itapecuru Mirim, Rosário e Santa Rita (corredor de chegada ao centro submetropolitano de São Luís) foram os que apresentaram os percentuais mais significativos.

Ao considerarmos, sob outro ângulo, não apenas o montante de pessoas deslocadas, mas a situação de domicílio (urbana ou rural) por elas buscada (Tabela 3), verifica-se que os fluxos migratórios de destino rural são os mais significativos na área em estu-

TABELA 2
POPULAÇÃO MIGRANTE POR TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO,
SEGUNDO MUNICÍPIOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS — 1980

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE MIGRANTES POR TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO					
	Total Absoluto	Até 2 anos (%)	3 a 5 anos (%)	6 a 9 anos (%)	10 anos ou mais (%)	Sem Declaração
TOTAL.....	540 236	25,9	18,4	15,4	39,9	0,4
Anajatuba	320	27,5	30,0	12,8	27,5	2,2
Arari	2 911	35,9	14,3	11,5	37,6	0,7
Bom Jardim	20 189	15,4	13,1	16,2	55,2	0,1
Imperatriz	138 445	25,9	21,0	20,2	32,7	0,2
Itapecuru Mirim	7 732	33,3	21,2	11,2	33,9	0,4
Marabá	33 325	36,6	20,4	14,5	28,1	0,4
Monção	32 010	21,6	14,2	16,3	47,5	0,2
Pindaré Mirim	13 510	30,3	19,2	8,7	41,7	0,1
Rosário	4 897	31,8	13,8	13,2	40,0	1,2
Santa Inês	28 831	32,9	18,6	12,0	36,4	0,1
Santa Luzia	58 107	24,1	18,3	16,1	41,4	0,1
Santa Rita	3 365	30,9	14,5	11,3	43,3	—
São Luís	185 391	24,3	17,5	13,3	44,4	0,5
Vitória do Mearim	11 203	28,6	16,7	11,1	43,1	0,1

TABELA 3
POPULAÇÃO MIGRANTE POR TIPO DE FLUXOS,
SEGUNDO MUNICÍPIOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS — 1980

MUNICÍPIOS	MIGRANTES POR TIPO DE FLUXO (ORIGEM/DESTINO)								
	TOTAL	Fluxo Rural/Rural		Fluxo Urbano/Rural		Fluxo Urbano/Urbano		Fluxo Rural/Urbano	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	536 539	273 535	44,27	59 474	11,08	139 749	26,05	99 781	18,60
Anajatuba	302	101	33,45	22	7,28	114	37,75	65	21,52
Arari	2 875	1 299	45,18	140	4,87	830	28,87	606	21,08
Bom Jardim	20 164	16 811	83,77	900	4,46	892	4,43	1 561	7,74
Imperatriz	137 832	56 873	41,26	11 696	8,49	41 537	30,16	27 690	20,09
Itapecuru Mirim	7 696	3 995	51,91	902	11,72	1 594	20,71	1 205	15,66
Marabá	32 490	7 128	21,94	4 114	12,66	17 717	54,53	3 531	10,87
Monção	31 818	27 520	86,48	3 125	9,82	254	0,80	919	2,90
Pindaré Mirim	13 498	5 852	43,35	1 392	10,32	3 693	27,36	2 561	18,97
Rosário	4 805	1 407	29,28	760	15,82	1 503	31,28	1 135	23,62
Santa Inês	28 738	2 879	10,02	498	1,73	13 463	46,85	11 898	41,40
Santa Luzia	57 889	47 040	81,26	5 033	8,69	2 825	4,88	2 991	5,17
Santa Rita	3 365	1 850	54,98	446	13,26	480	14,26	589	17,50
São Luís	184 036	56 955	30,96	28 599	15,54	53 813	29,24	44 669	24,27
Vitória do Mearim	11 031	7 825	70,94	1 847	16,74	998	9,05	361	3,27

FONTE — IBGE — Censo Demográfico — 1980 — Vol. 1 — Tomo 4.

do, indicando que esta é uma região de fronteira onde o homem ainda busca a terra, sendo, portanto, o peso do rural fundamental nas relações campo-cidade. Os mais elevados percentuais (acima de 80%) de deslocamentos de origem e destino rural caracterizam os Municípios de Monção, Bom Jardim e Santa Luzia (onde as últimas reservas de mata foram ocupadas), enquanto os fluxos com destino urbano dirigem-se predominantemente a Imperatriz, Santa Inês e Marabá, focos do dinamismo regional. Merece destaque o fato destes dois últimos municípios apresentarem a maior parcela de seus fluxos de origem e destino urbano, indicando a existência de uma mobilidade de caráter urbano bastante acentuada em áreas de fronteira: algumas cidades já estão cumprindo seu papel na circulação da força de trabalho regional.

Ao se investigar o balanço migratório — imigrantes *versus* emigrantes (Tabelas 4 e 5) —, ocorrido na última década, constata-se a ocorrência de três grupos de municípios: os que se destacaram pelo afluxo imigratório (São Luís e Imperatriz, seguidos num segundo grau de importância por Santa Luzia e Marabá) e que representaram os focos de efetiva absorção da população mi-

grante regional; os municípios onde os estoques de imigrantes e emigrantes quase se equivaleram (Bom Jardim, Monção e Santa Inês), indicando áreas de dinamismo populacional com fluxos simultâneos de entrada e saída de população; e aqueles municípios de comprovada emigração rural na década (Anajatuba, Arari, Itapecuru Mirim, Rosário, Vitória do Mearim, Santa Rita e Pindaré Mirim), apesar de alguns terem recebido contingentes de imigrantes recentes nas áreas urbanas. Uma identificação do tipo de fluxo predominante auxilia na melhor caracterização de algumas destas áreas; assim, enquanto Santa Inês e Marabá (centros supralocais) e Anajatuba/Rosário (entorno de São Luís/capital) apresentaram fluxos do tipo urbano/urbano, os demais municípios tiveram como deslocamentos mais importantes os de caráter rural/rural. Dentre estes cabe, porém, salientar o caso de São Luís, que não espelha a realidade, constituindo tal fluxo rural/rural uma expressão estatística desvirtuada em função das periferias de caráter "legal" rural (limite do perímetro urbano), constituírem áreas de crescimento intenso e desordenado (loteamentos de caráter urbano). Já os Municípios de Imperatriz, Arari e Pindaré Mirim apresentaram,

TABELA 4
POPULAÇÃO EMIGRANTE E IMIGRANTE,
SEGUNDO MUNICÍPIOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS – 1980

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO MIGRANTE				
	Total	Imigrante		Emigrante	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	1 178 614	324 777	27,55	203 605	17,27
Anajatuba.....	19 200	232	1,21	4 354	22,68
Arari.....	22 274	1 816	8,15	4 352	19,54
Bom Jardim.....	31 953	9 061	28,36	5 927	18,55
Imperatriz.....	220 079	93 077	42,29	45 888	20,85
Itapecuru Mirim.....	44 120	5 108	11,58	7 151	16,21
Marabá.....	59 881	23 945	39,99	14 512	24,23
Monção.....	66 869	16 775	25,09	12 707	19,00
Pindaré Mirim.....	26 469	7 874	29,75	8 300	31,36
Rosário.....	28 328	2 941	10,38	5 342	18,86
Santa Inês.....	49 442	18 351	37,11	17 022	34,43
Santa Luzia.....	94 224	34 111	36,20	12 593	13,36
Santa Rita.....	16 933	1 908	11,27	2 102	12,41
São Luís.....	449 443	103 208	22,96	55 546	12,36
Vitória do Mearim.....	50 409	6 370	12,64	7 809	15,49

FONTE — IBGE — Tabulações Especiais do Censo Demográfico — 1980.

TABELA 5
CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS
POR SALDO MIGRATÓRIO E TIPO DE FLUXO PREDOMINANTE — PERÍODO 1970/80

MUNICÍPIOS	CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, POR SALDO E FLUXO MIGRATÓRIO			
	Saldo Migratório 1970/80	Fluxo Destino Rural (%)	Fluxo Destino Urbano (%)	Tipo de Fluxo Predominante
TOTAL.....	121 172	55,35	44,65	rural/rural
Anajatuba.....	- 4 122	40,73	59,52	urbano/urbano
Arari.....	- 2 536	50,05	49,95	rural/rural
Bom Jardim.....	3 134	88,23	12,17	rural/rural
Imperatriz.....	47 189	49,75	50,25	rural/rural
Itapecuru Mirim.....	- 2 043	63,63	36,37	rural/rural
Marabá.....	9 433	34,60	65,40	urbano/urbano
Monção.....	4 068	96,30	3,70	rural/rural
Pindaré Mirim.....	- 426	53,67	46,33	rural/rural
Rosário.....	- 2 401	45,10	54,90	urbano/urbano
Santa Inês.....	1 329	11,75	88,25	urbano/urbano
Santa Luzia.....	21 518	89,95	10,05	rural/rural
Santa Rita.....	- 194	68,24	31,76	rural/rural
São Luís.....	47 662	46,50	53,50	rural/rural(1)
Vitória do Mearim.....	- 1 439	87,68	12,32	rural/rural

FONTE — IBGE — Tabulações Especiais do Censo Demográfico — 1980.

(1) Expressão desvirtuada devido ao problema do caráter legal "rural" das periferias com ocupação tipo "urbana" de São Luís.

apenas, pequena predominância dos fluxos rural/rural sobre os demais, indicando um certo equilíbrio quanto aos destinos rural e urbano buscados pela população nestas áreas.

Além da análise relativa à população migrante total, realizada através da caracterização de seus fluxos, considerou-se impor-

tante verificar a tendência de comportamento de um segmento destes migrantes, ou seja, daqueles considerados "recentes" e que correspondem à população chegada nos anos 1979/80.

A identificação dos setores de atividades (Tabela 6) que os absorveu, assim como da posição na ocupação (Tabela 7) que passa-

TABELA 6
MIGRANTES RECENTES (0 A 2 ANOS DE RESIDÊNCIA), POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO MUNICÍPIOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS — 1980

MUNICÍPIOS	MIGRANTE POR SETOR DE ATIVIDADE					
	Total	Primário (%)	Indústria de Transformação e Outras (%)	Extração Mineral (%)	Indústria da Construção (%)	Comércio de Mercadorias (%)
TOTAL.....	45 028	32,07	8,42	1,76	11,36	10,64
Anajatuba	29	41,38	10,34	0,00	27,59	20,69
Arari.....	298	45,64	8,38	1,01	24,82	1,01
Bom Jardim	1 067	89,41	1,12	0,75	0,47	0,94
Imperatriz.....	11 881	38,38	13,03	2,10	8,08	10,91
Itapecuru Mirim	825	47,52	4,97	0,48	10,06	11,03
Marabá	3 766	25,49	12,85	7,25	10,65	9,88
Monção.....	2 206	69,85	5,21	0,36	3,54	5,53
Pindaré Mirim.....	1 353	70,88	3,56	1,33	2,73	4,14
Rosário.....	451	50,99	9,31	4,43	11,75	9,54
Santa Inês.....	2 989	28,81	7,46	2,58	19,34	14,25
Santa Luzia.....	4 368	79,88	3,02	0,46	6,43	2,13
Santa Rita.....	467	52,03	3,00	0,00	23,77	5,57
São Luís.....	14 220	3,89	7,63	0,79	14,47	14,68
Vitória do Mearim.....	1 108	58,03	1,71	0,00	30,69	1,44

MUNICÍPIOS	MIGRANTE POR SETOR DE ATIVIDADE				
	Transporte e Comunicações (%)	Prestação de Serviços (%)	Atividades Sociais (%)	Administração Pública (%)	Outras Atividades (%)
TOTAL.....	3,88	20,39	3,97	3,00	2,53
Anajatuba.....	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arari.....	3,02	9,40	4,03	1,01	1,68
Bom Jardim	0,75	2,34	2,25	0,00	1,97
Imperatriz.....	5,06	14,43	3,91	2,37	1,73
Itapecuru Mirim	3,39	10,91	7,15	3,52	0,97
Marabá	5,87	14,05	3,13	5,47	5,36
Monção.....	1,36	5,94	3,31	1,50	3,40
Pindaré Mirim.....	1,18	6,28	3,62	2,29	3,99
Rosário.....	2,00	5,99	1,77	3,33	0,89
Santa Inês.....	3,81	13,28	3,78	1,74	4,95
Santa Luzia.....	1,14	2,93	1,30	0,35	2,36
Santa Rita.....	0,85	5,57	7,07	2,14	0,00
São Luís.....	4,44	41,91	5,37	4,75	2,07
Vitória do Mearim.....	2,35	2,80	1,17	0,00	1,81

FONTE — IBGE/DI/DETAB/DIVAP — Tabulações Especiais do Censo Demográfico — 1980.

TABELA 7
MIGRANTES RECENTES (0 A 2 ANOS DE RESIDÊNCIA) POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E QUADRO DE DOMICÍLIO ATUAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS — 1980

MUNICÍPIOS	MIGRANTES RECENTES POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E QUADRO DE DOMICÍLIO ATUAL									
	Total Absoluto	Trabalhador Agrícola Volante (%)			Parceiro (%)			Empregado (%)		
		Total	Ur-bana	Rural	Total	Ur-bana	Rural	Total	Ur-bana	Rural
TOTAL	45 028	0,92	0,10	0,82	0,73	0,22	0,51	48,58	27,40	21,18
Anajatuba	29	13,79	-	13,79	-	-	-	24,14	24,14	-
Arari.....	298	-	-	-	-	-	-	42,96	41,95	1,01
Bom Jardim	1 067	-	-	-	1,60	0,76	0,84	6,65	4,12	2,53
Imperatriz.....	11 881	1,24	0,20	1,04	1,19	0,35	0,84	42,98	29,97	12,91
Itapecuru Mirim	825	-	-	-	-	-	-	36,36	14,91	21,45
Marabá	3 766	1,38	0,37	1,01	3,16	1,06	2,10	47,58	31,94	15,64
Monção	2 206	1,74	-	1,74	0,54	-	0,54	17,27	0,50	16,77
Pindaré Mirim.....	1 353	2,22	-	2,22	-	-	-	20,32	13,45	6,87
Rosário	451	3,10	-	3,10	-	-	-	37,03	25,72	11,31
Santa Inês	2 989	0,23	-	0,23	-	-	-	46,36	44,96	1,40
Santa Luzia.....	4 368	2,79	0,11	2,68	0,43	0,09	0,34	16,16	2,33	13,83
Santa Rita	467	-	-	-	-	-	-	40,26	30,62	9,64
São Luís.....	14 220	0,03	0,03	-	0,11	0,03	0,08	76,87	36,88	39,99
Vitória do Mearim	1 108	-	-	-	0,36	-	0,36	40,25	11,82	28,43

MUNICÍPIOS	MIGRANTES RECENTES POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E QUADRO DE DOMICÍLIO ATUAL											
	Empregador (%)			Conta-própria (%)			Sem Remuneração (%)			Sem Declaração (%)		
	Total	Ur-bana	Rural	Total	Ur-bana	Rural	Total	Ur-bana	Rural	Total	Ur-bana	Rural
TOTAL	0,91	0,50	0,41	42,65	13,10	29,55	1,95	1,10	0,85	3,74	0,57	3,17
Anajatuba	-	-	-	41,38	24,14	17,24	20,69	-	20,69	-	-	-
Arari.....	-	-	-	49,66	20,13	29,53	-	-	-	7,38	7,38	-
Bom Jardim	0,37	0,37	-	79,29	2,34	76,95	10,68	1,12	9,56	1,40	0,37	1,03
Imperatriz.....	0,88	0,66	0,22	48,42	17,30	31,12	3,81	0,46	3,35	1,90	1,41	0,49
Itapecuru Mirim	2,06	0,48	1,58	53,82	15,76	38,06	6,43	0,85	5,58	1,33	0,36	0,97
Marabá	3,47	1,43	2,04	41,02	22,22	18,80	1,49	0,11	1,38	1,88	1,27	0,61
Monção	0,41	-	0,41	75,25	4,53	70,72	3,80	0,18	3,72	0,82	-	0,82
Pindaré Mirim.....	0,29	0,29	-	65,93	18,70	47,23	9,39	2,66	6,73	1,85	1,63	0,22
Rosário	0,89	-	0,89	39,69	15,74	23,95	19,29	4,21	15,08	-	-	-
Santa Inês	0,43	0,43	-	50,78	41,48	9,30	1,03	0,13	0,90	1,13	1,03	0,10
Santa Luzia.....	0,11	-	0,11	72,07	5,22	66,85	7,95	0,21	7,74	0,48	0,11	0,37
Santa Rita	-	-	-	34,69	8,35	26,34	23,12	5,78	17,34	1,93	1,07	0,86
São Luís.....	0,83	0,46	0,37	17,95	7,40	10,55	1,47	0,57	0,90	2,73	1,23	1,50
Vitória do Mearim	0,27	0,27	-	54,15	2,53	51,62	1,62	-	1,62	3,34	1,08	2,26

FONTE — IBGE/DI/DETAB/DIVAP — Tabulações Especiais do Censo Demográfico — 1980.

ram a ocupar, permitiu inferir algumas características da estrutura do mercado de trabalho regional. Para tanto, admitiu-se que a expansão capitalista nestas áreas foi significativa a partir de 1970 (com a introdução de novas atividades, em especial a pecuária), tendendo a se consolidar na década de 80, e que este crescimento não foi um fenômeno espacialmente homogêneo. Cabe, pois, captar as diferenças mais expressivas registradas no desenrolar deste processo e que certamente se refletiram no tipo de atividades e nas relações de trabalho atualmente existentes nestes municípios.

As tendências gerais sobre o crescimento da área foram apresentadas em estudo² sobre o comportamento da força de trabalho no período 70/80, na área do PGC, e indicaram que "a expansão capitalista na área atuou em dois sentidos diferentes: por um lado, reforçou mercados de trabalho já estruturados (São Luís, Imperatriz) e expandiu a oferta de trabalho em áreas pouco povoadas (Marabá); por outro lado, colocou à margem do processo alguns municípios que tiveram retraída sua oferta de trabalho". Quanto à análise dos dados para o conjunto dos municípios ao longo da EFC, ficou demonstrado que, considerando-se os setores de atividades de *per se*, os migrantes recentes foram absorvidos fundamentalmente pelo setor primário (32,1%), seguido dos setores de prestação de serviços (20,4%), da indústria da construção civil (11,4%) e do comércio de mercadorias (10,6%).

Julga-se possível concluir que apesar de 66,2% dos migrantes terem-se destinado às atividades de caráter urbano, o mercado de trabalho regional caracterizava-se, em 1980, por apresentar uma estrutura de produção ainda calcada em atividades primárias e que, com exceção de São Luís, apresentava uma oferta considerável de empregos rurais (mesmo que o setor primário tenha sofrido uma perda relativa de posição na última década). Quanto aos setores de atividade urbana, destacaram-se os de prestação de serviços (São Luís absorveu nesta atividade 41,9% dos seus migrantes recen-

tes) e o de comércio de mercadorias, como importantes atividades absorvedoras de mão-de-obra, tendo os mesmos registrado altos índices de crescimento na década.

Merece ainda destaque a indústria da construção civil, atividade ligada tanto à expansão urbana quanto aos serviços de abertura e conservação de rodovias e ferrovias (do que é exemplo a EFC), e que empregou migrantes especialmente nos Municípios de Santa Inês, Imperatriz, Vitória do Mearim e em áreas próximas a São Luís, como é o caso da Anajatuba, Santa Rita e Arari. Em relação à extração mineral, destacaram-se Marabá (ferro, ouro) e Rosário (brita para a construção da ferrovia), tendo, entretanto, esta atividade adquirido maior importância após 1980.

Outro indicador importante para a compreensão do processo de expansão do capitalismo em "áreas de fronteira" é o que diz respeito à *POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO* da população migrante — (Tabela 7). Considera-se como premissa que na marcha para a organização do mercado de trabalho, onde coexistem objetivos múltiplos, variadas serão as formas de inserção da força de trabalho nas atividades produtivas. Admite-se igualmente que se verificou na área uma "significativa expansão da força de trabalho engajada nos processos produtivos e que essa expansão estava relacionada a algumas alterações nas atividades econômicas. ...Torna-se, portanto, necessário compreender em que medida essas transformações foram responsáveis por mudanças nas relações de produção que aí se desenvolveram".³

Os dados analisados para o conjunto da área indicaram um certo equilíbrio entre a categoria "empregado" (48,6%) e a categoria "conta-própria" (42,6%). As demais categorias relativas à posição na ocupação revelaram baixos percentuais de absorção da força de trabalho migrante.

Os elevados índices de absorção dos migrantes recentes como "empregados", ao lado do surgimento do "trabalhador agrícola volante" (ainda que em baixas proporções),

² IBGE/DAG/DEGEO. Estudo comparativo de áreas do Programa Grande Carajás, segundo estrutura e mobilidade da força de trabalho. 1986 (mimeo).

³ IBGE/DAG/DEGEO, *op. cit.*

levam a concluir que está ocorrendo na área uma expansão do assalariamento, reflexo do desenvolvimento das relações de produção tipicamente capitalistas. Ao mesmo tempo, a expressiva ocorrência dos "conta-próprias" (pessoas que exercem atividade econômica, individualmente ou com ajuda de pessoa não remunerada da família), ao lado dos que trabalham "sem remuneração", e que representam o trabalho familiar auxiliar (em baixa proporção), atesta, ainda, a presença importante, na área, das relações não tipicamente capitalistas. Estes, na área rural, compreendem o pequeno produtor (tendo ou não a posse da terra), enquanto na área urbana referem-se especialmente aos que se encontram no comércio e na prestação de serviços sem receberem salários.

Do ponto de vista de espacialização destas categorias, pode ser destacado que enquanto os "empregados" localizaram-se fundamentalmente nas áreas urbanas (como forte destaque em São Luís, Santa Inês, Marabá e Imperatriz), os "conta-próprias" registraram sua presença tanto no quadro urbano (periferias urbanas dos principais centros da região e que apresentam rápida expansão), como no quadro rural (em especial nos Municípios de Bom Jardim, Monção, Santa Luzia, Pindaré Mirim e Imperatriz).

A manutenção, de um lado, de formas intermediárias ("conta própria" e "sem remuneração") nas relações de trabalho, e, de outro, a expansão do assalariamento, pode levar a se inferir que na área em estudo está ocorrendo uma reestruturação dos mercados de trabalho.

Dados da SUCAM referentes à população residente em 1985 permitiram calcular a variação do crescimento no período 1980/1985. Como municípios de aumentos explosivos destacaram-se, além de São Luís, Marabá (com uma variação de 206,6% e correspondendo a 121 621 pessoas), Imperatriz e Açailândia (65,6% ou 144 279 pessoas), seguidos em importância por Santa Luzia (47,7% ou 44 695 pessoas) e Santa Inês (35,1% ou 17 341 pessoas). Esse crescimento deu-se fundamentalmente através da migração de origem rural e destino urbano, cujos melhores exemplos são Marabá, Açailândia, Imperatriz e Santa Inês, apesar do fluxo rural/rural ter sido significativo em alguns municípios maiores onde ainda ocorrem terras de mata (como Santa Luzia e também Marabá).

Julga-se importante alertar uma vez mais para a dificuldade de tratamento dos conceitos de rural e urbano em áreas de fronteira, o que se traduz, em alguns casos, na diferenciação de funções exercidas pelos povoados, formalmente considerados "aglomerados rurais". Assim, de um lado, ocorrem povoados com feição nitidamente rural e que se comportam como centros de moradia e comercialização, para pequenos produtores que efetivamente trabalham a terra (exemplo de Mineirinho, Auzilândia, Presa de Porco, Alto Alegre, etc.), enquanto, de outra feita, há povoados ditos rurais mas que nada mais são do que "reservatórios de mão-de-obra" (com função semi-urbana ou urbana), à espera de absorção em atividades assalariadas tanto do tipo agrícola quanto citadina (ex.: Parauapebas, Rio Verde, Eldorado, Curionópolis).

Quanto às causas dos fluxos migratórios para a área, apesar de se admitir que as populações se deslocam primordialmente, em função dos fatores de expulsão (da terra, no caso), há que apontar alguns elementos que direcionaram tais movimentos. Assim, deslocaram-se, inicialmente, atraídas pela construção da Rodovia Transamazônica e, após 1980, em função tanto das grandes obras de infra-estrutura regional (Hidrelétrica de Tucuruí e Estrada de Ferro Carajás) como do garimpo, sendo que atualmente tais contingentes de populações extremamente "móveis" concentram-se nas perife-

A DINÂMICA POPULACIONAL RECENTE

Com o objetivo de caracterizar a dinâmica recente (pós-80) das populações ao longo da área servida pela EFC, construiu-se um quadro-resumo (Tabela 8) a partir de informações e impressões recolhidas em viagem efetuada através da área cortada pela ferrovia.

TABELA 8
DINÂMICA MIGRATÓRIA RECENTE (PÓS-1980) DE ALGUNS MUNICÍPIOS SITUADOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

MUNICÍPIOS	DINÂMICA MIGRATÓRIA					
	Características da Área				Origem-Destino da População Migrante	
	Emigração		Imigração		Origem	Destino
	Ru- ral	Urba- na	Ru- ral	Urba- na		
Açailândia			X			— Barra do Corda, Codó, Presidente Dutra (lavradores). — BA, MG, ES, PR (fazendeiros)
Anajatuba	X	X				— São Luís
Bom Jardim	X			X		— Área rural do próprio município (lavradores). Povoados de Zé Doca (Monção), Maracaçumé (Godofredo Viana), S. Luzia. — Garimpo de Itaituba.
Imperatriz			X			— Região do Mearim, do Pindaré e do Grajaú. — MG, GO, BA, ES (fazendeiros).
Itapecuru Mirim	X			X		— Presidente Vargas, Santa Rita, Presidente Juscelino, Cantanhede (lavradores). — Periferia urbana de Itapecuru Mirim. — Povoados de S. Luzia, Cândido Mendes, Godofredo Viana.
Marabá			X	X		— Áreas do Mearim e Pindaré(MA), Piauí, norte de Goiás. — Barragem de Tucuruí.
Santa Inês				X		— Povoados de S. Luzia, Bom Jardim, Bacabal, Lago da Pedra, Pindaré Mirim, Vitorino Freire, Monção, Vitória do Mearim, etc. (lavradores). — Cidades de Coroatá, Penalva, etc.
Santa Luzia	X		X	X		— Bacabal, Lago da Pedra, Chapadinha, Codó, Caxias, Bom Jardim. — Garimpos (Itaituba, Roraima, Curionópolis, Serra Pelada, Peixoto, P. Velho) — Povoado de Godofredo Viana
Santa Rita	X					— São Luís.

FONTE — Pesquisa IBGE/CVRD. Entrevistas de campo. Junho-julho/86.

rias dos principais centros urbanos à espera de distritos industriais, em cujo bojo virá a siderurgia.

Se o processo de reocupação da Amazônia deu-se inicialmente através do avanço de frentes demográficas que anteciparam as rodovias e valorizaram as terras (pouco depois ocupadas por fazendeiros), após 1980 foi a frente econômica que chegou primeiro. Tal tendência acentuou-se com a construção da Ferrovia Carajás, que, ao valorizar as terras às suas margens, originou novo afluxo migratório, agora de médios fazendeiros, fechando-se novamente as oportunidades de acesso à terra para

os pequenos produtores rurais. Em decorrência, houve um aumento na categoria dos "arrendatários" e instalou-se uma maior mobilidade entre os "rendeiros" que estão sempre à procura, para sua moradia, de povoados mais próximos de suas terras de trabalho. Juntem-se a esses os "barrageiros" de Tucuruí, os ex-empregados da construção da EFC e muitos outros subempregados e desempregados urbanos da região e já teremos formado um imenso exército de reserva (industrial e agrícola) em áreas que há pouco mais de dez anos eram consideradas como os "espaços vazios" na Amazônia brasileira.

A DINÂMICA REGIONAL PERCEBIDA ATRAVÉS DO FLUXO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

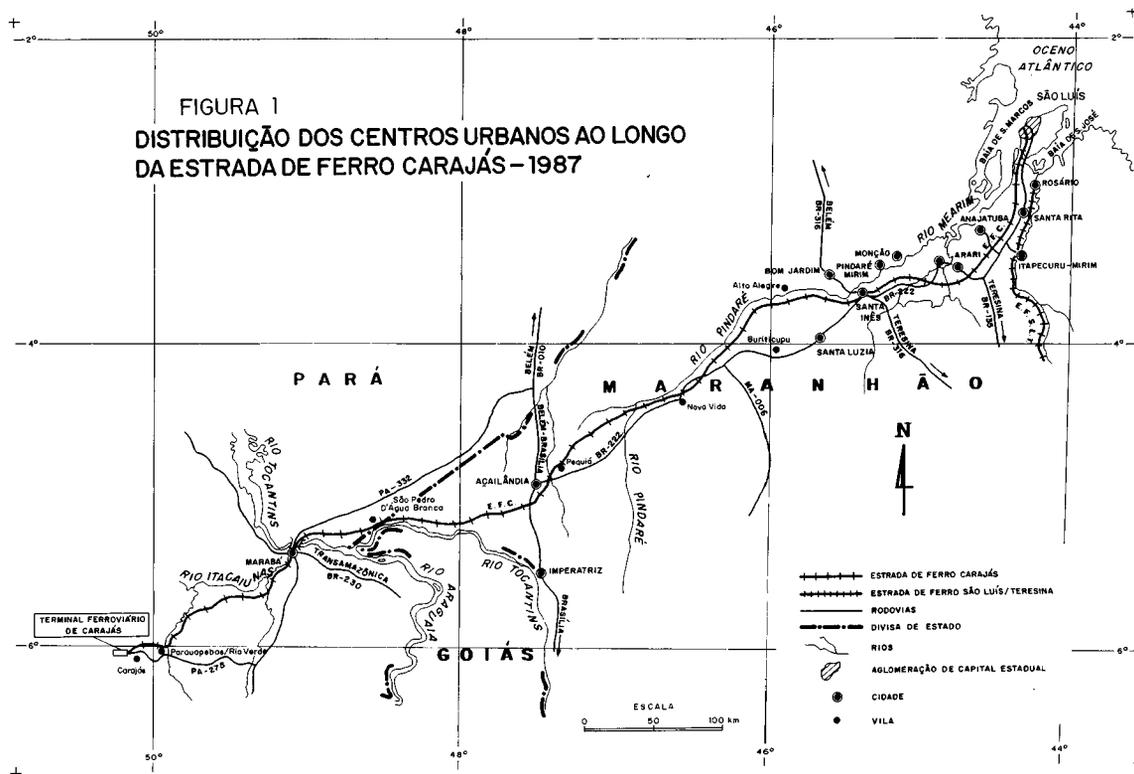
Ao atravessar os Estados do Pará e Maranhão, numa extensão de 890 km, ligando Vila Carajás a São Luís, a Ferrovia Carajás (Figura 1) não só escoa o minério de ferro, mas transporta populações, as mais variadas, *de e para* dezesseis localidades ao longo de seu eixo (desde pequenos povoados até centros de expressão regional), constituindo, portanto, um elemento que viabiliza a circulação da força de trabalho nestas áreas de fronteira.

Admitindo-se que esta população possa apresentar características diversificadas, seja quanto à sua procedência migratória, seja quanto às suas atuais condições de trabalho, julgou-se válido averiguar o compor-

tamento de um segmento da mesma, entendendo-se que ela possa refletir a dinâmica dos diferentes espaços atravessados pela EFC. O que se busca é a identificação (e não a quantificação) dos protagonistas destas viagens, dos motivos de seus deslocamentos e do papel que lhes vêm sendo atribuído na reestruturação do mercado de trabalho regional.

Procedeu-se, assim, a uma investigação⁴ a partir de entrevistas realizadas com 267 passageiros deslocados nas viagens de Anjo da Guarda a Parauapebas e de Parauapebas a Anjo da Guarda, ocorridas nos dias 7, 14 e 16 de julho/86 e que abrangeu 5,6% das pessoas transportadas na ocasião. As informações referiram-se a características pessoais (sexo, idade), condição e motivo da viagem, destino final dos passageiros, município e situação de residência anterior e atual, bem como a posição na ocupação anterior e atual.

Em relação à estrutura etária e por sexo (Tabela 9), constatou-se que a maioria das pessoas transportadas (63,8%) encontrava-se



⁴ A pesquisa contou com a colaboração de Augusto Cezar Serra de Noronha, João de Deus Mello Filho e Luiz Augusto Silva, funcionários da CVRD/São Luís, na aplicação das entrevistas com os passageiros da EFC.

TABELA 9
 ESTRUTURA ETÁRIA E SEXO DOS PASSAGEIROS ENTREVISTADOS
 NO TREM DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS — JULHO/1986

FAIXAS ETÁRIAS	NÚMERO DE PASSAGEIROS ENTREVISTADOS					
	Absoluto			Relativo (%)		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
TOTAL	267	72	195	100,0	27,0	73,0
0 a 9 anos	—	—	—	—	—	—
10 a 14 anos	—	—	—	—	—	—
15 a 19 anos	20	10	10	7,4	3,7	3,7
20 a 39 anos	170	42	128	63,8	15,8	48,0
40 a 49 anos	40	9	31	15,0	3,4	11,6
50 a 59 anos	26	8	18	9,7	3,0	6,7
60 anos e mais.....	11	3	8	4,1	1,1	3,0

FONTE — Pesquisa IBGE/CVRD. Amostra realizada nos dias 7, 14 e 16 de julho de 1986.

na faixa dos 20 aos 39 anos (masculino), reforçando assim a hipótese da elevada mobilidade da força de trabalho migrante, isto é, de pessoas em idade produtiva, cuja capacidade de trabalho — sua força de trabalho — transforma-se em mercadoria, forma elementar de geração de riqueza. Para tanto, uma condição se apresenta: que seja “livre” e “móvel”.

Essa mobilidade pode ser percebida, de outra forma, através da *condição de viagem* (Tabela 10), uma vez que 56,2% dos declarantes viajavam sozinhos, 21,0% apresentaram como motivo de viagem (Tabela 11) a “visita a parentes” e 31,0% deslocaram-se para “passeio”, em grande parte para os locais de residência anterior, onde a família original, ou a nuclear, permaneceu. A estruturação do mercado de trabalho ocorre, portanto, a partir da produção de uma “mão-de-obra livre”, baseada, em grande parte, na desestruturação da unidade familiar, cujo exemplo mais marcante é a saída de lavradores para as atividades de garimpo ou para as empreitadas temporárias (volantes).

Este deslocamento do homem da terra é a origem, em muitos casos, da atividade de prostituição, bastante difundida na área, e que constitui estratégia (meio) de sobrevivência para as mulheres, viúvas ou não-

-intencionalmente abandonadas pelos maridos e pais, na desesperada busca destes pelo trabalho. Do ponto de vista social, a prostituição poderia ser também interpretada como um suporte ao trabalhador isolado, que é obrigado a permanecer por muito tempo longe dos seus familiares, à mercê das atividades temporárias (em especial no garimpo, e na construção civil, ligada às obras de infra-estrutura regional) e, no caso de nossa área, vinculada, sobretudo, às atividades desenvolvidas pela Companhia Vale do Rio Doce — CVRD — na construção de seu complexo mina-ferrovia-porto, além dos aglomerados urbanos para residência de seus funcionários. Uma volta à história de alguns povoados, como é o caso de Rio Verde — Parauapebas, indicou a criação de prostíbulo como origem destas nucleações urbanas. Já núcleos como Curionópolis e Eldorado, além da importante função ligada à prostituição, apresentam-se como focos de arrebanhamento da mão-de-obra volante para as fazendas da região.

Esse fluxo populacional fomentado pela ferrovia, tende ainda a crescer, uma vez que a maioria das pessoas entrevistadas (62,9%) declarou estar viajando pela primeira ou segunda vez, enquanto 10,9% deslocavam-se mensalmente e apenas 11,6% a utilizavam com frequência quinzenal ou semanal (vide Tabela 12). Tal

TABELA 10
CONDIÇÃO DE VIAGEM DOS PASSAGEIROS DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS
JULHO/1986

CONDIÇÃO DE VIAGEM	NÚMERO DE DECLARANTES	
	Absoluto	Relativo (%)
Total	267	100,0
Sozinho	150	56,2
Com Família (Nuclear)	96	35,9
Com Outros Familiares	21	7,9

FONTE — Pesquisa IBGE/CVRD. Amostra realizada nos dias 7, 14 e 16 de julho de 1986.

TABELA 11
MOTIVO DA VIAGEM DOS PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELA ESTRADA DE
FERRO CARAJÁS — JULHO/1986

MOTIVO DECLARADO	NÚMERO DE DECLARANTES	
	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	267	100,0
Passeio	83	31,0
Visita a parentes	56	21,0
Procura de trabalho	29	10,9
Atividades comerciais	13	4,9
Trabalho no setor serviços	12	4,5
Procura de serviços médicos	12	4,5
Procura de serviços	11	4,1
Trabalho no garimpo	9	3,4
Trabalho na lavoura	7	2,6
Mudança de residencia	5	1,9
Dispensa do emprego	4	1,5
Compras	4	1,5
Busca de terras para roça	2	0,7
Outras	8	3,0
Sem especificação	12	4,5

FONTE — Pesquisa IBGE/CVRD. Amostra realizada nos dias 7, 14 e 16 de julho de 1986.

tendência fica reforçada se escutarmos o pedido formulado pelos passageiros, de aumento do número de vagões para as viagens de passageiros.

Outro ângulo da dinâmica regional pode ser vislumbrado a partir de uma análise dos principais motivos da viagem. Além dos deslocamentos para "passeio" e "visita a parentes", 10,9% dos passageiros declararam estar "à procura de trabalho", ao mesmo tempo em que muitos registraram sua "dispensa do emprego". Neste sentido, a ferrovia se afirma como instrumento viabilizador de novas andanças.

Por outro lado, a ferrovia permite, também, o desenrolar das atividades co-

merciais ambulantes ao facilitar o abastecimento em centros maiores, como São Luís, e a distribuição de seus artigos ao longo dos núcleos que a margeiam. O mesmo ocorre com certas atividades de prestação de serviços (como, por exemplo, motorista, mecânico, eletricista, pedreiro, etc.), representadas, em especial, pelos "contra-próprias", que atingem, assim, um mercado mais amplo para o seu desempenho. A procura de serviços médicos e sociais (médico, hospitalar, procura de documentos, recebimento de contracheques, FUNRURAL, etc.), ao lado das viagens com a finalidade de "fazer compras", demonstra, por sua vez, a existência de uma rede de

TABELA 12
FREQÜÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DO TREM DE PASSAGEIROS DA ESTRADA DE FERRO
CARAJÁS – JULHO/1986

FREQÜÊNCIA DE UTILIZAÇÃO	NÚMERO DE DECLARANTES	
	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	267	100,0
Primeira vez.....	122	45,7
Segunda vez.....	46	17,2
Terceira vez.....	9	3,4
Anual	6	2,3
Semestral	7	2,6
Bimestral	3	1,1
Mensal	29	10,9
Quinzenal.....	22	8,2
Semanal	9	3,4
Bissemanal.....	4	1,5
Diária	1	0,3
Sem declaração	9	3,4

FONTE — Pesquisa IBGE/CVRD. Amostra realizada nos dias 7, 14 e 16 de julho de 1986.

localidades ainda desprovida de serviços e mercadorias essenciais. Cabe, igualmente, registrar a existência de deslocamentos para “os garimpos” de ouro, para os “trabalhos temporários na lavoura” e a “busca de terras para a roça”, caracterizando, desta forma, a procura por atividades ligadas ao setor primário.

Quanto ao destino final dos passageiros (Tabela 13), através de sua leitura foi possível identificar os atuais focos do dinamismo regional, ou seja, os Municípios de Marabá (31,1%), Imperatriz (13,5%) e Santa Luzia (10,1%), destacando-se num segundo nível Açailândia e São Luís. Por outro lado, ao se desagregarem as informações para os quadros rural e urbano, é possível constatar a predominância dos destinos para cidades (63,7%) sobre os povoados e vilas (34,1%), ou sobre as áreas rurais dispersas (1,9%). Ao se pesquisar, entretanto, com mais detalhe, os municípios segundo as situações de domicílio, reconhece-se que se destacaram como áreas mais procuradas os povoados e vilas de Parauapebas, Serra Pelada e Curionópolis, as cidades de Marabá e Imperatriz e os povoados do Município de Santa Luzia (em especial o de Alto Alegre). Convém destacar que a cidade de Santa Inês, principal estação de embarque/desembarque de ferrovia, não constituiu importante destino final, evidenciando mais uma vez

sua função de centro de transbordo regional. A importância crescente dos povoados nesta região, a partir da elevada concentração populacional que apresentam e do tipo de função que desempenham, permite questionar seu caráter legal de aglomerados “rurais”.

O sentido dos deslocamentos migratórios mais recentes foi identificado através do estudo dos municípios e situação de residência anterior e atual (Tabela 14) dos passageiros. Assim, detectaram-se como focos de evasão (municípios de residência anterior) as áreas do Mearim (Bacabal, Pedreiras, Esperantinópolis, Pio XII, Lago Verde, São Mateus, Olho d'Água das Cunhãs), Médio Mearim (D. Pedro, Presidente Dutra, São Domingos), Pindaré (Vitorino Freire, Monção, Pindaré Mirim, Lago da Pedra, Bom Jardim) e Itapecuru (Codó, Itapecuru Mirim, Timbiras). Com menor importância apareceram a Aglomeração de Teresina (Timon, Teresina), a Baixada Ocidental Maranhense (Penalva, Vitória do Mearim, Arari), a área do Grajaú (Barra do Corda e Grajaú) e o Município de Vargem Grande.

Como principais Municípios, sejam emissores, sejam receptores de migrantes, destacaram-se: São Luís, Marabá, Santa Luzia, Imperatriz e Santa Inês, tendo sido o quadro urbano a origem e o destino predominante dos deslocamentos. Foi possível

TABELA 13
DESTINO FINAL DOS PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELA ESTRADA DE FERRO
CARAJÁS — JULHO/1986

MUNICÍPIO OU ÁREA	NÚMERO DE PASSAGEIROS POR DESTINO FINAL							
	Total							
	Total		Área rural		Povoado/vila		Cidade	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	267	100,0	5	1,9	91	34,1	170	63,7
Marabá (PA).....	83	31,1	3	1,1	47	17,6	33	12,4
Imperatriz (PI/MA).....	36	13,5	—	—	6	2,2	30	11,2
Santa Luzia (MA).....	27	10,1	1	0,4	21	8,0	5	1,9
Açailândia (MA).....	17	6,4	—	—	4	1,5	13	4,9
São Luís (MA).....	15	5,6	—	—	—	—	15	5,6
Área do Pindaré (MA).....	19	7,1	—	—	3	1,1	16	6,0
Área do Mearim (MA).....	14	5,3	—	—	—	—	14	5,3
Aglomeracão de Teresina (PI/MA).....	8	3,0	—	—	—	—	8	3,0
Área de Tucuruí (PA).....	7	2,6	—	—	—	—	7	2,7
Área do Itapecuru (MA).....	6	2,2	—	—	1	0,4	5	1,9
Baixada Ocidental Maranhense (MA).....	4	1,5	—	—	—	—	4	1,5
Área do Xingu (PA).....	3	1,1	—	—	2	0,7	1	0,4
Itaituba (MA).....	3	1,1	—	—	—	—	3	1,1
Área do Grajaú (MA).....	2	0,7	—	—	1	0,4	1	0,4
Outras áreas (MA).....	5	1,9	1	0,4	1	0,4	3	1,1
Outras áreas (PA).....	3	1,1	—	—	2	0,7	1	0,4
Outros estados.....	14	5,3	—	—	3	1,1	11	4,1
Sem declaração.....	1	0,4	—	—	—	—	—	—

MUNICÍPIO OU ÁREA	NÚMERO DE PASSAGEIROS POR DESTINO FINAL					
	Trajeto: Anjo da Guarda/Parauapebas			Trajeto: Parauapebas/Anjo da Guarda		
	Área rural	Povoado/vila	Cidade	Área rural	Povoado/vila	Cidade
TOTAL.....	3	68	66	2	23	104
Marabá (PA).....	3	47	32	—	—	1
Imperatriz (MA).....	—	5	10	—	1	20
Santa Luzia (MA).....	—	11	1	1	10	4
Açailândia (MA).....	—	—	8	—	4	5
São Luís (MA).....	—	—	—	—	—	15
Área do Pindaré (MA).....	—	—	1	—	3	15
Área do Mearim (MA).....	—	—	—	—	—	14
Aglomeracão de Teresina (PI/MA).....	—	—	—	—	—	8
Área de Tucuruí (PA).....	—	—	7	—	—	—
Área do Itapecuru (MA).....	—	—	—	—	1	5
Baixada Ocidental Maranhense (MA).....	—	—	2	—	—	2
Área do Xingu (PA).....	—	2	—	—	—	1
Itaituba (MA).....	—	—	3	—	—	—
Área do Grajaú (MA).....	—	—	—	—	1	1
Outras áreas (MA).....	—	—	—	1	1	3
Outras áreas (PA).....	—	2	1	—	—	—
Outros estados.....	—	1	1	—	2	10
Sem declaração.....	—	—	—	—	—	—

FONTE — Pesquisa IBGE/CVRD. Amostra realizada nos dias 7, 14 e 16 de julho de 1986.

TABELA 14
SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR E ATUAL, SEGUNDO A UNIDADE DA
FEDERAÇÃO, MUNICÍPIO E ÁREA, DOS PASSAGEIROS TRANSPORTADOS PELA
ESTRADA DE FERRO CARAJÁS – JULHO/1986

UNIDADES DA FEDERAÇÃO, MUNICÍPIO OU ÁREA	NÚMERO DE DECLARANTES POR SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR E ATUAL (%)							
	Total		Área Rural Dispersa		Povoado ou Vila		Cidade	
	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual
TOTAL.....	100,0	100,0	3,4	3,4	21,4	35,6	67,8	61,0
MUNICÍPIOS								
São Luís (MA)	8,2	14,6	–	–	–	–	8,2	14,6
Santa Inês (MA).....	5,2	3,4	0,4	0,4	1,5	–	3,4	3,0
Santa Luzia (MA)	4,9	12,4	0,4	0,4	2,3	11,2	2,3	0,7
Marabá (PA).....	4,5	27,0	–	–	0,4	13,9	4,1	13,1
Imperatriz (MA)	3,8	7,8	–	0,4	1,1	1,5	2,6	6,0
Açailândia (MA).....	2,3	5,2	0,4	1,1	–	1,1	1,9	3,0
ÁREAS								
Área do Mearim (MA)	12,0	3,7	0,7	–	2,3	0,4	9,0	3,4
Área do Pindaré (MA).....	6,8	4,5	–	0,7	4,1	2,3	2,6	1,5
Área do Itapecuru (MA).....	4,9	3,0	0,4	–	2,3	0,4	2,3	2,6
Aglomerado de Teresina (PI/MA).....	4,1	3,4	0,4	–	–	–	3,8	3,4
Baixada Ocidental Mara- nhense (MA)	3,8	1,1	–	–	1,1	0,7	2,6	0,4
Área do Grajaú (MA).....	2,3	0,4	–	–	1,1	–	1,1	0,4
Área do Parnaíba (MA)	1,1	–	–	–	0,7	–	0,4	–
Outras Áreas do Maranhão .	5,2	3,0	0,4	0,4	1,1	1,1	3,8	1,5
ESTADOS								
Piauí (PI).....	4,1	1,5	–	–	0,7	0,7	3,4	0,7
Ceará (CE)	4,1	0,4	–	–	0,4	–	3,8	0,4
Pará (PA).....	4,1	4,1	0,4	–	1,1	1,1	2,6	3,0
Goiás (GO).....	1,5	0,7	–	–	0,4	–	1,1	0,7
São Paulo (SP).....	1,5	0,7	–	–	–	–	1,5	0,7
Minas Gerais (MG)	1,5	0,4	–	–	–	–	1,5	0,4
Rio de Janeiro (RJ)	1,1	–	–	–	–	–	1,1	–
Bahia (BA)	1,1	0,7	–	–	–	–	1,1	0,7
Espírito Santo (ES)	0,7	–	–	–	–	–	0,7	–
Distrito Federal (DF)	0,7	–	–	–	–	–	0,7	–
Amapá (AP)	0,7	–	–	–	–	–	0,7	–
Mato Grosso (MT).....	0,4	–	–	–	0,4	–	–	–
Pernambuco (PE)	0,4	0,4	–	–	–	–	0,4	0,4
Paraíba (PB)	0,4	–	–	–	–	–	0,4	–
Não migrantes.....	7,1	–	–	–	–	–	–	–
Sem especificação	1,1	1,6	–	–	0,4	1,1	0,7	0,4
Sem declaração.....	0,4	–	–	–	–	–	–	–

FONTE – Pesquisa IBGE/CVRD. Amostra realizada nos dias 7, 14 e 16 de julho de 1986.

igualmente registrar que 67,8% dos migrantes vieram de cidades, 21,4% de povoados ou vilas e 3,4% de áreas rurais dispersas, e se destinaram em 61,0% para as cidades, em 35,6% para povoados e vilas e em 3,4% para áreas rurais dispersas. Isto nos permite concluir que são as periferias urbanas os focos tanto da saída como da chegada dos migrantes, comprovando seu papel de *locus* da mobilidade e da reprodução da força de trabalho, ou seja, daquela população já dissociada dos meios de produção e que se proletariza. No caso dos destinos urbanos, destacaram-se São Luís, Marabá e Imperatriz como os principais focos receptores, demonstrando sua importância crescente na estruturação da rede urbana regional.

Por outro lado, o razoável percentual de migrantes oriundos de povoados/vilas e o aumento relativo de sua importância como situação de domicílio de destino tornam necessário um maior conhecimento da especificidade destas categorias de aglomerados em áreas de fronteira. Assim, se considerarmos os municípios de maior ocorrência destes povoados, veremos que, no caso de Santa Luzia, os mesmos apresentam-se fundamentalmente como sede de pequenos produtores rurais (ex.: Mineirinho, Auzilândia, Presa de Porco e Alto Alegre, este último também com função de comercialização de produtos rurais, em especial o arroz). Já no Município de Marabá, os povoados caracterizam-se pelo seu crescente papel de "reservatórios de mão-de-obra", dispendo-se ao longo das principais rodovias, apresentando uma população economicamente ativa mais diversificada, isto é, de pequenos comerciantes, garimpeiros, volantes, prostitutas e pequenos produtores rurais, além de uma considerável massa de desempregados e "ambulantes".

Ao se verificar a dinâmica do Município de Marabá, impõe-se um comentário sobre o aglomerado de Serra Pelada, ponto focal das migrações temporárias para o garimpo no Pará. Pesquisa⁵ realizada no local apontou que 49,3% dos garimpeiros deslocados de 1984 a 1986 procederam do Maranhão,

30,8% do Pará, 9,2% de Goiás, 4,6% do Piauí e 1,7% do Ceará, cabendo ao conjunto dos demais estados apenas 4,4%. Quanto à situação de domicílio destas pessoas, foi possível concluir que 74,6% eram provenientes de cidades, 21,5% de povoados e vilas e 3,8% de áreas rurais dispersas (seja de fazendas, seja de zonas de colonização ao longo de rodovias, como os assentamentos do INCRA no Pará).

Uma tentativa de espacializar estas procedências, permitiu identificar que do total de garimpeiros provenientes de povoados e vilas, 57% eram oriundos do Maranhão e tinham suas atividades ligadas à terra, demonstrando uma vez mais que o garimpo constitui, para estas áreas, uma estratégia de sobrevivência, tanto para os pequenos produtores no período da entressafra na lavoura quanto para os "sem-terra", que dela vão sendo progressivamente liberados.

Apesar de se admitir que a lavoura é a atividade origem de grande parte dos garimpeiros, há que perceber, no caso de Serra Pelada, o urbano como situação de domicílio anterior predominante. O fato pode estar a indicar, entretanto, uma característica do processo de urbanização levado a efeito em áreas de fronteira, isto é, a proliferação das periferias de pequenas e médias cidades como local de aporte dos "deserdados da terra" e que lá aguardam o momento de ingresso no mercado de trabalho, seja local ou não. Nesse momento, as "empreitadas de mão-de-obra" para serviço assalariado temporário, nas fazendas, bem como o garimpo, constituem atividades esperadas.

Outra faceta da população regional, passível de ser considerada, é a referente à estrutura de suas atividades. Como principais grupos de ocupação anterior foram apontadas as ocupações da agropecuária (29,7%), seguidas pelas ligadas ao comércio e atividades auxiliares (15,0%), bem como de indústrias de transformação e construção civil (13,5%). Apesar destes mesmos grupos continuarem sendo os mais significativos na ocupação atual, foi possível registrar variações quanto ao grau de importância de alguns subgrupos. Assim, paralelo a uma di-

⁵ Amostra de 2,0% realizada na Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada – COOGAR – nos dias 10, 11 e 12 de julho de 1986.

minuição dos trabalhadores na agropecuária, constataram-se aumentos nas ocupações relacionadas ao garimpo, ao comércio por conta própria, à construção civil e, em menor importância, às atividades da indústria de móveis, assim como às ocupações de prestação de serviços (em especial de porteiros, serventes e domésticas). Já categorias específicas como "dona-de-casa" e "procurando trabalho" aumentaram consideravelmente.

Conclui-se, portanto, pela existência de um mercado de trabalho em formação, onde, de um lado, ocorre a diminuição das ocupações ligadas à lavoura como decorrência da entrada de grandes fazendas de pecuária, e, de outro, o crescimento de grupos de ocupação de caráter urbano, como é o caso do pequeno comerciante, da prestação de serviços e das atividades ligadas ao beneficiamento da madeira, típicos de áreas de fronteira. A produção extrativa mineral (garimpo), pela sua natureza, surge como uma atividade intermediária entre os quadros rural e urbano, ao mesmo tempo em que, pelas atividades complementares que agrega (o pequeno comércio de merca-

dorias, a prostituição, os serviços de alimentação, etc.), propicia um embrião de urbanização. Ocupações ligadas à construção e/ou conservação de estradas e ferrovias, ao lado das referentes às atividades de reparação (mecânica), de alimentação e alojamento, proliferam ao longo dos principais eixos de penetração. Outro fato a ser registrado é o aumento, nas periferias dos principais centros urbanos, dos contingentes de desempregados com origem rural, aposentados do FUNRURAL, donas-de-casa e dos integrantes das ocupações "mal definidas", o que reflete, em certa medida, uma transição na estruturação do mercado de trabalho regional, com nova divisão social do trabalho, característica de áreas de fronteira.

Quanto à posição na ocupação (Tabela 15), declarada pelos passageiros da EFC, constitui excelente indicador das relações sociais de trabalho. A comparação das situações anterior e atual permitiu perceber que a dinâmica da ocupação recente na área efetuou-se a partir da diminuição do número de posseiros, arrendatários, agregados rurais e dos ocupados em trabalho familiar

TABELA 15
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO ANTERIOR
E ATUAL, PELA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS — JULHO/1986

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PERCENTAGEM DE DECLARANTES	
	Posição anterior (%)	Posição atual (%)
TOTAL	100,0	100,0
Empregado rural permanente	—	0,4
Empregado rural temporário (volante)	3,7	3,4
Arrendatário	5,2	1,9
Agregado rural	3,0	1,9
Posseiro	10,5	5,2
Proprietário rural	2,2	1,5
Trabalho familiar sem remuneração	2,6	1,1
Empregado urbano	34,8	34,8
Conta-própria urbano	12,0	13,1
Empregador urbano	1,9	2,6
Desempregado	0,8	5,6
Dona-de-casa	9,0	9,4
Inativo (estudante e aposentado)	10,5	8,6
Garimpeiro assalariado	1,1	5,2
Garimpeiro cotista (meia-praça)	0,8	3,0
Outros	0,8	1,1
Sem informação	1,1	1,1

FONTE — Pesquisa IBGE/CVRD. Amostra realizada nos dias 7, 14 e 16 de julho de 1986.

sem remuneração, além dos pequenos proprietários rurais; por outro lado, cresceu o número dos desempregados, dos "contra-próprios urbanos", dos garimpeiros (assalariados e semi-assalariados) e das "donas-de-casa". Já os empregados, tanto urbanos como rurais, tiveram uma certa permanência de participação, indicando, portanto, que a ferrovia é um elemento que possibilita a circulação da força de trabalho assalariado nestas áreas de fronteira.

CONCLUSÕES

a) O fato de uma ferrovia de 890 km ter sido construída sobre extensos e diversificados espaços, ocupados por populações que certamente não foram consultadas sobre a conveniência de tal empreendimento, levou ao questionamento da sua real função regional e social. Os estudos realizados permitiram perceber que a população está descobrindo a ferrovia e que esta, ao ampliar sua função inicial de transporte de minério de ferro com vistas ao mercado externo, passando a deslocar pessoas que lhe são "ribeirinhas", parece estar se transformando numa via de caráter efetivamente regional. Neste sentido, entende-se que a ferrovia atende às necessidades do capital, tanto no que se refere às possibilidades de maior lucro (complexo mina-ferrovia-porto), quanto à estruturação do mercado de trabalho (via aumento da circulação da força de trabalho). É importante, pois, reconhecer que esta recente função da ferrovia, em prestar serviços à população, devolve à região, em alguma medida, a possibilidade de uma rearticulação do ponto de vista sócio-econômico.

b) A ocupação capitalista das áreas ao longo da Estrada de Ferro Carajás vem-se processando, sobretudo, através da concentração fundiária e do avanço do assalariamento. Esta região de fronteira, onde há pouco menos de uma década falava-se em "espaços vazios" e em projetos de colonização dirigidos para o povoamento, caracteriza-se hoje pela presença de imensos "canteiros de mão-de-obra" formados pela rotatividade de uma população extremamente móvel do ponto de vista espacial

e ocupacional, refletindo uma urbanização crescente. Esta se desenvolve alimentada por uma migração explosiva ocasionada, de um lado, pela quase impossibilidade de acesso à terra por parte dos pequenos produtores, e, de outro, pela desmobilização das frentes de trabalho (setor da construção civil) ligadas às grandes obras de infraestrutura regional (Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Estrada de Ferro Carajás, Rodovias PA-275, PA-070, etc.). Tal "mão-de-obra" liberada, bem como os desapossados da terra, localizara-se tanto nas periferias dos centros urbanos (Marabá apresentou um crescimento populacional de 206,0% e Imperatriz, de 65,6%, totalizando 265 900 pessoas no período 80/85), quanto em povoados ao longo das principais rodovias (destacando-se Rio Verde, Parauapebas, Curionópolis e Eldorado).

A não implantação de uma efetiva reforma agrária, ao lado do brusco "desenvolvimento industrial" esperado a partir da implantação de siderurgias para produção de ferro gusa (preconizado pelo Programa Grande Carajás), permite prever para a região gravíssimos conflitos, decorrentes da intensificação do afluxo migratório urbano e da precariedade (em alguns casos, inexistência) dos serviços de saúde, educação, água, luz e saneamento básico.

c) O garimpo, atividade largamente disseminada na região, antes de ser um fator de atração migratória, constitui uma estratégia de sobrevivência. Isto ocorre, tanto para as populações anteriormente vinculadas à terra (pequenos produtores que se deslocam no período de entressafra da lavoura), quanto para os "sem-terra", os quais, juntamente com os desempregados e subempregados urbanos, apostam numa solução, ou pelo menos numa melhoria temporária de sua condição de miséria crescente: um jogo no qual esta maioria é perdedora. Configura-se, assim, como uma das formas de penetração do capitalismo na fronteira. Este tipo de trabalho assalariado iniciou-se quando muitos sócios de barranco (então ainda na condição de "conta-própria" não puderam arcar com as despesas do empreendimento e passaram, progressivamente, a trabalhar como "meia-praça" e "diarista". Pode ser dito, portanto, que o garim-

po propicia uma nova divisão social do trabalho onde figuram, de um lado, os detentores dos meios de produção (donos de barranco, donos de moinho, comerciantes) e, de outro, os assalariados e os semi-assalariados.

d) Ainda que não haja dúvidas sobre a ocorrência de lucros, do ponto de vista econômico, tanto a nível nacional, quanto internacional, questiona-se o ônus que a região vem pagando pelo modelo de crescimento econômico aí instalado nos últimos dez anos e que deflagrou transformações estruturais significativas. Assim, pode ser identificado um ônus ambiental, decorrente da agressão ecológica à Amazônia e um ônus social, representado pelo elevado desemprego e subemprego, prostituição, instabilidade ocupacional, deterioração do nível de vida das populações, além do desarraigamento do homem da terra, efeitos dire-

tos da migração e da urbanização descontroladas aí vigentes.

Quanto à questão ambiental é fácil reconhecer que a devastação acelerada da cobertura vegetal vem-se intensificando com a derrubada dos babaçuais (Maranhão) e queimada dos castanhais (Pará), objetivando a formação de pastagens para a pecuária extensiva, a qual assegura a propriedade das terras até então devolutas. Este quadro tende ainda a se agravar com o programa de carvoamento para a produção de ferro gusa, preconizado pelo Programa Grande Carajás.

Do ponto de vista social, há que reconhecer que a intensificação dos conflitos — expressos em invasões tanto de propriedades rurais quanto de periferias urbanas — reflete uma reação da população num contexto onde ela não participa a não ser enquanto força de trabalho nos mercados local e regional.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha K.; MACHADO, Lia O. Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, 32: 26-50, 1982. ✓
- BECKER, Olga M. S. O significado das migrações em sociedades periféricas; comentários a partir do caso brasileiro. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre, 10: 18-32, 1983. ✓
- COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo G. Carajás; processo decisório e impacto espacial. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, 32: 103-18, 1982. ✓
- DIAGNÓSTICO sócio-econômico da Área do Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro, IBGE/DAG/DEGEO. 1982. 162 p. (mimeo).
- ESTUDO comparativo de áreas do Programa Grande Carajás, segundo estrutura e mobilidade de força de trabalho. Rio de Janeiro, IBGE/DGC/DEGEO. 1986. (mimeo).
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade de trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Editorial Estampa. 1977. 405 p.
- HEES, Dora R. Apropriação do espaço nas áreas de fronteira agrícola brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 44 (4): 703-19, out./dez. 1982. ✓
- MACHADO, Lia O. Urbanização e Migração na Amazônia Legal; sugestão para uma abordagem geopolítica. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, 32: 1-10, 1982. ✓
- MIRÓ, Carmen; RODRIGUES, Daniel. Capitalismo y población en el agro latinoamericano; tendencias y problemas recientes. *Revista de la CEPAL*. Santiago, (16): 53-75, 1982. ✓
- SALATI, Eneas et alii. Amazônia; desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo, Brasiliense, 1983. 327 p.

RESUMO

Pretende-se, neste estudo, caracterizar o processo migratório desencadeado ao longo dos municípios cortados pela Estrada de Ferro Carajás, tentando identificar os mecanismos comuns de apropriação desses espaços. Busca-se, também, entender o significado das migrações nesta etapa de reocupação de áreas em retarguarda de fronteira.

O trabalho foi desenvolvido através de uma leitura censitária dos deslocamentos populacionais e complementada por um estudo sobre a tendência migratória recente, percebida a partir de pesquisa direta realizada com passageiros transportados pela ferrovia.

A área em foco representa um exemplar modelo de transição do rural para o urbano, tendo em vista o caráter predominantemente rural das populações que se destinam às suas periferias urbanas, e a função crescentemente urbana dos aglomerados rurais (povoados) que se multiplicam ao longo das rodovias e principais eixos de penetração.

A ocupação capitalista desses espaços vem-se processando, entre outros aspectos, através do avanço do assalariamento, destacando-se a proliferação de verdadeiros "canteiros de mão-de-obra", alimentados por uma população extremamente móvel, tanto do ponto de vista espacial, quanto ocupacional. Tal mobilidade decorre, em especial, da progressiva dificuldade de acesso à terra enfrentada pelo pequeno produtor.

Por outro lado, a análise da posição na ocupação apresentada pelos migrantes recentes revelou, também, a ocorrência de formas intermediárias nas relações de produção, como são exemplos as categorias "conta-própria" e "sem remuneração", que atestam a presença, ainda importante na área, das relações não tipicamente capitalistas. Assim, a manutenção, de um lado, destas formas intermediárias nas relações de trabalho, e, de outro, a expansão do assalariamento permitem inferir a ocorrência de uma reestruturação do mercado de trabalho na área em questão.

CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE*

Elena Salvatori**

Lydia Angelica Gómez de Perez Habiaga***

Maria do Carmo Thormann****

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é conhecer a produção do espaço urbano da cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, concretizada através do crescimento "urbanizado" horizontal ao longo do tempo, desde sua fundação em 1737¹.

A criação do Rio Grande está relacionada aos esforços portugueses em alargar seu território, disputando a porção oriental do Rio da Prata aos espanhóis. Sua importância geopolítica ligava-se à proximidade com a Colônia do Sacramento, marco mais avançado do Império de Portugal, ao sul da América Meridional, bem como às possibilidades de acesso ao interior do território via Bacia do Prata e rede hidrográfica da Lagoa dos Patos, constituindo o porto marítimo mais próximo do sul do país.

Nestas circunstâncias, as adversidades do sítio urbano, localizado numa região de restingas ativas na planície costeira, e a conseqüente presença de dunas e lençóis de areia, seqüências lagunares e de banhados, vegetação campestre pobre e ventos constantes não foram suficientes para suplantarem o valor estratégico do sítio como possibilidade técnica de implantação portuária e defesa do portal de entrada do Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo a instabilidade do Canal de Navegação na entrada da Barra do Rio Grande foi enfrentada sistematicamente, fixando-se definitivamente com a construção dos molhes no início deste século.

Rio Grande, como produto de determinantes político-institucionais, de função portuária e posterior desenvolvimento comercial/industrial, apresenta um comportamento peculiar que procuraremos analisar (Figura 1).

* Recebido para publicação em 28 de abril de 1988.

** Arquiteta, professora em Curso de Especialização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS e Universidade Lutericana do Brasil — ULBRA e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

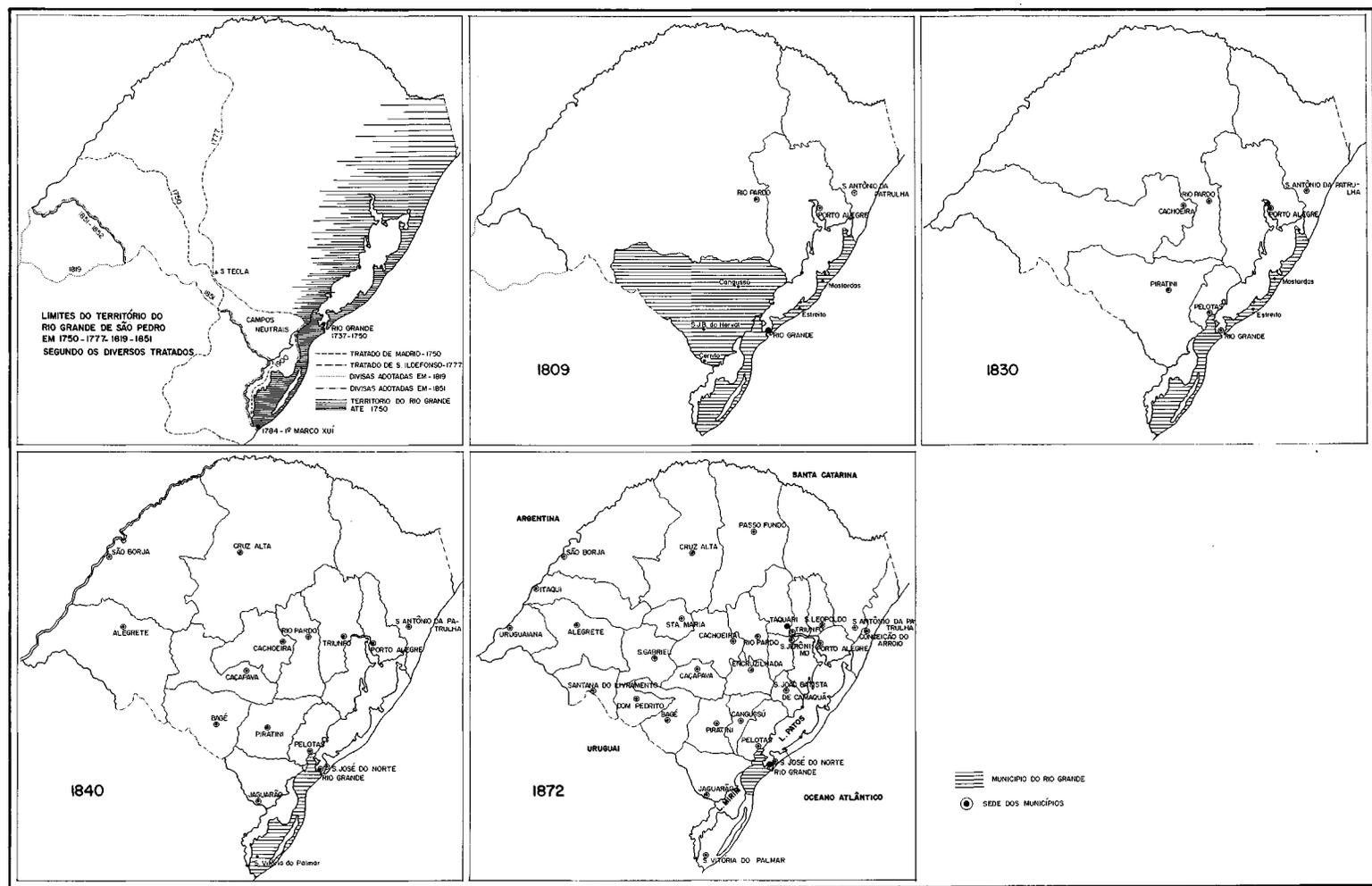
*** Arquiteta da Fundação Universidade do Rio Grande — FURG.

**** Arquiteta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.

¹ A Villa do Rio Grande foi criada pela provisão de 17 de julho de 1767. A partir de 1809, por necessidade de descentralização administrativa civil e judiciária, o território foi dividido, sucessivamente, até sua configuração atual (Figura 1).

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 51 (1): 27-72, jan./mar. 1989.

FIGURA 1
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



Evolução cronológica dos limites do Município do Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul.

FONTE: "Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul. Criação dos municípios". IGRA, 1965.

METODOLOGIA EMPREGADA

Para atingir os objetivos propostos por este trabalho, foram utilizados os seguintes dados e informações:

1) mapas, cartas e plantas topográficas da cidade — desde sua fundação — que apresentassem informações relativas à ocupação ou expansão urbana ou, ainda, detalhes do sítio. Este material cartográfico, pesquisado junto à Biblioteca Riograndense e Prefeitura Municipal do Rio Grande, ajustadas as escalas e projeções, foi superposto para definir os sentidos do crescimento.

O comportamento do crescimento “urbano” apresenta duas etapas bem distintas:

- a) a do núcleo histórico, até 1869, de ocupação mais lenta; e
- b) a contemporânea, após 1904, de registros mais freqüentes e de ocupação mais acelerada.

Entre 1869 e 1904, o material pesquisado foi insuficiente para informar ao objetivo proposto, não devendo ser, porém, considerado um período de estagnação do crescimento;

2) limites urbanos da cidade definidos pela legislação municipal e sua relação com as áreas efetivamente ocupadas;

3) loteamentos aprovados e implantados, a partir de 1940, quando este tipo de parcelamento substitui as formas anteriores sem controles institucionais, constituindo, a partir daí, instrumento quase exclusivo para a transformação do solo não-urbano em urbanizado. O Balneário Cassino, criado em 1888, é um caso particular que antecede o sistema de loteamentos que comentaremos à parte. A utilização destes dados permitiu a confirmação das informações constantes nas plantas gerais da cidade; e

4) dados demográficos de 1940 em diante que, juntamente com a densidade domiciliar (população/n.º de domicílios), permitiram estabelecer as relações de demanda e oferta de terrenos, de acordo com os loteamentos criados.

O lançamento das áreas efetivamente ocupadas, conforme demonstrado nas Figuras 2 a 13, não leva em consideração dados

populacionais de densidades brutas ou líquidas, bastando já ter sido iniciado o processo de ocupação.

Para a análise do comportamento da ocupação horizontal, incluímos alguns indicadores sócio-econômicos importantes para o entendimento do processo de “urbanização” que possibilitam, pelas hipóteses implícitas, futuros estudos de cada aspecto em particular.

ANÁLISE DO CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE

Fundamentos Históricos — Análise das Cartas

O assentamento urbano da Cidade do Rio Grande teve início com a construção do Forte Jesus-Maria-José, em 19 de fevereiro de 1737. A instalação do Rio Grande, situado entre Laguna e Buenos Aires, teve um importante papel estratégico, somado à sua condição de porto natural, na defesa e manutenção do território pelos portugueses. Durante muito tempo, Rio Grande permaneceria como um acampamento militar, onde as condições de isolamento, agravado pelos fatores climáticos e de sítio, necessitaram esforços contínuos para sua manutenção. O desenvolvimento posterior foi possível através do reforço da posição comercial do porto, único por onde escoaria a produção agropastorial do “Continente” por muito tempo.

Este Forte gerou ao seu redor uma pequena aglomeração populacional. Dados os precários materiais com que foi construído, porém, foi suplantado, já em 1738, pela Fortificação do Estreito de Sant’Anna. De 1738 a 1749 havia, então, duas povoações — a do Porto e a do Estreito, mais populosa². A partir de 1747, o avanço das areias sobre a povoação do Estreito já havia feito a população praticamente abandoná-la. Em 1752, não havia mais nada além de traços da antiga povoação, cujas construções foram desmontadas para reaproveitamento do material nas edificações do Porto (Figura 2).

² Queiróz, Maria Luiza Bertuline, p.65, v. Bibliografia.

O primeiro registro em forma de planta, existente na Biblioteca Riograndense, data de 1767. O assentamento urbano assume uma forma linear acompanhando a margem norte da península e o Forte ocupa uma posição visualmente privilegiada em relação à desembocadura da Lagoa dos Patos (Figura 3).

Entre 1763 e 1776³, a Villa do Rio Grande foi ocupada por espanhóis e o assentamento original deteriorou-se. Com a chegada dos espanhóis, a população açoriana dispersou-se, contribuindo para a formação de novos núcleos de povoação no "Continente". O registro seguinte, datado de 1776, indica praticamente a mesma área da ocupação, apenas a linha de margem avança um pouco mais ao norte, sugerindo algum melhoramento no porto natural, o que é contrariado pelos testemunhos históricos. Segundo estes, as condições de abandono e miséria da povoação exigiram, após a retirada dos espanhóis, trabalho árduo para torná-la novamente habitável.

Até 1780, a agricultura era de subsistência, estando Rio Grande totalmente dependente do abastecimento do mercado externo. A criação limitava-se na região a mulas e cavalos, indispensáveis para o intercâmbio e comércio⁴. A partir desta data, as atividades portuárias intensificaram-se, devido à perda da Colônia do Sacramento e ao início do Ciclo do Charque no Rio Grande do Sul, cuja produção viria a escoar por Rio Grande.

A partir de então, em face da expansão da produção de charque, houve um crescimento urbano acentuado. A dragagem do cais e a construção do porto em 1823 permitiram receber os navios com mais de 200 toneladas que até então atracavam no porto de São José do Norte, sendo a travessia feita por embarcações de pequeno porte⁵.

No início do Século XIX, a Villa do Rio Grande havia se tornado o principal centro de comércio do território, modificando sua histórica fundação militar.

Em 1829, foi elaborada a primeira planta que mostra o sítio urbano com maiores detalhes. Através dela é possível saber que o crescimento da cidade ao sul era prejudicado pelas altas dunas existentes, e, ao leste, pelos baixios inundáveis. Esta planta mostra, ainda, o limite urbano projetado, com suas ruas e quadras, e as edificações existentes que ocupavam cerca de 50% do limite total projetado, o que pode ser considerado o primeiro plano de diretrizes urbanas. Encontramos, ainda, citações bibliográficas que afirmam que a cidade, que se estendia mais a oeste, perdeu várias quadras e edificações pela invasão de dunas móveis⁶ (Figura 4).

A prosperidade trazida pela intensificação do comércio foi responsável pela modificação da fisionomia da cidade, que já contava com construções sólidas e de bom aspecto, algumas preservadas até hoje, o que lhe imprime uma característica bem peculiar. Esta riqueza vai financiar e atrair a instalação de algumas indústrias importantes ainda no Século XIX.

A análise das cartas posteriores mostra a intensa modificação produzida pelo aluvionamento⁷ e, principalmente, por ação antrópica. A referência a dunas e alagadiços e o posterior crescimento da cidade naquelas direções sugerem que, num primeiro momento, as dunas foram usadas para recuar a linha de margem ao norte nas obras de melhoramento do porto primitivo e, também, para aterrar as zonas de baixios⁸. O limite ocidental da área urbana era representado pela linha de trincheiras onde está, hoje, a Av. Major Carlos Pinto⁹ (Figura 5).

³ Id. *ibid.*, p. 83, v. Bibliografia.

⁴ Id. *ibid.*, p. 142, v. Bibliografia.

⁵ Id. *ibid.*, p. 157, v. Bibliografia.

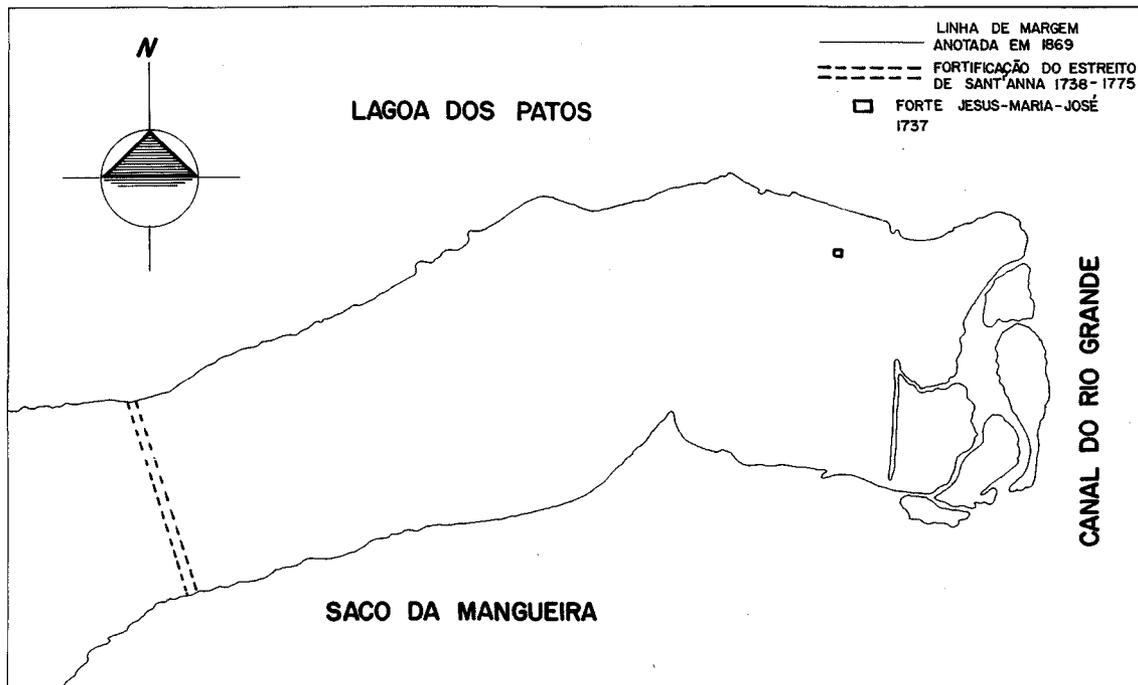
⁶ Saint-Hilaire, Auguste de, p. 62, v. Bibliografia.

⁷ Copstein, Raphael. O Reservatório da Hidráulica, construído em 1879, mantinha por Disposição Contratual, distâncias equidistantes entre as praias do norte e sul. Atualmente, a porção norte tem o dobro da largura.

⁸ Estatutos da Cia. Carris Urbanos do Rio Grande, p. 18 — Assembléia Geral de 23/03/1886 — demonstrava o potencial do Balneário Villa Sequeira como fornecedor de areias para aterro "quando, como breve acontecerá, o manancial ao lado dos cemitérios estiver esgotado".

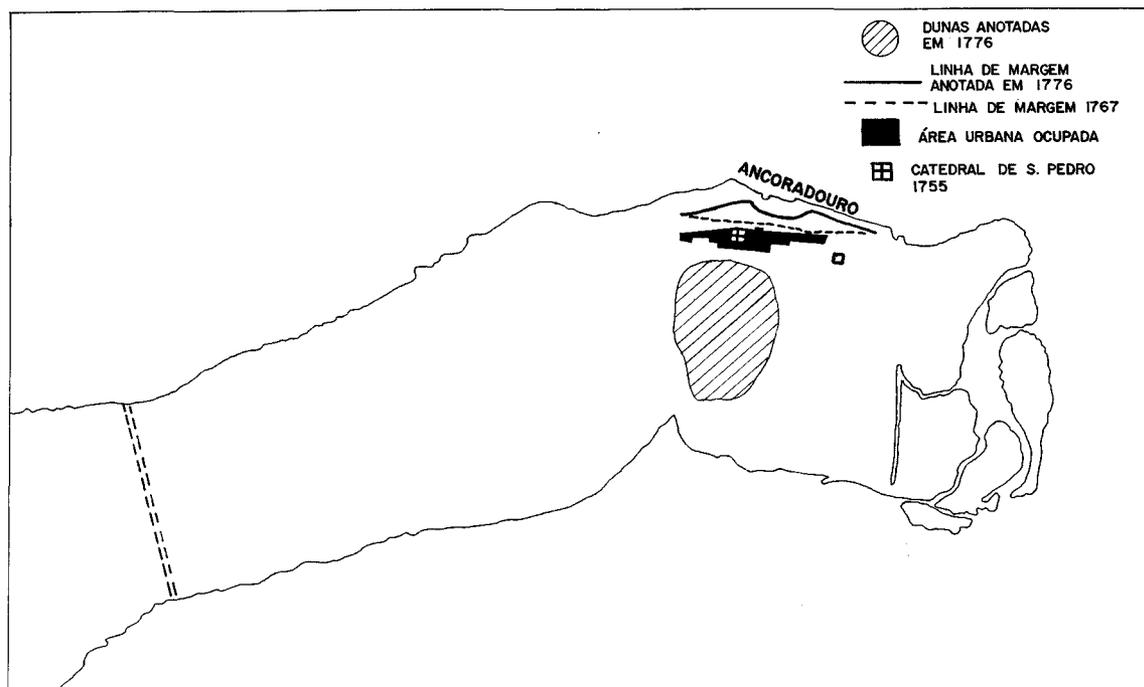
⁹ Copstein, Raphael. 1982, p. 65, p. 51, v. Bibliografia.

FIGURA 2
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



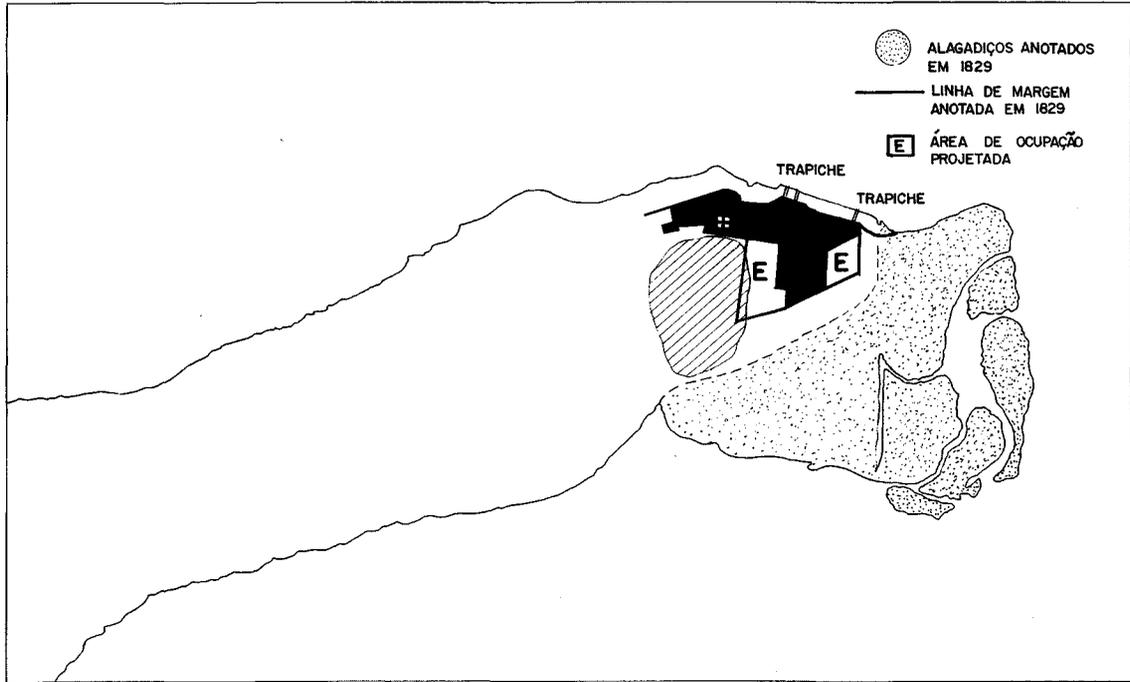
Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande – Núcleo Histórico, Fundação – 1737/1739.

FIGURA 3
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



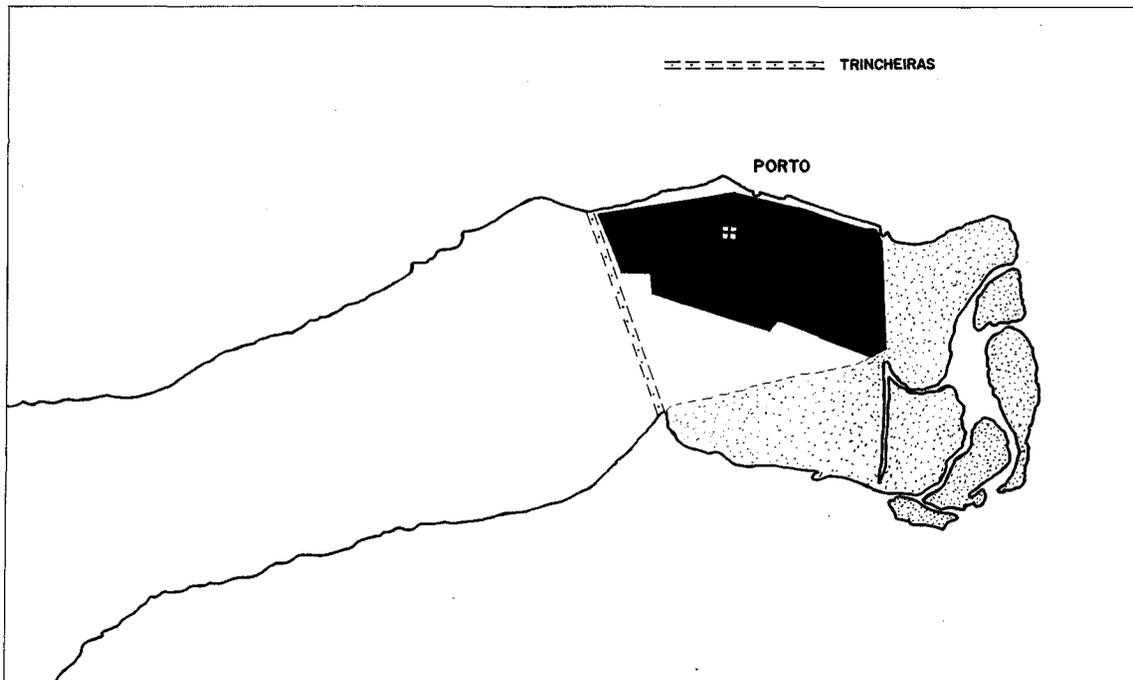
Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande – Núcleo Histórico, Fundação – 1767/1776.

FIGURA 4
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande — Núcleo Histórico. 1829.

FIGURA 5
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande — Núcleo Histórico, Fundação-1869.

A carta de 1904 mostra uma área de expansão urbana e a "Cidade Nova", além das antigas linhas de trincheiras, propostas da Câmara em torno de 1860/70, de feição longitudinal ao longo da Lagoa dos Patos e do principal acesso terrestre à cidade — a Estrada dos Carreiros. Por este caminho chegavam as tropas destinadas ao matadouro, em paralelo à estrada de ferro. Também está registrada, em carta, uma linha de limite urbano, definida pelo Decreto 29/1903 (Figura 6).

No final do século passado, teve início a execução de grandes projetos de melhoria da barra, e a construção do Porto Novo, o que resultou em considerável área aterrada com o material recuperado do aprofundamento do Canal de Navegação, a leste do centro histórico. Estas novas áreas, conquistadas ao Canal, tiveram sua ocupação limitada por constituírem reservas para ampliação das atividades portuárias.

O registro de 1922 mostra uma intensificação da ocupação junto ao Porto Novo e o preenchimento de alguns vazios junto às indústrias instaladas. No final do Século XIX, surgem atividades industriais, principalmente de fiação e tecelagem, com a Cia. União Fabril, que possuía, em 1910, mais de 1200 operários. Em 1917, instala-se, em Rio Grande, o Frigorífico Swift do Brasil, de capital norte-americano, que proporcionou empregos para 1 500 operários, em áreas arrendadas ao Porto Novo. Em 1937, é fundada a Cia. de Petróleo Ipiranga. É interessante observar que, desde então, apresenta-se uma tendência de especialização do espaço urbano, uma vez que estas indústrias localizam-se ao sul do centro histórico, junto ao Porto Novo, sempre próximas às margens que permitiam acesso da navegação e captação de águas (Figura 7). Em 1937, registrou-se expansão na direção da área projetada em 1904, em direção oeste ao longo da margem do Saco do Justino. Identifica-se a urbanização pelo sistema de quadras de tamanho maior em relação às limitadas nas décadas de 50 em diante. Está lançado, em planta, um aterro projetado, a norte, e não executado (Figura 8).

É notável, já no início do século, um núcleo de subabitações, decorrente do fluxo migratório provocado pela industrialização¹⁰, constituído de operários de baixa remuneração, empregados pelo Frigorífico Swift. Este núcleo localizou-se justamente nas áreas públicas reservadas para ampliação do Porto Novo, onde é, hoje, o bairro Getúlio Vargas, em lugar do bairro planejado pela Cie. Française, responsável pelas obras¹¹.

O período de industrialização, compreendido entre 1920 e 1950, propiciou um importante fluxomigratório, com operariado industrial clássico, de baixa renda e pouca instrução, o que favoreceu o processo de marginalização social. Em 1945, foram fixadas, pelo Decreto 324/45, zonas de permissão para construção de habitações econômicas e de madeira, sempre periféricas ao centro urbano.

O crescimento horizontal da cidade é contínuo até 1950, quando inicia a paralisação de diversas atividades fabris, refletindo uma diminuição do ritmo de ocupação. Foi aprovado, nesta época, o projeto de urbanização da zona sudeste da cidade, através da Lei 46/48, quando as terras que pertenciam à jurisdição do Porto foram incorporadas, apesar de já ocupadas pela Vila dos Cedros (bairro Getúlio Vargas).

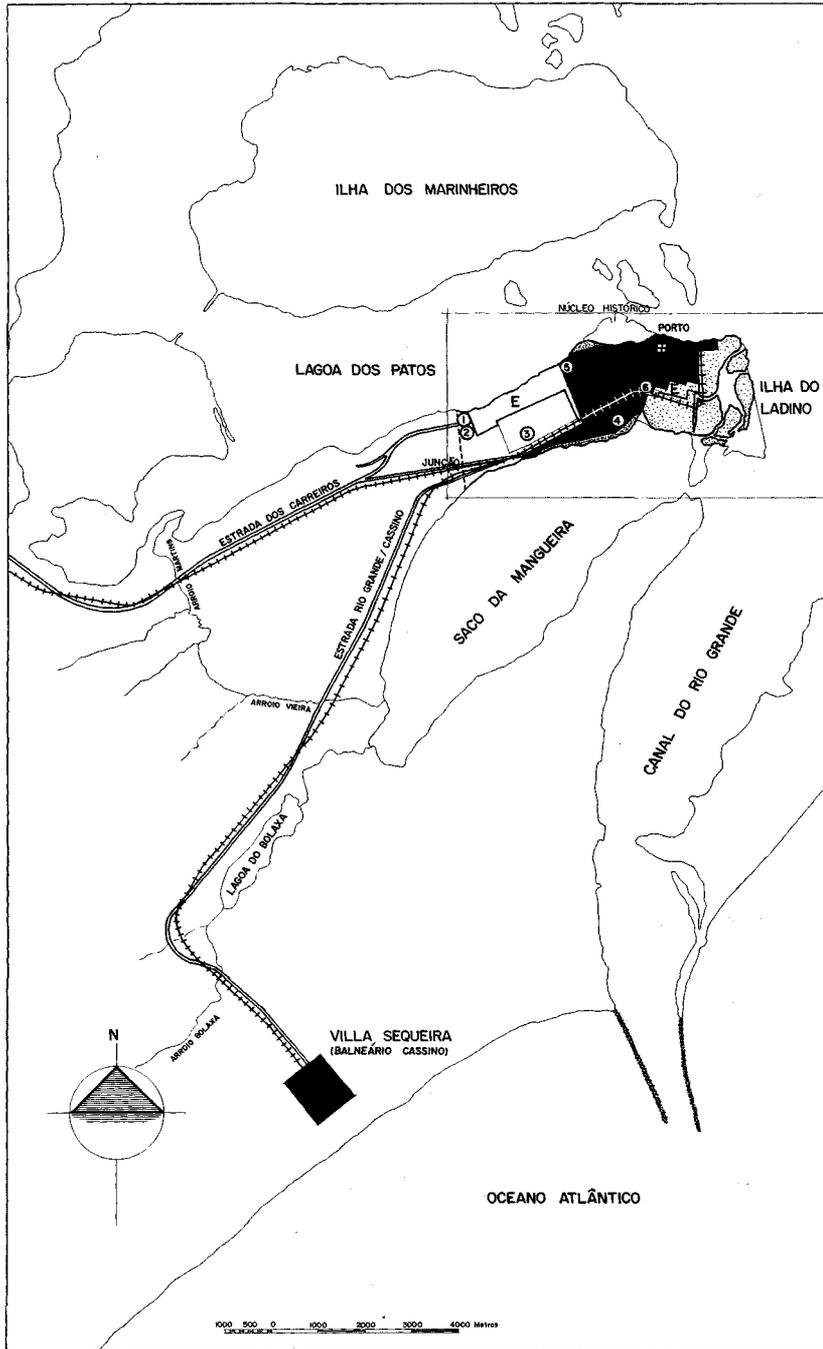
As décadas de 40/50 caracterizaram-se pela grande oferta de terrenos que, no entanto, foi excessiva para a demanda verificada, como pode ser comprovado no Quadro 1, onde a população passível de ser assentada nos terrenos ofertados é superior ao crescimento populacional registrado. Estes loteamentos localizaram-se, principalmente, em áreas distantes do centro urbano. Cabe salientar a localização de loteamentos ao longo da Estrada Rio Grande/Cassino, desde o entroncamento da Rodovia Rio Grande/Pelotas até o Balneário e nas proximidades deste. O Balneário Cassino, antiga Villa Sequeira, foi e é um núcleo polarizador que vem induzindo a "conurbação" Rio Grande/Cassino (Figura 9).

No seguinte decênio constata-se a ocupação de praticamente todo o trajeto da an-

¹⁰ Prefeitura Municipal de Rio Grande. 1972.

¹¹ Neves, Hugo Alberto Pereira. 1980, v. 2 — 1ª, p. 84, v. Bibliografia.

FIGURA 6
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE

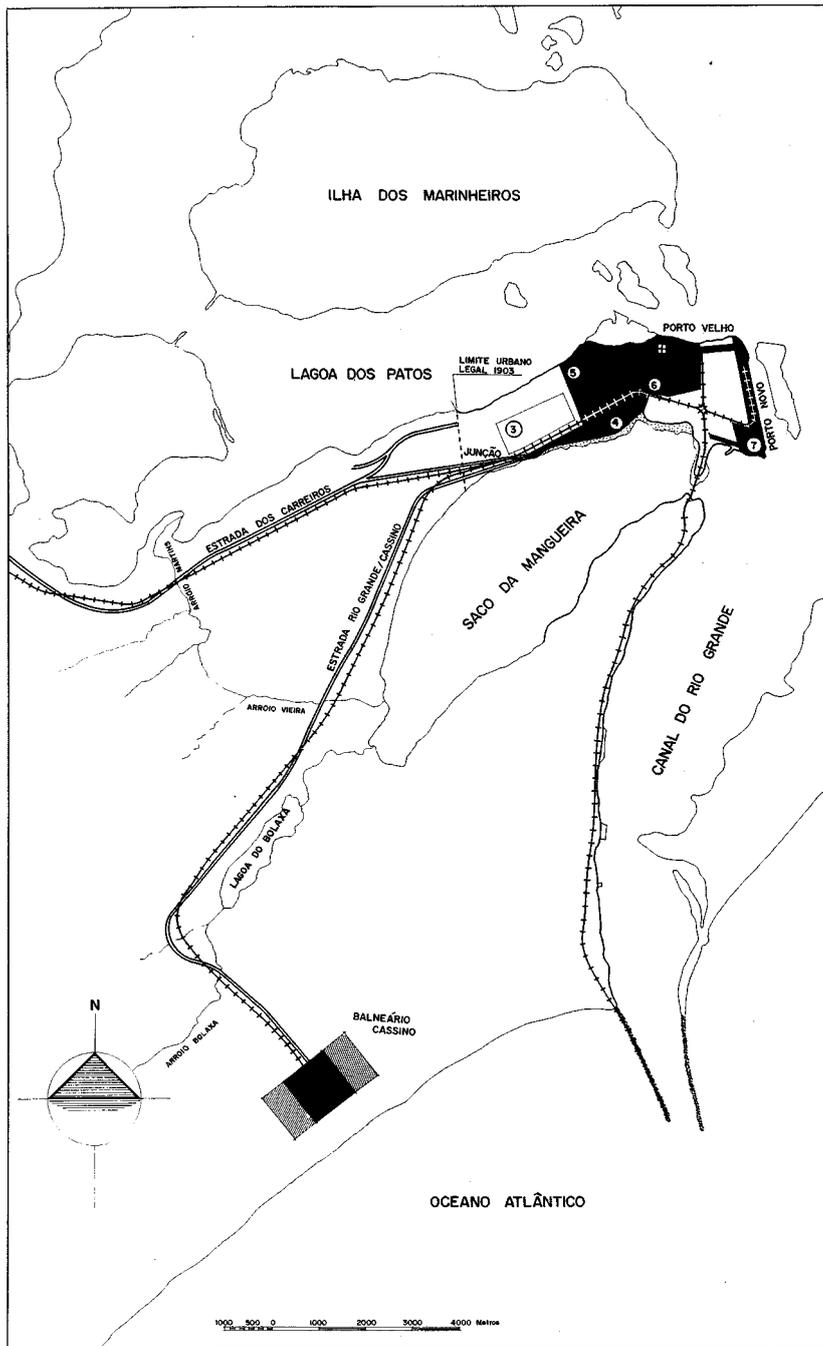


- ÁREAS ALAGADIÇAS
- LINHA DE MARGEM ATUAL
- LINHA DE MARGEM NA ÉPOCA CONSIDERADA
- ESTRADA
- VIA FÉRREA
- LIMITE URBANO LEGAL
- CANAL ADUTOR
- LOTEAMENTOS
- ÁREA OCUPADA
- LOTEAMENTOS DÉCADA DE 40
- ÁREA DE EXPANSÃO PROJETADA

PONTOS ASSINALADOS

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------|
| ① - MATADOURO | ⑨ - HIPÓDROMO |
| ② - PARQUE RIOGRANDENSE-1893 | ⑩ - COLÔNIA DE PESCADORES |
| ③ - HIDRÁULICA-1879 | ⑪ - TERMINAL TURÍSTICO |
| ④ - TECELAGEM RHEINGANTZ-1874 | ⑫ - AERPORTO |
| ⑤ - FÁBRICA LEAL SANTOS-1889 | ⑬ - UNIVERSIDADE |
| ⑥ - FÁBRICA ÍTALO-BRASILEIRA-1896 | ⑭ - R F F S A |
| ⑦ - FRIGORÍFICO SWIFT-1918 | ⊕ - CATEDRAL DE SÃO PEDRO |
| ⑧ - REFINARIA IPIRANGA-1937 | |

FIGURA 7
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



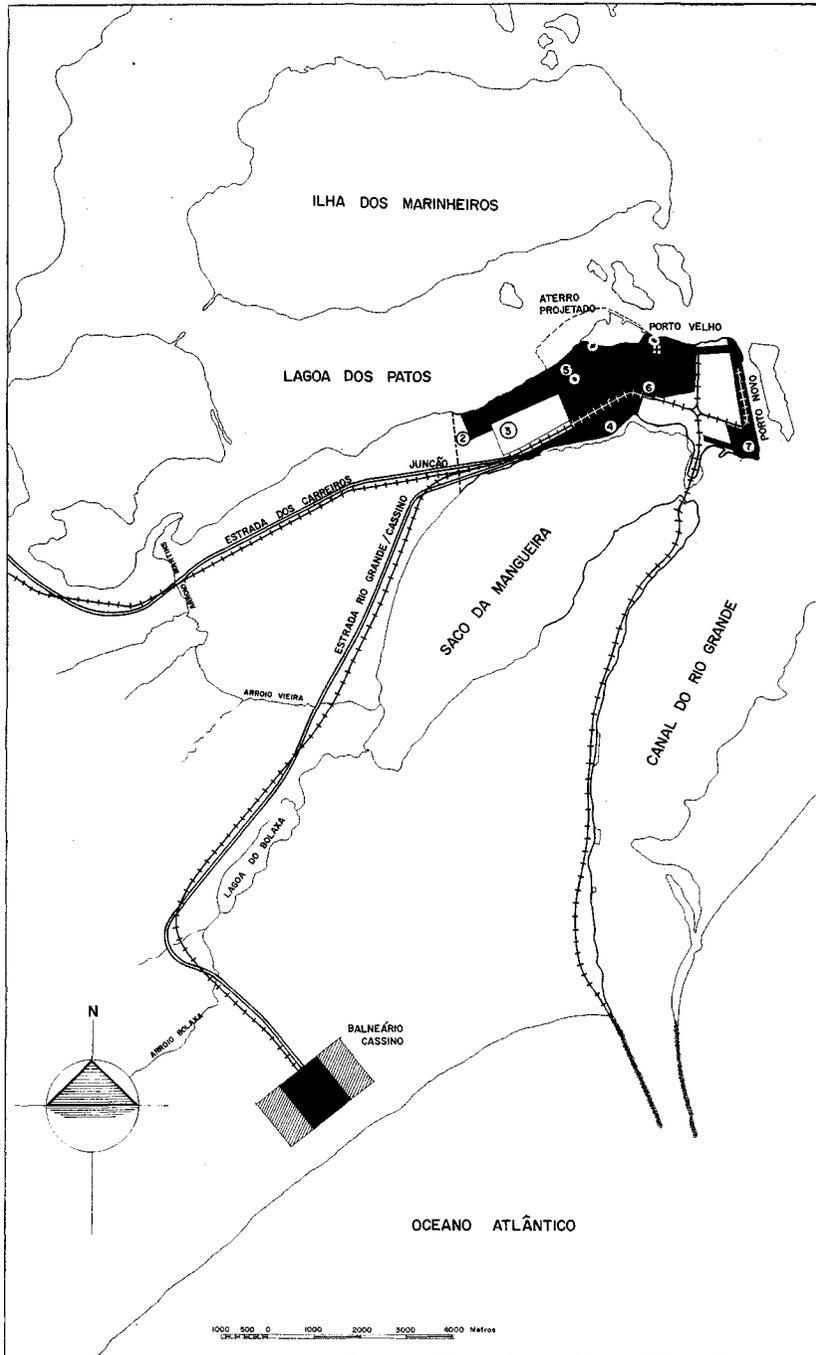
- ▨ - ÁREAS ALAGADIÇAS
- ~ - LINHA DE MARGEM ATUAL
- ~ - LINHA DE MARGEM NA ÉPOCA CONSIDERADA
- == - ESTRADA
- ++++ - VIA FÉRREA
- - - - - LIMITE URBANO LEGAL
- - - - - CANAL ADUTOR
- ▨ - LOTEAMENTOS
- ▨ - ÁREA OCUPADA
- ▨ - LOTEAMENTOS DÉCADA DE 40
- ▨ - ÁREA DE EXPANSÃO PROJETADA

PONTOS ASSINALADOS

- ① - MATADOURO
- ② - PARQUE RIOGRANDENSE - 1893
- ③ - HIDRÁULICA - 1879
- ④ - TECELAGEM RHEINGANTZ - 1874
- ⑤ - FÁBRICA LEAL SANTOS - 1889
- ⑥ - FÁBRICA ÍTALO-BRASILEIRA - 1896
- ⑦ - FRIGORÍFICO SWIFT - 1918
- ⑧ - REFINARIA IPIRANGA - 1937
- ⑨ - HIPÓDROMO
- ⑩ - COLÔNIA DE PESCADORES
- ⑪ - TERMINAL TURÍSTICO
- ⑫ - AEROPORTO
- ⑬ - UNIVERSIDADE
- ⑭ - R F F S A
- ⊠ - CATEDRAL DE SÃO PEDRO

Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. 1922.

FIGURA 8
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



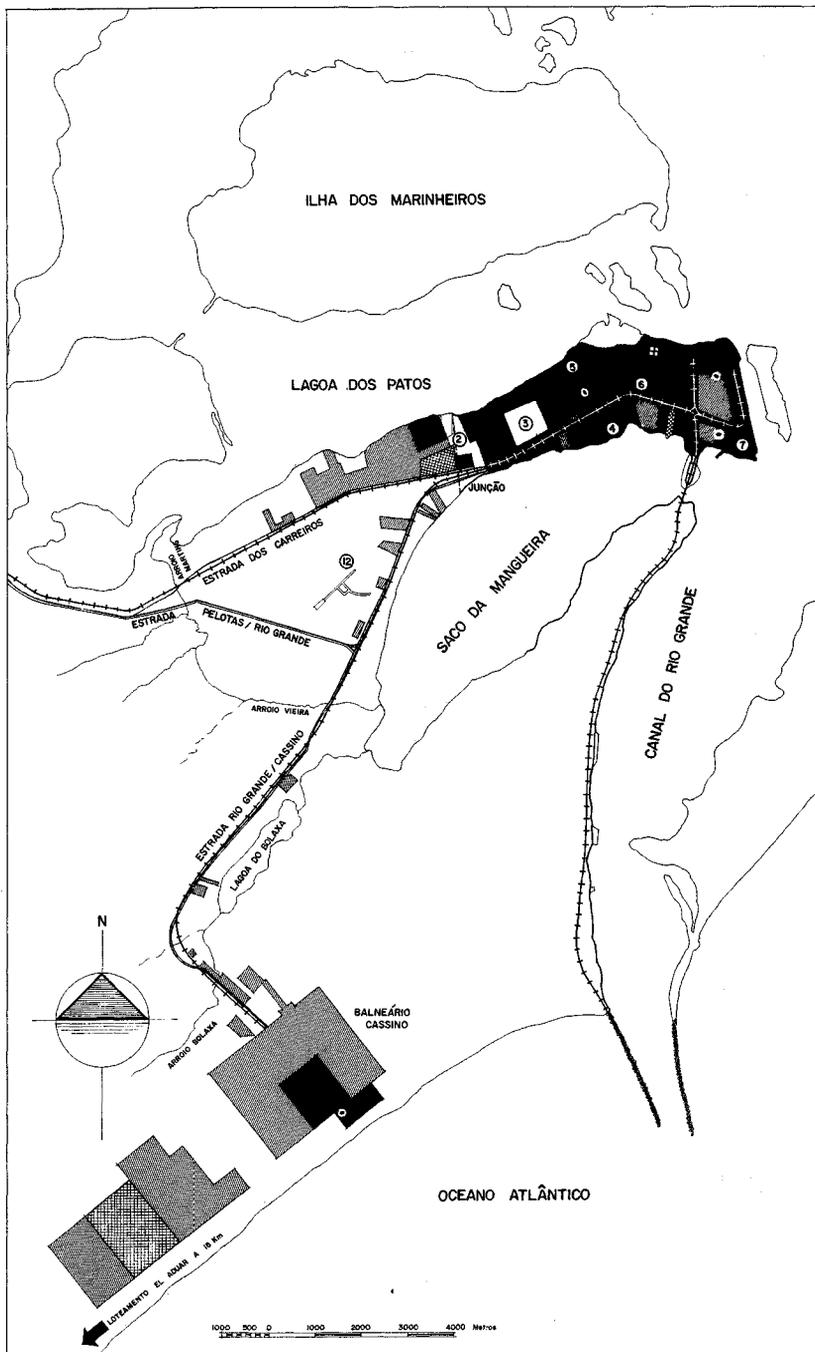
- ÁREAS ALAGADIÇAS
- LINHA DE MARGEM ATUAL
- LINHA DE MARGEM NA ÉPOCA CONSIDERADA
- ESTRADA
- VIA FÉRREA
- LIMITE URBANO LEGAL
- CANAL ADUTOR
- LOTEAMENTOS
- ÁREA OCUPADA
- LOTEAMENTOS DÉCADA DE 40
- ÁREA DE EXPANSÃO PROJETADA

PONTOS ASSINALADOS

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------|
| ① - MATADOURO | ⑨ - HIPÓDROMO |
| ② - PARQUE RIOGRANDENSE-1893 | ⑩ - COLÔNIA DE PESCADORES |
| ③ - HIDRÁULICA-1879 | ⑪ - TERMINAL TURÍSTICO |
| ④ - TECELAGEM RHEINGANTZ-1874 | ⑫ - AERPORTO |
| ⑤ - FÁBRICA LEAL SANTOS-1889 | ⑬ - UNIVERSIDADE |
| ⑥ - FÁBRICA ÍTALO-BRASILEIRA-1896 | ⑭ - R F F S A |
| ⑦ - FRIGORÍFICO SWIFT-1918 | ⊕ - CATEDRAL DE SÃO PEDRO |
| ⑧ - REFINARIA IPIRANGA-1937 | |

Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. 1937.

FIGURA 9
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



- ÁREAS ALAGADIÇAS
- - - LINHA DE MARGEM ATUAL
- - - LINHA DE MARGEM NA ÉPOCA CONSIDERADA
- == ESTRADA
- ++++ VIA FÉRREA
- - - LIMITE URBANO LEGAL
- - - CANAL ADUTOR
- ▨ LOTEAMENTOS
- ÁREA OCUPADA
- ▨ LOTEAMENTOS DÉCADA DE 40
- ▨ ÁREA DE EXPANSÃO PROJETADA

PONTOS ASSINALADOS

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------|
| ① - MATADOURO | ⑨ - HIPÓDROMO |
| ② - PARQUE RIOGRANDENSE-1893 | ⑩ - COLÔNIA DE PESCADORES |
| ③ - HIDRÁULICA-1879 | ⑪ - TERMINAL TURÍSTICO |
| ④ - TECELAGEM RHEINGANTZ-1874 | ⑫ - AERPORTO |
| ⑤ - FÁBRICA LEAL SANTOS-1889 | ⑬ - UNIVERSIDADE |
| ⑥ - FÁBRICA ÍTALO-BRASILEIRA-1896 | ⑭ - R F F S A |
| ⑦ - FRIGORÍFICO SWIFT-1918 | ⊕ - CATEDRAL DE SÃO PEDRO |
| ⑧ - REFINARIA IPIRANGA-1937 | |

Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. Década 40/50.

tiga Estrada dos Carreiros, ao longo da Lagoa até a Rodovia Rio Grande/Pelotas. Também ocorre um crescimento ao longo da Rodovia Rio Grande/Cassino. Estas duas ramificações, separadas por grandes áreas vazias sem destinação específica, foram induzidas pelo asfaltamento da Rodovia Rio Grande/Pelotas que modifica, também, o principal acesso à cidade. Este acesso passa a ser feito pela ramificação sul, que já estava pavimentada desde 1939 (Figura 10).

Os anos 70 caracterizam-se pelas grandes obras de implantação do Superporto e Distrito Industrial, e de infra-estrutura de suporte, como, também, pelo surgimento de uma área institucional importante que é a Fundação Universidade do Rio Grande, ao lado do aeroporto local. Na época, a barreira física representada pela Rodovia Rio Grande/Pelotas é transposta pela implantação de um grande loteamento, destinado a habitações de alto padrão (Figura 11).

Na década de 80, são lançados novos loteamentos, constituindo conjuntos habitacionais de características populares. Verifica-se um adensamento da ocupação das áreas próximas às Rodovias Rio Grande/Pelotas e Rio Grande/Cassino, e no Balneário, tornando clara a indução bipolar no crescimento horizontal do Rio Grande (Figuras 12 e 13).

Limites Urbanos Legais e de Fato

A primeira vez em que encontramos em Rio Grande uma tentativa de planejar o espaço urbano é na planta de 1829, onde estão indicados as áreas ocupadas e o projeto de novas quadras. Mais tarde, em 1835, encontramos um projeto de retificação das vielas e ruas que surgiram espontaneamente desde o núcleo original.

Como lei, só em 1903, houve a preocupação de definir o limite urbano legal, que aparece na planta da cidade em 1904. Nesta, além da Cidade Nova implantada a oeste das trincheiras, aparecem áreas de ocupação projetadas entre os terrenos da Hidráulica (1879) e a margem da Lagoa dos Patos e, ainda, a leste sobre uma área de alagadiços até a linha ferroviária. Este limite

legal permaneceu inalterado até 1964. Em 1938 e 1948, houve apenas preocupação de identificar melhor esta divisa. Em 1948, porém, esta linha já havia sido transposta pela implantação do loteamento Vila Junção em 1942.

Através da Lei 1 566, de 03.03.64, houve uma regressão deste limite que definiu um perímetro menor que o anterior, dentro da área já extensamente ocupada. Através de comparação com a planta de esgotos cloacais de 1937¹², constatamos, além do fato de não ter havido alteração significativa na área atendida por este serviço público, que este limite coincide com a distribuição desta rede.

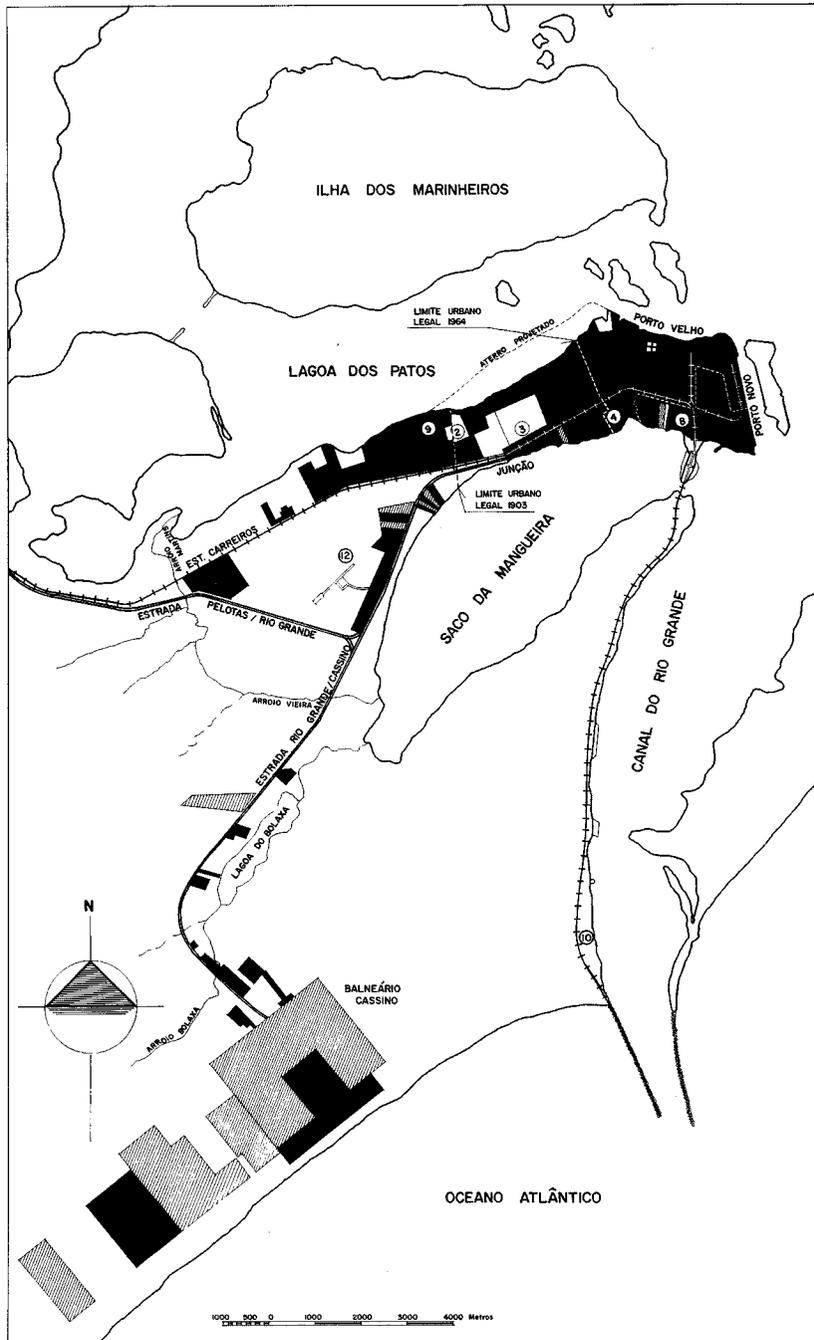
Nesta época, o limite anterior (1903/1948) já havia, em muito, sido transposto pela implantação de vários loteamentos, principalmente, na década de 50, ao longo da antiga Estrada dos Carreiros e da Rodovia Rio Grande/Cassino, além da própria expansão deste balneário, onde ocorreu que alguns loteamentos aprovados não foram implantados, ou mesmo, pelo menos um, El Aduar, estruturado ao redor de um cassino, desapareceu devido à proibição do jogo e ao avanço das areias.

Através do Plano de Diretrizes Urbanas, aprovado pela Lei 2 560/71, é definida uma área urbana maior até o Arroio Vieira, mas que excluía a ocupação ao longo da Estrada Rio Grande/Cassino, numa tentativa de concentrar a população.

Em 1980, esta situação permaneceu inalterada, constatando-se a tendência de ocupação dos espaços vazios que constituem a reserva fundiária urbana dentro do perímetro legal, com a implantação de alguns loteamentos. A partir de 1980, novamente o limite é ultrapassado e, em janeiro de 1987, através da aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, a área urbana legal finalmente abrange a totalidade da ocupação constatada que reconhece a extensão da área urbana até o Cassino, abrangendo, ainda, as áreas do Distrito Industrial e Superporto, o que ampliou consideravelmente a área de jurisdição urbana. São criados, também, dispositivos que permitem a adaptação do Plano e a discussão das exce-

¹² Companhia Rio-Grandense de Saneamento — CORSAN.

FIGURA 10
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



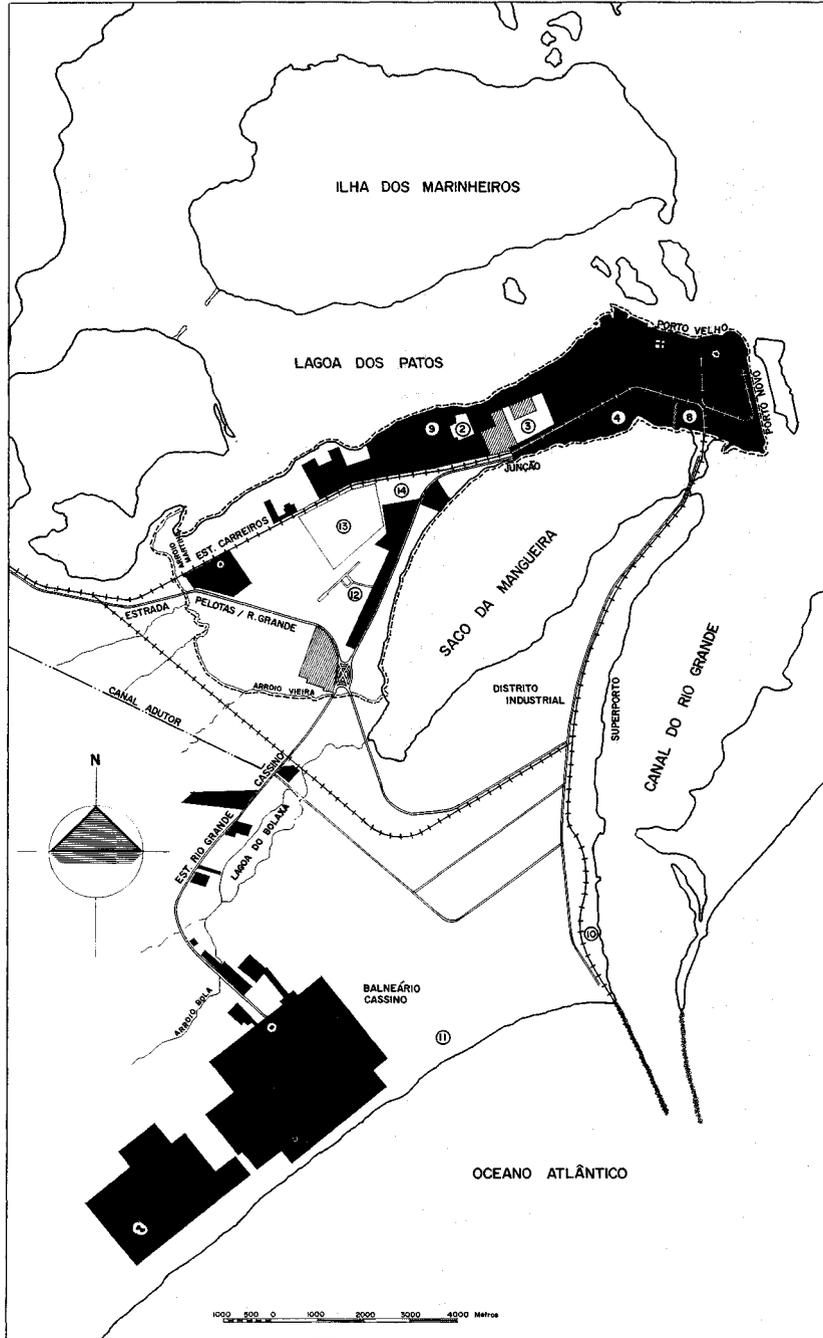
- ▨ - ÁREAS ALAGADIÇAS
- — — — — LINHA DE MARGEM ATUAL
- — — — — LINHA DE MARGEM NA ÉPOCA CONSIDERADA
- — — — — ESTRADA
- — — — — VIA FÉRREA
- — — — — LIMITE URBANO LEGAL
- — — — — CANAL ADUTOR
- ▨ — — — — — LOTEAMENTOS
- ▨ — — — — — ÁREA OCUPADA
- ▨ — — — — — LOTEAMENTOS DÉCADA DE 40
- ▨ — — — — — ÁREA DE EXPANSÃO PROJETADA

PONTOS ASSINALADOS

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------|
| ① - MATADOURO | ⑨ - HIPÓDROMO |
| ② - PARQUE RIOGRANDENSE-1893 | ⑩ - COLÔNIA DE PESCADORES |
| ③ - HIDRÁULICA-1879 | ⑪ - TERMINAL TURÍSTICO |
| ④ - TECELAGEM RHEINGANTZ-1874 | ⑫ - AEROPORTO |
| ⑤ - FÁBRICA LEAL SANTOS-1889 | ⑬ - UNIVERSIDADE |
| ⑥ - FÁBRICA ÍTALO-BRASILEIRA-1896 | ⑭ - R F F S A |
| ⑦ - FRIGORÍFICO SWIFT-1918 | ⊞ - CATEDRAL DE SÃO PEDRO |
| ⑧ - REFINARIA IPIRANGA-1937 | |

Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. Década 60.

FIGURA 11
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



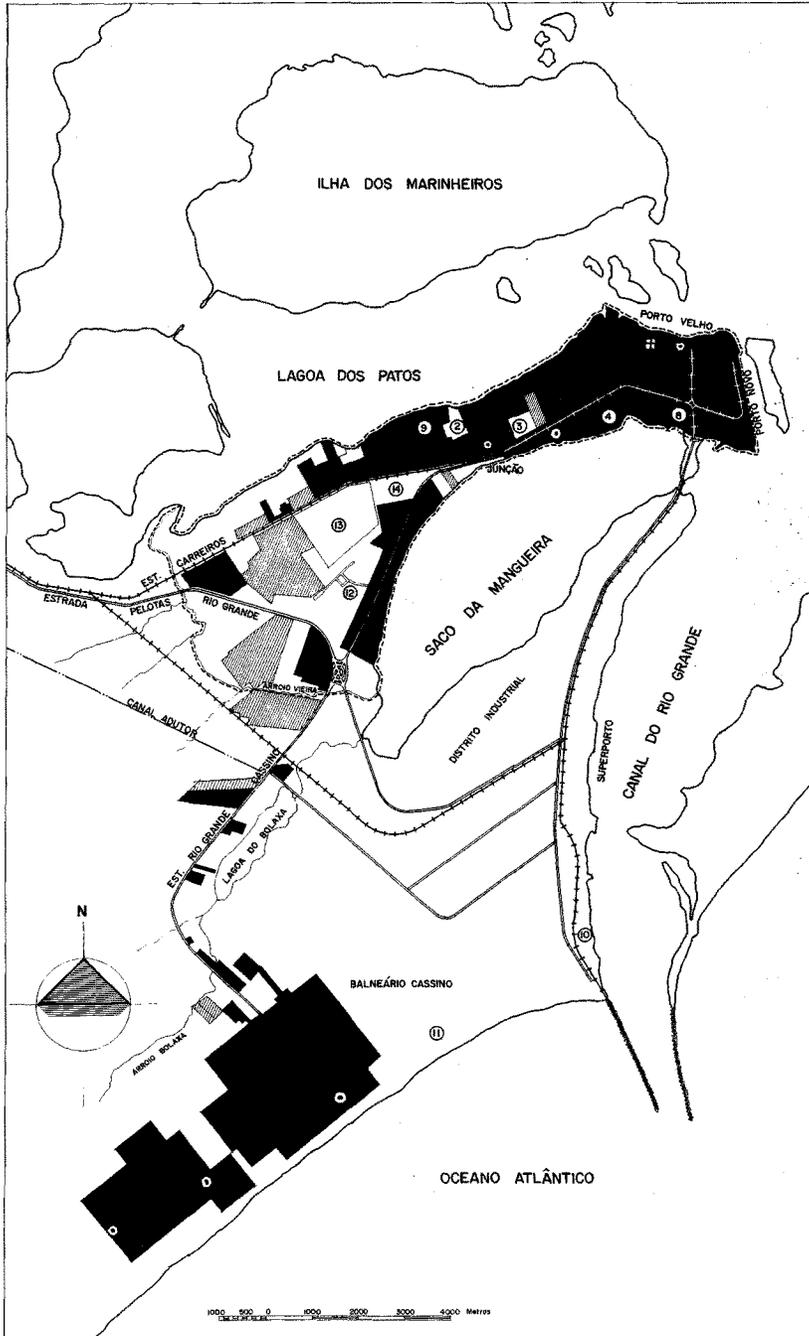
- ▭ - ÁREAS ALAGADIÇAS
- ~ - LINHA DE MARGEM ATUAL
- - - - - LINHA DE MARGEM NA ÉPOCA CONSIDERADA
- ==== ESTRADEIRA
- +++++ VIA FÉRREA
- - - - - LIMITE URBANO LEGAL
- - - - - CANAL ADUTOR
- ▨ LOTEAMENTOS
- ▩ ÁREA OCUPADA
- ▨ LOTEAMENTOS DÉCADA DE 40
- ▭ ÁREA DE EXPANSÃO PROJETADA

PONTOS ASSINALADOS

- ① - MATADOURO
- ② - PARQUE RIOGRANDENSE-1893
- ③ - HIDRÁULICA-1879
- ④ - TECELAGEM RHEINGANTZ-1874
- ⑤ - FÁBRICA LEAL SANTOS-1889
- ⑥ - FÁBRICA ÍTALO-BRASILEIRA-1896
- ⑦ - FRIGORÍFICO SWIFT-1918
- ⑧ - REFINARIA IPIRANGA-1937
- ⑨ - HIPÓDROMO
- ⑩ - COLÔNIA DE PESCADORES
- ⑪ - TERMINAL TURÍSTICO
- ⑫ - AEROPORTO
- ⑬ - UNIVERSIDADE
- ⑭ - R F F S A
- ⊕ - CATEDRAL DE SÃO PEDRO

Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. Década 70.

FIGURA 12
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



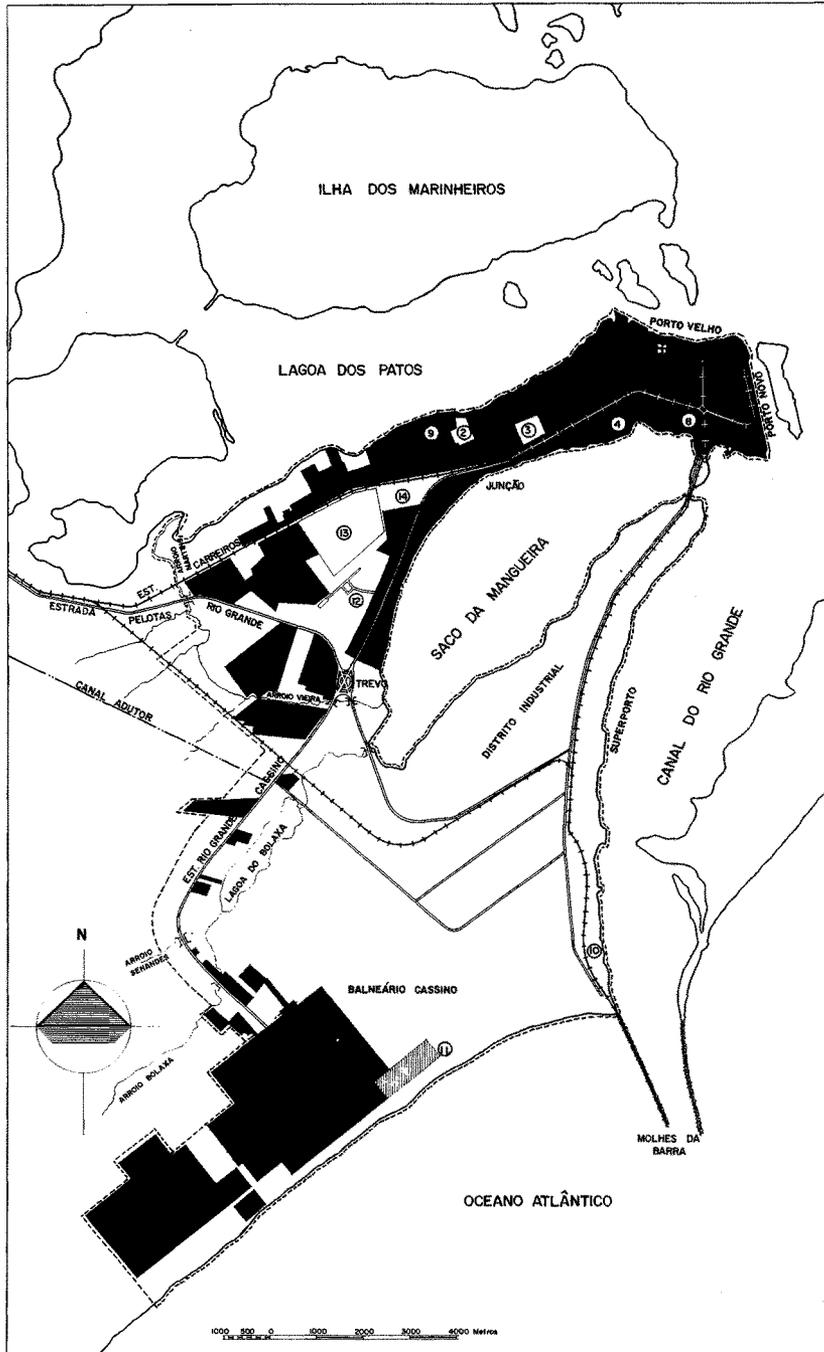
- ▨ - ÁREAS ALAGADIÇAS
- — — — — LINHA DE MARGEM ATUAL
- — — — — LINHA DE MARGEM NA ÉPOCA CONSIDERADA
- ==== ESTRADEIRA
- — — — — VIA FÉRREA
- - - - - LIMITE URBANO LEGAL
- - - - - CANAL ADUTOR
- ▨▨▨▨ LOTEAMENTOS
- ▨▨▨▨ ÁREA OCUPADA
- ▨▨▨▨ LOTEAMENTOS DÉCADA DE 40
- ▨▨▨▨ ÁREA DE EXPANSÃO PROJETADA

PONTOS ASSINALADOS

- ① - MATADOURO
- ② - PARQUE RIOGRANDENSE-1893
- ③ - HIDRÁULICA-1879
- ④ - TECELAGEM RHEINGANTZ-1874
- ⑤ - FÁBRICA LEAL SANTOS-1889
- ⑥ - FÁBRICA ÍTALO-BRASILEIRA-1896
- ⑦ - FRIGORÍFICO SWIFT-1918
- ⑧ - REFINARIA IPIRANGA-1937
- ⑨ - HIPÓDROMO
- ⑩ - COLÔNIA DE PESCADORES
- ⑪ - TERMINAL TURÍSTICO
- ⑫ - AERPORTO
- ⑬ - UNIVERSIDADE
- ⑭ - R F F S A
- ⊕ - CATEDRAL DE SÃO PEDRO

Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. Década 80.

FIGURA 13
CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE



- - ÁREAS ALAGADIÇAS
- - LINHA DE MARGEM ATUAL
- - LINHA DE MARGEM NA ÉPOCA CONSIDERADA
- - ESTRADA
- ++++ - VIA FÉRREA
- - LIMITE URBANO LEGAL
- - CANAL ADUTOR
- - LOTEAMENTOS
- - ÁREA OCUPADA
- - LOTEAMENTOS DÉCADA DE 40
- - ÁREA DE EXPANSÃO PROJETADA

PONTOS ASSINALADOS

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------|
| ① - MATADOURO | ⑨ - HIPÓDROMO |
| ② - PARQUE RIOGRANDENSE-1893 | ⑩ - COLÔNIA DE PESCADORES |
| ③ - HIDRÁULICA-1879 | ⑪ - TERMINAL TURÍSTICO |
| ④ - TECELAGEM RHEINGANTZ-1874 | ⑫ - AERPORTO |
| ⑤ - FÁBRICA LEAL SANTOS-1889 | ⑬ - UNIVERSIDADE |
| ⑥ - FÁBRICA ÍTALO-BRASILEIRA-1896 | ⑭ - R F F S A |
| ⑦ - FRIGORÍFICO SWIFT-1918 | ⊕ - CATEDRAL DE SÃO PEDRO |
| ⑧ - REFINARIA IPIRANGA-1937 | |

Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. 1987.

ções, propondo a vida do planejamento dinâmico.

Loteamentos

Analisando o Quadro 1, de loteamentos cadastrados na Prefeitura Municipal do Rio Grande, podemos constatar que houve um comportamento característico, similar ao acontecido em todo o país, que reporta aos condicionantes sócio-econômicos desta época. Estes loteamentos surgiram de 1940 em diante, conforme regulamentado pelo Decreto-Lei nº 58/1937 sobre parcelamento do solo, com exceção do Balneário Cassino, implantado ainda no Século XIX.

As décadas de 40 e 50, quando as taxas de crescimento da população e as densidades domiciliares (população total/nº de domicílios) eram as mais altas, caracterizam-se por uma grande oferta de lotes do tipo parcelamento do solo, cuja população possível de ser assentada nos locais oferecidos era maior que a própria população urbana existente.

Em 40, a oferta de lotes caracterizou-se por grandes loteamentos chamados "vilas", localizados basicamente no Balneário Cassino e na Vila Junção, década de 50, centro urbano e dos locais de trabalho. Já na década de 50, os lotes oferecidos eram pulverizados em muitos e pequenos loteamentos, quase todos ainda distantes do centro urbano. Como traço característico, podemos citar o fato de estarem sempre localizados ao longo de vias de acesso: a dos Carreiros, principal acesso à cidade na época; e a Estrada Rio Grande/Cassino, nas localidades do Bolaxa e Senandes. No caso do Balneário, os loteamentos anexados constituem, basicamente, estoques, uma vez que, ainda hoje, estão pouco ocupados.

Também, nesta época, houve a iniciativa da Prefeitura Municipal de lotear e regularizar a Vila dos Cedros, ocupada por subabitações localizadas próximo ao Porto Novo e Frigorífico Swift, a maior fonte de emprego existente então.

Nos decênios de 60 e 70, as taxas de crescimento populacional foram menores, principalmente em 60, baixando consideravelmente a oferta de lotes. Passa a ser insignificante, em relação às décadas anteriores, a população passível de ser assentada nos lo-

tes ofertados, considerando a população urbana existente. Estes loteamentos localizavam-se junto à Vila Junção, Senandes e Balneário Cassino.

A década de 70 caracteriza-se pelo crescimento de domicílios urbanos e os loteamentos ofertados são do tipo populares, que é o caso do COHAB II, um loteamento urbanizado com moradia construída. No final deste período, é lançado um loteamento do tipo condomínio horizontal, para moradias de alto padrão, com padrões urbanísticos mais exigentes, numa grande área arborizada junto ao entroncamento das Rodovias Rio Grande/Pelotas e Rio Grande/Cassino.

A partir de 1981, caracteriza-se uma nova grande oferta de lotes para uma taxa de crescimento populacional e oferta de domicílios urbanos similares à década anterior. A população passível de ser assentada nos lotes oferecidos passa a ser maior que nos períodos anteriores. Os loteamentos são extensos, do tipo populares, preenchendo alguns vazios urbanos junto, ainda, aos principais acessos rodoviários à cidade. Estes loteamentos são todos urbanizados, alguns com infra-estrutura e moradias do tipo PROFILUB, PRÓ-MORAR e COHAB, atendendo às exigências da Lei de Loteamentos, mostrando uma ação institucional mais intensa no sentido de minorar o problema da moradia para as faixas mais desfavorecidas da população.

Neste período, surge, também, outro padrão habitacional, que são os edifícios de apartamentos de três pavimentos de construção proporcionalmente mais econômica, com equipamentos comunitários, iniciativa de Cooperativas Habitacionais, Sindicatos e Associações de Classe, como reflexo da política habitacional. Com a implantação do 5º Distrito Naval em Rio Grande, foram construídos conjuntos habitacionais e vilas destinadas a abrigar esta população específica.

Muitos dos loteamentos lançados nos últimos períodos estão parcialmente desocupados, verificando um descompasso entre as necessidades reais da população e sua capacidade aquisitiva e as condições ofertadas por aqueles, uma vez que existe um grande contingente populacional consti-

tuindo zonas de subabitação. Algumas vezes, assentadas em locais altamente poluídos e inundáveis, representando, no entanto, solução mais econômica e próximas aos prováveis locais de trabalho.

A atuação institucional mais recente (1987), com a criação de novos loteamentos no Balneário Cassino, identifica-se mais com a entrada do Poder Público no mercado formal da terra, do que com a solução dos problemas da população economicamente mais desfavorecida (Quadro 1).

O Balneário Cassino

O surgimento da Cidade Balneária do Cassino se deu através de um ato deliberado do poder público, através da Lei Provincial 1 551 de 17.01.1885, que outorgou à Cia. Carris Urbanos do Rio Grande a concessão das marinhas¹³ na Costa da Mangeira, para o fim específico de fundar e explorar uma estação de banhos. As atenções estavam voltadas para Rio Grande, nas discussões acerca da construção do Porto Novo e molhes para fixação da barra de entrada. A localização de uma estação de banhos tão próxima a um centro urbano parecia atraente por suas qualidades terapêuticas e, também, pelo impulso que poderia representar para a economia local.

O contrato estabelecido entre a concessionária e a Câmara Municipal, em 14 de outubro de 1888, previa o prolongamento da linha férrea “até a praia de mar grosso, tendo por fim fundar, na mesma praia, uma estação balnear”. Em 18 de julho de 1889, através da Lei Provincial 1 870, foi declarada de utilidade pública “uma área de 3 000 m de extensão na costa do mar por 2 400 m de fundo” até a localidade chamada Bolaxa. Estes terrenos não chegaram a ser desapropriados, foram adquiridos amigavelmente pela mencionada Companhia, que tinha como incorporador Antônio Cândido Sequeira. Daí, o nome original: Villa Sequeira.

Durante a construção da estrada de ferro, a Cia. Carris Urbanos do Rio Grande foi sucedida por diversas outras companhias que

se sub-rogaram nos termos do contrato e privilégios da anterior. Um relatório da Cia. Carris e Estrada de Ferro Costa do Mar, de 1893, dá conta do empreendimento que funcionara no ano anterior com os salões do Cassino, Hotel e Restaurante. Havia sido criados incentivos para a construção de chalés de veraneio. Os terrenos (quadras) mediam 50 m × 100 m, eram baratos, mas o comprador obrigava-se a construir, no prazo máximo de dois anos, uma casa com valor não “inferior a cinco contos”. Os compradores, como incentivo extra, tinham 25% de abatimento nos fretes de material e passagem gratuita por cinco anos nos vagões da referida Companhia.

Este mesmo relatório diz que se achavam vendidas 17 quadra: três das quais já edificadas, e três em construção. Dá conta, ainda, dos serviços de remoção de dunas para realizar aterros e das plantações realizadas para fixação das dunas móveis.

Em 1898 foi inaugurado oficialmente o novo balneário. O projeto do loteamento elaborado destinava, para o núcleo, uma faixa de 550 m de cada lado da avenida principal, onde corriam os trilhos do trem, e reservava a área remanescente para futuras ampliações. Oito ruas foram abertas, paralelas à mesma avenida, quatro de cada lado e 18 no sentido transversal. Na inauguração, além do amplo e moderno hotel, havia “um quadro com quarenta casas geminadas, um bonde puxado por burros que corriam sobre os trilhos do trem, desde o começo da vila até a praia e, nesta, foi construído um pavilhão central de madeira, sobre estacas com um correr de cabines de cada lado...” além de 20 chalés particulares, luz e água encanada.

O novo balneário teve grande sucesso inicial, ponto obrigatório de veraneio da aristocracia rural e comercial gaúcha, testemunhas que são os grandes casarões que existem até hoje.

Após algumas dificuldades financeiras a concessionária dos serviços foi liquidada em 1909, tendo alienado o patrimônio representado pelo Balneário, em todos os

¹³ “A Câmara CEDE GRATUITAMENTE, durante o prazo de privilégio de Cia., em favor da mesma, *O USO DAS MARINHAS* junto à costa do Oceano, na extensão de 3 quilômetros em sentido longitudinal com o fundo legal de 33 metros contados da preamar mais alta, atendendo aos fins utilitários do estabelecimento que a Cia. vai fundar...”

QUADRO 1 CRESCIMENTO HORIZONTAL DA CIDADE DO RIO GRANDE (LOTEAMENTOS) 1940/1985

DÉCADAS	LOTEAMENTOS APROVADOS E EXECUTADOS — RIO GRANDE — RS							
	P E R Í O D O S	A	B	C	D = H + G	E = C × D	F	G
		Rio Grande	Casino	Total	Densidade domiciliar	População a ser absorvida	Crescimento populacional anual (%)	Domicílios urbanos
	Lotes oferecidos	Lotes oferecidos	Lotes					
40	1941 - 1945	472	-	15 442	4,96	76 592	3,52 (+ 14 681)	13 273
	1946 - 1950	87	14 883					
50	1951 - 1955	1 342	6 358	14 601	4,70	68 625	2,87 (+ 21 578)	18 618
	1956 - 1960	6 347	554					
60	1961 - 1965	1 621	968	2 645	4,67	12 352	1,73 (+ 16 393)	2 256
	1966 - 1970	56	-					
70	1971 - 1975	984	76	2 719	3,32	9 027	2,81 (+ 33 195)	41 282
	1976 - 1980	140	1 519					
80	1981 - 1985	6 616	3 322	9 438	3,32	31 334	2,34 (+ 16 877)	46 407

DÉCADAS	LOTEAMENTOS APROVADOS E EXECUTADOS — RIO GRANDE — RS				OBSERVAÇÕES
	P E R Í O D O S	H	I		
		População urbana Rio Grande + Cassino	Número de pessoas p/lote		
40	1941 - 1945	65 950	0,95		<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de crescimento populacional mais alta - Altas densidades domiciliares - Grande n° de lotes oferecidos, do tipo parcelamento de solo - População possível de ser absorvida pela oferta de lotes maior que a população urbana (Déc. 40)
	1946 - 1950				
50	1951 - 1955	87 528	1,48		<ul style="list-style-type: none"> - Grande oferta de lotes e implantação de loteamentos (Déc. 50) principalmente nas zonas suburbanas, ao longo da estrada RG/Cassino e zonas próximas ao emprego (Porto, Ipiranga, Swift)
	1956 - 1960				
60	1961 - 1965	103 921	6,19		<ul style="list-style-type: none"> - Taxas de crescimento populacional menores, com ênfase Déc. 60, baixando na Déc. 70 - Baixíssima oferta de lotes - População possível de ser absorvida pelos lotes insignificante em relação à população urbana - Grande crescimento no n° de domicílios urbanos na Déc. 70 - Regressão na implantação de loteamentos, em algumas situações nas zonas suburbanas e junto ao acesso da cidade
	1966 - 1970				
70	1971 - 1975	137 195	12,20		
	1976 - 1980				
80	1981 - 1985	154 072	1,78		<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de crescimento similar na Déc. 70 - Grande oferta de lotes - Acréscimo da população a ser absorvida em relação ao crescimento populacional - Novo implemento de loteamentos, principalmente populares, com infra-estrutura e moradia (PROFILURB, Pró-Morar, COHAB)

FONTES — IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico — RS — 1940, 1950, 1960, 1970, 1980; FURG, Boletim de Difusão de Assuntos das Áreas de Economia, Administração e Contabilidade — 1982; e Prefeitura Municipal do Rio Grande.

NOTA — Os dados da população de 1981 a 1985 são estimativas do IBGE.

seus bens, direitos, privilégios e concessões, exceto os alienados anteriormente, para um particular; o Cel. Leivas.

O novo proprietário procurou imprimir novo vigor no empreendimento e lançou, já em

1914, um grande leilão de terras na "Praia do Cassino do Rio Grande — Villa Sequeira", quando ampliou o loteamento em cinco quadras de cada lado do eixo inicial. Esta ampliação sofreu novo desenho em 1917,

com a criação de duas grandes praças. O restante da área era ocupado, com atividades pecuárias, pelo proprietário.

Uma carta impressa, porém, do mesmo Cel. Leivas, a seus compradores, datada de 1º de dezembro de 1922, dá conta que “a crise da pecuária que... tem affectado todos os ramos industriais... tem também dificultado o desideratum da Empresa...”.

O certo é que, em 1957, quando foi aprovado o projeto do Loteamento Cidade Balneária do Cassino pela Prefeitura Municipal, este propunha, também, o reloteamento da área lançada em 1917, já que, daquela, só haviam sido vendidas duas quadras. Da área destinada em 1889, de 720 ha, o núcleo original ocupou 114 ha. Em 1957, a área remanescente de 606 ha foi trabalhada tendo em vista as concepções urbanísticas de planejamento existentes na época. Aos 152 lotes (quadras) originais, de 50 × 100 m, vieram juntar-se mais 11 188 lotes, com área mínima de 300 m² e testada não inferior a 10 m. Para compatibilizar o novo traçado com o antigo, foi criado um “cinturão verde” ao redor deste.

Dentro dos objetivos expressos pelo Memorial Descritivo que acompanha o projeto, procurava-se dotar o balneário de comodidades condizentes com sua função — áreas verdes, de recreação, estacionamento, logradouros de distribuição e centralização, áreas reservadas para construção de hotéis, clube e parques.

Em 1957, porém, o loteamento não abrangeu as faixas de marinha, pois a Prefeitura mandou excluir aquelas áreas, entendendo que era área de patrimônio do Domínio da União, e passou ela mesma a administrá-las, concedendo autorização para construção, loteando-a e concedendo o uso a terceiros. Em 1966, um documento produzido pela família Leivas, interessada em reaver o domínio sobre a faixa de marinha, acusava a criação de uma verdadeira favela, pois a população assentada era de extrema pobreza, atraída, talvez, pelo baixo custo da terra naquele local.

Esta ocupação coincide com um período bastante difícil para a economia do Rio Grande, como já citado anteriormente, e mantém a mesma fisionomia até hoje.

Desta década de 50 datam, também, os loteamentos anexos à área original, conforme podem ser observados na Figura 9.

Mais recentemente, pode-se observar que a população fixa no balneário aumentou consideravelmente, sendo estimada pela Autarquia do Balneário Cassino em 14 000 hab. em 1986, como resposta, quem sabe, à baixa oferta de terrenos na sede urbana. A própria Prefeitura lançou, recentemente, três novos loteamentos, dentro da mesma faixa de marinha.

Hoje, fora da temporada, Cassino é um bairro-dormitório do Rio Grande, fato que pode ser constatado pelo brusco aumento da população urbana fixa (3 208 hab. em 1980, segundo o IBGE, e 14 000 hab. estimados em 1986), pela melhoria dos serviços e equipamentos urbanos e de abastecimento, pelo aumento do fluxo de veículos diário entre a sede e o balneário e pela quase inexistência de uma estrutura de emprego própria. Constitui, porém, um franco elemento polarizador que se reflete, também, na maior ocupação dos loteamentos mais antigos, ao longo da Rodovia Rio Grande/Cassino.

CONDICIONANTES DO CRESCIMENTO HORIZONTAL DO RIO GRANDE

O crescimento horizontal do Rio Grande é condicionado por uma série de fatores físicos, institucionais e sócio-econômicos.

Como fatores físicos importantes podemos relacionar as características do sítio urbano: a configuração de estreita península, com margens e baixios freqüentemente inundáveis e a presença de dunas móveis; a pouca declividade e altitude, encarecendo e dificultando a infra-estrutura urbana, principalmente de esgotos cloacais, desencorajando a verticalização.

Os fatores institucionais que têm ligação com os determinantes da ocupação podem ser citados como: a localização do centro de comércio e serviços na ponta da mesma península, coincidindo com o núcleo histórico, que por sua vez atendia a razões estratégi-

cas e criou condições de crescimento apenas unidirecional; a existência de barreiras físicas criadas, que segmentam a área ocupada em várias direções — rodovias, ferrovias, canal adutor da CORSAN; a existência de áreas importantes da Marinha, Fundação Universidade do Rio Grande, DEPRC, RFFSA, Aeroporto, bem como algumas áreas rurais e industriais incrustadas no perímetro urbano; a legislação urbana, quase sempre defasada em relação à realidade, sem prever nem corrigir, apenas formalizando os problemas decorrentes do crescimento espontâneo; a criação e o incentivo deliberados na gênese do Balneário Cassino; a concessão dos serviços de saneamento básico à CORSAN que, em relação ao sistema de esgoto cloacal, nunca ampliou a área beneficiada por este serviço.

Mas, certamente, os fatores sócio-econômicos que reportam a períodos bem delimitados de migração são os mais esclarecedores para elucidar o comportamento desta ocupação.

Os períodos de migração podem ser divididos em sete fases distintas que representam, também, "ciclos" econômicos.

1) Período da conquista (1650-1750) — Existia população disseminada no território cuja área e posse eram indefinidas. As primeiras migrações do Rio Grande têm seu primeiro registro oficial de colonização orientada em 1665, mas somente em 1737 é que foram dados os primeiros títulos de terras aos colonizadores, através de cartas-datas, situadas nas proximidades do Forte, dando início e definindo o que é hoje a área urbana do Rio Grande. Com a instalação da Câmara em 1751, se materializa a representação "oficial" do Império no território do Rio Grande.

O grande rebanho das primeiras estâncias atraiu tropeiros de Laguna e São Paulo, iniciando um ativo comércio de carnes e couros, com a fixação de alguns tropeiros nos primeiros estabelecimentos pecuários, migração necessária para efetivar a posse. A cultura do trigo também teve um período de grande importância na economia rio-grandina, desenvolvendo o comércio atacadista de exportação. O núcleo desenvolve-se, concentrado, junto ao porto, com grande limitações de sítio.

2) Período da posse consolidada (1750-1822) — O desenvolvimento de Pelotas, Piratini e Santa Vitória do Palmar deu uma nova configuração à economia do Rio Grande, sendo o florescimento do charque e as condições de segurança as principais causas. A produção pecuária é dominante na região. Período de grande migração açoriana, a população no Rio Grande do Sul cresce 50% entre 1814 e 1822. Em Rio Grande, com sua área reduzida, de solo pobre e arenoso, a economia agropastoril perdeu rapidamente posição para o intercâmbio comercial. Definiu-se, aí, a vocação do município, cuja população permanece, até hoje, predominantemente urbana.

Neste período, o que se observa é que o núcleo urbano está bem concentrado junto ao porto e limitado a leste e sul por alagadiços e a oeste por dunas móveis, que invadiam lentamente a cidade, fazendo-a recuar para leste, à custa de aterros de areia e entulho, assumindo uma forma triangular (Saint-Hilaire, 1821): "A cidade estende-se paralela ao Canal, compondo-se de seis ruas, atravessadas por becos. A primeira, junto ao porto, abrigava o comércio e as construções de melhor qualidade. As quatro últimas compunham-se, quase exclusivamente, de choupanas miseráveis".

3) Período do comércio atacadista de importação e exportação (1850-1920) — Destaca o movimento de mercadorias pelo porto. A cidade muda sua fisionomia, através da ascensão social da burguesia comercial, representada através de grandes e assobradadas construções. Nesta época, alguns imigrantes italianos e alemães, juntamente com portugueses, deram grande contribuição na economia local, tanto no setor comercial quanto industrial. Este florescimento econômico dá lugar a investimentos na cidade, contribuindo para melhorar e ordenar o crescimento da cidade. O desenvolvimento ainda é concentrado, vencendo progressivamente as condições de sítio.

4) Período de industrialização (1870-1920) — Ainda no Século XIX, além da construção da via férrea Rio Grande/Bagé, inaugurada em 1884, e da construção do cais do Porto Velho, estabeleceram-se várias indústrias de capital nacional, proporcionando empregos e criando a necessidade de efetivar me-

Ihorias substanciais no Porto e na Barra de Rio Grande. Estes melhoramentos iniciaram em 1891 e foram concluídos em 1918, com a construção do Porto Novo e molhes norte e sul e, em 1923, para os melhoramentos no Porto Velho.

A mais destacada destas indústrias era a Cia. União Fabril (de Carlos Rheingantz), exportadora de tecidos de lã e algodão para todo o país, que possuía, em 1910, mais de 1 200 operários, 120 moradias e uma creche.

No decorrer das obras de melhoramentos e do Porto Novo, a "Cie. Française" contratada empregou mais de 4 000 pessoas e abriu caminho para o estabelecimento de indústrias de capital estrangeiro, que visavam à industrialização dos produtos de pecuária em grande escala depois da Primeira Guerra Mundial.

Neste período, observamos que as modificações produzidas pelo crescimento da economia foram acentuadas. A cidade cresce em direção ao sul, onde havia dunas, e conquista considerável área com os aterros realizados pela construção do Porto Novo, sobre a antiga Lagoa e Ilha do Ladino, a leste. Esta área, porém, teve sua ocupação reconhecida somente em 1948, com exceção das áreas destinadas aos serviços portuários. Surgem, então, as primeiras preocupações referentes ao planejamento urbano, através da criação de um limite urbano oficial e a implantação da Cidade Nova, uma área de expansão urbana de ruas amplas e quadras regulares, em 1904.

5) Período da modernização Industrial (1920-1950) — Em 1917, A "Cie. Française" iniciou a construção das instalações da Cia. Swift do Brasil no Porto de Rio Grande, que iniciou suas atividades em 1918 com a conservação de carnes e, em 1919, com a frigorificação, começando a exportação de carnes congeladas. Por outro lado, necessitou de muita mão-de-obra, atraindo elementos de outros municípios, o que transformou todo o terreno recuperado pela "Cie. Française" em uma gigantesca favela, na

época a Vila dos Cedros, hoje Bairro Getúlio Vargas, em lugar do bairro planejado pelos franceses.

A industrialização de produtos de pecuária em larga escala, também realizada pela Cia. Frigorífica Rio Grande, com sede em Pelotas, e pela Cia. Armour do Brasil, em Santana do Livramento, repercutiu no aumento da exportação e importação no Porto de Rio Grande.

Em 1937, é fundada a Cia. de Petróleo Ipiranga, grande geradora de empregos especializados¹⁴.

6) Período de estagnação (1950-1970) — Com o fechamento do frigorífico, ao final dos anos 50, e a crise da indústria têxtil, envolvendo a Cia. União Fabril e a Fábrica Nova (depois Hering), os problemas sociais se agravaram, resultando em grande número de desempregados. Os anos 60 foram difíceis, com grande estagnação social. Diminuiu o ritmo migratório.

Neste período, observa-se que a cidade espraia-se além dos limites urbanos legais, não correspondendo simplesmente ao crescimento demográfico, senão à transformação da terra em mercadoria, fato sentido em todo o país e regulamentado através do Decreto Lei 58/37, ainda no Estado Novo.

Até a década de 50, o problema habitacional para o operariado era resolvido através da construção de vilas de aluguel pela iniciativa privada e entidades de classe, próximas às indústrias e à viação férrea. Na década de 50, surge, também, a autoconstrução, com aquisição de terrenos nas periferias e, mais tarde, com a criação do BNH, os primeiros planos habitacionais da COHAB.

7) Período do Superporto e Distrito Industrial (a partir de 1970) — A ampliação da área portuária em grande terminal marítimo criou para Rio Grande a condição de pólo de desenvolvimento, exigindo mão-de-obra qualificada. Como consequência natural da política dos distritos industriais, em voga no início dos anos 70, ficou destinada a área do retroporto para o Distrito Industrial, reconhecido pela Lei 6 602/78. Foram executa-

¹⁴ A exploração em moldes capitalistas dá lugar a grande demanda de mão-de-obra, provocando grandes migrações internas. A área ocupada na Cidade do Rio Grande se amplia em direção às ligações terrestres. Surge a rodovia, vetor tecnológico do desenvolvimento econômico.

das grandes obras de infra-estrutura, permitindo a instalação de terminais graneleiros, de carnes, de fertilizantes e de petróleo, de indústrias de fertilizantes, de óleos vegetais e central de gaseificação. A economia do Rio Grande teve novo impulso, além da atração que representou para novos contingentes populacionais.

Nesta fase, são criadas algumas áreas habitacionais importantes, como os PROFILURBs, conjuntos habitacionais INOCOOP, de Sindicatos, do 5^o Distrito Naval, COHAB, PRÓ-MORAR, Lotes Urbanizados e BNH, alguns deles fora da área urbana legal, através de legislação específica. Observa-se que, na grande maioria, estas áreas habitacionais destinam-se à moradia econômica, caracterizando a clientela deste período.

Conclusões acerca do Crescimento Horizontal do Rio Grande

O mapa-síntese, representado pela Figura 13, permite estabelecer algumas conclusões. A atual configuração é clara: a ponta da península totalmente ocupada; uma ramificação a sudoeste, ao longo da antiga Estrada dos Carreiros, caracterizada por habitações de baixo padrão; uma ramificação ao sul, ao longo da Rodovia Rio Grande/Casino, caracterizada, até o entroncamento com a Rio Grande/Pelotas, por terrenos de grandes dimensões, mais valorizados, de ocupação mais lenta e/ou estocados por empresas industriais antes da criação do Distrito Industrial; deste entroncamento até o balneário, por uma sucessão de pequenos loteamentos intercalados com propriedades rurais, e a união destas duas ramificações por áreas habitacionais de implantação mais recente, junto à Rodovia Rio Grande/Pelotas.

Acentua-se a tendência de ocupação linear, podendo prever-se, em futuro próximo, a conurbação entre a cidade e o balneário, cuja população vem crescendo acentuadamente nos últimos anos. A proposta do novo Plano-Diretor em vigor desde 01 de janeiro de 1987, já admite uma faixa urbana ao longo dos 20 km existentes entre os dois núcleos.

Como conseqüência de todos os fatores citados, a Cidade do Rio Grande apresenta

hoje uma configuração horizontal, extensa, permeada de vazios, com as diversas partes relacionando-se com dificuldade, prejudicando os serviços urbanos, principalmente transporte e abastecimento. O retalhamento da cidade em várias porções define, também, os espaços de corredores de comércio e serviços ao longo das principais vias de circulação. Estas desempenham o papel de aproximação das funções nos diversos níveis de especialização, o que pode ser aproveitado para a descentralização. O Plano-Diretor de Desenvolvimento Integrado vigente destaca a preocupação em intervir nessa realidade, através do incentivo à ocupação de espaços vazios e adensamento dos espaços rarefeitos, bem como a melhor distribuição espacial de equipamentos e serviços, visando a descentralizar e neutralizar a necessidade de grandes deslocamentos.

No processo de crescimento horizontal, podemos identificar a existência de "pulsões", que ficam evidentes quando observamos o crescimento da população urbana a partir de 1900. Os registros existentes apontam decisivamente para a supremacia da população urbana, que em 1900 era de 58,62% e chega, em 1980, a 93,83%, conferindo-lhe com caráter bastante peculiar (Tabela 1).

Como já destacado, Rio Grande surge como resposta a aspirações estratégico-militares para satisfazer, mais tarde, a necessidade do desenvolvimento da fundação comercial que se tornou dominante. A instalação da Alfândega, em 1804, veio a concentrar em uma única saída marítima os produtos agropecuários da região que demandavam ao exterior. O aparecimento de indústrias não artesanais nos fins do século modifica sua fisionomia.

A primeira "pulsão" importante é sentida, justamente, no início do Século XX, repercussão dos investimentos com a construção do Porto Novo e fixação da Barra do Canal do Rio Grande. A cidade desenvolve-se de modo concentrado, limitada pelas características desfavoráveis do sítio que vão sendo vencidas progressivamente. A ponta da península, lentamente ocupada, especializa-se como centro comercial e de serviços. Junto à margem norte, diretamen-

TABELA 1
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO – RIO GRANDE

ANOS	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO			
	População			Taxa
	Total	Urbana		
		Absoluta	Relativa (%)	
1900 (1)	29 492	17 290	58,62	–
1912 (1)	45 000	35 000	77,77	6,05
1940	60 802	46 655 (1)	76,73	1,03
1950	77 915	65 950	84,64	3,52
1960	100 378	87 528	87,20	2,87
1970	116 488	103 921	88,88	1,73
1980	146 214	137 195	93,83	2,81

FONTES — IBGE — Censos Demográficos e Sinopses Preliminares.

NOTA — Taxas calculadas.

(1) VIEIRA, E. F., 1982.

te ligadas à água, instalam-se indústrias alimentícias de pescado. Ao sul, próximo à água, mas, também, aos trilhos da viação férrea e às indústrias têxteis, veio se acrescentar uma refinaria de petróleo, em 1937, o que mudaria o perfil da cidade vista desde o Canal.

Até então, o crescimento ocorre de maneira irregular e espontâneo, dentro dos padrões tradicionais, de lotes de testada exígua, limitando-se a responsabilidade pública ao lançamento, abertura e retificação de vias. Após o estabelecimento da Lei de Terras, em 1937, a terra urbana adquire valor no mercado e passa a ser objeto de um intenso processo especulativo. Só então é que o Poder Público intervém como regulador dos múltiplos interesses imobiliários.

No caso específico do Rio Grande, verifica-se que este processo ocorre com muita intensidade na década de 50, quando as taxas de crescimento populacional são superiores à média do Estado, e, também, decorrentes da demanda do período anterior. A área ocupada dobra.

Com a paralisação de diversas atividades fabris, no final do decênio, ocorre uma diminuição na velocidade do lançamento de novos loteamentos com finalidades residenciais. Há uma sensível redução nas taxas de crescimento populacional e os loteamentos implantados destinam-se a finalidades de lazer, nas imediações do balneário. Deste pe-

ríodo, datam as ocupações irregulares na Faixa de Marinha do Balneário Cassino, denunciando os reflexos sociais da estagnação econômica.

Analisando a evolução da estrutura de emprego na Cidade do Rio Grande (Tabela 2), verificamos que, por 20 anos (1951/1970), as oportunidades reduziram-se sensivelmente. As associações com a Tabela 1 sugerem que possa, inclusive, ter ocorrido emigração.

Na década de 70, com a construção do Superporto e a implantação do Distrito Industrial, surgem os grandes terminais marítimos e as indústrias químicas de grande porte, afastadas do centro urbano, o que modifica, mais uma vez, o perfil da cidade. Ocorre uma nova "pulsção", sentida a partir de 1980, provocada pela decisão política de implementação destas medidas. Criam-se novos elementos de atração, as taxas de criação de novos empregos crescem, principalmente, nos setores da indústria e serviços, bem como a taxa de crescimento populacional. Em 1984, segundo dados da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, os dois setores econômicos assinalados são responsáveis por 92,29% do valor adicionado fiscal.

Nesta época, já existe regulamentação municipal para novos loteamentos, mas os loteamentos que ocorrem, desde então, são os de finalidade social e de habitações econômicas, com poucas exceções. Sua lo-

TABELA 2
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE EMPREGO NA CIDADE DO RIO GRANDE

SETOR	EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE EMPREGO					
	1931/1940		1941/1950		1951/1960	
	Pessoal ocupado	Taxa	Pessoal ocupado	Taxa	Pessoal ocupado	Taxa
TOTAL.....	-	-	-	-	16 967	-
Agropecuária.....	5 322	-	9 298	5,71	7 898	-1,61
Comércio.....	1 827	-	2 602	3,59	2 774	0,64
Indústria.....	7 052	-	6 188	-1,29	5 161	-1,79
Serviços.....	-(1)	-	-(2)	-	1 134	-

SETOR	EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE EMPREGO				
	1961/1970		1971/1980		Setor (%)
	Pessoal ocupado	Taxa	Pessoal ocupado	Taxa	
TOTAL.....	17 456	0,28	25 089	3,69	100,00
Agropecuária.....	7 428	-0,06	7 850	0,55	31,29
Comércio.....	3 466	2,25	5 069	3,87	20,21
Indústria.....	5 093	-0,13	8 501	5,25	33,88
Serviços.....	1 469	2,62	3 669	9,58	14,62

FONTE — IBGE — Censos Econômicos.

NOTAS — 1 — População economicamente ativa 57 390 (39,27%) em 1980.

2 — Taxas calculadas.

(1) Dado não divulgado no Município. (2) Dado não localizado.

calização determina a relação direta destas áreas com o Superporto e Distrito Industrial, evidenciando a destinação a uma população específica, de acordo com as exigências do desenvolvimento das novas funções urbanas.

Por outro lado, a comparação entre o Censo Econômico e o Demográfico, realizados pelo IBGE em 1980, nos fornece mais um dado para análise da natureza desta "pulsção". O Censo Demográfico acusa uma população economicamente ativa (PEA) de 57 390 hab.; o Censo Econômico aponta a existência de 25 089 pessoas ocupadas, 17 239 das quais em atividades tipicamente urbanas, ou seja, 32 301 pessoas pertencentes à PEA estão fora do mercado formal de trabalho em 1980.

Admitindo que o número de ocupações existentes está relacionado com um universo de 83 295 dependentes diretos (média familiar = 3,32 pessoas), obtemos 62 919 hab. participando de uma economia marginal, ou 43,03% sobre a população total.

Esta análise justifica a presença de uma importante parcela populacional de baixo

poder aquisitivo, impossibilitada de pagar por benefícios urbanos. Isto reflete-se nos baixos padrões de urbanização dos bairros da cidade, apesar da aparente retomada no desenvolvimento econômico e social.

É importante destacar, ainda, a relação existente entre a Cidade do Rio Grande e São José do Norte, localizada ao norte do Canal de Navegação, distante 3 km do centro comercial daquela, com intensa ligação hidroviária. Esta relação sugere a existência de fatores econômicos, sociais e culturais que transcendem os limites institucionais, dados estes que não foram analisados no presente trabalho, podendo vir a ser objeto de estudos futuros.

A ocupação espacial das atividades econômicas, como assinalado no início deste capítulo, em decorrência da configuração física, define uma relação direta destas atividades com a água e, por outro lado, ao sistema viário principal e férreo.

Apesar das mudanças de função ao longo do tempo, observamos que estas funções são decorrentes das qualidades originais

que determinaram o surgimento da cidade naquele local, às margens do Oceano Atlântico.

Quando assinalamos a relação das atividades com a água, queremos, na realidade, especificar a natureza do relacionamento do Rio Grande com o universo exterior que possibilita e justifica sua existência. O valor

estratégico continua sendo associado às possibilidades de emissão e recepção, cuja capacidade e alcance têm aumentado ao longo do tempo, constituindo, hoje, o único terminal marítimo do extremo sul da América capaz de processar, com eficiência, as demandas decorrentes da produção latino-americana.

ANEXOS

RELAÇÃO DE CARTAS E MAPAS EXISTENTES* E RELAÇÃO DE FOTOS AÉREAS REALIZADAS

ANO	ESCALA	AUTOR	DIS-TÂNCIA CURVAS DE NÍVEL	OBSERVAÇÕES	MOSTRA LIMITE URBANO	LOCALIZAÇÃO DA CARTA
1737	-	Atribuído a Silva Paes	-	"Desenho por ideia da Barra e Porto do Rio Grande de S. Pedro"	-	Arquivo histórico ultramarino de Lisboa reproduzido por Barreto, Abeillard, 1979, e Queiróz, M. L. Bertoline, 1987
1738	-	Atribuído a André Ribeiro Coutinho	-	"Mapa da Fortificação do estreito de Rio Grande de S. Pedro da invocação da Senhora S. Anna"	-	Biblioteca Rio-Grandense, reproduzido por Queiróz, M. L. Bertoline, 1987
1739	-	Desconhecido	-	"Plano del puerto de S. Pedro en el Rio Grande com la plobacion nueva del Portugueses"	-	Barreto, Abeillard, 1979, reproduzido por Queiróz, M. L. Bertoline, 1987
1767	-	Custódio de Sá e Faria	-	Fac-símile da carta, reeditada em 1936 por J. Rego Monteiro	Sim	Biblioteca Rio-Grandense M-C G-5 m 1168 e m 1164 - Rio Grande
1776	Gráfica	J. Funk. - Mal. de Campo	-	Com localização do forte Jesus-Maria-José (planta redenhada)	Sim	Bibl. Rio-Grandense M-C G-3 m 919
1776/7	-	Francisco Ferreira de Souza	-	"Demonstração da Villa de S. Pedro do Rio Grande" (Iconográfica)	-	Bibl. Rio-Grandense
1789	Gráfica em braças	Manoel M. do Couto Reis piloto de medições	-	Fac-símile de carta "corográfica" com diversos comentários reeditada em 1936	-	Bib. Rio-Grandense M-G G-1 m 727, 728 e 740
1809	-	João Vieira de Carvalho	-	Dois plantas não consultadas	-	Citadas p/ Raphael Copstein, em "Evolução urbana de Rio Grande" - 1982
1829	-	Manoel Gonçalves dos Santos	-	Adaptação da planta do autor, da Villado Rio Grande (R. Copstein, 1982, cita uma planta de Gonçalves Chaves, deste ano, não consultada)	Sim	Bibl. Rio-Grandense M-C G-5 m 1165 e M-C G-1 m 728 e Sec. Coordenação e Planejamento PMRG
1835	1/2.000	Francisco José de Souza Soares D'Andrea	-	Reproduzida em 1945, planta parcial com projeto de retificação de ruas	Sim	Sec. Planejamento PMRG
1860	-	Carlos Emil	-	1 planta não consultada	-	Citadas por Raphael Copstein, 1982
1868	1/720.000	Antônio Eleutério de Carvalho	-	Carta topográfica com relevo do município	-	Bib. Rio-Grandense
1869	Gráfica em milhas	M. M. Dillon & Johnson	-	Elaborada pela Marinha Inglesa com carta marítima - edição francesa	Sim	Bibl. Rio-Grandense M-C G-1 m 672
1876	1/618.370	José Inácio Coimbra	-	Mapa geográfico da província	-	Bibl. Rio-Grandense
1878	1/50.000	Lôpo Neto - Eng.	-	Carta do litoral e Lagoa dos Patos	-	Bibl. Rio-Grandense M-BG-9m 645 e 643
1882	Gráfica em milhas	Lôpo Neto - Eng., Desenho Júlio Vasques	-	Cartas do porto e barra	Sim	Bibl. Rio-Grandense M-BG-9m 636, 637 e 646
1883	-	Comissão de melhoramentos da barra de Rio Grande	-	Carta com diagrama comparativo da ação dos ventos entre 1877-1883	-	Bibl. Rio-Grandense M-BG-8m 581 e 600
1884	1/20.000	Desconhecido	-	Editada em 1891, com carta hidrográfica e de vegetação	Sim	Bibl. Rio-Grandense
1894	Gráfica	Desenho J. Seixas	-	Com projeto dos molhes	Sim	Bibl. Rio-Grandense M-C G-4 m 1135

* Com exceção de cartas marítimas e outras que não forneçam dados relevantes ao planejamento físico.

**RELAÇÃO DE CARTAS E MAPAS EXISTENTES* E RELAÇÃO DE FOTOS
AÉREAS REALIZADAS**

ANO	ESCALA	AUTOR	DIS- TÂNCIA CURVAS DE NÍVEL	OBSERVAÇÕES	MOSTRA LIMITE URBANO	LOCALIZAÇÃO DA CARTA
1897	1/20.000	Desconhecido	-	Sem data, presumível anterior a 1897, pois mostra canaleta da rua Major Carlos Pinto ainda sem retificar	Sim	Bibl. Rio-grandense M-C G-4 m 1133
1904	1/8.000	Antônio C. Chermont, Pedro D. Rache	-	Com cidade velha, nova e projetada	Sim	Bibl. Rio-grandense M-C G-4 m 1143 M-G G-2 m 732, 733 e 759
1904	1/50.000	Desconhecido	-	Sem data com ocupação urbana idêntica à anterior	Sim	Bibl. Rio-grandense M-C G-8 m 915
1911	1/50.000	W. Niess	-	Elaborada pela companhia Francesa por ocasião do projeto dos molhes-impressa em Paris	Sim	Bibl. Rio-grandense M-C G-9 m 1258
1911	1/100.000	José Barbosa Gonçalves	-	Planta geral do município	Sim	Bibl. Rio-grandense
1911	1/500.000	Nicolau Pujol	-	Carta das Lagoas dos Patos e Mirim foi ampliada em 1933 pela diretoria de cartas hidrográficas da Sec. Obras Públicas do Estado	Sim	Bibl. Rio-grandense M-C G-7 m 868
1913	-	Desconhecido	-	Planta do Balneário Cassino (Villa Sequeira)	Sim	Escritórios do "Loteamento Cidade Balneária do Cassino" - Cassino/RG
1920	0,01 = 25	Diretoria de Obras e Saneamento	-	Planta parcial com projeto de esgotos da área central	-	Biblioteca Rio-grandense M-C G-9 m 1089
1922	1/11.000	Desconhecido	-	Planta geral com ocupação urbana	Sim	Bibl. Rio-grandense M-C G-1 m 729
1928	Não indicada	Pref. Municipal do Rio Grande	-	Planta geral com ocupação	Sim	Bibl. Rio-grandense M-D G-2 m 1276
1937	1/10.000	Prefeitura Municipal do Rio Grande	-	Planta geral da cidade	Sim	Bibl. Rio-grandense M-C G-1 m 730 e 731
1937	1/5.000	Diretoria de Serviços Industriais de R. Grande	-	Planta geral da cidade	Sim	Sec. Planejamento - PMRG
1938	1/100.000	Pref. Municipal do Rio Grande	-	Mapa do município	Sim	Bibl. Rio-grandense M-C G-8 m 937
1945	1/500.000	Conselho Nacional de Geografia	-	Parte da carta do Brasil S1-22.0	-	Bibl. Rio-grandense
1956	1/5.000	Top. Orocildes Fernandes Gomes	-	Atualização da planta existente pelo topógrafo, Pref. Municipal de R. Grande	Sim	Bibl. Rio-grandense
1957	1/1.000	Comercial e Construtora América	-	Planta do loteamento "Cidade Balneária do Cassino"	Sim	Escritórios do "Loteamento Cidade Balneária do Cassino" - Cassino/RG
1959	1/8.000	Arq. Edison de S. Mendonça - Des. José P. Rego	-	Planta geral da cidade feita pela Pref. Mun. R. Grande	Sim	Bibl. Rio-grandense
1963	1/8.000	Des. Constantino Castanheira	-	Com localização de equipamentos urbanos feita pela Pref. Municipal do Rio Grande	Sim	Sec. Planejamento - PMRG
1966	1/16.000	Depto. de Planejamento e Urbanismo - PMRG	-	Planta geral da cidade	Sim	Sec. Planejamento - PMRG
1968	1/50.000	Diretoria de Serviços Geográficos - Min. Exército	20/20 m	Devido à pouca altitude do município não aparece nenhuma curva de nível	Sim	Min. Exército do Brasil - Divisão de levantamentos
1969	1/16.000	Aldo F. Monte - PMRG	-	Parcial do centro	-	Sec. Planejamento - PMRG
1970	1/100.000	Des. J. Castanheira - PMRG	-	Planta geral do município	-	Sec. Planejamento - PMRG
1972	1/8.000	Des. J. Castanheira - PMRG Eng. Alfredo Muck	-	Planta geral da área urbana	Sim	Sec. Planejamento - PMRG Bibl. Rio-grandense M-C G-4 m 1076

* Com exceção de cartas marítimas e outras que não forneçam dados relevantes ao planejamento físico.

RELAÇÃO DE CARTAS E MAPAS EXISTENTES* E RELAÇÃO DE FOTOS AÉREAS REALIZADAS

ANO	ESCALA	AUTOR	DIS- TÂNCIA CURVAS DE NÍVEL	OBSERVAÇÕES	MOSTRA LIMITE URBANO	LOCALIZAÇÃO DA CARTA
1974	1/2.000	Pref. Municipal R. Grande	1/1 m	Planta baseada nos originais do Aerofotogramétrico feito pela CEDRO em 1974	Sim	Sec. Planejamento – PMRG
1976	1/5.000	Pref. Municipal R. Grande	-	Com plantas parciais dos quarteirões, também na escala 1/10.000	-	Sec. Planejamento – PMRG
1977	1/5.000	Pref. Municipal R. Grande	-	Parcial do Centro	-	Sec. Planejamento – PMRG
1979	1/2.000	Pref. Municipal R. Grande	-	Atualização do Aerofotogramétrico de 1974, c/inclusão do parque São Pedro	Sim	Sec. Planejamento – PMRG
1981	1/250.000	Direção de Serviços Geográficos – Min. Exército	-	Com informações sobre vegetação e Hidrografia – devido à pouca declividade do terreno, não aparecem curvas de nível	-	Min. Exército Brasileiro – divisão de levantamentos
1982	1/5.000	Pref. Mun. Rio Grande	-	Planta Geral Balneário Cassino, também na 1/10.000	Sim	Mapoteca Sec. Planejamento – PMRG
1983	1/50.000	Pref. Mun. Rio Grande	-	Geral do Município	Sim	Idem
1983/4	1/5.000	Idem	-	Diversas plantas parciais urbanas, também reduzidas para 1/8.000 e 1/10.000	Sim	Idem
1983	1/8.000	Idem	-	Mapeamento do trecho Rio Grande a Cassino	Sim	Idem
1984	1/50.000	Idem	-	Geral do Município, também na 1/80.000	Sim	Idem
1984	1/100.000	Idem	-	Com localização das plantas parciais do Aerofotogramétrico de 1974	Sim	Idem
1984	1/2.000	Idem	-	Adendo ao Aerofotogramétrico com o parque residencial COHAB II	Sim	Idem
1984	Diversas	Pref. Mun. R. Grande	-	Mapeamento do plano diretor projetado – plantas completas	Sim	Idem
1985	1/400.000	Pref. Mun. R. Grande	-	Planta geral do Município com coordenadas	-	Idem
1985	1/200	Idem	-	Adendo ao Aerofotogramétrico de 1974 com inclusão da COHAB IV	Sim	Idem
1985	1/10.000	Idem	-	Planta geral do 3º distrito, complementação do Aerofotogramétrico	Sim	Idem
1964	1/60.000	USAF – Força Aérea Americana	Dado desconhecido	Fotos aéreas básicas para plantas do Min. Exército Brasileiro	Sim	Min. Exército – RJ
1974	1/5.000	CEDRO – Cia. Est. de Des. Regional e Obras	1/1 m	Aerofotogramétrico – básico para plantas gerais da cidade	Sim	Mapoteca Sec. Planejamento – PMRG
1975	1/110.000	Cruzeiro do Sul	Dado desconhecido	Aerofotogramétrico – básico para plantas gerais do Município	Sim	Min. Exército – RJ
1979	1/2.000	PORTOBRÁS	1/1 m	Levantamento parcial Aerofotogramétrico para atualização das margens dos portos de R. Grande	-	Mapoteca Sec. Planejamento – PMRG

* Com exceção de cartas marítimas e outras que não forneçam dados relevantes ao planejamento físico.

LEGISLAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE RELAÇÃO CRONOLÓGICA

Grupos Ano	Entorno urbanístico	1.	Edificação em si mesma	2.	Utilização da edi- ficação	3.	Impacto no meio ambiente	4.	Equipamentos e serviços pú- blicos	5.	Legislação sobre a propriedade	6.	Parcelamento do solo	7.
1811	1º código de posturas				1º código de pos- turas									
1892									Lei orgânica do Município do Rio Grande					
1893									Dec. nº 4 – Criação do parque Rio-grandino					
1896									Lei orgânica e o aditivo eleitoral Lei nº 1					
1903	Dec. 29 – Novo código de posturas (limites urba- nos)				Dec. 29 – Novo código de postu- ras									
1904					Código de postu- ras rurais do Mu- nicípio do Rio Grande									
1936			Acto nº 1349 – Lei orgânica – cria conselho téc- nico para opinar sobre estética e salubridade das construções						Acto nº 1349 – Lei orgânica do município					
1938	Ato nº 1467 – Faz a divisão territorial e delimita áreas urbanas e suburbanas								Ato nº 1467 – Faz a divisão terri- torial e delimita áreas urbanas e suburbanas					
1941	Decreto 72 – Delimita zona exclusivamente resi- dencial, rua Rheingantz e transversais													
1945	Decreto 324 – Define zonas de habitação econô- micas				Decreto 326 – Institui comissão de censura de fa- chadas de prédios									
1948	Lei 46 – Aprova o plano de urbanização do Sudeste da cidade Lei 88 – Cód. de posturas – define limites municipais e urbanos				Lei 88 – Código de posturas		Lei 88 – Código de posturas		Lei orgânica		Lei orgânica			
1949	Lei 98 – Autoriza contru- ção de edifícios nos terre- nos do Porto Municipal		Lei 102 – Cód- igo de construções											
1952			Lei 469 – Dá nova redação ao Art. 31, letra a do código de cons- truções											
1953			Lei 554 – Dá no- va redação ao Art. 51 – código de construções											
1955									Emenda nº 5 da lei orgânica com dis- posições sobre alienação de pra-					

LEGISLAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE RELAÇÃO CRONOLÓGICA

Grupos Ano	Entorno urbanístico 1.	Edificação em si- mesma 2.	Utilização da edi- ficação 3.	Impacto no meio ambiente 4.	Equipamentos e serviços pú- blicos 5.	Legislação sobre a propriedade 6.	Parcelamento do solo 7.
1955					cas e logradou- ros públicos		
1956		<p><i>Lei 68</i> — Altera Art. 4. cód. de constr., dispensa ass. construtor de casas de alvenaria até 70 m²</p> <p><i>Lei 994</i> — Altera Art. 196 — cód. de constr. referente a construções e reformas nos passeios frente à edificação</p>					
1958		<p><i>Lei 1168</i> — Modifica Art. 15 — cód. de constr. referente à obrigatoriedade de tapumes em prédios de 2 pavimentos</p>					
1959	<p><i>Lei 1.182</i> — Estabelece normas especiais para edificações no Cassino — recuo de ajardin. — proibição de chalés na Av. Rio Grande</p>						
1960	<p><i>Lei 133</i> — Altera Art. 239 do cód. de constr. > prédios de esq. com a Mal. Floriano não poderão ter menos de 5 pav.</p> <p><i>Lei 136</i> — Exclui a Av. Portugal do recuo obrigatório estabelecido pelo Art. 241 — cód. de construções</p> <p><i>Lei 122</i> — Inclui Gen. Bacelar na disp. Art. 260, cód. de construções</p>						
1961	<p><i>Lei 1.385</i> — Cria conselho municipal de planejamento e urbanismo</p>	<p><i>Lei 156</i> — Altera redação do Art. 4, cód. de const. dispensa ass. construtor para edificações até 70 m²</p>			<p>Altera lei orgânica Art. 7º (são de competência exclusiva do município: os postos predial, territorial, urbano, suburbano e rural) de licença industriais, profissões, diversões, públicas</p>	<p>Altera lei orgânica Art. 7º (imposto sobre transmissões de propriedade imobiliária)</p>	
1962	<p><i>Lei 164</i> — Altera Lei 1.182</p>	<p><i>Lei 156</i> — Altera Art. 4, cód. construção, construção com assistência social da prefeitura até 70 m²</p>				<p><i>Lei 1.462</i> — Estabelece processo de avaliação e fixa custo unitário do m² da construção</p>	
1963	<p><i>Lei 189</i> — Altera Art. 303 e 307 — cód. de constr. dispõe sobre largura de vias de acesso a vilas e testada mínima de lote interno à vila</p> <p><i>Lei 1.513</i> — Estabelece convenções para áreas industriais</p>	<p><i>Lei 186</i> — Altera Art. 4, cód. de construções</p>			<p><i>Lei 1.498</i> — Atualiza o preço do m² da construção</p>	<p><i>Lei 189</i> — Altera Art. 303 e 307 — sobre largura de vias e testada mínima</p>	

LEGISLAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE RELAÇÃO CRONOLÓGICA

Grupos Ano	Entorno urbanístico 1.	Edificação em si mesma 2.	Utilização da edificação 3.	Impacto no meio ambiente 4.	Equipamentos e serviços públicos 5.	Legislação sobre a propriedade 6.	Parcelamento do solo 7.
1964	<i>Lei 1566</i> — Altera <i>Lei 88</i> , criando novos distritos, subdistritos, estabelece alteração dos limites inter-districtais — define área com limite urbano coincidentemente com esgoto cloacal área central	<i>Lei 205</i> — Concede assistência técnica pelo CREA p/construções que gozem as vantagens da <i>Lei 1425</i>					
1965	<i>Lei 1665</i> — Exclui a Av. Major Carlos Pinto do recuo obrigatório dado pelo Art. 241, cód. de construções						
1966	<i>Lei 237</i> — Dá nova redação à <i>Lei 1.182</i> sobre recuo obrigatório em obras de reparação em prédios existentes no Cassino <i>Lei 236</i> — Dá nova redação à <i>Lei 133</i> : os prédios de esq. da Rua Mal. Floriano entre Benjamin e Gal. Neto não poderão ter menos de 5 pav.				<i>Lei 1799</i> — É publicado o manual tributário municipal — normalizando sobre os impostos de competência do município	<i>Lei 1799</i> -- Manual tributário municipal	
1969		<i>Lei 1998</i> — É fixado pé-direito mínimo em construções de madeira para habitação e fins comerciais <i>Lei 277</i> — Revoga <i>Lei 1425</i> e <i>205/64</i>				<i>Lei 2015</i> — Altera manual de tributação municipal — dispõe sobre imposto predial e territorial	
1970	<i>Lei 2155</i> — Os prédios de esquina à rua Mal. Floriano entre Benjamin e Gal. Neto não poderão ter menos de 3 pav. podendo ser reformados desde que não fira a estética do imóvel						
1971	<i>Lei 2560</i> — Plano de diretrizes urbanas dá poder à secret. de coord. e planejamento em elaborar o plano após aprovação pelo legislativo e executivo				Alteração da emenda n° 5 no que concerne à alienação de praças e logradouros públicos	<i>Lei 2552</i> — Lei de loteamentos	
1972		<i>Lei 2606</i> — Código de edificações					
1973	<i>Lei 2630</i> — Altera <i>Lei 2560</i> c/ exclusão do Art. 1° e revoga o § 3° do Art. 67 (isentos de recuo prédios c/ menos de 3 pav. c/ frente recuada 1/4 da profundidade do lote)						
1974	<i>Lei 2841</i> — Altera Art. 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37 da <i>Lei 2630</i> Art. 28, 29, 36 e 37 — Nova Redação Art. 31 — Permite na ZCE Museu e Biblioteca Art. 32 — proíbe na ZRI transportadoras, oficina de mecânica pesada permite comércio atacadista e depósitos Art. 33 — Permite na ZR2 comércio atacadista varejista, quarteis, transportadoras e depósitos Art. 34 — Idem Art. 33 — para ZR3 Art. 28 — permite hotéis	<i>Portaria 94</i> — Institui comissão consultiva para código de edificações <i>Lei 2766</i> — Obriga construção de escadas de incêndio em prédios com mais de 4 pav.			<i>Lei 2778</i> — Estabelece fiscalização em elevadores — segurança e funcionamento <i>Lei 2766</i> — Obriga a construção de escadas de incêndio em prédios com mais de quatro pavimentos		

LEGISLAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

RELAÇÃO CRONOLÓGICA

Grupos Ano	Entorno urbanístico	1.	Edificação em si mesma	2.	Utilização da edi- ficação	3.	Impacto no meio ambiente	4.	Equipamentos e serviços pú- blicos	5.	Legislação sobre a propriedade	6.	Parcelamento do solo	7.
1975	<i>Lei 2952</i> — Autoriza o poder executivo a conceder licença p/ construção de hab. de interesse social. Autoriza COHABS a e construir em terrenos doados pela prefeitura													
1976	<i>Lei 3047</i> — Altera Lei 2630 nos Art. 67 e 71 quanto à obrigatoriedade de recuos de jardim em meio de quadra e em esquinas <i>Lei 3048</i> — Revoga o poder da Secretaria de coord. e planejamento urbano de elaborar planos													
1977									<i>Emenda N° 46</i> — Lei orgânica — dispõe sobre praças e logradouros públicos		<i>Lei 3121</i> — Faixa de Marinha — regula o uso afins de plano de urbanização, cedências e domínio útil			
1978	<i>Lei 3268</i> — Altera Lei 3.047 — Obrigatoriedade de recuo nas ruas transversais <i>Lei 3261</i> — Altera Lei 3.047 — Obrigatoriedade de recuo nas ruas longitudinais <i>Lei 3294</i> — Altera Lei 3.261 — Outras ruas <i>Dec. Fed. 6602</i> — Criação do Distrito Industrial do Rio Grande <i>Lei 3247</i> — Altera Lei 2630/73 Art. 27 e 30 — Nova redação Art. 27 — ZCV — Proíbe transportadoras, depósitos, casas de espetáculos e diversões, menos cinemas e teatros, no perímetro central — Proíbe bancos e estabelecimentos financeiros no calçadão da rua Gen. Baccelar Art. 30 — Proíbe oficina de mecânica pesada e casas de espetáculos e diversões, menos cinemas e teatros	<i>Decreto Lei 318</i> — Altera Lei 2.606/72, Art. 6º, isenção resp. técnica com as normas do CREA												
1979	<i>Lei 3414</i> — Altera Lei 8.848 — Cria novos distritos e subdistritos, dá denominação e altera limites distritais <i>Lei 3.363</i> — Determina limites de uso no Cassino <i>Lei 3.459</i> — Dá denominação às vias e logradouros nos loteamentos das vilas e distritos <i>Lei 332</i> — Nova redação ao Art. 67 da Lei 2.630/73	<i>Lei 3.382</i> — Código de prevenção contra incêndio						<i>Lei 3.354</i> — Consideram-se de preservação permanente os cômodos fixados na Praia do Cassino	<i>Lei 3382</i> — Código de prevenção contra incêndio, alteração lei orgânica, Art. 51 — os tributos arrecadados nos distritos rurais serão aplicados nele, em serviços públicos municipais e melhoramentos		<i>Lei 3411</i> — Altera Art. 12, Lei 3.121/77 — Não será permitida a venda do domínio útil e mais de um lote a uma mesma pessoa, nem a construção de edifícios de apartamentos em terrenos de faixa de Marinha			
1980	<i>Lei 3522</i> — Altera § 2 Art. 73 da Lei 2.630/73. Inclui isenção do recuo de fundos	<i>Lei 3.514</i> — Cód. de obras					<i>Lei 3.514</i> — Código de posturas — revoga a Lei 88/48	<i>Lei 3.514</i> — Código de posturas — título III, Capítulos						

LEGISLAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE RELAÇÃO CRONOLÓGICA

Grupos Ano	Entorno urbanístico 1.	Edificação em si mesma 2.	Utilização da edificação 3.	Impacto no meio ambiente 4.	Equipamentos e serviços públicos 5.	Legislação sobre a propriedade 6.	Parcelamento do solo 7.
1980	em terrenos com área inferior a 200 m ²			V, VI, VII, VIII, XIX, XVI, XVII, XVIII e XX sobre poluição do meio ambiente e extinção de insetos e animais nocivos, das queimadas e do corte das árvores e pastagens, da exploração de olarias e depósitos de areia e saibros			
1981	<i>Lei 3609</i> — Acrescenta um artigo à Lei 2.630/73, obrigatoriedade de construção de rampas em prédios públicos, rebaixamento do meio-fio em esquinas para locomoção de deficientes físicos, em prédios novos, reformas e ampliações <i>Lei 3620</i> — Cria normas urbanísticas para loteamento Jardim do Sol (alto padrão)						<i>Lei 3596</i> — Dispõe sobre requisitos para aprovação, implantação de conj. habitacionais, estabelecendo condições especiais de parcelamento e uso do solo para programas de interesse social <i>Lei 3596</i> — Cria normas urbanísticas p/ loteamento Jardim do Sol
1982	<i>Lei 3.727</i> — Revoga Lei 3620/81 — cria novas normas <i>Lei 3.711</i> — Delimita áreas beneficiadas pelo Projeto Cura <i>Lei 3.707</i> — Revoga seção VIII da Lei 2.630/73 sobre dimensões mínimas de terrenos <i>Lei 3.709</i> — Permite construção até 60 m ² , assistência técnica da prefeitura para renda até 03 S.M.	<i>Lei 3.709</i> — Define a população que pode ser beneficiada com assistência técnica gratuita (até 03 salários mínimos)			<i>Lei 3.711</i> — Autoriza o executivo a firmar convênio para implantação do Projeto Cura <i>Lei 3.709</i> — Caracteriza população atingida pela assistência técnica gratuita	<i>Lei 3.708</i> — Autoriza o poder executivo a firmar alíquota progressiva do IPTU nas áreas beneficiadas pelo Projeto Cura	<i>Lei 3.727</i> — Jardim do Sol <i>Lei 3.707</i> — Revoga a seção VIII da Lei 2.630 — Sobre dimensão mínima de testada
1983	<i>Lei 3.832</i> — CONDEMA: parecer para instalações de novas indústrias de acordo com o padrão do SEMA			<i>Lei 3.832</i> — Cria o conselho municipal de defesa do meio ambiente (CONDEMA) — órgão consultivo			
1984						<i>Lei 3.936</i> — Altera Art. 12, Lei 3.121 — Fixa o prazo para venda do domínio útil (5 anos) suprime Art. 14 e 15	
1986	<i>Lei 4.116</i> — Plano diretor de desenvolvimento integrado			<i>Lei 4.116</i> — Plano diretor de desenvolvimento integrado		<i>Lei 4.116</i> — Plano diretor de desenvolvimento integrado	

RELAÇÃO DE LOTEAMENTOS APROVADOS
FUNTE — PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

LETRA	LOTEAMENTO: N.º E NOME	LOC	PROPRIETÁRIO	RI	PASTA	DATA DE APROVAÇÃO
A	01 — A.B.C. o (ver folha 4)	BC	Autarquia do Balneário Cas- sino		28	
	02 — Vila Abel Cravo o	VQ	Amélia Cravo Dias	38	18	01/10/58
	03 — Abrão Rodrigues de Mello	VQ	Maria T. Lucas	77	52	11/02/65
	04 — Agostinho Petrone	SC	Agostinho Gracio		90	24/03/61
	05 — Alcidis Diniz	RG	Alcidis Diniz e outros		117	17/08/66
	06 — Albino	RG	Albino Pires Figueiredo So- brinho	109	92	03/10/73
	07 — Albertina dos Santos Gago	RG	Albertina Gago		48	24/04/59
	08 — Vila Alfa	SC	Luiz Augusto B. de Cam- pos M.	18	34	27/04/56
	09 — Vila Santo Antônio	RG	Eduardo Laranja	49	19	07/05/58
	10 — Bairro América	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande	33	121	
	11 — Análio Coutinho		Análio Coutinho	24	16	12/08/56
	12 — Entre Ruas: Andradas, Senador e Duque, J. Alfredo, Mário Ribeiro, João Touguinha	RG	Guaíba Sul	12	40	17/04/53
	13 — Vila Santo Antônio	RG	Arthur Campos Assumpção		39	21/05/47
	14 — Augusta Gomes Nunes	RG	Augusta Gomes Nunes		33	23/09/52
	15 — Vila Santo Antônio	Q	Pelotas Imobiliária S/A	66	62	14/06/61
B	01 — Balneário Parque Cas- sino ●	BC	Guilherme S. Filho e Uiraça- ra B. Salgado		106	26/12/49
	02 — Barro Vermelho (Santa Cruz)	PN	Prefeitura Municipal do Rio Grande	44	55	09/03/59
	03 — Vila Bernadeth	RG	Antônio Leônidas Coelho	75	09	15/03/65
	04 — Boa Vista II	SC	Antônio Giudice	30	59	13/06/55
	05 — Boa Vista I	SC	Antônio Giudice	28	71	03/09/54
	06 — Vila Brasília	B	Ana Maria Rheingantz Per- nigotti	41	20	08/08/58
	07 — Vila Braz	RG	Fernandes Braz	15	57	13/04/55
	08 — Bosque Silveira	RG	José Fernandes		06	16/07/74
C	01 — Castelo Branco	RG	Companhia Riograndense de Desenv.		130	31/05/84
	02 — Vila Santa Catarina	RG	Arthur Campos Assumpção		33	04/06/47
	03 — Centro de Tradições Mate Amargo	RG	Centro de Tradições Mate Amargo		88	
	04 — Vila Ceres	RG	Rui Carvalho Cristélio	26	11	05/05/57
	05 — Celsalina Porciúncula Poester	RG	Celsalina Porciúncula Poester		105	25/09/62
	06 — Chácaras do Banco Na- cional do Comércio ●	B	Banco Nacional do Comércio	02	123	17/04/44
	07 — Cidade Balneário do Cassino	RG	Augusto Otero e O.	46	87	15/07/58
	08 — Próximo ao G.E. Ci- priano Porto Alegre	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		60	22/02/50

● Não implantado

● Sítios de recreio

o Em área rural — distritos

ÁREA TOTAL (m ²)	ÁREA LOTES (m ²)	Nº DE LOTES	Nº DE QUADRAS	LOCAL
131.450,50	97.970,50	3.325 362	198 16	Cassino Vila Quinta
26.125,50	19.092,53	57	04	Vila Quinta
29.568,75	2.018,94	57	02	Senandes
10.682,30	7.490,30	25	05	Rio Grande
7.667,73	6.517,57	17	04	Rio Grande
3.750,00	3.750,00	17	01	Próx. Frig. Anselmi
15.891,00	13.907,00	32	02	Senandes
7.741,80	7.741,80	13	03	Próx. Vila Junção
82.560,60	64.822,20	219	22	Hidráulica
29.875,00	22.355,00	96	06	Senandes
3.472,00	2.634,80	72	04	Zona Sueste
21.344,00	17.600	16	02	Av. Ipiranga
140.000,00		44	04	Bosque Silveira
		186	10	Vila Quinta
		303	22	Cassino
68.256,00	67.054,00	24	04	Povo Novo
52.184,79		139	07	Junção
55.470,50	40.021,50	155	07	Senandes
92.633,00	71.909,40	73	04	Cassino
65.679,00		115	08	Bolaxa
14.871,50	12.305,45	369	13	Próx. Jóquei Clube
99.900,00	30.000,00	500	25	Bosque Silveira
652.230,00	416.000,00	1.680	55	Carreiros
7.208.048,80		71	06	Próx. Ipiranga S.A.
17.095,00		34	01	Rampa do Vitorino
20.000,00		43	04	Junção
3.640,00	2.800,00	14	02	Próx. Furg.
147.832,00	137.922,00	32 Chác.	01 Gleba	Vieira
6.069.370,00	3.500.000,00	11.188	355	Cassino
	11.115,44	50	06	Henrique Pancada

RELAÇÃO DE LOTEAMENTOS APROVADOS
FUNTE – PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

LETRA	LOTEAMENTO: Nº E NOME	LOC	PROPRIETÁRIO	RI	PASTA	DATA DE APROVAÇÃO
	09 – Parque Residencial Coelho	RG	Antônio Leônidas Coelho	76	112	09/06/85
	10 – Colival Sul ●●	PN	Colival Sul S.A.	50	54	03/07/59
	11 – Costa do Sul	BC	Prefeitura Municipal do Rio Grande		124	–/01/80
D	01 – Marechal Floriano (Fundos da Cadeia)	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		129	13/08/53
	02 – Vila Delça	RG	Francisco de Souza Lima	34	08	06/05/58
	03 – Deprec na parte Norte do Terrapleno de Oeste	RG	Deprec		65	13/11/54
	04 – Terrenos à Av. Santos Dumont	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		56	11/05/50
	05 – Dona Hilda	B	Breno Mariano Pias		143	01/11/84
E	01 – El Aduar ●	BC	Pedro Lourival Costa e outros	05	24	21/05/52
	02 – Elik Wolf (Parque Residencial) ●	SC	Anita Wolf	68	103	09/08/62
	03 – Estádio General Osório	RG	Santa Casa de Misericórdia		58	
	04 – Vila dos Estivadores	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		69	
	05 – Vila Eulina	RG	Eulina Furtado Gomes	32	25	01/06/57
F	01 – Vila Nossa Senhora de Fátima	RG	Alexandre F. da Silveira e João P. da Silveira	47-86	23	26/02/58
	02 – Vila Farinha	RG	José Farinha		79	12/10/59
	03 – Bairro Frederico Ernesto Buchholz	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande	25	12	05/07/77
	04 – Vila Florinda	RG	Arthur Campos Assumpção		28	
	05 – Loteamento dos Funcionários	BC	Prefeitura Municipal do Rio Grande		87	04/02/59
G	01 – Gasômetro Municipal	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		46	1909
	02 – Generosa V. dos Santos	RG	Generosa V. dos Santos	45	74	14/04/59
	03 – Vila do Cedro (B. G. V)	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		63	30/11/57
	04 – Parque Guanabara o	B	João Juliano	70	95	25/05/60
H	01 – Hélio Alves	RG	Hélio Alves		107	04/04/66
	02 – Vila Helena	SC	Helena Maria Numa da Silveira	61	37	19/05/54
	03 – Loteamento da Hidráulica Municipal	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande	96	122	
	04 – Terrenos no Hipódromo Independência	RG	Hipódromo Independência		68	
	05 – Hugo Ribeiro Bastos	RG	Hugo Ribeiro Bastos		104	25/09/62
I	01 – Vila Santa Inês	RG	Fernando Antônio Martinato	35	02	06/05/58
	02 – Vila Izabel	B	Izabel Alvarez	42	07	29/09/53
J	01 – Jardim de Alah ●	PN	Wilson da Cunha Santos		85	30/12/59
	02 – Jardim do Sol	RG	Imobiliária Real, Granja Quatro I	9686	31	04/04/79

● Não implantado

● Sítios de recreio

o Em área rural – distritos

ÁREA TOTAL (m ²)	ÁREA LOTES (m ²)	Nº DE LOTES	Nº DE QUADRAS	LOCAL
62.998,00		191	13	Junção
1.050.000,00	840.406,00	146	32	Povo Novo
51.390,00	39.510,00	92	09	Cassino
2.569,50	2.029,50	09	02	Cidade Nova
12.062,00	9.288,00	42	04	Junção
30.176,55	25.593,03	102	04	Próx. Capitania
8.350,10	6.121,26	43	03	Próx. Pórtico
34.816,36	21.626,92	61	08	Belaxa
4.416.629,00	2.693.556,50	4.752	316	Cassino
350.925,70	156.458,75	93	06	Senandes
23.574,30	17.601,30	81	04	Cemitério
32.272,00	22.360,00	124	08	Zona Sueste
25.132,00	17.850,40	83	06	Próx. Jóquei Clube
86.469,80		177	08	Carreiros
10.800,00		39	02	Próx. Trevo
		05		Hidráulica
		310	22	Cassino
1.316,00		22	02	Rio Grande
		18	02	Santos Dumont
		641	35	Próx. Porto Novo
557.918,00		112	56	Cassino
1.392,00		06	01	Prado
150.000,00		103	06	Senandes
		1210	53	Próx. Hidráulica
		44	02	Jóquei Clube
7.512,30		36	01	Próx. Pórtico
12.814,50		28		
157.567,00		301		Bolacha
340.000,00		171	23	Povo Novo
1.242.898,80		460	26	Vieira

RELAÇÃO DE LOTEAMENTOS APROVADOS
FONTE — PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

LETRA	LOTEAMENTO: Nº E NOME	LOC	PROPRIETÁRIO	RI	PASTA	DATA DE APROVAÇÃO
	03 — Vila São Jorge	RG	Jaime da Silva Veloso	22	15	13/02/57
	04 — Vila São João	RG	Augusta Gomes Nunes	74	17	23/05/58
	05 — Jorge Maiato	RG	Jorge Alberto Maiato		80	14/10/59
	06 — José Fernandes Brás	RG	José Fernandes Brás		125	18/09/56
	07 — José Vicente Legeman o	PN	José Vicente Legeman	6922	78	14/03/78
	08 — Vila Joqueira o	VQ	Joaquim Gomes Joqueira		50	31/12/58
	09 — Vila Junção	RG	Israel Nissenon e José Fernandes B.		29	15/01/42
L	01 — Vila Leônidas	RG	Lineu Leônidas Coelho	68	108	27/04/64
	02 — Liz Garcia Simeon Loréa	RG	Liz Garcia S. Loréa e Luís Garcia		109	26/12/63
	03 — Parque São Luiz	RG	Jaime da Silva Veloso		114	27/02/65
	04 — Lagoa Verde ●●	SC	Paulo Francisco M. Pacheco		141	28/06/85
M	01 — Vila Maria	RG	Juliano e Filhos	31	27	28/08/57
	02 — Vila Maria dos Anjos ●	RG	Manoel Fernandes	67	83	31/01/61
	03 — Vila Maria José	RG	Maria Mascarelli Cardia	53	81	16/10/59
	04 — Vila Maria Rosa	VQ	Zulmar Lima Tavares		133	31/01/61
	03 — Balneário Mar Azul ●	BC	Mitra Diocesana de Pelotas	71	102	14/10/61
	06 — Vila Malte ●●	PN	Organização Original LAP	58	84	30/12/59
	07 — Parque Residencial Mar-luz	RG	Oswaldo Figurelli		73	19/05/64
	06 — Vila São Miguel	RG	Isaac Wolff e Miguel Carlos	01	77	-/12/58
	09 — Vila Municipal — Bairro Miguel de Castro	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		73	26/08/46
	10 — Miguel Gonzales o	VQ	Miguel Gonzales	48	76	24/07/58
	11 — Vila Minuano	B	Oscar Paulo R. Pernigotti	16	47	15/02/55
	12 — Mogard Carvalho Wise	RG	Mogard Carvalho Wise	13	75	24/05/58
N	01 — Vila Nossa Senhora dos Navegantes	RG	John Speers, Fernando Monteiro, Diogo Aguiar de Barros, Albertina C. Almeida	19	82	21/01/57
	02 — Vila Nova (Bolacha)	B	Adalíria da Costa Braz e Felício F. Braz	37	13	07/08/58
O	01 — Balneário Olimpo ●	BC	Imobiliária Olimpo S/A	10	69	08/09/54
	02 — Vila Olinda	S	Olinda Costa Santos	40	36	26/04/54
	03 — Vila Operária Municipal (M. de C. M.)	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		126	
	04 — Sítio Oliva e Vila Residencial Plínio Monte ● o	PN	Fúlvio Salvado Gaudio	39	22	23/04/54
P	01 — Parque Residencial São Pedro	RG	Katerra Ltda. 12165/ 19238		30	05/05/82
	02 — Vila São Paulo	RG	Cia. União Fabril	43	53	28/05/58
	03 — Paulo Luís Franchi	SC	Paulo Luís Franchi	20	04	22/11/56
	04 — Parque São Pedro	RG	Aires de Jesus T., Carlos Salis	72	111	23/07/64
	05 — Pedro C. Farias	RG	Pedro Farias e Maria C. Faria C.	83	100	23/10/61
	06 — Pedro Lourival Costa	C	Pedro Lourival Costa e Outros	03	38	10/07/50
	07 — Pelotas Imobiliária S/A o		Pelotas Imobiliária S/A		62	14/06/61
	08 — Loteamento Pias	B	João de Araujo Pias	7158	32	06/11/81

● Não implantado

● Sítio de recreio

o Em área rural — distrito

ÁREA TOTAL (m ²)	ÁREA LOTES (m ²)	Nº DE LOTES	Nº DE QUADRAS	LOCAL
26.112,29		74	04	Próx. Mate Amargo
443.452,02		850	49	Próx. Bosque Silveira
4.450,00		16	03	Próx. F. Almeida
17.832,00		42	03	Bosque Silveira
14.623,70		42	02	Povo Novo
78.558,00		189	04	Vila Quinta
		479	21	Saturnino de Brito
		512	15	Próx. Mate Amargo
5.808,26		12	02	Centro
32.700,00		89	08	Próx. Mad. Cassino
190.602,00	77.008,96	231 Lotes/8 Chác.	11	Senandes
71.173,05		256	09	Próx. Junção
189.410,00		338	15	Carreiros
21.200,00		57	06	Próx. Aeroporto
		212	10	Av. Itália
3.108.000,00		875 Chác.	69	Cassino
44.685,00		125	08	Povo Novo
47.582,00		139	07	Av. Itália
		1.655	91	Próx. Prado
			42	Vila Municipal
13.509,92		36	03	Vila Quinta
162.191,00		249	15	Bolaxa
17.564,00		42	02	Próx. Jôquei Clube
148.793,88		425	16	Val. Porto
70.000,00		100		Vila Bolaxa
2.970.000,00				Cassino
10.690,00		30	03	Senandes
283.350,00		971	50	Zona Suburbana
Sítio: 1.074.660,00		270 Sítios	17	Domingos Petrolina
V. Resid.: 70.834,00		190 Lotes	10	Povo Novo
722.604,14		1.207	47	Vieira
18.149,55		72	06	E.C. São Paulo
8.040,00		48		
81.464,34		270	12	Junção
29.294		76	05	Próx. Furg.
		13.776	526	Cassino
143.982,50		186	10	Quinta
112.784,97		167	15	Bolaxa

RELAÇÃO DE LOTEAMENTOS APROVADOS

FONTE — PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

LETRA	LOTEAMENTO: Nº E NOME	LOC	PROPRIETÁRIO	RI	PASTA	DATA DE APROVAÇÃO
	09 — Vila Pinheirão o	Q	Ailza Duprat	61	49	03/08/59
	10 — Vila Pio XII	RG	Vicente Palloti	52	86	29/11/59
	11 — Vila Ponche Verde	B	Narciso Saraiva	07—09	21	23/04/54
	12 — Vila Portinho	RG	Cândido C. Peres		101	27/12/65
	13 — Praia Monte Carlo ●	C	Três Passos Imobiliária Ltda.		01	03/07/58
	14 — Loteamento Praião	C	Prefeitura Municipal do Rio Grande	5719	115	19/06/79
	15 — Princesa do Sul	C	Carlos George Lawson e Outra	06	10	15/01/56
	16 — Parque da Lagoa	SC	ISASUL		144	05/01/87
Q	01 — Quadra 83	RG	Francisco Noronha		131	23/03/54
	02 — Quadra 91 (Cassino)	C	Ilma Marchese Schenidt		113	15/12/64
	03 — Quadra 91	RG	Diamantino Sebastião Dias		118	26/01/67
	04 — Quadra 111	RG	Emílio Tosi		120	
	05 — Quadra 113	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		127	
	06 — Quadra 133	RG	Guaíba S/A Seguros, Imobiliária e Representações	23	132	11/09/56
	07 — Quadra 136	RG	Asilo Coração de Maria		24	25/11/60
	08 — Quadra 188	RG	Gerson Donato Alvariza e Outros		136	27/07/58
	09 — Quadra 140	RG	Guaíba S/A Seguros e Representações	51	51	11/09/56
	10 — Quadra 141	RG	Asilo de Pobres		96	24/08/61
	11 — Quadra 163, 167 e 187	RG	Maximino Pena Rey	21	134	
	12 — Quadra 177, 182 e 178	RG	Aurélia Kavensky Taveira	57	83	18/08/58
						03/05/55
						09/05/50
	13 — Quadra 180	RG	Adalberto da Silva Santos		91	09/08/60
	14 — Quadra 183	RG	Alberto Bertolini		133	19/12/56
	15 — Quadra 55-A e 59-A	BO	Cia. Balneário Cassino	11	145	
	16 — Querência	RG	C.M.C. Ltda.	04	43	1953 (provável)
	17 — Quinta (Vila Nova)	VQ	Territorial Imobiliária Ltda.	64	05	29/09/57
	18 — Quintinha ● o	VQ	Faustino G. da Cunha e Ronald H.	65	98	06/03/61
	19 — Quadra 190		Família Assunção		140	
R	01 — Vila Recreio	RG	Manoel Antunes	29	45	01/09/57
	02 — Reijanie	RG	Emília Antunes Figueira		89	29/12/59
	03 — Santa Rosa (Vila)	RG	Belo da Graça Brum	60	14	20/12/57
	04 — Residencial Universitário	RG	Cia. Rio Grandina de Desenvolvimento		142	26/06/86
	05 — Rural	RG	Prefeitura Municipal	27	137	—
S	01 — Sport Club Rio Grande	RG	Sport Club Rio Grande	2960	118	28/01/78
	02 — Parque Residencial Salgado Filho	RG	Fiação e Tec. R. G.	17	72	29/12/59
	03 — Vila Santana	RG	Agostinho Oracio Petrónio	14	44	22/12/58
	04 — Vila Santinha	RG	Adelino Campos Assumpção		41	24/10/75
	05 — Travessa Sergipe (Rua Veiga Cabral)	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		128	

ÁREA TOTAL (m ²)	ÁREA LOTES (m ²)	Nº DE LOTES	Nº DE QUADRAS	LOCAL
12.463,00		33	03	Quinta
26.026,00		86	08	
51.658,80		91	06	Bolaxa
8.243,60		39	02	Av. Pres. Vargas
428.075,43		907		Cassino
192.000,00	130.475,00	185	21	Cassino
		545		Cassino
500.000,00	200.869,06	111	8	Senandes
+ 419.284 (Área Preservada)				
		26	02	Zona urbana
3.000,00		13	01	Cassino
6.000,00		30		Zona urbana
		31	02	" "
8.000,00		32	01	" "
		44	02	" "
8.000,00		32	01	" "
		32	01	" "
3.656,37		18	01	" "
1.600,00		32	01	" "
		96	03	" "
		160	03	Ass. rural
4.631,56		21	02	Zona sueste
		10	01	Zona urbana
		2.542	02	Cassino
165.482,10		392	84	Cassino
176.185,00		264		Quinta
			12 Quadras	
8.000,00		35	10 Chác.	Quinta
			01	Zona sueste
259.965,00		521	22	Carreiros
12.548,00	11.392,00	56	02	Pres. Vargas
577.097,40		543		
30.925,37	19.584,33	49	04	Campus Carreiros
21.097,86		43	04	Av. Buarque Macedo
		440	19	Val. Porto
59.460,74		174	08	Junção
		66	06	Próx. Ipiranga
		27	02	Travessa Sergipe

RELAÇÃO DE LOTEAMENTOS APROVADOS
FONTE – PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

LETRA	LOTEAMENTO: Nº E NOME	LOC	PROPRIETÁRIO	RI	PASTA	DATA DE APROVAÇÃO
	06 – Sítio Santa Cruz o	VQ	Pelotas Imobiliária	62	97	22/05/61
	07 – Stela Maris	BC	Pedro Lourival Costa	06	42	20/03/49
T	01 – Vila Santa Tereza	RG	Prefeitura Municipal do Rio Grande		61	18/02/52
	02 – Vila Santa Rosa	VQ	Maria Rosa Troca	54	70	03/04/59
V–W	01 – Viação Férrea (Vila do Cassino)	BC	Viação Férrea		03	10/02/53
	02 – Terrenos da Western	BC	Luís G. Dora, Amauri Santos, Alaor Recaman e Mário Alquati		99	17/04/75
	03 – Wilson Calçada Mendonça o	RG	Wilson Calçada Mendonça		119	25/10/67
Z	01 – Zona Sueste	RG	Diversos	59	64	
A	01 – ABC – Autarquia Balneário Cassino					
	ABC I – Regularização					15/08/79
	ABC II – “					18/05/79
	ABC III – “					02/10/79
	ABC IV – “					14/08/80
	ABC V – “					17/07/81
	ABC VI – “					27/05/83
	ABC VII –					31/07/84
	ABC VIII –					04/02/87
	ABC IX –					04/02/87
	ABC X –					04/02/87
<hr/>						
Loteamentos para baixa renda						
– COHABs						
			COHAB – RS			
	COHAB I – N ₁ E ₁		“	“		15/12/81
	COHAB II – N ₁ E ₂		“	“		15/08/77
	COHAB III – Parque Marinha		“	“		21/10/81
	COHAB IV – PLANHAP N ₂ E ₁		“	“		24/12/85
	PRÓ-MORAR •		“	“		
	PROFILURB I – P ₂ E ₁ Área 1		“	“		18/03/81
	PROFILURB II – P ₃ E ₁ Área 2		“	“		09/08/82

• Não implantado

• Sítios de recreio

o Em área rural – distritos

ÁREA TOTAL (m ²)	ÁREA LOTES (m ²)	Nº DE LOTES	Nº DE QUADRAS	LOCAL
1.363.000,00		70 Lotes		Quinta
		310 Sítios		
		804	70	A 3 km do Cassino
		585	20	Próx. Ipiranga
28.050,00		78	04	Quinta
110.000,00		360	22	Cassino
		76	04	Cassino
6.129,30		20	02	Povo Novo
120.818,91		230	15	Cassino
84.127,46		155	12	"
119.417,75		284	20	"
78.541,53		113	11	"
		190	15	"
		109	06	"
178.177,51		445	12	"
76.692,00	48.000,00	144	8	"
466.008,00	255.000,00	675	43	"
607.600,00	334.600,00	980	56	"
76.627,00	16.060,00	138	07	Hidráulica
146.135,00	74.356,00	325	22	"
1.242.898,00	631.505,21	3111	120	Próx. Trevo
174.200,00	105.200,00	389	18	Carreiros
103.972,00	51.510,00	2.549		"
148.525,41	87.828,81	333	21	"
129.125,00	65.458,05	274	19	"

BIBLIOGRAFIA

- BOLETIM de difusão de assuntos das áreas de Economia, Administração e contabilidade. Rio Grande, RS, Fundação Universidade do Rio Grande, 1982.
- COMPANHIA CARRIS URBANO DO RIO GRANDE. *Estatutos*. Rio Grande, RS, 1886.
- COMPANHIA CARRIS E ESTRADA DE FERRO COSTA DO MAR — RIO GRANDE. *Relatório da diretoria*. Rio Grande, RS, 1983.
- COPSTEIN, Raphael. Evolução urbana do Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre (122) 1982.
- DIAGNÓSTICO ambiental preliminar e recomendações para planejamento e prospecção das áreas adjacentes ao porto do Rio Grande. Porto Alegre, SEMA, 1982.
- DOCUMENTOS e plantas do arquivo particular do Sr. Jonas Otero.
- EVOLUÇÃO administrativa do Rio Grande do Sul; criação dos municípios. Porto Alegre, IGRA, 1965.
- HABIAGA, L. *Rio Grande; processo urbano e principais problemas*. Canoas, Faculdades Canoenses. Trabalho do curso de especialização em urbanismo. 1984-1986.
- MACEDO, F. Riopardense de. Ocupação do solo gaúcho até a Revolução Farroupilha. *Revista da Procuradoria Geral do Estado*. Porto Alegre, 16 (43): 27-38, 1986.
- NEVES, Hugo Alberto Pereira. O porto do Rio Grande no período de 1890-1930 (1ª parte). *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, Rio Grande, RS, 2 (1): 67-110, jan./jun. 1980.
- PLANO de desenvolvimento físico. Rio Grande, Fundação Universidade do Rio Grande. 1982.
- QUEIRÓZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822*. Rio Grande. Fundação Universidade do Rio Grande, 1987.
- RAMOS, José Hugo Castro. *A Urbanização Rio Grandense*.
- RIO GRANDE (RS). Secretaria de Coordenação e Planejamento. *Mapas*.
 ————. *Versão preliminar do plano diretor de desenvolvimento integrado da cidade do Rio Grande*; Lei 4 116 de 3 de novembro de 1986. Rio Grande, RS, 1984.
 ————. Secretaria de Obras. *Plano de diretrizes Urbanas de Rio Grande*. Rio Grande, RS, 1972.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1974.
- SALVATORI, E. et alii. *Análise genética e histórica da legislação urbana de Rio Grande*. Canoas, Faculdades Canoenses. Trabalho do curso de especialização em urbanismo. 1984-1986.
 ————. *Distrito Industrial de Rio Grande; concepção e realização*. Canoas, Faculdades Canoenses. Trabalho do curso de especialização em urbanismo. 1984-1986.
 ————. *Habitação popular e Sub-habitação na cidade do Rio Grande*. Canoas, Faculdades Canoenses. Trabalho do curso de especialização em urbanismo. 1984-1986.
- SALVATORI, E. *Rio Grande; processo urbano e principais problemas*. Canoas, Faculdades Canoenses. Trabalho do curso de especialização em urbanismo. 1984-1986.
- SINOPSE preliminar do Censo Demográfico — Rio Grande do Sul; 1940-1980. Rio de Janeiro, IBGE. 1982.
- SINOPSE preliminar dos Censos Econômicos — Rio Grande do Sul; 1940-1980. Rio de Janeiro, IBGE. 1981.
- THORMANN, M. *Rio Grande; processo urbano e principais problemas*. Canoas, Faculdades Canoenses. Trabalho do curso de especialização em urbanismo. 1984-1986.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Rio Grande; Geografia física, humana e econômica*. Porto Alegre, Sagra. 1984.
 ————. *Rio Grande do Sul: Geografia física e vegetação*. Porto Alegre, Sagra. 1984.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo conhecer a produção do espaço urbano da Cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, fundada em 1737, concretizada através do crescimento horizontal ao longo do tempo. Para este fim, foram utilizadas diversas fontes: mapas e plantas pesquisados na Biblioteca Rio-grandense e Prefeitura Municipal do Rio Grande, legislação urbana, documentos sobre parcelamento do solo a partir de 1940 e dados demográficos e sócio-econômicos.

Nos primeiros 200 anos, a ocupação permaneceu no extremo da península, onde se localizou o assentamento original. Nos últimos 50 anos apresentou um crescimento horizontal significativo, expandindo-se sobre toda a península e áreas adjacentes. Pode-se prever, em futuro próximo, a "conurbação" entre a cidade e o Balneário Cassino, já incorporado dentro de limite urbano legal no novo Plano-Diretor de 1987. O relacionamento entre estes dois pólos dificulta o desenvolvimento dos serviços urbanos. Por outro lado, as barreiras impostas pelo sistema viário já foram transpostas, e retalham a cidade em várias porções, onde surgem os espaços de corredores de comércio e serviços, que desempenham o papel de aproximação das funções urbanas.

ABSTRACT

This paper aims to present the main horizontal growing factors of the town of Rio Grande from 1737, when it was settled as an military fortress, up to the present. Information from these historical reconstructions were gathered in ancient maps that belong to the map collections of Riograndense Library and Prefeitura Municipal. Moreover, other important data were obtained from urban and rural division law documents — existing since 1940 — and demographic, social and economic statistics.

In the first 200 years, since its fundation, the occupied area was restricted to the penninsular extreme. In the last 50 years, an important expansion took place occupying all the penninsular area. Based on that, it's possible to prognosticate in a near future a "courbanization" process between Rio Grande and Cassino, a nearly summer resort place, that has included in the Rio Grande urban area by the 1987 Land Use Planning Law.

The spatial relationships between these two localities determined some difficulties concerning urban services. Mainly those related to the transportation system where ancient boundaries formed by the existing road network were passed beyond due to new urban uses that have been settled along these roads.

TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL, UMA ANÁLISE ESPACIAL*

Fany Davidovich **

A primeira reflexão que ocorre ao abordar um tema como esse é a sua reconhecida complexidade, associada à multiplicidade de questões que suscita e ao grande número de situações novas que comporta.

Escapa aos propósitos do presente texto desenvolver tais colocações. Adianta-se, contudo, que uma questão importante remete ao próprio conceito de urbanização, sujeita a controvérsias e a diferentes interpretações, a partir das quais se pautam diferentes enfoques sobre tendências que se estruturam ou até mesmo que devam ser incentivadas. Encontram-se, assim, posições que focalizam a urbanização com base nas suas dimensões demográficas ou ecológico-demográficas, no que se privilegiam o aumento do segmento urbano da população, a dinâmica da concentração e os problemas que daí derivam. Uma concepção mais abrangente do fenômeno é a que o interpreta como um processo social multidimensional, associado a profundas mudanças na produção *lato sensu*, as quais rebatem em todas as instâncias da sociedade, a nível nacional e internacional.

Outras posturas denunciam, porém, a falta de um sistema conceitual de explanação, reivindicando a necessidade de um objeto teórico adequado para o urbano, embasado nos processos reais da sociedade e nas vias de sua legítima transformação (Corraggio, 1988). Na interpretação do citado autor, a investigação do urbano na América Latina deveria implicar uma proposta de ação estribada na organização popular, à qual estaria afeto o trabalho técnico. Para outras correntes de opinião, a necessidade de uma nova teorização sobre o urbano sustenta-se, fundamentalmente, no que é apontado como crise do planejamento que, envolvendo um projeto de racionalização da cidade sob a égide do Estado, se arvorou, durante algum tempo, em resposta à questão urbana. Coloca-se, assim, em pauta o imperativo de reconstrução do urbano, a partir de novas temáticas e de novas interpretações, em face da superação de situações e experiências conhecidas, em face do que tem sido apontado como a decadência da cidade.

A complexidade do tema, a que se aludiu de início, encontra, por tanto, uma de suas

* Recebido para publicação em 8 de novembro de 1988.

** Analista Especializada em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 51 (1): 73-88, jan./mar. 1989.

bases em problemas conceituais aqui esquematicamente apresentados. Problemas esses que se ampliam quando se admite associar tendências da urbanização às próprias tendências do sistema social em curso que, afinal, se refere a uma sociedade cada vez mais urbana. São observações que levam a refletir que a questão urbana não constitui, apenas, uma face da questão social, mas, provavelmente, sua representação mais concreta, de vez que os problemas urbanos reportam-se, progressivamente, a problemas da sociedade inteira. Como diz Castells (1983), o urbano contemporâneo envolve a mobilização de uma consciência coletiva, preocupada com a mudança da velha ordem das coisas e com a adoção de novas formas de vida. Ou como se refere Carrión (1988), o urbano representa o "lugar e eixo do novo modelo de acumulação" *locus* por excelência do debate político-ideológico e do desafio a soluções.

Sob tal ótica, torna-se possível especular sobre a associação entre tendências da urbanização e tendências da pós-modernidade. Vale assim refletir até que ponto a sociedade do conhecimento e da informação, que vem de substituir a sociedade industrial da técnica e da máquina e que implica reformulação do papel do Estado, não corresponderia à sociedade urbana concebida por Lefèbvre (1974). Torna-se também possível considerar que tendências atuais da chamada "desurbanização" e "desindustrialização" representariam, na verdade, novas faces do urbano contemporâneo, enquanto superação de formatos e estruturas sociais anteriores.

Mais uma vez cabe assinalar que o presente texto não tem esse alcance, o que não impede de ressaltar a necessidade de análises acuradas sobre a situação do Brasil na contemporaneidade. Tema esse que leva a apontar a crise de paradigmas relativos ao processo de desenvolvimento, o da CEPAL em particular, e a de parâmetros para projetar o futuro, agravados em face das incertezas criadas por condições nacionais adversas. Paralelamente, devem ser consideradas as repercussões no país, de processos que se caracterizam em nações avançadas, tais como a crise fiscal do Estado, o programa de privatização, a transição para uma

economia total de mercado, regida pela lógica do capital em escala planetária, questões essas que colocam em causa a superação de modelos desenvolvimentistas, apoiados por um Estado protetor do capital.

Os objetivos do presente trabalho são, porém, limitados, na medida em que pretende tão-somente proporcionar uma leitura das tendências da urbanização através da interpretação de transformações recentes de seu contexto espacial. Referenciada ao desenvolvimento capitalista do país, essa análise tem esbasamento empírico, partindo de informações relativas ao modelo urbano-industrial que foi elaborado. Aponta-se, assim, para uma de suas restrições, derivada, neste caso, da falta de indicadores e de estudos específicos a respeito de processos novos em gestação ou que já têm manifestação concreta na sociedade brasileira.

A tônica no contexto espacial da urbanização não decorre, apenas, do fato de se tratar de uma abordagem de natureza geográfica. A preocupação central é de trabalhar com a relação Sociedade/Espaço, que converge para o conceito da urbanização como um processo social multidimensional. Considera-se que o espaço é uma dessas dimensões, a partir de sua produção e uso pela sociedade, que o integra de diferentes formas ao longo de seu desenvolvimento histórico. Significa dizer que ele é compreendido como base material de reprodução das relações sociais, como produto e como meio, e, portanto, como um elemento constitutivo e não apenas reflexo ou receptáculo de ações humanas.

É sob essa ótica que se entende o papel do espaço no processo de urbanização. De acordo com Lefèbvre (1974), em economia capitalista, a ocupação progressiva do espaço e sua transformação em mercadoria constituem meios fundamentais para viabilizar a acumulação e a circulação do capital. O componente espacial da urbanização tem encontrado particular representação no sistema de cidade e sobretudo na metropolização, constituída em ápice da valorização capitalista do espaço.

Parece válido admitir que a urbanização acelerada ainda está à frente das grandes modificações sociais e territoriais do Brasil

de hoje que, do ponto de vista demográfico, abriga uma sociedade majoritariamente urbana. Ressalta, assim, a importância de análises sobre transformações do espaço para uma sociedade em mudança como a do nosso país.

Paralelamente, colocam-se como questão as tendências de um urbano que foi sustentado e que sustentou um poder estatal onipresente no cenário nacional. Justificam-se, portanto, preocupações sobre as perspectivas de uma estrutura urbana tão estreitamente associada ao desenvolvimento e consolidação do Estado, em face das reformulações de funções e de poder a que vem sendo submetido na atualidade (Davidovich, 1984). Preocupações essas a que se somam as que decorrem de mudanças recentes no trato oficial do urbano no país. Com efeito, num curto lapso de tempo, tem-se assistido à substituição do Ministério do Desenvolvimento Urbano, seguida pela do Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e finalmente pelo Ministério da Habitação e Bem-Estar Social. Pode-se cogitar que a abordagem do urbano como um processo global e multidimensional foi preterida a favor do enfoque setorial, outras atribuições urbanas sendo pulverizadas entre diferentes ministérios.

Como antes mencionado, a análise das tendências da urbanização, a que o presente trabalho se propõe, vai partir das transformações que se operaram no modelo espacial estruturado pelo desenvolvimento capitalista industrial. Uma primeira referência diz precisamente respeito a um esquema sobre características gerais daquele modelo.

O MODELO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL

A literatura especializada tem associado esse modelo à concentração e centralização espacial dos meios de produção, do mercado de trabalho e de consumo, das unidades de controle e decisão. Ênfase particular é conferida ao papel do Estado na condução de um modelo de crescimento econômico e

de modernização acelerada. Igualmente têm sido consideradas as implicações territoriais da expansão do capital em escala planetária, sobretudo a partir dos anos 70 (Davidovich, 1984, 1988). Implicações essas que estariam associadas à crescente integração da economia nacional a um espaço global "racional" e "homogeneizado" pelo crescente domínio da alta tecnologia, do progresso das comunicações e da grande mobilidade dos fluxos financeiros e de informação.

Uma tentativa de interpretar formas de inserção do espaço nesses rumos da política econômica fez considerar, a nível macro, os seguintes circuitos ou escalas da urbanização (Davidovich, 1978):

a — o circuito da Metropolização, que foi particularmente reforçado como *locus* principal da indústria e dos investimentos estatais. Representa, assim, a dimensão mais importante da produção e do consumo, ainda que comporte diferenciações sensíveis entre as nove regiões metropolitanas oficiais algumas das quais ainda não completamente organizadas pelo capital. Além das referidas entidades, também se incluem nesse circuito outros tipos de aglomerações urbanas e cidades de porte variado, em função de sua maior integração à economia metropolitana;

b — um outro circuito da urbanização diz respeito a centros com funções dominante-mente regionais, em que o setor produtivo principal se encontra no campo. Um rebatimento da expansão transnacional da economia pode ser reconhecido no estímulo à lavoura de exportação, que implicou intensa especialização e tecnificação no setor rural. Aumentou, deste modo, a concentração urbana em algumas cidades do interior, convertidas em pontos de apoio dessa expansão agrícola; e

c — um circuito, que se reporta à fronteira de recursos, refere-se, basicamente, à ampliação do contexto geográfico da sociedade, mediante a extensão do espaço produzido em áreas de baixa densidade demográfica e econômica. A urbanização foi adotada como estratégia prioritária, referendada pela SUDAM, com vistas à exploração agromineral na Amazônia e suas bordas, áreas essas que registraram os maiores

crescimentos relativos de população urbana no país, entre 1970 e 1980 (Becker, 1986a).

Em largos traços, tal esquema espacial da urbanização pode ser tomado como uma expressão da divisão territorial do trabalho em curso no espaço nacional. Encontra também apoio conceitual na idéia de "fluidez do espaço" (Santos, M., 1984), que decorre da velocidade adquirida pelos meios de comunicação, pela extensão dos sistemas viários, pela modernização e progresso técnico da infra-estrutura, convergindo para uma crescente socialização urbana do espaço (Schmidt, B. Viero, 1982).

A idéia dos circuitos ou escalas da urbanização permite colocar em causa o critério de contigüidade física que tem fundamentado a análise de áreas de influência urbana. Com efeito, admite-se que a fluidez do espaço, implícita nesse conceito, contribui para subverter as relações baseadas em tal critério, bem como a identificação de tipos de cidades apenas pelo tamanho populacional, já que importaria em analisar os centros urbanos pela posição que ocupam em diferentes circuitos da urbanização.

A literatura especializada, bem como a imprensa falada e escrita, tem dedicado particular atenção aos problemas que se avolumam no quadro urbano do país com a expansão de uma economia tornada cada vez mais complexa, que se mostrou porém incapaz para atender a demandas de grandes parcelas da população. Contudo, pode-se admitir que essa urbanização "deu certo" para o projeto de crescimento econômico, pois, em 1980, o Brasil figurou como oitava potência industrial no mundo capitalista, a despeito de uma posição muito inferiorizada quanto às condições de vida da população.

A interpretação das transformações espaciais urbanas do país, como eixo das considerações sobre tendências da urbanização, constitui-se na referência que se segue. Referência essa que diz respeito a um quadro urbano em reestruturação, que, como antes mencionando, atende sobremaneira a injunções da economia capitalista no Brasil. A idéia da estreita conexão do urbano com formas de expansão capitalista no país, que pode ser taxada de certo reducio-

nismo, encontra porém apoio na orientação da política econômica adotada em diferentes períodos. Alude-se, efetivamente, ao privilegiamento de modelos de crescimento econômico, que têm vigido baseados na busca de eficiência e de modernização acelerada.

UM QUADRO URBANO EM REESTRUTURAÇÃO

O conceito de reestruturação tem merecido atenção de estudiosos de diferentes áreas das ciências sociais. De maneira muito sucinta, pode-se assinalar que o termo envolve a idéia de um processo em curso a nível internacional, enquanto expressão de novas injunções criadas pela retomada da acumulação. Injunções essas que implicam, entre outros aspectos, o privilegiamento de setores de ponta e a superação do modelo keynesiano, na medida em que acenam para a redução de benefícios sociais e da política de pleno emprego. Implicam, também, o esmorecimento da imagem de um estilo de vida urbana padronizado e em crescente difusão, dado o aparecimento de estratégias de sobrevivência e de formas inéditas de adaptação que envolvem uma nova estruturação social. Alude-se, assim, a um momento em que proliferam situações sociais muito diferenciadas, comportando tendências opostas, mas articuladas: de um lado a intensificação de uma polarização social e de outro lado a de uma fragmentação social, correspondendo a um crescente hiato entre grupos afluentes e grupos pauperizados, confinados a múltiplas atividades de baixa remuneração (Mingione, 1988).

No presente trabalho, a idéia de reestruturação que se está assumindo diz respeito a transformações territoriais que decorrem do processo de valorização capitalista do espaço, enquanto movimento de contínua construção/destruição/reconstrução, de criação e recriação (Moraes e Messias da Costa, 1987).

Momentos de reestruturação do formato urbano no país podem ser relacionados a impasses enfrentados pela acumulação, tais como (Davidovich, 1987):

— a crise dos anos 30, que tornou imprescindível criar novos canais de acumulação e que proporcionou considerável impulso ao crescente papel do Estado. A grande cidade, e particularmente, o Rio de Janeiro, constituiu-se em suporte político ideológico de novos rumos do poder e de um projeto econômico de caráter nacionalista;

— um outro momento de reestruturação remete ao período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento da industrialização implicou o esgotamento do formato urbano anterior. O novo formato envolveu, então, não só a grande cidade, que extravasou de seus limites, elaborando o contexto metropolitano, como a expansão dos meios de transporte, das redes de energia, e a de outros elementos da infraestrutura. Atendia, assim, ao projeto de integração nacional e às necessidades de circulação do novo valor então gerado pela expansão da economia industrial. Nesse contexto, a fundação de Brasília constituiu-se em uma base de consolidação do avanço para a fronteira interior;

— um momento de reestruturação mais recente diz respeito a mudanças econômicas, sociais e políticas que se processaram principalmente a partir dos anos 70. Entre outros fatos, vale mencionar a sucessão de crises, os períodos de expansão e retração do mercado de trabalho, além de importantes medidas tomadas no plano político. Citam-se aqui os Planos Nacionais de Desenvolvimento, e a preocupação mais concreta do urbano no II PND, visando a assegurar a realização de uma ordem capitalista moderna numa sociedade de base predominantemente urbana. Citam-se, também, a oficialização das nove regiões metropolitanas, a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a descentralização administrativa que rebateu na expansão de capitais estaduais, a multiplicação de núcleos nas frentes pioneiras agrominerais.

Um aspecto importante foi a verdadeira mutação social produzida pelo crescimento populacional urbano, que acusou a taxa média geométrica de incremento anual de 4,4%, enquanto o da população total foi de 2,5%. As áreas urbanas passaram a reunir cerca de 2/3 da população brasileira, apre-

sentando forte tendência à concentração espacial. Do acréscimo de quase 30 milhões entre 1970 e 1980 no total de habitantes do país, 18 milhões se agruparam em um número reduzido de municípios, 300 aproximadamente, de um conjunto superior a 4 mil no Território Nacional. São predominantemente aqueles que integram as Regiões Metropolitanas e as aglomerações urbanas de seu entorno.

É com base nesses processos que se está concebendo a reestruturação do quadro urbano brasileiro, segundo espaços urbanos já consolidados, mas submetidos a intensas transformações, e espaços urbanos ainda em estruturação (Davidovich, 1987, 1988).

Espaços urbanos em reestruturação

a — Em primeiro lugar, cabe menção às Regiões Metropolitanas, nas quais se distingue:

— a reestruturação advinda de políticas de renovação da cidade central, que correspondem, geralmente, a externalidades proporcionadas pelo investimento público. Trata-se de empreendimentos que promove elevada valorização do preço da terra urbana e têm favorecido grupos de pressão, conforme assinalam diversos estudos a respeito. Essa grande valorização do solo urbano na cidade central das Regiões Metropolitanas, onde é diferenciada, constitui-se em um fator de expansão da periferia metropolitana. Entre 1970 e 80, os municípios dessa faixa nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Belo Horizonte acusaram grandes aumentos populacionais, respectivamente, de cerca de 85% e de mais de 100%, no que se caracteriza uma acentuação da segregação sócio-espacial;

— Um outro aspecto de reestruturação do espaço metropolitano diz respeito à produção específica de grandes formas materiais que respondem por nova morfologia urbana, tanto nos municípios centrais, como nos da periferia metropolitana. Vale distinguir os que resultam da ação pública direta, como os conjuntos habitacionais, os distritos industriais, os centros de convenção, os *campus* universitários, os blocos monumentais erigidos pelo aparato estatal e outros; e os que resultam da ação privada como os *shopping centers*, os condomínios

exclusivos, as residências secundárias, os loteamentos. Vale também chamar a atenção para os grandes vazios que se encontram no espaço metropolitano, correspondendo, via de regra, a uma terra urbana monopolizada por alguns poucos grupos, como reserva de valor. Estima-se que no Rio de Janeiro existe mais de um milhão de terrenos vagos, enquanto na metrópole paulistana a disponibilidade é avaliada em cerca de 10 mil hectares.

As características apontadas não se manifestam de maneira uniforme em todas as entidades metropolitanas, a partir mesmo de suas diferentes formas de articulação com o mercado capitalista. Algumas dessas aglomerações se constituíram, principalmente, no "espaço de circulação e realização de mercadorias produzidas noutras regiões", como assinalaram Casimiro e Gondim (1987) ao analisar a Região Metropolitana de Fortaleza.

b — Mais um aspecto de reestruturação do espaço urbano no país refere-se a tendências de subversão da rede hierarquizada de centros em determinados contextos espaciais. De um lado, verifica-se que, dada a grande fluidez adquirida pelo espaço, ocorrem mudanças em funções tradicionais de cidades inseridas no entorno metropolitano. Com efeito, a facilidade de acesso à metrópole e, em certos casos, a distribuição relativamente homogênea de equipamentos urbanos contribuem para romper a organização anterior, baseada em aglomerados com hierarquia escalonada e suas respectivas áreas de influência. Essas características são particularmente visíveis em trechos de atividade industrial importante, e sobretudo no Estado de São Paulo. Elaboram-se, deste modo, complementaridades numa região de múltiplos centros urbanos, a região polinucleada (Davidovich; Lima, 1975).

De outro lado, cabe menção à polarização espacial que determinadas cidades passam a exercer, o que pôde ser identificado por um acentuado crescimento populacional entre 1970 e 1980. Trata-se, basicamente, da absorção de funções urbanas que tais centros chegam quase a monopolizar, tendendo a esvaziar a rede urbana tradicional. É o caso de capitais estaduais, onde se afirmou o setor governo e o papel de interesses

políticos na atração de investimentos. São exemplos Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) ou Porto Velho (RO).

Polarização espacial, também, é reconhecida em cidades que crescem, via de regra, a expensas de centros menores da mesma região e da população expulsa do campo, em função do avanço da modernização da agricultura e/ou de transformações na produção, como a mudança da lavoura para a pecuária. Exemplificam-se com Cascavel (PR), Montes Claros e Uberlândia (MG), Arapiraca (AL). Em algumas das cidades, a polarização decorre, também, de seu aparelhamento com órgãos que efetuam a mediação com diretrizes da política agrária nacional. Além disso, é preciso considerar o efeito da superação ou eliminação de determinadas atividades sobre certos aglomerados urbanos, vindo a favorecer a polarização espacial em outros centros. Alude-se, particularmente, ao esvaziamento das funções de coleta, beneficiamento e comercialização de matérias-primas agrícolas, em face da concorrência de sucedâneos sintéticos, e que rebateu, sobretudo, no Nordeste. Com efeito, aglomerados especializados em tais atividades ou em indústrias tradicionais viram-se afetados, a que se associou o sucateamento do capital acumulado em máquinas e equipamentos. A debilitação de certas funções urbanas decorreu, também, do enfraquecimento do setor atacadista, graças ao sistema de negociações diretas que passou a prevalecer entre produtores e varejo. Os novos mecanismos econômicos levaram à extinção quase total de grandes estabelecimentos, provocando estagnação em cidades tradicionalmente voltadas para aquela atividade.

c — Outro aspecto de reestruturação do espaço urbano reporta-se ao papel que pequenos centros urbanos (menos de 30 mil habitantes) vêm desempenhando em diferentes trechos do Território Nacional. Uma primeira referência diz respeito à especialização industrial que se manifesta em localidades do Sul e principalmente do Sudeste. Essa tendência está certamente associada à expansão adquirida pelo mercado, que implica fragmentação dos processos de trabalho em setores especializados, fazendo progredir a divisão territorial do trabalho. Cabe

considerar, também, que a hipermobilidade adquirida pelo capital concebe o local ou o espaço segundo as possibilidades que oferece para uma produção lucrativa, com o que se amplia o âmbito global dos interesses metropolitanos, assumidos como representação do grande capital. Vários exemplos podem ser apontados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que compõem a região de maior desenvolvimento econômico, *locus* dos principais pólos metropolitanos do país. Mas esse movimento de desconcentração da indústria, também, se verifica em torno de cidades industrializadas de porte médio, como Blumenau ou Joinville, no que, entre outros fatores, se reconhece uma estratégia de preservação de sua qualidade de vida.

Um novo dinamismo de pequenos centros urbanos pode ser, também, identificado em regiões de prosperidade agrícola recente, como a da lavoura da soja nos cerrados do sudoeste da Bahia. Apoiada na mecanização e na utilização de insumos modernos, essa atividade favoreceu o desenvolvimento urbano, atendendo a aspirações de classe média de uma clientela diversificada, que reúne desde pequenos produtores a representantes de importantes cooperativas e grandes empresas. Em torno de Barreiras, constituída no pólo de comércio e serviços, inclusive o bancário, da região, desenvolvem-se várias localidades, sob iniciativa dos "gaúchos", denominação genérica de produtores vindos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outro exemplo do papel de cidades pequenas na reestruturação do espaço urbano advém de áreas, como o centro-oeste de Goiás, onde vingam grandes empreendimentos agrícolas. Ao contrário dos centros do sudoeste baiano, cujos padrões de urbanização têm sido moldados por migrantes dotados de relativa ou elevada capitalização, na região goiana os núcleos urbanos representam basicamente locais de reprodução de uma força de trabalho expulsa de um campo que se moderniza (Ferreira, 1987).

Essas formas de reestruturação do espaço urbano que, via de regra, resgatam aglomerados estagnados ou decadentes, contrapõem-se àquelas formas organizadas

pela polarização, na medida em que ensejam a elaboração de pequenas redes urbanas, articuladas a um centro principal.

Como anteriormente mencionado, o quadro urbano brasileiro comporta, igualmente, espaços urbanos ainda em estruturação.

Espaços urbanos em estruturação

Referem-se principalmente a áreas de ocupação recente e relativamente instável.

a — Em primeiro lugar, cabe indicar as regiões de fronteira, como as da Amazônia e suas bordas, que se caracterizam, sobretudo, por situações de conflito em torno da posse da terra, pelo grande potencial político que encerram, pela rápida sucessão de agentes sociais na estruturação do poder local (Becker, 1986b). Caracterizam-se, também, pela intensa mobilidade de uma força de trabalho constituída por assalariados e pequenos produtores sem terra, em contínuo deslocamento na busca de novas oportunidades de sobrevivência.

Segundo trabalhos de Becker (1986a e b), nas áreas de fronteira podem ser distinguidos entre outros:

— centros particularmente vinculados à mobilidade da população, dispendo-se aproximadamente, a cada vinte quilômetros de distância, sobretudo na Amazônia Oriental; apresentam vida efêmera, pois nascem e se extinguem em função daqueles deslocamentos espaciais contínuos dos habitantes;

— centros que se consolidam como mercado de trabalho e como sede de órgãos oficiais, ligados às atividades rurais e ao aparelho político-ideológico do Estado, situados, geralmente, na retaguarda de frentes pioneiras, a exemplo de Araguaína (GO), ou Imperatriz (MA); e

— centros resultantes da colonização dirigida pelo Estado como Itaituba (PA) e Altamira (PA) ou da colonização particular, como Sinop (MT) e Alta Floresta (MT).

b — Constituem, também, espaços urbanos em estruturação, núcleos de caráter auto-suficiente, vinculados a grandes projetos de exploração agromineral, concebidos e geridos de fora. Representam um tipo de centro enclave, que corresponde a uma estratégia espacial da grande empresa transnacional e estatal, freqüentemente em regime de *Joint ventures*, e ocupando vastas

extensões. O Programa Grande Carajás, por exemplo, envolve uma área de 900 mil quilômetros quadrados, tendo sido contemplado com isenção de vários impostos. Conta, além disso, com grandes obras de infraestrutura implantadas pelo Estado, como ferrovia, portos, hidrelétrica e aeroportos.

c — Trechos de periferias metropolitanas representam, igualmente, espaços em estruturação. Caracterizam-se pela instabilidade da ocupação, apresentando padrões espaciais variados e legislação intrincada, a exemplo das franjas urbanas de densidade demográfica rarefeita ou descontínua, das áreas constituídas em reserva de valor, dos loteamentos clandestinos e irregulares, freqüentemente indutores da valorização da terra. Do mesmo modo que as zonas de fronteira, esses espaços detêm grande potencial político e se identificam pela mobilidade da força de trabalho, obrigada a consideráveis deslocamentos diários ou semanais para o centro de suas atividades. Lá também se percebem diferentes agentes sociais na conquista do poder e do espaço: o Estado, incorporadoras, proprietários privados, moradores.

O enfoque adotado para a análise espacial de tendências da urbanização não pretendeu cobrir todo o Território Nacional. Sob esse prisma, outras situações poderiam ser identificadas. Um exemplo remete ao litoral brasileiro, onde se multiplicam residências secundárias, condomínios, marinas, hotéis, expressando formas de valorização capitalista da terra, a que se alia a presença da grande indústria, como a Companhia Nacional de Álcalis, a usina nuclear de Angra dos Reis e outras. Encontram-se, portanto, trechos em reestruturação e trechos em estruturação.

É preciso ainda considerar que o quadro urbano do país apresenta espaços em estabilidade ou estagnação, que correspondem a áreas com menor dinamismo econômico e com crescimentos populacionais urbanos inferiores à média nacional. Têm-se como exemplos Ilhéus (BA), São João del Rei (MG), Campos (RJ) e outros.

· Ressalta-se, assim, que as considerações sobre o quadro urbano brasileiro não se esgotam nas análises apresentadas. Cabe,

porém, acrescentar que as transformações espaciais apontadas estão associadas a determinadas tendências, quais sejam a de novas localizações urbanas, a de satelitização urbana e a de politização do espaço urbano.

Tendências de Novas Localizações Urbanas

Uma primeira observação refere-se precisamente à polarização que certos centros urbanos passam a capitalizar. Trata-se de cidades geralmente privilegiadas pelos investimentos públicos e privados, atendendo, em grande parte, ao requisito de formar mercados concentrados e de desenvolver economias de aglomeração. Reproduzem, assim, padrões de crescimento econômico vigentes no país.

Essas tendências de localização urbana rebatem num movimento marcante da urbanização no Brasil, que é o do seu avanço para o interior, balizado em grandes cidades. Avanço esse que se confirma na extensão contínua formada por centros urbanos do Estado de São Paulo e seus prolongamentos no norte do Paraná e no Triângulo Mineiro; e que encontra ampla representatividade na frente urbana constituída pelas capitais do Centro-Oeste e do Amazonas.

Vale também chamar a atenção para a valorização conquistada por certas posições geográficas. Reconhecem-se posições de contato balizadas por importantes cidades paulistas, como São José do Rio Preto, Ribeirão Preto ou Presidente Prudente, na medida em que marcam um limite entre regiões agrícolas diversificadas do interior do estado e regiões que são basicamente pecuaristas e/ou produtoras de grãos. Essa condição geográfica contribui, certamente, para o poder econômico e nível de vida de que desfrutam aqueles centros.

Por sua vez, as grandes capitais interiores representam pontos de contato entre as regiões mais desenvolvidas do país e as áreas de avanço pioneiro. Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO) e Campo Grande (MS) são importantes nós de comunicação, sem mencionar Brasília e Manaus. Esse amplo cordão de cidades pode ser referenciado à ideologia da Segurança e Desenvolvimento, que emanou da Escola Su-

perior de Guerra, focalizando a urbanização do interior remoto como base logística de ocupação e de controle do território.

Mas uma outra face da polarização diz respeito ao reforço da concentração nas regiões metropolitanas. Em função de seus elevados limiares de mercado, essas aglomerações ainda tenderiam a ser os focos de atração principais para novos investimentos. Tomando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como exemplo pode-se constatar que existe um projeto de concentração em cogitação, a partir de implantações que estão sendo planejadas, como as do Pólo Petroquímico em Itaguaí, do Pólo do Alumínio em Santa Cruz, dos Pólos de Confecções e de Informática em Jacarepaguá, entre outros.

Estudiosos do assunto indicam, de um lado, que tal tendência parece comprovar que, na realidade, as chamadas deseconomias de aglomeração não constituem fator ponderável para uma efetiva desconcentração de atividades econômicas. Influem para tanto o custo baixo do trabalho e diferenciações insignificantes de impostos, taxas e tarifas de serviços públicos entre centros grandes e pequenos. De outro lado, há os que argumentam que, em determinado momento do processo histórico do sistema urbano, pode-se criar a necessidade de um retorno de investimentos na grande aglomeração, quando o interesse maior é o da economia nacional. Significa dizer que se criam impasses a políticas de desconcentração ou de descentralização, desde que o enfraquecimento econômico da metrópole acarrete prejuízos para o país. Vale cogitar até que ponto as medidas pensadas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro podem ser interpretadas como expressão de uma tal postura. Nesse sentido, haveria conjugação entre a necessidade de superar o propalado esvaziamento econômico da ex-Capital da República e de seu estado, e interesses da política macroeconômica.

Mas, por outro lado, é preciso levar em conta que a mobilização atual em prol de políticas de desconcentração ou de descentralização tem, também, implicações com novas localizações urbanas e rebote, certamente, na questão da reforma tributária, que foi colocada em pauta na Constituinte.

Uma preocupação legítima diz respeito à possibilidade de que a reforma venha a favorecer os principais municípios arrecadadores, deixando marginalizados aqueles de base econômica frágil, incapacitados, deste modo, para gerar impostos. Além das muitas medidas, que estão em debate, cabe assinalar que um projeto de maior equidade social deveria implicar certamente políticas capazes de modificar o perfil econômico de grande número de municípios brasileiros, reforçando, deste modo, novas localizações urbanas.

No que diz respeito especificamente ao processo de transição democrática, cabe considerar até que ponto a descentralização, equacionada apenas em termos espaciais, representaria uma política de efetiva consolidação da democracia. Vale ressaltar que o poder municipal, ainda que dotado de maiores recursos, tem possibilidade de encampar padrões tão autoritários quanto os de modelos do Governo Central. Importa, assim, salientar a necessidade de associar a idéia de descentralização com medidas de reformulação das bases do poder, a partir de uma efetiva participação da sociedade nas esferas de decisão.

Além desses aspectos, tendências de novas localizações urbanas, também, se referem ao papel que pequenas cidades vêm desempenhando em determinados contextos regionais, como já houve oportunidade de mencionar. Os exemplos apontados deixam transparecer o significado que o urbano tem adquirido como suporte logístico para diferentes formas de expansão capitalista no campo. Assim, no sudoeste baiano desenvolvem-se estratégias do capital agrário e agroindustrial, em paralelo ao aparecimento de práticas sociais que pressionam pelo poder e tendem a deslocar elites tradicionais (Lavinhas, 1987); já no território de Goiás, o capital, que investe, sobretudo, na modernização agrícola, logrou alterar as relações de trabalho no campo, expulsando a população para os núcleos urbanos, onde se divide entre lides rurais e proletarização (Ferreira, 1987).

A análise das tendências de novas localizações urbanas, aqui encetada, se articula com a das tendências de "satelitização urbana", na medida em que essas se referen-

ciam à questão da polarização e às suas relações com pequenos centros.

TENDÊNCIAS DE "SATELITIZAÇÃO" URBANA

Uma das vias de formação de tais processos diz respeito à conexão que se elabora entre um centro constituído em principal mercado de trabalho e localidades próximas, para onde se transferem parcelas mais desfavorecidas de seus habitantes. Vale dizer que a polarização conquistada por certas cidades implica, freqüentemente, uma gradativa substituição da população local, particularmente daquela que se vê incapacitada de arcar com custos e preços alcançados pelo mercado imobiliário. A satelitização se caracteriza na dependência que os novos lugares de moradia estabelecem com a cidade central, a partir de deslocamentos geralmente diários da mão-de-obra. Criam-se, deste modo, processos que se referem a um dos mercados fundamentais do capitalismo, como é o mercado de trabalho.

Tais processos não implicam uma continuidade do tecido urbano, à semelhança do que ocorre com freqüência no âmbito espacial de aglomerações urbanas propriamente ditas (Davidovich; Lima, 1975). Ao contrário, a cidade central é separada dos centros subordinados por grandes vazios ou pela ocupação rural. Profundas alterações são produzidas na vida dessas localidades, progressivamente transformadas em núcleos-dormitório, o que, por vezes, tem provocado resistências de seus habitantes, preocupados com o contexto de suburbanização pobre que quase sempre passa a vigir e com a alienação de valores e especificidades urbanas.

Em oposição, a outra face dos processos de satelitização corresponde à preservação da qualidade de vida em algumas grandes cidades, como se observa no interior do Estado de São Paulo e outras regiões do país. Com efeito, Bauru, São José do Rio Preto e Presidente Prudente inserem-se certamente nesse padrão, isto é, contam com proporções importantes de grupos sociais mais favorecidos, enquanto a população menos

qualificada e de renda inferior tende a se dispersar em pequenos centros das proximidades. É efetivamente o que ocorre com Maringá e Sarandi (PR), com São José do Rio Preto e Nova Granada (SP), com Nova Friburgo e Bom Jardim (RJ), para citar apenas alguns exemplos. Por sua vez, na Região Metropolitana de São Paulo, uma cidade como São Caetano do Sul mantém população estável desde os anos 60, evitando deliberadamente o crescimento de habitantes, até com o expediente de fazer valer limitações oficiais impostas à expansão imobiliária. Já o município vizinho de Diadema vem sendo submetido a uma considerável pressão demográfica, a um grande crescimento da construção civil e à proliferação de favelas.

De outra parte, em Cubatão, na Baixada Santista, o principal local de trabalho, que é o grande Núcleo Industrial da Petroquímica e da Siderurgia, até recente data, um dos lugares mais poluídos do planeta, constitui-se na área de residência da força de trabalho de remuneração mais baixa, enquanto os elementos de melhor qualificação e salário é que se deslocam, diariamente, para aquele centro, a partir de moradias situadas em locais mais amenos.

Tais padrões de organização urbana remetem à imagem do Reduto do Bem-Estar (Davidovich, 1988) e à noção de auto-segregação. Padrões esses que representam, de um lado, a concretização de ideologias de classes médias e do seu discurso em prol de uma qualidade de vida superior e expurgada da pobreza. Manifestam-se, assim, preocupações com a preservação ambiental e com medidas para sanar inadequações do uso do solo urbano, refletindo necessidades novas que favorecem a expansão de várias atividades, inclusive daquelas que se dedicam à formulação de planos-diretores para a cidade. Cabe assinalar que essas tendências de organização urbana dizem respeito, sobretudo, a áreas mais desenvolvidas, ao contrário do que ocorre, por exemplo, no Nordeste, onde não tem se caracterizado movimento análogo de expulsão da pobreza nos maiores centros urbanos da região. Mas, além da sua associação com ideologias de classe média, tal modelo urbano pode ser interpretado como expressão

de situações de crise, enquanto forma de administrar recursos sociais escassos e de gerar relações de dominação.

Em tal contexto, elaboram-se tendências à especialização das cidades principais em centros de serviços com níveis elevados de equipamento urbano e "protegidos" por diversas medidas de preservação. Cabe menção, por exemplo, ao papel que a maçonaria exerce em algumas delas, no sentido de impedir o ingresso de elementos considerados indesejáveis e conspurcadores da "cultura" urbana local.

Esse modelo de associação entre polarização e satelitização pode remeter ainda ao conceito do desenvolvimento desigual e combinado, que teria expressão em diferentes escalas espaciais. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, o referido modelo encontra representatividade nos esforços da atual administração municipal em preservar e aprimorar a cidade central, enquanto a pobreza é cada vez mais impelida para periferias distantes. Reconhece-se aí uma inversão das diretrizes seguida pelo Governo anterior que optou por privilegiar os municípios periféricos da Grande São Paulo. Outras escalas espaciais do desenvolvimento desigual e combinado podem ser identificadas nas de condomínios e de bairros exclusivos que se multiplicam principalmente no interior das Regiões Metropolitanas, não raro convivendo com favelas nas vizinhanças, a exemplo da Barra da Tijuca (RJ).

Importa, contudo, salientar que o processo de satelitização apresenta vertentes diferenciadas. O lado "perverso" diz respeito à deterioração das condições de vida das localidades envolvidas, na medida em que se convertem, antes de tudo, em repositórios de uma força de trabalho que presta, geralmente, serviços de baixa remuneração e produtividade nos principais mercados de trabalho urbanos. Em torno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, encontram-se muitos desses aglomerados, cuja mão-de-obra se vê obrigada a percorrer grandes distâncias para atingir o centro de suas atividades. Esse fato, aliado aos custos de transporte, leva os trabalhadores a pernoitar freqüentemente na metrópole e ao relento, só retornando ao convívio familiar

no final de semana. Além disso, os núcleos-dormitório apresentam menores oportunidades de contribuição fiscal, o que, por sua vez, rebata nas dificuldades de conseguir a necessária infra-estrutura urbana. Condições que se agravam em aglomerados que perderam funções industriais e outras atividades, acusando, deste modo, considerável queda de receitas e falta de perspectivas para o futuro.

Uma outra vertente da satelitização diz respeito a processos de desconcentração voluntária da indústria para localidades vizinhas, a partir de centros dotados de atividade industrial importante. Entre outros, citam-se os exemplos de Agudos com relação a Bauru (SP), de Rio do Sul, Brusque ou Indaial com relação a Blumenau (SC), cidades que, a um tempo, oferecem mão-de-obra mais barata e menos reivindicadora, em função mesmo de sua dispersão geográfica. A presença da indústria nesses aglomerados representa maiores possibilidades de arrecadação fiscal e de melhoria do equipamento urbano local. Contudo, a implantação, por vezes, de um único estabelecimento gera situações de excessivo controle sobre a vida da população, dados os laços de dependência que se criam com aquela fonte principal ou exclusiva de emprego.

A análise das tendências da urbanização acima comentadas remete, mais uma vez, ao papel de pequenas cidades na reestruturação do espaço urbano. Cabe menção a novas condições de natureza econômica e política, entre outras, que se criam com os processos de satelitização, o que se constitui em importante veio de pesquisa. Cita-se, como exemplo, a iniciativa da Prefeitura de Nova Friburgo (RJ), que estabeleceu tarifas de ônibus iguais para veículos municipais e para os que servem aos vizinhos centros de Bom Jardim e Duas Barras, constituídos em núcleos-dormitório.

Importa ainda registrar que a satelitização urbana pode acarretar distintas reações nas localidades envolvidas. Em algumas delas desenvolvem-se resistências de natureza variada, desde as que resultam em maior conscientização política, até as que se traduzem em violência e distúrbios contra a sociedade. Em outras, porém, estabelecem-se

o conformismo e a resignação, que acompanham um processo de pauperização da população envolvida; cada vez mais despojada da capacidade de luta, essa população tende a uma progressiva marginalização social, o que, por sua vez, se constitui também em fonte de agressão à sociedade. Tais considerações sugerem uma articulação entre espaço e politização, introduzindo ao tópico que se segue.

TENDÊNCIAS DE POLITIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A idéia de que o espaço urbano tende à politização, segundo uma expressão cunhada por B. Viero Schmidt (1982), pode ser avaliada através de diferentes aspectos.

Uma primeira menção cabe ao papel do planejamento e da aplicação de investimentos na cidade, enquanto instrumental utilizado pelo Governo, para assegurar um desenvolvimento capitalista de base predominantemente urbana. Como afirma aquele autor, ao implementar normas de uso do solo e de ocupação de áreas urbanizadas, além de outras tantas medidas, o Estado contribuiu para politizar a questão urbana. Grande número de leis e de instituições foi criado, sobretudo, a partir de 1970, visando, precisamente, a uma política de desenvolvimento urbano. Além disso, a politização do espaço, também, derivou da atuação de numerosos órgãos oficiais, que se rebatam no urbano, a exemplo do que foi o do Banco Nacional de Habitação, dos Departamentos de Estrada de Rodagem, dos Ministérios que sucessivamente vêm se preocupando com o setor urbano.

A superposição da esfera de ação dessas entidades tem representado sérias dificuldades de coordenação no trato da questão urbana, além de viabilizar a dispersão dos conflitos, em vez de solucioná-los. Tais situações podem, porém, desencadear reações politizantes na população, em função mesmo das resistências que se levantam às restrições impostas pelo aparato legal.

Um outro aspecto da politização do espaço diz respeito às tendências de elaboração

de nova malha territorial no país. Alude-se, primeiramente, aos "fenômenos de escala", que envolvem aglutinação de centros e municípios, revertendo em formas de concentração urbana ou em conjuntos espaciais apoiados num pólo urbano. Em certos casos, a nova malha territorial já foi instituída e gerida pelo aparelho de Estado, a exemplo das Regiões Metropolitanas, das regiões de governo organizadas em São Paulo no Governo Montoro, das regiões Governo-Comunidade, introduzidas no Município do Rio de Janeiro pelo prefeito Saturnino Braga. Mas há, também, formas territoriais ainda não institucionalizadas, que conflitam com a divisão oficial vigente. Trata-se de municípios que se agregam, em função do extravasamento de seus limites oficiais, através da expansão da ocupação populacional e da jornada de trabalho procedente dessas áreas para o município central. Essas formas de concentração urbana foram identificadas como Aglomerações Urbanas abaixo do nível metropolitano (Davidovich; Lima, 1975); constam com tal designação na legislação sobre parcelamento do solo urbano, sendo que as de Florianópolis e Vitória já se apresentam com diplomas legais. O maior número de tais entidades urbanas é encontrado em áreas de atividade industrial importante, a exemplo das de Campinas, São José dos Campos, Americana ou Jundiáí(SP), de Volta Redonda, Barra Mansa(RJ) e de Ipatinga(MG).

Fenômenos de escala, também, se referem aos chamados "fenômenos associativos" que, respaldados no centro urbano principal, vêm ao encontro de interesses locais, voltados para a legitimação de novas "bases regionais", em oposição ao municipalismo tradicional. Essas tendências tiveram manifestações pioneiras nos anos 60, a exemplo do Conselho Metropolitano de Municípios em Porto Alegre e de outros de caráter intermunicipal em São Paulo, cuja evolução foi interrompida com a inauguração do regime militar. Nos dias de hoje, sua representação mais concreta se refere, sobretudo, às associações de novos municípios e aos consórcios municipais.

Tendências de nova malha territorial referenciam-se, também, à formação de novos municípios e de novos Estados-membros

que resultam, via de regra, de interesses e pressões políticas e que implicam a multiplicação de centros urbanos. Menção particular cabe ao surgimento de novas relações de poder que têm até logrado modificar modelos oficiais implantados na região. Em Rondônia, por exemplo, a criação de novas frações administrativas (municípios e distritos) resultou, em boa parte, do espaço vivido por novas forças sociais e políticas, constituídas por parcelas não hegemônicas da sociedade (Becker, 1986b). No Município de Santa Terezinha(MT), o movimento dos posseiros constituiu-se por sua vez em um exemplo bem sucedido de resistência à grande empresa.

Por fim, vale assinalar que a politização do espaço também diz respeito aos movimentos de organização da população em bases territoriais, que encontram representatividade na cidade, no bairro, na comunidade e que se relacionam, em grande parte, a problemas de consumo e do cotidiano. Com efeito, interpretações correntes identificam tais movimentos a reações contra a incapacidade administrativa do Estado em prover infra-estrutura e equipamentos urbanos. Tenderiam, assim, a ser basicamente percebidos como expressão de lutas pela sobrevivência, centrados, antes de tudo, em ações individuais, que bloqueiam as possibilidades de uma organização de caráter coletivo. Críticas são igualmente endereçadas à sua ineficiência e à facilidade de cooptação que oferecem a interesses de frações hegemônicas da sociedade. Entre outros, aponta-se o exemplo dos conselhos Governo-Comunidade implantados no Município do Rio de Janeiro que teriam, precisamente, logrado frear a organização popular e a vivência comunitária.

Parece, porém, válido considerar, também, outros enfoques. Com efeito, a luta pelo espaço pode ser interpretada como uma expressão concreta de problemas da sociedade de nossos dias, no que se reafirma a dimensão espacial de um processo social multidimensional, como o da urbanização. Luta essa que se refere seja à conquista de um pedaço de chão para morar, como o demonstram as invasões, os conflitos dos sem-teto e dos sem-terra, seja à legitimação de uma ocupação. Alude-se aqui

particularmente à favela e aos esforços recentes desenvolvidos por setores da administração municipal do Rio de Janeiro para liberá-la do estigma de marginalização social e transformá-la em bairros populares, a um custo relativamente baixo, calculado em menos de 1 bilhão de dólares (1988).

Nessa perspectiva, pode-se conjecturar que os movimentos em questão têm possibilidade de constituir-se em fator de reformulação de posturas do Estado, na medida em que se imponham como uma realidade concreta, cujo trato exige inovações em métodos e orientação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização envolveu acentuados contrastes entre setores modernos e setores atrasados, inclusive nas práticas políticas, como diversos estudos têm assinalado. Uma questão que se coloca é até que ponto essas características vão se manter ou até que ponto a sociedade brasileira vai evoluir para novas condições.

O Estado de São Paulo detém importantes posições na informática e na pesquisa sofisticada, como a dos supercondutores que estão na agenda da investigação internacional. Centros metropolitanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, mostram atributos que permitem qualificá-los como integrantes de uma chamada "cidade mundial" (Schachar, 1983). Com efeito, essas metrópoles são sede de atividades modernas no setor de comércio e serviços, turismo, lazer, hotelaria, elos principais do país com o mercado mundial através da densidade de fluxos financeiros, de informação e outros, bases mais importantes da acumulação do capital e de articulação do Território Nacional.

Tendência à formação de megalópole consubstancia-se, sobretudo, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, criando novas necessidades relacionadas à complexidade de administração da vida cotidiana, ao aparelhamento de áreas especializadas e ao atendimento de consumo do espaço para populações de baixa renda, alocadas nas periferias urbanas ou afluindo para a favelização no

interior das cidades metropolitanas. A periferização impõe-se, assim, como uma tendência da urbanização, que expressa condições de vida pauperizada e que, com poucas exceções, acusou crescimento populacional maior do que o do município central das Regiões Metropolitanas. Tendência essa que, junto à favelização, ao movimento dos "posseiros" urbanos que se traduz em invasões e na luta pelo espaço, compõe um elenco de "tendências perversas" da urbanização.

Parece, assim, válido chamar a atenção para a importância de analisar e definir "espaços em crise", não só na macroescala, como em outros níveis espaciais. Tal preocupação se referencia ao significado que esses espaços guardam nos processos sócio-espaciais em curso no país, interesse que não é restrito ao campo científico, mas afeito igualmente às perspectivas de ação para uma sociedade em mudança, cujos rumos e opções carecem ainda de definições mais precisas.

Uma imagem de espaço em crise remete, necessariamente, aos centros metropolitanos, em primeiro lugar. Idéia essa que advém do vulto e da premência de solução para questões sociais graves, do nível de conflitos e da multiplicidade de interesses em jogo a partir da própria heterogeneidade social alcançada, além de outros tantos fatores que revelam, de modo dramático, as dificuldades com que se defronta um projeto de reforma urbana. A situação falimentar do Município do Rio de Janeiro é sintomática desses impasses, como expressão mesmo da crise estrutural do setor público. O sentido de um espaço em crise, também, está implícito nas proposições de reorganização e fortalecimento do sistema urbano, enquanto projeto destinado a proporcionar condições territoriais favoráveis à superação de obstáculos enfrentados pelo processo de acumulação.

Mas essas características, referenciadas ao quadro urbano que integrou modelos de crescimento econômico adotados no país, podem sofrer profundas alterações em face dos rumos da economia mundial. No presente texto aludiu-se a uma organização urbana que se associou, em grande parte, à

expansão capitalista do Brasil e ao movimento de transnacionalização do capital em escala planetária, que foi a tônica a partir principalmente dos anos 70. Novas condições emergiram nos dias de hoje, em que se apresentam pelo menos duas tendências. De um lado, caracteriza-se um processo de reconcentração do capital para áreas que detêm o maior poder de compra, os Estados Unidos em particular, áreas nas quais se estruturam os grandes aparatos tecnológicos desse final de século. Fato esse que tem suscitado uma canalização de fluxos de investimentos, vindos de toda parte, para aquelas regiões, e, paralelamente, um declínio de montantes de capital destinados a países da América Latina, a braços com a falta de inversões diretas e com o crescimento da dívida.

Verifica-se, assim, que, no Brasil, a formação bruta de capital, que determina a taxa de investimentos na economia, declinou de 18,1% em 1986 para 17,1% do PIB em 1987, quando ao longo da década de 70 a média foi de 23% do PIB.

Contudo, a despeito desses indicadores e das elevadas taxas de inflação, manifesta-se uma tendência ao recrudescimento de investimentos estrangeiros no país. Dados do Banco Central referem-se a um montante superior a 2 bilhões de dólares, que ingressaram no Brasil em 1988, atraídos pelas possibilidades de conversão da dívida externa. Essas inversões, cujo interesse primordial diz respeito à eletrônica, à petroquímica, à celulose e ao setor bancário, abrem, assim, perspectivas de uma integração maior da economia nacional nos negócios transnacionais.

De qualquer modo, vale a preocupação com a maneira pela qual o quadro urbano brasileiro, compreendido como uma expressão da sociedade e de seu espaço e como um grande montante de capital fixo, vai responder a essas injunções da economia. Mas importa, antes de tudo, reconhecer como grande desafio as decisões políticas que o país deverá tomar, em face de condições históricas complexas e em face da premência de assegurar uma via de desenvolvimento efetivo para toda a sua população.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, L. A.; GAMA de Azevedo, S. Lei do Desenvolvimento urbano; análise política preliminar. *Espaço & Debates*. São Paulo, 4:58-67, 1984.
- BECKER, Bertha K. A crise do Estado e a região; a estratégia de descentralização em questão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 48(1):43-62, jan./mar. 1986 a.
- _____. *Alta tecnologia, Estado e poder territorial na redefinição da Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro, mimeo, 1986 b.
- CARRIÓN, F. A pesquisa urbana no Equador. *Espaço & Debates*. São Paulo, 23:68-85, 1988.
- CASIMIRO, L. M. Carleial; GONDIM, L. M. de Pontes. Mercado de trabalho, condições de vida e relações de poder na região metropolitana de Fortaleza. *Espaço & Debates*. São Paulo, 20:26-51, 1987.
- CASTELLS, M. *The city and the grassroots; a cross cultural theory of urban social movements*. Los Angeles, University of California Press, 1983, p.289-336.
- CORRAGGIO, J. L. Comunicação apresentada na conferência sobre reestruturação urbana; tendências e desafios. Rio de Janeiro, Associação Internacional de Sociologia, IUPERJ, 1-19, set., 1988.
- DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. M. Buarque de. Contribuição ao estado de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 37 (1): 50-84, jan./mar., 1975.
- DAVIDOVICH, F. Escalas da urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 40 (1): 51-82, jan./mar., 1978.
- _____. Urbanização brasileira, tendências, problemas e desafios. *Espaço & Debates*; as mudanças na dinâmica urbano-regional e suas perspectivas. São Paulo, 4 (13): 12-29, 1984. Edição Especial.
- _____. Elementos da urbanização no Sudeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 49 (2): 139-57, abr./jun., 1987.
- _____. Transformações do quadro urbano brasileiro; período 1970-1980. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 49 (4): 7-23, out./dez., 1987.
- _____. Questões em torno do tema gestão do território. mimeo, 1988.
- FERREIRA, I. Barbosa. Expansão da fronteira agrícola e urbanização. *A Urbanização da Fronteira*, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2v. p. 3-26, 1987.
- GIBSON, K.; HORWATH, R. Global capital and the restructuring crisis in australian manufacturing. *Economic Geography*. London, 59 (2), 1983.
- LAVINAS, L. A agro-urbanização na fronteira. *A Urbanização na Fronteira*, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. 1 v. p. 93-108.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris Anthropos, 1974.
- LINS, C. J. Caldas. Desenvolvimento urbano do Nordeste; subsídios para uma política regional. In: *Estudos Nordestinos sobre crescimento Urbano*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. 1987. p. 142-65.
- MINGIONE, E. Social factors and Social Stratification in industrialized cities; the new forms of polarization and Social marginalization. In: *Conferência sobre reestruturação urbana; tendências e desafios*. Rio de Janeiro, Associação Internacional de Sociologia, IUPERJ, 1-19 set., 1988.
- MORAES, A. C. R.; MESSIAS, W. de Costa. A valorização do espaço. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1987. p. 196.
- MOURA, A. Sobreira de Política e Direito; a emergência de contradições urbanas e legais. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 1 (1): 69-84, jan./jun., 1985.
- SANTOS, M. Novo espaço, nova urbanização. *Espaço & Debates*. As mudanças na dinâmica urbano-regional e suas perspectivas. São Paulo, 4 (13): 1-5, 1984. Edição especial.
- SCHACHAR, A. *A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global; abordagens políticas de espacialidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. p. 75-97.
- SCHMIDT, B. Viero. A politização do espaço urbano no Brasil. *Espaço & Debates*. São Paulo, 2 (5): 15-80, mar./jun., 1982.
- SLATER, D. Capitalismo e urbanização na periferia; problemas de interpretação e análise referentes à América Latina. *Espaço & Debates*. São Paulo, 23:96-109, 1988.

RESUMO

A preocupação central do trabalho é de interpretar tendências da urbanização através de transformações recentes de seu contexto espacial, referenciado ao modelo urbano industrial desenvolvido pela economia capitalista no país. Formas de inserção do espaço nesses rumos da política econômica têm, esquematicamente, representação em alguns circuitos ou escalas da urbanização (metropolização, funções regionais, fronteira de recursos), que expressam uma divisão territorial do trabalho em curso no espaço nacional.

Tal modelo não é estanque, já que diz respeito a um quadro urbano em reestruturação, decorrente do processo de valorização capitalista do espaço ao longo do tempo. Distinguiram-se: (a) espaços urbanos em reestruturação, envolvendo principalmente a reforma urbana em regiões metropolitanas, a subversão de redes hierarquizadas de centros em alguns contextos regionais, o papel de pequenos centros em diferentes trechos do Território Nacional; (b) espaços urbanos em estruturação, envolvendo áreas de ocupação recente e relativamente instável, como as regiões de fronteiras e setores de periferias metropolitanas.

Nesse contexto, identificaram-se como principais tendências da urbanização: a de novas localizações urbanas, referenciadas basicamente à polarização capitalizada pelas metrópoles e também por certas cidades, e a implicações de descentralização contidas na atual reforma tributária; a da "satelitização" urbana que diz respeito às relações entre determinados mercados de trabalho urbano e localidades convertidas em núcleos-dormitório ou em lugares de desconcentração da indústria; a da politização do espaço urbano, em que sobressai a elaboração de nova malha territorial no país, compreendendo fenômenos de escala, como as aglomerações urbanas, fenômenos "associativos", como as associações de municípios, e a multiplicação de centros urbanos, como o aparecimento de novos Estados-membros.

Nas considerações finais, ressaltou-se a importância de definir e estudar "espaços em crise", como os centros metropolitanos e outros no país. Ressaltou-se, também, a preocupação com a maneira pela qual o quadro urbano brasileiro, compreendido como expressão da sociedade e de seu espaço e como um grande montante de capital fixo, vai responder a novas injunções econômicas e políticas, associadas a interesses nacionais e internacionais.

O CAPITAL IMOBILIÁRIO E A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS DIFERENCIADOS NO RIO DE JANEIRO: O GRAJAÚ*

Elizabeth Dezouart Cardoso**

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é contribuir para o conhecimento do papel do capital imobiliário enquanto agente modelador atuante na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro. Paralelamente a isso procura-se, também, contribuir para o conhecimento da origem do capital imobiliário nesta cidade.

A escolha do Grajaú, para estudo, deveu-se a características próprias da formação deste bairro e do período em que ela ocorreu. Por um lado, o Grajaú é fruto exclusivamente da atuação do capital imobiliário no espaço urbano carioca, não havendo interferido na sua formação, nem o Estado nem outras frações do capital como, por exemplo, aqueles investidos em serviços de transportes coletivos. Por outro lado, o Grajaú surgiu num período em que simultanea-

mente a população e a malha urbana do Rio de Janeiro sofreram um grande crescimento e em que o capital imobiliário cresceu em importância.

Para que esta pesquisa também possa contribuir para o conhecimento das origens do capital imobiliário no Rio de Janeiro, o estudo da atuação deste capital no local foi acompanhado pelo estudo do perfil das empresas que nele atuaram. Este procedimento resulta em uma das principais proposições metodológicas que norteiam este trabalho, como se observará a seguir.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O capital imobiliário é um dos principais agentes modeladores das cidades capitalistas e no Rio de Janeiro é responsável pela

* Recebido para publicação em 23 de março de 1988.

** Geógrafa e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ. Atualmente trabalhando como pesquisadora de Centro de Memória da Eletricidade/Eletrobrás.

Este trabalho foi extraído de sua Dissertação de Mestrado, defendida em março de 1986.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 51 (1): 89-102, jan./mar. 1989.

produção da maior parte do espaço construído, constituído de habitações. A importância do capital imobiliário enquanto agente modelador do espaço urbano vem sendo estudada já há algum tempo por certo número de pesquisadores¹.

Topalov foi um dos primeiros pesquisadores a formar uma teoria e uma tipologia das personificações sob as quais se apresenta o capital imobiliário, ou sejam, as empresas imobiliárias. É através do seu trabalho que travamos conhecimento das diversas origens deste capital, fato que se reflete em diferentes estratégias de atuação, com resultados específicos em termos de forma e conteúdo social².

Partindo da premissa de que a origem do capital que se volta para o investimento no setor imobiliário se reflete nas suas estratégias de atuação, criando formas específicas, procurou-se, antes de tudo, fazer um levantamento do perfil das empresas que atuaram no Grajaú. Para isso, foram utilizados tanto documentos relativos às empresas que produziram os dois loteamentos que deram origem ao bairro como notícias e anúncios publicados em periódicos.

Para verificação dos resultados das estratégias desenvolvidas por cada empresa, procurou-se uma espécie de dado que permitisse comparar o conteúdo social dos dois loteamentos. O dado que foi possível construir diz respeito ao nível de renda de seus moradores. Foram feitas algumas tabelas com dados relativos ao valor locativo médio tomado como base para o imposto predial, uma vez que, sabe-se, este valor varia de acordo com as dimensões dos imóveis. Outro tipo de informação que foi possível obter para o mesmo objetivo diz respeito ao número e percentual dos prédios em avenida, mais modestos e que, portanto, indicam a presença de moradores de uma população de menor poder aquisitivo.

A ÁREA DE ESTUDO

O bairro do Grajaú encontra-se localizado num vale do maciço cuja denominação local é Serra do Andaraí. Para delimitar o bairro do Grajaú, no entanto, fez-se necessário recorrer à sua história uma vez que, recentemente, tanto a população que reside nas áreas próximas, como diversas empresas imobiliárias que têm lançado prédios nestas áreas vêm denominando Grajaú trechos do bairro do Andaraí e mesmo de Vila Isabel. Isto porque o Grajaú é reconhecido como uma área nobre e aprazível na zona norte carioca, diferente das áreas vizinhas.

O Grajaú é um bairro que surgiu nas primeiras décadas do Século XX, no antigo arrabalde do Andaraí Grande. Este arrabalde, hoje, compreende os bairros do Andaraí, propriamente dito, de Vila Isabel, ambos surgidos no Século XIX, e o pequeno bairro do Grajaú.

O que hoje se conhece como um único bairro, o Grajaú originou-se, de dois projetos de bairros. O mais antigo, iniciado por uma empresa a partir de 1912³, não levou nome algum, mas a primeira rua que nele foi aberta, a rua Grajaú, acabou denominando todo o vale. O segundo bairro projetado nessa área foi um empreendimento de outra empresa imobiliária efetuado a partir de 1920. Chamou-se Vila América, nome que, no entanto, não chegou aos dias atuais⁴. O nome Grajaú impôs-se a todo o vale, provavelmente por dois motivos: primeiro, por ter sido a rua Grajaú a primeira a ser aberta, edificada e ocupada no loteamento mais antigo, passando assim a identificá-lo; além disso, como este loteamento possuía casas melhores e era mais bem projetado, o nome deve ter se estendido a toda a área, à semelhança do que ocorre nos dias atuais com as áreas próximas.

¹ Topalov, Christian. *Les Promoteurs Immobiliers*. Paris, Mouton, 1974 e Topalov, Christian. *La Urbanización Capitalista*. México, Editorial, 1979.

² Sobre a atuação do capital imobiliário no Rio de Janeiro, mais especificamente, veja-se em Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. *Capital Imobiliário, Propriedade Fundiária e Espaço Urbano: Contribuição ao Estudo da Urbanização do Rio de Janeiro. 1870/1930*. Xerox.

³ Veja-se em Gerson, Brasil, *História das Ruas do Rio*, p. 468.

⁴ Vejam-se os PAs (projetos de alinhamento) de número 1487 e 1546 em O Rio de Janeiro e seus Prefeitos.

A delimitação do bairro do Grajaú, portanto, tem como base a sua própria história, ou seja, os limites dos dois loteamentos efetuados no vale do Andaraí no Século XX. Estes limites são dados pelas ruas: Botucatu, Barão de Mesquita, Barão de Bom Retiro, José do Patrocínio e pelo prolongamento da rua Visconde de Santa Isabel, desde a praça Demócrito Linhares até o morro. Os dois loteamentos eram separados pela rua Borda do Mato que se inicia no encontro entre as ruas Barão de Mesquita e Barão de Bom Retiro e sobe em direção à serra.

O Grajaú diferencia-se dos bairros vizinhos por diversas de suas características: é um bairro predominantemente residencial, com um comércio restrito que atende às necessidades diárias da população. Embora já existam vários edifícios de apartamentos no bairro, a maior parte deste é ocupada por boas casas de residência; as ruas, em sua maioria, são largas, muitas têm calçadas também largas com jardineiras; e todo o bairro é arborizado. Ainda que nos últimos anos o Grajaú venha perdendo algumas de suas características, com aumento e diversificação das casas comerciais e com o aumento do número de prédios de muitos andares, foram aquelas características que lhe deram individualidade, diferenciando-o dos bairros vizinhos, além do fato de sua formação ter sido bem posterior a dos demais.

DO RURAL AO URBANO

O vale onde se formou o bairro do Grajaú, até princípios da segunda década do Século XX, ainda não havia sido incorporado à malha urbana do Rio de Janeiro. Enquanto isso, as áreas próximas, que hoje constituem

os bairros de Andaraí e Vila Isabel, já haviam sido urbanizadas desde o último quartel do Século XIX. As informações relativas ao bairro do Grajaú são raras e dispersas, pois pouco há na bibliografia sobre o local e também a documentação sobre sua urbanização não se acha disponível para pesquisa no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde se encontram os principais documentos sobre a história da urbanização⁵ desta cidade.

De acordo com o que foi possível levantar, as encostas do vale do Andaraí, antes cobertas por florestas, foram ocupadas desde princípios do Século XIX por cafezais, como ocorreu em outras partes do maciço da Carioca, antes da cultura cafeeira se expandir pelo Vale do Paraíba. Uma das fazendas de café do Andaraí foi chamada Vila Rica que pertenceu a Maria Luiza Rosa Assunção e a Bernardo Miguel⁶. A 10 de agosto de 1875 as terras localizadas nas encostas, entre elas as da fazenda Vila Rica, foram desapropriadas pela Fazenda Imperial para reflorestamento, como medida de proteção aos mananciais da região⁷. A essa época a cultura cafeeira já entrara em franca decadência no local.

Sobre a parte do vale, onde se desenvolveu o bairro do Grajaú, foi possível levantar informações sobre um período mais longo.

A mais antiga notícia encontrada diz respeito a uma "fazenda de cultura" que pertenceu ao Visconde de Alcântara. Localizava-se "ao fim da rua Barão de Mesquita tendo quase toda a frente para a rua Borda do Mato, prolongamento da primeira". Esta fazenda foi vendida pela Viscondessa de Alcântara e seus filhos, herdeiros do Visconde, a John Rudge no dia 15 de março de 1845⁸. O negociante José Max-

⁵ No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro encontram-se disponíveis para pesquisa documentos sobre abertura de ruas e loteamentos, entre outros, até o ano de 1917. Como a maior parte das ruas do Grajaú foi aberta após esta data, não foi possível encontrar ali nenhum documento relativo a este bairro. Assim, as informações sobre o local foram obtidas, em sua maior parte, através de escrituras, entrevistas com pessoas ligadas às empresas que atuaram na área, e de reportagens de jornal e revistas.

⁶ Veja-se no *Jornal do Brasil* de 9 de agosto de 1981. Esta informação foi fornecida ao jornal pelo arqueólogo Carlos Manes Bandeira que pesquisa as ruínas da fazenda Vila Rica para a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

⁷ Idem. O mesmo já acontecera com as fazendas localizadas na serra da Tijuca: em 1857, foram desapropriadas e, a partir de 1861, a área foi reflorestada. Veja-se com Cardoso, Elizabeth D. et alii, *História dos Bairros-Tijuca*. p. 59.

⁸ Conforme escritura de 15 de março de 1845. 2º Cartório, Livro 187, fl. 273.

well representou John Rudge na transação, como seu procurador. É interessante notar que os nomes Rudge e Maxwell também estão relacionados à Vila Isabel, existindo algumas ruas neste bairro com aqueles nomes. A "fazenda da Viscondessa", como ficou conhecida, permaneceu nas mãos dos herdeiros de John Rudge por setenta e cinco anos. A 7 de setembro de 1920 D. Ana Thomazia de Mello Rudge, viúva de John Rudge, talvez filho do primeiro, vendeu a fazenda à empresa imobiliária T. Sá e Companhia Ltda⁹.

Sobre as terras situadas do outro lado da atual rua Borda do Mato, as informações obtidas são de datas mais recentes e menos precisas. Essas terras fizeram parte da Fazenda Morumby, que entrou em partilha amigável entre D. Maria Maxwell Rudge e seus filhos, Eduardo e Guilherme a 23 de dezembro de 1884¹⁰. As partes destinadas à D. Maria e à Guilherme Maxwell Rudge não eram contíguas pois estavam separadas pelas terras de Eduardo. Toda esta área terminou por ser adquirida pela Companhia Brasileira de Imóveis e Construções, porém em partes e em datas distantes retardando o processo de urbanização da mesma.

As partes que couberam à D. Maria e a Guilherme Maxwell Rudge, embora não haja informações muito precisas, sabe-se que pertenceram, posteriormente, a Sebastião de Pinho, grande proprietário fundiário em outras partes da cidade. Este, em 1896, vendeu os lotes e prédios que possuía no local a uma companhia, a Empresa Industrial Brasileira que, a 26 de fevereiro de 1912, vendeu-os à Companhia Brasileira de Imóveis e Construções¹¹.

A parte daquelas terras que coube a Eduardo Maxwell Rudge permaneceu em

seu poder desde a data da partilha até a sua morte em 1922. Como não tinha filhos, suas terras passaram, então, a vinte e sete herdeiros, quase todos residentes em São Paulo, que, a 9 de abril de 1924, as venderam à Companhia Brasileira de Imóveis e Construções¹². Como estas terras situavam-se no centro da área onde a Companhia Brasileira de Imóveis e Construções projetou seu loteamento, este só pôde ser concluído a partir de 1925.

Deve-se notar que a área que hoje constitui o bairro do Grajaú não sofreu o processo de repartição em chácaras para uso residencial, comum em muitos arrabaldes do Rio de Janeiro durante o Século XIX e que veio dar origem a diversos bairros mais antigos da cidade. Existiram chácaras com uso agrícola no local, mas em terrenos aforados ou arrendados¹³. Não ocorreu, portanto, a promoção fundiária por iniciativa dos antigos proprietários fundiários. Isto só ocorreria bem mais tarde, já no Século XX, por iniciativa do capital imobiliário personificado nas duas empresas que atuaram no local.

Não foi possível obter informações sobre o tipo de atividade agrícola que se desenvolveu no vale do Andaraí. Mas pode-se supor que durante o Século XIX tenham se desenvolvido, alí, cultivos economicamente rentáveis que valorizavam aquelas terras para uso agrícola o que, portanto, não estimulava os proprietários fundiários a promoverem a mudança do uso das mesmas terras, através do retalhamento para venda de lotes, com fins residenciais. Por outro lado, o Andaraí já vinha sofrendo o processo de promoção fundiária desde meados do Século XIX e Vila Isabel já se urbanizara desde o último quartel desse século. Assim, a oferta de terras urbanas já deveria ser relativamen-

⁹ Conforme escritura de 7 de agosto de 1920. 15º Ofício de Notas, Livro 5, fls. 79A-81

¹⁰ Conforme memorial depositado pela Companhia Brasileira de Imóveis e Construções em cartório (5º Ofício) para satisfazer a Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, que passou a regulamentar os loteamentos.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Tanto as escrituras acima referidas como alguns documentos que pertenceram à empresa T. Sá e Companhia Ltda. referem-se a aforamentos de terrenos na região. Por outro lado, apesar de existirem poucos proprietários fundiários no local, como foi observado pelas escrituras, os livros de registro do Imposto Predial apresentam prédios em nome de diversos proprietários, muitos deles diferentes dos proprietários fundiários. Estes, provavelmente, aforavam terras aos primeiros que construíram prédios nessas terras. Este fato foi verificado em diferentes datas, desde o Século XIX até o início do Século XX, quando os prédios, como as terras, passaram para o nome das empresas. Assim, embora houvesse chácaras na área, elas surgiram em terrenos arrendados e a propriedade da terra não foi dividida, não se caracterizando, portanto, o processo de promoção fundiária até o Século XX.

te grande na região para demanda, não se justificando a mudança do uso do solo onde havia uma atividade agrícola rentável.

Mas, a situação se modificaria na virada do século. Brasil Gerson informa que, em princípios do Século XX, nas propriedades de Joaquim Marinho e Raul Telles Rudge situadas no vale do Andaraí, "O Garcia e o Cardoso se dedicavam ao plantio de capim, como fornecedores do Exército e a outros serviços de tração animal"¹⁴. Este fato faz pressupor que essas terras já não eram tão valorizadas para a exploração agrícola, não apenas porque seus proprietários não se interessavam em explorá-las diretamente, arrendando-as, mas também porque o tipo de cultivo ali existente, de capim, não exigia grandes investimentos.

Além disso, devem ser destacados dois outros fatos que ocorreram no princípio do Século XX: de um lado, houve a eletrificação das linhas de bonde, desestimulando, portanto, o plantio de capim para a alimentação dos animais utilizados anteriormente na tração dos carros; de outro, o crescimento da população carioca e a ampliação das camadas médias estimulavam a urbanização de novas áreas¹⁵. Desta forma, a mudança do uso do solo no vale do Andaraí passava a ser mais interessante aos proprietários fundiários locais. A venda daquelas terras às empresas imobiliárias, então, lhes proporcionaria melhores rendimentos do que o arrendamento das mesmas.

Assim, a partir de 1912, os proprietários fundiários do vale do Andaraí passaram a vender suas terras às empresas que dariam início ao processo de urbanização da área, hoje o bairro do Grajaú. Este processo, no entanto, só tomaria impulso a partir de 1920, quando as duas empresas já haviam adquirido toda a área.

O CAPITAL IMOBILIÁRIO E O BAIRRO DO GRAJAÚ

Embora todo o vale do Andaraí seja reconhecido hoje como apenas um bairro, o Grajaú, sabe-se que este, de fato, é fruto do empreendimento de duas empresas imobiliárias que ali atuaram, dando origem a dois loteamentos. O mais antigo, que será denominado Grajaú, foi um dos projetos imobiliários da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções, que atuou em outras áreas da cidade. O segundo, mais recente, denominado Vila América, foi criado pela empresa T. Sá e Companhia Ltda.

Mas, com a intenção de contribuir para o conhecimento das diferentes personificações e origens do capital imobiliário no Rio de Janeiro, além de contribuir para o conhecimento do papel deste na expansão da malha urbana da cidade, o estudo dos dois loteamentos será precedido do estudo do perfil daquelas empresas.

Grajaú: um empreendimento da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções

A Companhia Brasileira de Imóveis e Construções

A Companhia Brasileira de Imóveis e Construções foi criada a 5 de setembro de 1911, contando, na época, com dezesseis sócios. Entre os sócios havia duas sociedades anônimas francesas e vários cidadãos, tanto brasileiros como franceses, com as mais diferentes ocupações: engenheiros, deputados, industriais e "proprietários"¹⁶.

¹⁴ Veja-se em Gerson, Brasil, História das Ruas do Rio, p. 468.

¹⁵ A partir de princípios do Século XX, mesmo nos bairros de ocupação mais antiga como Botafogo e Tijuca, ocorreu um novo surto de urbanização. No caso destes dois bairros, por exemplo, em antigas chácaras de residência foram abertas novas ruas que foram retalhadas em lotes de dimensões menores mas onde se instalaram boas residências para as camadas médias da população. Em Botafogo e Tijuca, já ocupados de longa data, este processo ocorreu, principalmente, em áreas de encostas até então não urbanizadas. Veja-se em Cardoso, Elizabeth D. et alii, História dos Bairros — Botafogo e Tijuca. Outras áreas da cidade também sofreram um acelerado processo de urbanização a partir desta época, como os novos bairros que surgiram na zona sul, onde, também, cresceu a ocupação de bairros mais antigos, mas ainda pouco ocupados, como é o caso de Copacabana.

¹⁶ Conforme escritura de constituição da sociedade reproduzida no Diário Oficial de 20 de setembro de 1911, pp. 11741-11744.

As sociedades francesas merecem ser citadas porque, juntas, detinham 80% do capital inicial da Companhia. Eram elas a “Caisse Commerciale et Industrielle de Paris”, representada no Brasil pelo Barão Amedée Reille, também acionista, e a “Société Immobilière du Seine & Seine Oise”, representada no Brasil por Antônio Eugênio Richard Júnior. Entre os diversos acionistas da Companhia, devem ser destacados os nomes do engenheiro Antônio Eugênio Richard Júnior e do banqueiro francês Marcel Bouiloux Lafont, cujos nomes aparecem sempre relacionados ao da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções e ao do Bairro do Grajaú na bibliografia¹⁷.

A Companhia foi criada com um capital inicial equivalente a 1.000 contos de réis, dividido em 5 000 ações. Destas, 3 500 pertenciam à “Caisse Commerciale et Industrielle de Paris”, e 500 à “Société Immobilière du Seine & Seine Oise”, enquanto Eugênio Richard detinha apenas 50 ações e Marcel Lafont 150¹⁸. Mas, mesmo com pequena participação no capital da Companhia, Richard fez parte da diretoria por muitos anos, além de ter sido seu primeiro diretor.

Os nomes de Richard e Lafont, no entanto, não estão relacionados apenas ao da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções e ao do bairro do Grajaú na bibliografia, mas também ao nome de um banco: o “Crédit Foncier du Brésil et de l’Amérique du Sud”, onde exerciam importantes cargos. Este banco foi fundado em Paris em 1906 e no Brasil financiava “empréstimos e operações hipotecárias; empréstimos a Estados e Municípios e sobre Créditos do Tesouro Nacional; empréstimos sobre cauções e empréstimos sobre mercadorias”. Suas operações se estendiam à Argentina,

com participação no “Banco del Hogar Argentino”¹⁹.

A Companhia Brasileira de Imóveis e Construções era, de fato, apenas uma das formas de investimento, o ramo imobiliário, no caso, de um grande grupo financeiro francês, dirigido pela “Caisse Commerciale et Industrielle de Paris” e financiado pelo “Crédit Foncier”. Este grupo, através de Lafont e Richard aplicou seus capitais nos mais diversos empreendimentos no Brasil, entre eles, no setor imobiliário no Rio de Janeiro²⁰.

Segundo os estatutos da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções, na época de sua criação, seus objetivos eram²¹:

“...Todas as operações que se possam fazer sobre terrenos e prédios ou que com eles se relacionem, como sejam compra, venda, hipoteca, locações e sublocação, construção ou negócios sobre materiais para eles necessários”.

Mas, ao que parece, o principal objetivo da Companhia era construir prédios para venda, negócio pouco comum àquela época, quando a produção de casas para aluguel era a regra para quem dispunha de algum capital. O objetivo de construir moradias e não apenas atuar na promoção fundiária foi bastante ressaltado em algumas reportagens publicadas em revistas sobre Eugênio Richard. Em uma, dizia-se que este “vivia obcecado pelo afã de construir”²². Em outra, o próprio Richard fazia questão de enfatizar que em apenas dezesseis anos de existência a Companhia já havia construído mais de 1 200 casas e criticava diversas leis e processos burocráticos de licenciamento de obras, além dos altos impostos territoriais, como fatores que desestimulavam o investimento na produção de moradias²³. Além disso, algumas das propagandas

¹⁷ Veja-se em Gerson, Brasil, História das Ruas do Rio, p. 468.

¹⁸ Conforme escritura de constituição da sociedade.

¹⁹ Conforme reportagem e publicidade encontradas no Livro de Ouro Comemorativo de Centenários da Independência e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, pp. 491 e LXXXI, respectivamente.

²⁰ Uma reportagem sobre Marcel Lafont fornece mais informações sobre a diversidade de negócios a que estavam ligados: Veja-se em Rio Ilustrado, dezembro de 1944.

²¹ Conforme escritura da constituição da sociedade, op. cit.

²² Veja-se em Milagre de Tenacidade e Previsão: Grajaú, Rio Ilustrado, dezembro de 1943.

²³ Veja-se O Problema da Habitação e a Crise das Casas, Cultura e Trabalho, agosto de 1927.

das da Companhia destacavam o seu interesse na venda dos prédios por ela construídos, apresentando uma exposição detalhada das condições de pagamento.

A articulação entre a Companhia Brasileira de Imóveis e Construções e o Crédit Foncier foi fundamental para o desenvolvimento das atividades daquela. Com o respaldo de um grande grupo financeiro, a Companhia conseguiu atingir um mercado ainda bastante restrito na cidade: segmentos das camadas médias da população de maior poder aquisitivo. Financiando a compra dos prédios através de um sistema pioneiro, tornou possível que diversas pessoas que antes pagavam aluguel pudessem tornar-se proprietárias de um imóvel residencial²⁴. Assim se resume a forma de atuação da Companhia: vendia terrenos à vista ou a prazo, de cinco a dez anos. Quando fosse a prazo e interessasse também a aquisição de uma casa, a construção, desta, só seria iniciada após o pagamento integral do terreno. Depois, então, o proprietário poderia escolher uma planta que lhe conviesse, entre as diversas que a Companhia oferecia. O pagamento da casa só seria iniciado com a entrega das chaves e até que fosse paga a última prestação, a casa ficava hipotecada²⁵.

Mas a atuação da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções não se restringiu, apenas, ao Grajaú e à produção de moradias. Ao contrário, ela também atuou em vários outros bairros do Rio de Janeiro "ora abrindo ruas e avenidas, ora saneando, loteando e vendendo grandes áreas"²⁶, ou se-

ja, atuou também na promoção fundiária. Mesmo havendo diversificado sua atuação posteriormente, na época de sua criação a Companhia tinha como principal objetivo a produção de moradias. O pedido de aceitação da rua Barão de Itaipu, primeiro empreendimento da Companhia, feito a 21 de dezembro de 1911, ilustra a afirmação²⁷.

"A Companhia Brasileira de Imóveis e Construções vem apresentar a V. Ex.^a planta em duplicata e requer aceitação da mesma. (...) tratando-se pois de um melhoramento cuja aprovação de V. Ex.^a vem redundar em um benefício da população em virtude do grande número de construções que a companhia pretende fazer,..."

O bairro do Grajaú foi o segundo empreendimento da Companhia, sendo este já em maior escala. Iniciou-se em 1912, com a compra das primeiras parcelas de terra na área, mas só tomou impulso a partir da década de 20, depois da Companhia adquirir as terras que faziam parte da área central do loteamento.

Os primeiros empreendimentos da Companhia localizaram-se no Andaraí: a abertura da rua Barão de Itaipu (entre as ruas Barão de Mesquita e Maxwell), o loteamento que daria origem ao Grajaú, e a construção de casas nas ruas Paula Brito e Barão de São Francisco Filho, todos iniciados entre 1911 e 1914²⁸. Na década de 20 atuaram na Muda da Tijuca, rua da Cascata²⁹; e em Ipanema³⁰, áreas de expansão da malha urbana da cidade, na época. Na década de 30 abriu quatro ruas no Méier onde também

²⁴ Os pagamentos eram feitos com base em uma tabela de juros, chamada Violene, introduzida pela Companhia nos seus negócios muito antes de ser conhecida a tabela Price utilizada depois por vários anos para a correção das prestações de Imóveis. Veja-se em Milagre de Tenacidade e Previsão: Grajaú, op. cit.

²⁵ Veja-se em FON-FON, 23 de dezembro de 1922.

²⁶ Veja-se em Milagre de Tenacidade e Previsão: Grajaú, op. cit.

²⁷ Logradouros Públicos, código 32.2.2, fl. 29, AGCRJ.

²⁸ Vejam-se em Licenças para Obras, código 26.1.19, AGCRJ.

²⁹ Veja-se em Milagre de Tenacidade e Previsão: Grajaú, op. cit.

³⁰ Segundo o livro de Registro de Imposto Territorial relativo ao ano de 1925, a Companhia Brasileira de Imóveis e Construções era proprietária de diversos lotes nas seguintes ruas de Ipanema: Barão de Jaguaribe, Nascimento Silva, Jangadeiros, Montenegro, Joana Angélica, ruas Trinta e Trinta e Dois (quase toda a rua).

Em uma entrevista concedida pelo Sr. Hélio Richard, sobrinho de Eugênio Richard, confirmou-se a atuação da Companhia em Ipanema. Não foi possível verificar se a Companhia também construiu prédios neste bairro pois não foi encontrado o livro de registro do Imposto Predial desta área referente àquela época. É possível que em Ipanema a Companhia tenha atuado apenas na promoção fundiária. É interessante notar que aquelas ruas de Ipanema, como outras do bairro, são muito semelhantes às do Grajaú: largas, com calçadas largas e jardineiras. Segundo o Sr. Hélio Richard, a Companhia teria aberto algumas ruas também no Leblon mas não foi possível encontrar documento algum que confirmasse este fato.

construiu prédios³¹. Mais tarde loteou terras em Bangu, Padre Miguel, Vila Valqueire e Realengo. Neste último bairro o empreendimento fracassou e as terras foram passadas ao IAPI que ali construiu habitações populares³².

A construção de casas para venda e não para aluguel, ou o simples loteamento de terras, distinguiu a Companhia Brasileira de Imóveis e Construções da grande maioria das inúmeras empresas imobiliárias que surgiram na mesma época. O lucro financeiro e não o comercial, ou a simples extração de uma renda fundiária, parece ter sido o objetivo da Companhia que, durante muitos anos, obteve sucesso neste empreendimento, provavelmente por estar respaldada em fortes entidades financeiras.

O capital social da Companhia aumentou já nos primeiros anos, fato que as suas propagandas procuravam destacar. Isso não impediu, no entanto, que, em 1927, a Companhia procurasse aumentar seu capital social lançando ações na Bolsa de Valores³³. Nesse mesmo ano o engenheiro Richard concedeu entrevista a uma revista onde reclamava contra diversas leis que desestimulavam o investimento na produção de moradias³⁴. É possível que a partir dessa data a produção de moradias para venda já estivesse entrando em crise. Aos poucos, a Companhia deixaria de construir prédios e passaria a efetuar apenas a promoção fundiária em subúrbios distantes.

A Companhia Brasileira de Imóveis e Construções foi próspera durante muitos anos. Teve outras companhias a ela articuladas, o que, às vezes, se realizava através de acionistas comuns³⁵. Em 1965 suas ações foram retiradas da Bolsa de Valores e sua razão social passou a ser Companhia

Brasileira de Imóveis — COBIC — uma vez que já não construía mais prédios³⁶. Este nome perdurou até a data de sua extinção, quando foi incorporada, em 1981, pela Companhia de Estanho São João del Rei, sua maior acionista³⁷.

Grajaú: um projeto do bairro no Andaraí

O empreendimento da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções no Andaraí foi um projeto de bairro com a característica de ter um cuidadoso plano urbanístico, diferenciando-o da maioria dos projetos de promoção fundiária efetuados na mesma época. No entanto, a dificuldade que a Companhia encontrou para a aquisição de toda a área, dividida entre vários proprietários, retardou a conclusão do projeto.

Como já foi mencionado, a Companhia comprou duas grandes propriedades no local em 1912. Estas, entretanto, não eram contínuas mas separadas pela propriedade de Eduardo Maxwell Rudge que ainda era vivo. A Companhia provavelmente esperava conseguir adquirir num breve tempo as terras deste, pois o primeiro projeto de alinhamento para o loteamento data de 24 de outubro de 1913 e incluía toda a área, abrangendo a de propriedade de Eduardo Maxwell Rudge. Segundo o projeto, o bairro teria doze ruas e duas praças³⁸. Porém, só em 1924 os herdeiros de Eduardo Maxwell Rudge venderam à Companhia Brasileira de Imóveis e Construções a última parte do terreno, justamente a que formava a parte central do loteamento, entre as ruas Araxá e Professor Valadares e que incluía a praça Edmundo Rego. Assim, até esta data a urbanização da área foi feita apenas nos seus extremos.

A atuação da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções no Grajaú constou

³¹ Veja-se em Milagre de Tenacidade e Previsão: Grajaú, op. cit.

³² Idem.

³³ Arquivo da Bolsa de Valores, pasta 19-029.

³⁴ Veja-se em O Problema da Habitação e a Crise das Casas, op. cit.

³⁵ Algumas informações sobre a história mais recente da Companhia foram obtidas através de entrevistas com os Srs. Luiz Alexandrino de Lima e Ivan de Moraes, ambos ex-funcionários da COBIC, sendo que o primeiro também foi acionista da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções.

³⁶ Arquivo da Bolsa de Valores, pasta 19-029.

³⁷ Conforme documentação da Junta Comercial.

³⁸ Veja-se PA 679 em o Rio de Janeiro e seus Prefeitos. Este PA sofreu posteriores alterações.

de obras de arruamento, loteamento, instalação de infra-estrutura de água, calçamento das ruas e produção de diversas moradias para venda. Mas o principal elemento a ser destacado é o plano urbanístico feito para o loteamento que “mereceu francos elogios do grande urbanista professor Agache que afirmava ser o plano dotado de grande previsão técnica”, e que “poderia servir de padrão à construção de outros bairros”³⁹. As características do loteamento são: um traçado regular, ruas largas, calçadas largas e ajardinadas, lotes também regulares e com testadas largas (entre 10 a 12 metros, a maioria). Estas características davam uma fisionomia aprazível e moderna ao novo bairro. Além disso, havia a proibição de construir prédios para fins comerciais ou em avenida que, no entanto, não deve ter vigorado por muito tempo⁴⁰. A intenção do projeto era criar um bairro residencial de elite dentro de uma área da zona norte ocupada primordialmente por velhas construções e diversas fábricas.

A tentativa de criar um bairro de elite seria uma boa estratégia para extrair grandes lucros nas transações imobiliárias. Os terrenos eram baratos na região mas a Companhia construiu ali residências modernas, como fazia questão de enfatizar em suas propagandas, e num local aprazível e também moderno, como planejou. Assim, poderia atrair setores de mais alta renda das camadas médias da população capazes de arcar com o compromisso do pagamento de prestações de terrenos e prédios, atingindo seu principal objetivo: obter o lucro financeiro, pelo financiamento do acesso à propriedade da moradia, e não apenas na forma de aluguel.

Não foi possível levantar o número de prédios construídos pela Companhia Brasileira de Imóveis e Construções no Grajaú. Sabe-se, porém, que nem todos os prédios foram construídos por ela. A Companhia também não pôde evitar por muito tempo que fossem construídos no Grajaú prédios com fins comerciais ou em avenida, embo-

ra, até hoje, eles sejam em número reduzido em toda esta parte do bairro.

Por volta de 1930 era reduzida a porcentagem do número de prédios em avenida, no total, ou seja, foi pequena a participação do pequeno capital imobiliário na ocupação do loteamento, porém, a atuação deste não se restringiu apenas à produção de prédios em avenida. Uma consulta aos livros de registro do imposto predial revelou a existência de vários prédios em nome de um proprietário só, às vezes não contíguos. O número de prédios construídos por “pequenos capitalistas” para aluguel era, portanto, maior do que o número de prédios em avenida, mas não muito significativo no total.

Deve-se observar que ainda em 1930, naquela parte do bairro o número de terrenos vagos era elevado, representando cerca de 40% do número de prédios, o que indica que o loteamento estava sendo ocupado lentamente. Este fato foi devido, de um lado, à demora de conclusão da urbanização da área uma vez que a última parcela do terreno só foi adquirida pela Companhia em 1924. Mas, por outro lado, o interesse da Companhia em vender prédios construídos por ela e o desestímulo ao investimento de pequenos capitais na produção de moradias para aluguel, na forma de avenidas, que ocorreu nos primeiros anos, também devem ter contribuído para tal. Além disso, é provável que os terrenos não fossem muito baratos no Grajaú, uma vez que o projeto moderno desenvolvido para o lugar, e que tinha como objetivo valorizar os imóveis, possibilitando maiores lucros, deu origem a lotes maiores. Estes dados se tornarão mais significativos quando forem comparados aos da vizinha Vila América, que será estudada a seguir.

Vila América: o loteamento de T. Sá e Companhia Ltda.

T. Sá e Companhia Ltda.

Esta empresa foi criada a 5 de agosto de 1920. Pelos termos do documento que a re-

³⁹ Veja-se em Milagre de Tenacidade e Previsão: Grajaú, op. cit.

⁴⁰ Diversas pessoas, antigos moradores e o Sr. Hélio Richard, afirmaram que a Companhia proibida a construção de prédios com fins comerciais ou em avenidas. Não se sabe qual o tipo de controle que a Companhia poderia exercer sobre isso. Talvez constasse nas primeiras escrituras alguma cláusula a este respeito, fato que não foi possível verificar.

gulamentava, podem ser conhecidos seus objetivos⁴¹:

“A sociedade, que será pelo prazo de seis anos,..., se constitui para a compra e a exploração do terreno situado a rua Borda do Mato com 8.999.574 m² e pertencente a Ex.^a senhora D. Anna Thomazia de Mello Rudge, ... essa exploração será feita pela venda do terreno em globo ou em lotes, neste último caso o terreno será terraplanoado, serão nele abertas ruas e com os lucros poderão ser edificadas prédios para aluguel ou para venda, caso convenha”.

A empresa formou-se especialmente para negociar aquelas terras e realmente foi só o que fez. A previsão de um curto prazo de duração da sociedade aliada à possibilidade de vender as terras em globo são fatos que fazem supor que havia um interesse apenas especulativo com relação àquelas terras. A espera de sua valorização ou simplesmente a colocação das mesmas no mercado de terras urbanas já deveriam proporcionar à empresa bons lucros, no ponto de vista dos acionistas. Talvez a existência de um loteamento vizinho já houvesse valorizado a área para o uso urbano, restando colocar os terrenos nesse mercado.

É interessante notar que se previa que só em último caso, se houvesse conveniência e os lucros permitissem, a empresa construiria casas para aluguel ou venda. Estes objetivos, que pressupõem um investimento mínimo de capitais, configuram uma lógica de obter lucro, característica do capital comercial: comprar barato e vender mais caro, aproveitando-se de uma situação de monopólio que, no caso, seria o controle sobre a mudança do uso (de rural para urbano) daquelas terras⁴².

A sociedade, na época de sua criação, tinha um capital social equivalente a 660

contos de réis, dos quais 600 foram empregados na compra do terreno⁴³. O maior acionista era Theotônio de Sá, paulista, residente havia poucos anos no Rio de Janeiro e que em São Paulo fora negociante de café⁴⁴. Os demais sócios eram: O Banco Português do Brasil, representado pelo Visconde de Moraes, grande proprietário de imóveis no Rio de Janeiro⁴⁵; Marques Valle e Companhia, empresa comercial de Santos; Joaquim Pinto Pereira de Almeida, “capitalista”, residente em São Paulo, e os coronéis João Batista Amarante e Serafim Leme da Silva, paulistas e amigos pessoais de Theotônio de Sá⁴⁶.

O Banco Português do Brasil “fazia a caixa” da companhia e, junto com Theotônio de Sá, a gerenciava. Não consta do contrato social da empresa o número de cotas que pertenciam ao Banco Português do Brasil, porém, ficou estabelecido que este receberia juros de 9% ao ano pela quantia que emprestasse à sociedade. Talvez seu papel tenha sido o de proporcionar à sociedade aumentos de capital, uma vez que a maior parte do capital inicial estava comprometida com a compra do terreno, já que a escritura de compra foi lavrada dois dias depois da constituição da empresa. Assim, caso não fosse possível vender as terras “em globo” rapidamente, seria necessário ter capital suficiente para as obras de arruamento e terraplanagem do terreno para a venda em lotes, ou, caso conviesse, também seria necessário obter capitais para a produção de moradias para venda ou aluguel.

Os negócios da companhia não foram feitos de forma tão rápida como foi previsto, obrigando a várias alterações no contrato social para elevar o prazo de duração da sociedade. Até que em 1936 ficou estabelecido que a sociedade passaria a ter um “prazo indeterminado”⁴⁷. Estes fatos revelam cer-

⁴¹ Conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial sob nº 82.578, pasta 3.444.

⁴² A lógica de acumulação do capital comercial foi analisada por Sydney Solis em A Economia de Transição na Cidade do Rio de Janeiro.

⁴³ Conforme escritura de 7 de agosto de 1920. 15º Ofício de Notas, Livro 5, folhas 79A-81.

⁴⁴ Informação fornecida por D. Celina de Sá, filha de Theotônio de Sá.

⁴⁵ Nos livros de registro do Imposto Predial o nome do Visconde de Moraes aparece numerosas vezes como proprietário de prédios em diversos bairros do Rio de Janeiro. O Visconde de Moraes foi o segundo maior contribuinte do Imposto Predial no ano de 1902. Veja-se em Logradouros Públicos, código 44.2.64, AGCRJ.

⁴⁶ Informação fornecida por D. Celina de Sá.

⁴⁷ Conforme alteração do contrato social arquivada na Junta Comercial sob nº 137.357 em 21/12/1936.

ta dificuldade em liquidar os negócios pela venda de todo o terreno, o que pode ser devido à grande oferta de terrenos que passou a haver na região, pelas duas companhias, em um curto período de tempo.

Em 1941 a sociedade T. Sá e Companhia Ltda. foi dissolvida. Na época, os únicos sócios eram Theotônio de Sá, com o maior número de ações, Zoraide Nobre Amarante e Julieta B. da Silva Leme, viúvas de dois dos sócios iniciais. Na dissolução a companhia apresentava um prejuízo de 163:849\$780, que reduziram seu capital inicial a 496:150\$220. Em seu acervo, equivalente a apenas 55:150\$220, havia "alguns contratos de vendas de terrenos sujeitos a pagamento de prestações, para entrega definitiva, dívidas ativas, móveis e utensílios", que não cobriram o prejuízo. O acervo deveria ser liquidado por Theotônio de Sá ou, em caso de impedimento deste, por Celso Veiga de Sá, seu filho⁴⁸.

Embora a empresa tivesse estabelecido em seus estatutos a possibilidade de construir prédios para alugar, não o fez, possivelmente por não ter obtido os lucros esperados com a venda de lotes, ou mesmo por desinteresse para tal. Em suas propagandas anunciava apenas os terrenos, com as facilidades de pagamento que proporcionava. O fracasso financeiro da companhia deveu-se, talvez, à falta de um respaldo financeiro, uma vez que o Banco Português do Brasil retirou-se rapidamente da sociedade. O fracasso do empreendimento, porém, foi apenas financeiro pois quando a companhia foi liquidada restavam só oito terrenos para venda.

O loteamento de T. Sá e Companhia Ltda.

Esta empresa abriu no vale do Andaraí dezoito ruas e duas praças que formaram o loteamento que levou o nome de Vila América. O plano do loteamento não foi tão bem cuidado quanto o do Grajaú: as quadras tinham formato irregular, em parte devido às próprias irregularidades do terreno, que apresentava ondulações nessa área; os lotes tinham testadas estreitas, entre 6 a 10

metros em sua maioria, e também formatos irregulares. As irregularidades do traçado do loteamento eram decorrência de um grande retalhamento do terreno o que, no entanto, permitia o aproveitamento máximo da área, com o objetivo de extrair maior "lucro" das transações de venda.

Não houve nenhuma preocupação maior com relação ao plano urbanístico e a companhia não fez obras de melhoramentos no local, a não ser aquelas necessárias ao aruamento. Também não houve nenhuma intenção no sentido de que o loteamento viesse a se converter em um bairro exclusivamente residencial. Ao contrário, com o objetivo de vender seus terrenos o mais rápido possível, uma quadra inteira foi vendida ao Ministério da Guerra para a instalação de uma fábrica: a Fábrica de Projéteis de Artilharia. Ao lado desta quadra outra foi vendida ao Ministério da Guerra para a instalação de residências de militares.

Ao contrário do que ocorreu no Grajaú, a ocupação da Vila América foi bem mais rápida. Para isso contribuiu, mais neste loteamento do que naquele, a atuação do pequeno capital imobiliário que ali construiu grande parte das moradias. Uma medida da importância do papel do pequeno capital imobiliário na ocupação da Vila América é revelada pelo percentual do número de prédios em avenida, já em princípios da década de 30. Além disso, o número de prédios pertencentes a apenas um proprietário, sem ser em avenida, também era superior na Vila América, como pode ser observado em consulta aos livros de registro do Imposto Predial.

A importância da ação do "pequeno capitalista imobiliário" para a ocupação da Vila América pode ser constatada ainda por dois fatos que demonstram a rapidez de ocupação da área. Por um lado, no início da década de 30, o número de terrenos vagos neste loteamento correspondia a menos de um terço do número de prédios construídos. E, como já foi visto anteriormente, quando houve a liquidação de T. Sá e Companhia Ltda. só restavam oito terrenos a vender.

⁴⁸ Conforme cópia fotostática extraída do Distrito Federal, arquivada na Divisão de Registro do Comércio sob nº 15.236 por despacho de 27/01/1942.

Mas, a rapidez da ocupação da Vila América pode ser devido, também, ao fato de ali existirem terrenos menores, com preços mais acessíveis. Estes preços mais acessíveis que se pode supor, por sua vez, poderiam ser consequência do fato deste loteamento não ter sofrido um planejamento tão elitista e cuidadoso o que, portanto, não exigiu grandes investimentos da companhia.

Assim, a ocupação da Vila América encerrou-se em cerca de vinte anos enquanto o loteamento vizinho, o Grajaú, embora mais antigo, seria totalmente ocupado num período de tempo mais longo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se hoje todo o vale do Andaraí é reconhecido como apenas um bairro, o Grajaú, este fato não é casual. Já há muitos anos procura-se valorizar determinadas áreas da cidade com nomes que identificam "status". E o Grajaú se destacava na zona norte como um bem sucedido resultado, que foi de um projeto que teve como objetivo criar uma área residencial de elite. Assim, o nome Grajaú passou a identificar todo o vale.

Quando se comparam os dois loteamentos feitos na mesma área, do vale do Andaraí, e que, portanto, tinham previamente condições iguais de desenvolvimento, percebem-se as diferenças internas do bairro devido à atuação de diferentes personificações do capital imobiliário — as duas empresas. Estas, tendo origens e objetivos diferentes, deram origem a espaços com usos e conteúdos sociais diferentes.

Pode-se verificar que os valores locativos dos imóveis, segundo cada tipo de prédio e nos diversos tipos como um todo, são bem superiores no Grajaú aos valores encontrados para a Vila América. É importante ressaltar que estes valores são superiores para vários tipos de prédios e não apenas para os prédios térreos, pois, como entre estes encontram-se os prédios em avenida, que em geral são menores, e como na Vila América o número de prédios em avenida é superior, seria natural que a média dos valo-

res locativos neste loteamento fosse menor para este tipo de prédio. Mas, também os sobrados com loja, prédios de dois andares, e os assobradados, prédios com porão alto, apresentam no Grajaú valores locativos superiores aos da Vila América.

A observação dos livros de registro do Imposto Predial revelou ainda que os assobradados e os sobrados com loja, construções maiores, são bem mais numerosos no Grajaú do que na Vila América, onde predominam os prédios com apenas andar térreo.

A Companhia Brasileira de Imóveis e Construções, empresa de maior porte, com o respaldo de um grande grupo financeiro, criou um bairro onde pudesse extrair o máximo de lucro. Para isso teve que investir grande soma de capitais e teve possibilidade de esperar o lento retorno deste investimento. É possível que este retorno lento tenha sido compensado por outros empreendimentos menores cujo retorno teria sido mais rápido pois, como foi visto, a Companhia atuou em diversos negócios imobiliários. Assim, no Grajaú, procurou alcançar uma estreita faixa de mercado na época: parcelas das camadas médias da população com maior poder aquisitivo que podiam comprar suas próprias moradias.

T. Sá e Companhia Ltda., por outro lado, com o objetivo de lucrar o mais rápido possível, fazendo investimentos mínimos, criou um bairro que não tinha uma identidade própria. A variedade dos tamanhos dos lotes, do uso do solo, e a consequente heterogeneidade da população que ocupou a Vila América, embora esta também se constituísse, como no Grajaú, de camadas médias, foram resultados dos próprios objetivos da empresa que ali atuou. Objetivos estes que, por sua vez, estavam condicionados à origem comercial e ao porte, pequeno, do capital ali investido.

A produção de espaços diferenciados, por sua vez, não é apenas consequência das diferenciações do capital investido no setor imobiliário. Ela veio atender a uma demanda por habitações pela classe média que conhecia um grande crescimento na época e já era bastante heterogênea. Esta classe, principalmente as suas camadas de maior poder aquisitivo, como a elite, procurava marcar

sua posição social através do espaço de moradia⁴⁹.

Na zona sul se localizavam os bairros tidos como de elite, já àquela época quando começava a se consolidar a dicotomia zona norte/zona sul, no Rio de Janeiro. Aqueles que não podiam arcar com os custos da moradia nos locais de elite, procuravam os locais próximos ou os que se assemelhassem, entre eles o Grajaú. Não é sem sentido que uma revista, na década de 40, afirmava ser o Grajaú "quase uma segunda Copacabana", diferenciando o primeiro bairro do segundo apenas, por ainda não possuir arranha-céus. As características do Grajaú levantadas como semelhantes às de Copacabana eram, de fato, características do loteamento da Companhia Brasileira de Imóveis e Construções: traçado retilíneo das ruas, presença de palacetes e popu-

lação "seleta". Esta empresa, portanto, teve sucesso ao produzir um bairro cujo plano indicava "status" numa área sem as amenidades naturais que davam "status" a vários bairros da zona sul⁵⁰.

Acompanhando o processo em escala maior, que ocorria na cidade de produção de espaços diferenciados, no Grajaú, também, foi possível observar o mesmo processo em uma escala bem menor.

Até hoje o Grajaú apresenta diferenciações internas. Além das que já foram citadas, observa-se um maior número de construções de prédios de apartamentos de diversos andares na parte do Grajaú, propriamente dito; isto porque é ali que se encontram terrenos com testadas maiores e, portanto, mais próprios para este tipo de construção.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é contribuir para o conhecimento do papel do capital imobiliário enquanto agente modelador do espaço urbano do Rio de Janeiro. Paralelamente a isso procura-se também contribuir para o conhecimento da origem do capital imobiliário nesta cidade.

A escolha do Grajaú para este estudo deveu-se a características próprias da formação deste bairro e do período em que ela ocorreu. Por um lado, o Grajaú é fruto exclusivamente da atuação do capital imobiliário, não havendo interferido na sua formação nem o Estado nem outras frações do capital. Por outro lado, o Grajaú surgiu num período em que simultaneamente a população e a malha urbana do Rio de Janeiro sofreram um grande crescimento e em que o capital imobiliário surgiu e cresceu em importância.

Para que esta pesquisa pudesse contribuir para o conhecimento das origens do capital imobiliário no Rio de Janeiro, o estudo da atuação deste capital no local foi acompanhado pelo estudo do perfil das empresas que nele atuaram.

Como resultado, verificou-se que o Grajaú apresenta diferenciações internas inerentes ao próprio processo de sua produção, podendo-se destacar que houve coerência entre o perfil das empresas que nele atuaram com o resultado de sua atuação no espaço.

ABSTRACT

The aim of this work is to help in the identification of the estate capital role as a forming agent of the urban space in Rio de Janeiro.

The choice of Grajaú for such a research is due to the particular characteristics of this section formation and of the period wherein it took place. In one hand, Grajaú is solely a result of the estate capital actuation, and neither the state nor fractions of capital have interfered in the formation thereof. On the

⁴⁹ Veja-se, sobre este tema, Harvey, David. *Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation*, in *Processes in Physical and Human Geography*.

⁵⁰ O Grajaú, *Rio Ilustrado*, junho de 1941, p. 12.

other hand, Grajaú has appeared in a period wherein both the population and the urban net of Rio de Janeiro were highly increasing, and wherein estate capital has bloomed and grown in importance.

In order that the present research could also help in the knowledge of the estate capital origins in Rio de Janeiro, the study of such capital actuation in the site was made along with the study of the profile of the enterprises actuating therein.

As a result, it was verified that Grajaú presents inner differences which cannot be separated from the process of growth, and it may be pointed out a coherence between the profile of the actuating enterprises and the outcome of their actuation in the site.

AS CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL: UMA INTRODUÇÃO*

Julio Cesar Lima Ramires**

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico ganha um papel de destaque na totalidade social durante o modo de produção capitalista, quando a localização passa a ser uma variável importante no desenvolvimento das atividades produtivas.

A manufatura passou a ser atividade predominante neste modo de produção, imprimindo sua forma na paisagem. Inicialmente temos um padrão disperso de pequenos artesãos, realizando seu trabalho numa estrutura sócio-espacial de cunho familiar. Num segundo momento, alguns artesãos deixam de trabalhar diretamente na produção e contratam um certo número de artífices para trabalhar sob o seu controle. Aos poucos, vai sendo construído o espaço físico e social da fábrica, gerando, por sua vez, uma estrutura espacial seletivamente concentrada. PAUL SINGER (1975) afirma que:

“durante o período em que predominou o capitalismo manufatureiro, este na verdade se limitou a determinados ramos de produção — o artesanato e a mineração — mas não foi capaz nem de eliminar destes ramos a competição do artesão individual nem de penetrar em outros, como a agricultura, que ainda continuava, em grande parte, camponesa e feudal”¹.

Com o desenvolvimento marcante da revolução industrial verificam-se mudanças radicais no processo produtivo, nas relações sociais e políticas, materializadas na organização espacial. O credo político do liberalismo facilitou a acumulação do capital e expansão das atividades produtivas. Sobre esse período histórico DARCY RIBEIRO (1985) escreveu que o:

“efeito crucial da nova revolução tecnológica, consistiria, porém, no lançamento das primeiras bases de uma futura civilização humana, afinal unificada, pelo acesso de todos os povos à mesma tecnologia básica,

*Recebido para publicação em 4 de maio de 1988.

**Mestrando do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

¹ Singer, Paul. 1975, p. 138, v. Bibliografia.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 51 (1): 103-112, jan./mar. 1989.

pela sua incorporação às mesmas formas de ordenamento da vida social e pela sua integração aos mesmos corpos de valores''².

A ampliação do capitalismo a uma escala planetária passou a ser uma necessidade intrínseca à própria expansão e reprodução do sistema, buscando articular, dialeticamente, diferentes regiões, até então isoladas. Conforme salienta ERIC HOBBSBAWN (1982):

''explorar significava não apenas conhecer, mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para a luz da civilização e do progresso; vestir a imoralidade da nudez selvagem com camisas e calças; com uma providencial e benéfica manufatura de Bolton e Roubaix, levar as mercadorias de Birmingham que inevitavelmente arrastavam a civilização para onde quer que fossem''³.

Fica, portanto, evidenciado que o movimento histórico do capitalismo requer uma base espacial em progressiva expansão. A mundialização da economia é um fato concreto, mas devemos levar em conta que:

''a universalização não suprime os particularismos. Leis mundiais, definidas pelas necessidades do sistema em seu centro, agem sobre sociedades já desiguais pela ação anterior do capital contribuindo para agravar as diferenças''⁴.

Enquanto que nas primeiras fases da história humana havia uma ''confusão geográfica'' entre a produção, circulação, distribuição e consumo, na fase atual observamos ações muito especializadas nesses setores, visando uma maximização de lucros através de um controle monopolístico, realizado por grandes corporações.

O aparecimento das empresas multinacionais está intimamente associado a um processo endógeno de internacionalização do capital que permeia a evolução do capitalismo. Portanto, não podemos estudar o impacto dessas grandes empresas na organização espacial considerando-as como uma variável auto-explicativa, mas, sim, como uma categoria analítica inserida dentro de um complexo processo de internacionalização do capital.

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

CHRISTIAN PALLOIX (1978) analisa o processo de internacionalização através dos ciclos do capital — capital mercadoria, capital dinheiro e capital produtivo. O ciclo do capital mercadoria é um modo de acumulação nacional do capital que primeiramente tende a se internacionalizar. Nesta fase, o valor das mercadorias resulta de uma confrontação dos diversos valores nacionais para dar lugar a um valor médio no mercado mundial. O ciclo do capital dinheiro surge com a ampliação do processo de acumulação, exigindo um sistema financeiro para lhe dar sustentação, convertendo-se no setor de ponta do capitalismo. Verifica-se, também, uma ampliação dos investimentos/empréstimos de dinheiro em espaços cada vez mais internacionalizados. LÊNIN (1979) desenvolve uma análise profunda desse ciclo afirmando que o deslocamento do capital dinheiro para a periferia resultava de um amadurecimento do capitalismo nas áreas centrais, carecendo, portanto, de alocações vantajosas. Ele chega a falar da criação de:

''um Estado-Rentista, de um Estado Usurário cuja burguesia vive, cada vez mais, da exportação dos seus capitais e do corte de cupões e de títulos''⁵.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a internacionalização atinge de forma mais expressiva o ciclo do capital produtivo, visando ampliar as bases de extração da mais-valia relativa. A implantação de empresas multinacionais dos mais variados ramos em diversas regiões revela uma das facetas desse processo.

PAUL SINGER (1977) já analisa o processo de internacionalização pelo enfoque da divisão internacional do trabalho numa perspectiva histórica. A primeira fase (1770-1870) é caracterizada pelo caráter estritamente nacional do capital, sendo que a pequena exportação de capital produtivo

² Ribeiro, Darcy. 1985, p. 148, v. Bibliografia. — ³ Hobsbawm, Eric J. 1982, p. 70, v. Bibliografia. — ⁴ Santos, Milton. 1982, p. 15, v. Bibliografia. — ⁵ Lênin, V.I. 1979, p. 129, v. Bibliografia.

está ligada à emigração de capitalistas. A segunda fase (1870-1929) é marcada pelos avanços da 2ª Revolução Industrial, e predomínio das empresas monopolistas, que se expandem além das fronteiras nacionais. Nas áreas onde o modo de produção capitalista já é dominante temos a implantação de empresas multinacionais, enquanto que nos países em que as relações pré-capitalistas são mercantis, o capital se limita aos setores de exportação e a alguns ramos do mercado interno tais como: transportes, energia e comunicações. Verifica-se:

“um aprofundamento da divisão internacional do trabalho, tornando a produção primária para exportação dos países não-desenvolvidos ainda mais dependente e subordinada às necessidades do capital monopolista dos países industrializados”⁶.

A terceira fase (1930-1960) é marcada por um recuo no processo de internacionalização do capital, resultante da crise dos anos 30. Inicia-se, em alguns países do Terceiro Mundo, um expressivo processo de substituição de importações, sem que o setor vinculado ao mercado externo seja eliminado. Na década de 50, as empresas multinacionais começam a atuar de forma mais intensiva na periferia. As barreiras ao comércio internacional, existentes durante parte desta fase, atuaram como estímulo ao capital produtivo que passou a investir diretamente nas áreas que, até então, estavam vinculadas, apenas, ao circuito do capital mercador e do capital dinheiro.

A fase atual da divisão internacional do trabalho é profundamente marcada pela expansão das empresas multinacionais, em função de vantagens comparativas, tais como: baixo custo da mão-de-obra, disciplina trabalhista, estabilidade política, além de economias externas, criadas em países em cujos governos foram implantadas políticas desenvolvimentistas centradas num processo de industrialização. Em muitos casos, os grandes projetos de corporações multinacionais não podem carecer da colaboração do Estado, sendo comum as associações entre ambos através do mecanismo de *joint-ventures*.

Em função dessas colocações, PAUL SINGER (1977) afirma que a dicotomia an-

teriormente prevalecente no mundo capitalista entre países desenvolvidos e países não-desenvolvidos não é capaz de elucidar a complexa rede de transações entre diferentes formações sócio-econômicas. Propõe uma nova tipologia onde os países são arrolados em cinco conjuntos:

— países que apresentam um número considerável de empresas multinacionais, nos quais um número expressivo de capitais monopolistas atingiram posições de liderança tecnológica;

— países industrializados que contêm, apenas, subsidiárias de empresas multinacionais, sem, contudo obter uma liderança tecnológica;

— países não-desenvolvidos com grande mercado interno que realizaram políticas de substituição de importações, responsáveis pela posterior implantação de subsidiárias de empresas multinacionais;

— países não-desenvolvidos de mercado interno grande ou pequeno, que abrigam subsidiárias de empresas multinacionais voltadas para o mercado mundial, utilizando-se da mão-de-obra pouco qualificada e barata;

— e os demais países não-desenvolvidos voltados para a produção primária, tendo em vista o mercado mundial.

STEPHEN HYMER (1978) privilegia, na sua análise do processo de internacionalização do capital, a atuação das empresas multinacionais e o seu poder político internacionalizado. Este processo:

“altera os limites convencionais das nações e seus órgãos de poder; modela uma hierarquia internacional que se assemelha à organização vertical da empresa, com seu vértice — os centros de poder financeiro e administrativo — de onde se orienta o planejamento global do mundo, e sua base — o *hinterland* ou países subordinados — entre os quais se encontram os três continentes subdesenvolvidos”⁷.

O estabelecimento de uma economia internacionalizada exige uma nova gestão territorial cujo poder político passa a ser reformulado. Na sua análise, o Estado é visto como uma barreira à ação internacionalizada das grandes empresas e, ao mesmo tempo, como elemento legitimador das classes dominantes, tendo, portanto, um papel con-

⁶ Singer, Paul. 1977, p. 81, v. Bibliografia. — ⁷ Hymer, Stephen. 1978, p. 48, v. Bibliografia.

traditório e limitado. Dentro desta perspectiva observa-se uma:

“erosão dos poderes tradicionais dos Estados nacionais e a utilização de instrumentos de política econômica internacional adequados à tendência da empresa multinacional de internacionalizar o capital e o trabalho”⁸.

O processo de integração que está sendo realizado na economia internacional envolve um conjunto complexo de interligações entre o Estado, os capitais privados nacionais e o capital estrangeiro, criando um novo sistema multinacional de gestão da sociedade, ofuscando a imagem dos Estados nacionais e criando uma ideologia de um poder político internacional.

O SURGIMENTO DA CORPORAÇÃO MULTINACIONAL

A existência de grandes empresas atuando em escala internacional não é um fato novo na história das sociedades. Realizando um corte arbitrário podemos citar o exemplo das grandes companhias comerciais do período mercantilista atuando na América, África e Ásia. STEPHEN HYMER (1978) chega a afirmar que estas grandes empresas:

“eram como dinossauros, de grandes dimensões mas com cérebro pequeno, que se alimentavam com a vegetação exuberante dos novos mundos (os agricultores e mineiros da América eram, literalmente, *Tyrannosaurus rex*)”⁹.

Estas empresas, mesmo tendo um papel importante no processo de acumulação primitiva do capital, estão longe das grandes corporações multinacionais, cuja gênese está inserida no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Podemos situar o seu aparecimento por volta da segunda metade do Século XIX, quando o capitalismo concorrencial é substituído pelo capitalismo monopolista, através da formação de trustes e cartéis, principalmente nos Estados Unidos. TUGENDHAT (1977) afirma que entre 1880-1890 mais

de 5.000 empresas concentravam-se em cerca de 300 trustes.

A história das grandes corporações está repleta de exemplos de fusões de pequenas empresas gerando mudanças expressivas na sua estrutura interna e, conseqüentemente, impactos na estrutura sócio-espacial externa à fábrica. GREEN e CROMLEY (1982) identificam três tipos de fusões relacionadas a diferentes necessidades da companhia: a) fusão horizontal — expansão do controle da empresa numa mesma linha de produto, visando a aumentar sua participação no mercado e, simultaneamente, eliminar os concorrentes; b) fusão vertical — a firma procura controlar produtos associados, aumentando o controle sobre as fontes de fornecimento e distribuição; c) fusão conglomerada ou diversificação — aquisição de empresas com novos e diferentes produtos.

O sucesso do capitalismo na formação social norte-americana fez com que durante décadas as corporações com sedes nesse país instalassem filiais, de forma acentuada, na Europa. TUGENDHAT (1977) relata que:

“em 1901 os ingleses manifestaram sua surpresa ao saber que a fábrica local da Westinghouse, de propriedade americana, constituía a principal indústria do país. A Standard Oil, de John D. Rockefeller, passara a ser maior empresa petrolífera da Europa e, em 1914, a Ford fabricava a quarta parte dos automóveis produzidos na Grã-Bretanha”¹⁰.

Analisando a evolução da estrutura empresarial dos Estados Unidos, STEPHEN HYMER (1978) identifica quatro estágios de desenvolvimento:

- até o período de 1860/70, a estrutura industrial era caracterizada por pequenas empresas unifuncionais controladas por apenas um empresário ou por pequenos grupos familiares e espalhadas por todo o país;
- a expansão do mercado e o desenvolvimento tecnológico, inseridos no quadro de expansão capitalista, levaram a concentração de suas pequenas empresas, dando origem às corporações nacionais que assumiram variadas funções em diferentes regiões

⁸ Id. ibid, p. 96, v. Bibliografia. - ⁹ Id. ibid, p. 39, v. Bibliografia. - ¹⁰ Tugendhat, Christopher. 1977, p. 37, v. Bibliografia.

do país. Surge uma nova estrutura administrativa com departamentos especializados e escritórios subordinados ao centro de comando da empresa;

— depois da I Guerra Mundial, a General Motors e a Dupont passam a adotar uma estrutura empresarial multidivisional, influenciando outras empresas a agirem da mesma forma. Nesse esquema empresarial cada divisão ficava encarregada de uma linha de produto, com um departamento de direção vinculado com mais flexibilidade ao escritório central. Esta diversificação gerava grandes vantagens para a empresa na medida em que ela poderia ingressar em um novo mercado, acrescentando uma nova divisão sem alterar as antigas; além disso, poderia estimular de forma fictícia a concorrência dentro da própria empresa e alocar de forma mais precisa o seu capital;

— após completar sua integração em escala continental, as grandes empresas começam a se deslocar para o estrangeiro, visando a controlar o acesso direto às matérias-primas, conquistar novos mercados e utilizar a mão-de-obra abundante e barata das regiões subdesenvolvidas.

É interessante observar que, nesta tipologia da evolução empresarial, o espaço está implicitamente inserido, na medida em que a cada estágio a empresa terá uma base espacial subjacente. Estas etapas não devem ser vistas de forma linear e perfeitamente encaixadas nos quatro estágios de evolução, tendo em vista as contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista, com seus movimentos de expansão e retração.

No período compreendido entre as duas guerras mundiais várias empresas prosseguiram sua expansão, mas num ritmo mais lento, utilizando-se da formação de cartéis para fazer frente a este período histórico de grandes inabilidade. HAMILTON (1986), baseando-se numa pesquisa de Dunning que verificou uma redução dos investimentos estrangeiros no período 1914-1960, aponta alguns fatores explicativos desta tendência, tais como: a recessão econômica mundial dos anos 20, principalmente a depressão de 1929-32 que restringiu qualquer tipo de novo investimento; as políticas protecionistas implementadas por governos

de cunho nacionalista; as nacionalizações realizadas em países que adotaram o regime socialista, como a União Soviética, países da Europa Oriental e República Popular da China; além desses fatores cabe ressaltar as políticas antitrustes introduzidas, principalmente, nos Estados Unidos, que, também, impuseram sérias restrições aos investimentos realizados no exterior.

A partir de 1950, o movimento de expansão é reativado, devido, em grande parte, à reconstrução da Europa Ocidental e Japão, arrasado durante a II Guerra Mundial. Deve-se levar em conta que, com a criação do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), as regras gerais do comércio internacional ficaram legalmente reguladas, viabilizando, desta forma, os circuitos econômicos internacionais entre os países capitalistas signatários.

Esta expansão atinge, principalmente, o espaço do Terceiro Mundo, na medida em que nas áreas de economia desenvolvida as empresas multinacionais já começam a atingir um alto grau de desenvolvimento tecnológico e de maximização de lucros, podendo "reviver" as suas etapas de evolução num espaço novo, devendo-se ressaltar a potencialidade de determinados países do Terceiro Mundo, principalmente daqueles que já haviam iniciado um processo de industrialização.

AS MULTINACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Com o desenvolvimento das corporações multinacionais e o seu forte peso na organização espacial um grande número de pesquisas são realizadas na tentativa de reformular as teorias de localização através de estudos teóricos e empíricos, centrados na realidade sócio-espacial dos países desenvolvidos.

TAYLOR e THRIFT (1983), após fazerem uma análise crítica das teorias dualísticas, consideram a segmentação do âmbito das empresas. Esta segmentação aparece como resultado da dinâmica de acumulação do capital que polariza a economia num segmento constituído por grandes empresas e, outro, por pequenas empresas. Esta divisão

não é fundamentada, apenas, no aspecto funcional do tamanho, tendo em vista que esta variável é um constructo multidimensional que pode envolver, entre vários aspectos, o controle dos ativos, a quantidade de força de trabalho inserido num contexto histórico-geográfico próprio. Cada padrão de segmentação é constituído por empresas de características similares, sem que isso signifique uma imutável integridade estrutural. Nos períodos de crise da economia, os padrões poderão ser alterados com a finalidade de se reestruturarem no novo quadro sócio-econômico que se materializa em diferentes escalas.

O segmento das pequenas firmas está presente em todos os setores da economia e pode ser subdividido em "retardatário", "intermediário" e "líder". O segmento retardatário apresenta uma alta taxa de reposição, conseguindo sobreviver às pressões da economia em função de fatores de mercado, riqueza herdada e respeitabilidade social. Algumas firmas assemelham-se aos ancestrais da oficina do período pré-industrial, produzindo ou vendendo mercadorias num mercado pequeno e utilizando uma tecnologia limitada. Outras são organizações em que o proprietário ou grupo familiar deseja permanecer na categoria de pequena firma, sem adotar uma estrutura empresarial burocrática, apresentam um período de rotação do capital que, em muitos casos, é medido pelo tempo de vida do proprietário.

O segmento intermediário comporta empresas antigas que formaram um verdadeiro nicho que as permite sobreviver, sendo comum a associação com uma grande firma através de subcontratos, acordos de preço e divisão de mercado e de *franchising*. Com este último procedimento a grande empresa garante os seus direitos sobre a produção, venda ou uso de determinados serviços por pequenas empresas do segmento intermediário. Esta estratégia concentra-se, principalmente, no setor de varejo. Já os subcontratos são típicos do setor industrial, sendo as firmas de engenharia e automobilística os exemplos mais expressivos. Existem várias formas de relacionamento entre a empresa fornecedora e a receptora do material a ser trabalhado, isto faz com que as pequenas firmas fiquem subordinadas às grandes em-

presas, mesmo tendo uma estrutura administrativa ineficiente. O baixo valor pago por esses contratos e a possibilidade de externalizar os riscos justificam, em grande parte, a manutenção das conexões entre os dois grandes segmentos da economia que passam a ter uma dimensão internacional. Podemos, ainda, identificar, nesse segmento, algumas firmas que adotaram uma estrutura administrativa mais organizada e começaram a atuar em frações do mercado que não despertam interesse da grande corporação, porque ainda se encontram em fase inicial de desenvolvimento ou já atingiram plena saturação.

O segmento das firmas líderes apresenta uma alta taxa de reposição em função de sua capacidade de adoção de inovação, tendo um grande potencial para se tornar uma grande empresa. No entanto, isto raramente ocorre, tendo em vista que as dificuldades de acesso ao financiamento são maiores para as empresas de pequeno porte.

O segmento das grandes corporações apresenta uma fração constituída por empresas multidivisionais e, outra, de empresas globais. O segmento multidivisional é constituído, em linhas gerais, por um processo de diversificação muito acentuado. FREIRE (1981) cita o exemplo expressivo da General Electric, que fabrica 2 500 produtos diferentes, desde simples lâmpadas até reatores nucleares. Assim sendo, a empresa multidivisional comporta várias unidades produtivas, cada uma fabricando determinado produto para um mercado específico. Este processo de diversificação está estruturado de acordo com o ciclo do produto. RAYMOND VERNON (1973) analisou empiricamente este processo no tempo e no espaço, utilizando as firmas com sede nos Estados Unidos. MANZAGOL (1985) reproduz as três fases desse ciclo:

"As empresas americanas começam criando novos produtos e novos métodos graças ao aumento da renda per capita nos Estados Unidos e a possibilidade de se procurar de modo relativamente fácil os fatores de produção necessários; em seguida, elas exportam esses novos produtos e métodos; quando sua posição de exportador é ameaçada, elas estabelecem filiais no exterior para explorar o que lhes resta de sua vanta-

gem inicial; elas são bem-sucedidas na intenção de manter sua posição de oligopolista durante algum tempo, depois perdem-na porque desaparece sua vantagem¹¹.

Desta forma, as corporações multidivisionais podem agregar novos produtos e novos mercados sem alterar sua estrutura interna e adaptar-se às alterações da economia. Sua progressiva expansão resulta na formação das corporações globais que passam a eliminar as fronteiras espaciais. Uma condição necessária ao seu desenvolvimento é a rapidez da circulação do capital, tornando-a mais competitiva. Isto requer uma maior flexibilidade do controle, descentralizando o poder e, com isto, obtendo ganho de eficiência administrativa a nível global.

Segundo estes autores, as implicações geográficas da segmentação poderão ser estudadas através da organização espacial interna típica de cada empresa em cada segmento, ou através da organização espacial típica do segmento, ou, ainda, levando-se em conta as interações espaciais das empresas entre os diferentes segmentos. Este último enfoque parece ser o mais interessante na medida em que procura apreender ao circuitos de movimentação do capital da totalidade de esfera sócio-econômica e, portanto, as leis que estão produzindo a organização espacial. O Ford Escort, por exemplo, conta com o suprimento de componentes vindos de nove países: Japão (eixos), Espanha (amortecedores), Brasil (breques traseiros), Inglaterra (engrenagens da direção), Itália (cabeças do cilindro do motor), França (embreagem), México (sustentação das portas), Taiwan (parte elétrica) e Alemanha Ocidental (embuxamento das válvulas) para ser montado nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental. Este exemplo nos faz pensar na complexidade que envolve a produção do espaço sob o domínio das grandes corporações multinacionais.

HAKANSON (1979) tenta analisar o crescimento das corporações numa perspectiva mais dinâmica, visando a superar os enfoques de cunho neo-clássico das teorias centrais no estudo da firma. Após analisar diversos fatores responsáveis pela expansão e retração das empresas, elabora um mode-

lo de crescimento baseado nas seguintes estratégias:

- a firma procura incrementar suas vendas através de seus próprios produtos num mesmo mercado;

- a firma procura aumentar suas vendas no mesmo mercado, desenvolvendo novas versões para os seus produtos;

- a firma procura aumentar sua vendas, levando seus produtos para novos mercados; e

- procura diversificar sua produção e, ao mesmo tempo, penetrar em novos mercados.

Cada uma dessas estratégias produz um padrão espacial próprio, sendo que os três primeiros procedimentos constituem o vetor básico do crescimento da corporação, determinados, em grande parte, pela natureza do mercado.

Inicialmente, a empresa tende a se desenvolver no espaço restrito onde se originou. Num segundo estágio, as aspirações da firma não comportam mais a escala local, tendo em vista que o mercado cresce mais devagar, quando comparado com a necessidade de expansão da firma através da rotação do capital, sendo necessária a atuação no mercado nacional. Posteriormente, a expansão extravasa as fronteiras nacionais com a criação de agentes de vendas no exterior, que apresentam um retorno de investimento mais lento comparando-os com a instalação de subsidiárias. O último estágio de expansão da corporação é caracterizada pela localização de várias unidades produtivas em vários países. Esta expansão é caracterizada por uma grande diversificação da empresa utilizando toda a sua capacidade e eficiência tecnológica. Nos estágios iniciais de desenvolvimento, a diversificação horizontal é uma forma utilizada para explorar, com maior eficiência, a capacidade produtiva da firma, desenvolvendo novos produtos que necessitam fazer pequenas alterações no aparato produtivo global. Para reduzir as incertezas e estabilizar a capacidade de utilização recorre-se à integração vertical, estendendo a autoridade da firma para os setores adjacentes ao processo produtivo. Nos grandes conglomerados procura-se utilizar uma estratégia conjunta de penetração

¹¹ Manzagol, Claude. 1985, p. 139, v. Bibliografia.

em novos mercados criando, simultaneamente, novos produtos.

STEPHEN HYMER (1978), utilizando o esquema de CHANDLER e REDLICH, procura relacionar o desenvolvimento estrutural da grande empresa e a sua projeção espacial, levando-se em conta um princípio de correspondência entre a centralização do controle dentro da empresa e a centralização do controle da economia internacional.

Assim sendo, estabelece três níveis de administração dos negócios:

- o nível III, conhecido como nível mínimo e encarregado das operações diárias da empresa que terão uma distribuição espalhada por todo o globo, de acordo com a influência da força de trabalho, dos mercados e da matéria-prima.

- o nível II surge com a separação do departamento de direção e do departamento de campo, sendo responsável pela coordenação dos executivos que atuam no nível III. Por necessitarem de empregados de escritório, sistemas de comunicação e informação, as atividades deste nível tendem a concentrar-se nas grandes cidades;

- o nível I corresponde à administração superior, fixando os objetivos dos níveis inferiores. Os escritórios centrais tendem a se concentrar próximos ao mercado de capitais e do Governo.

Esta divisão espacial reflete a dinâmica de acumulação do capital num movimento dialético de concentração/dispersão/diferenciação/integração. O planejamento estratégico é concentrado em um número restrito de "cidades mundiais", enquanto que as atividades de rotina são dispostas numa gama variada de centros urbanos. Esta divisão traz no seu bojo a estratificação social do trabalho, na medida em que as tarefas intelectuais são concentradas nas cidades-chaves e o trabalho manual encontra-se disperso. Isto nos leva a afirmar que:

"cada força de trabalho nacional ou regional cumpre uma função especializada que só tem sentido para o conjunto integrado, ainda que não entenda o conjunto"¹².

Desta forma, podemos verificar que, no atual estágio de desenvolvimento, o capitalismo produziu uma hierarquia mundial de cidades, sendo as corporações multinacio-

nais o agente mais importante neste processo.

ARIE SCHACHAR (1983) utiliza o termo "cidades mundiais" para caracterizar os grandes centros de acumulação do capital a nível internacional que:

"teriam seu poder não mais como núcleos de produção, pois esta torna-se cada vez menos importante como veículo articulador do sistema, mas como veículo de articulação financeira, núcleos de pesquisa e desenvolvimento, "Marketing" e acumulação de capital"¹³.

Segundo ele, a análise da integração entre a cidade mundial e o sistema global deveria ser estudada levando-se em conta a concentração relativa de sedes de corporações transnacionais; a concentração relativa de instituições financeiras orientadas internacionalmente, concentração relativa dos investimentos estrangeiros; os nódulos do sistema internacional de comunicações e o nível de serviços sócio-culturais de apoio às elites transnacionais.

Estudando as implicações das grandes corporações no sistema urbano britânico, WESTAWAY (1974) afirma que a densidade e a qualidade das informações são cruciais para a localização dos escritórios centrais, ressaltando que esta importância deve ser relativada por outros fatores tais como: pessoal qualificado, tradição, prestígio e entrosamento entre os diretores das grandes empresas. A concentração das atividades de gestão global em Londres tende a se acentuar na medida em que a maior qualidade e a densidade de informações alimentam um circuito circular e cumulativo de serviços especializados para dar conta da grande demanda. Em contrapartida, as atividades produtivas e de rotina encontram-se descentralizadas pelo território, na medida em que necessitam de menores economias de aglomeração. A distribuição espacial da empresa vai refletir a desigual distribuição das classes sociais típicas do modo de produção capitalista e um progressivo aumento do controle político das corporações.

ALLAN PRED (1979), analisando os processos de desenvolvimento dos sistemas de cidades nas economias avançadas, também aponta a informação como uma variá-

¹² Hymer, Stephen. 1977, p. 111, v. Bibliografia. — ¹³ Schachar, Arie. 1983, p. 75, v. Bibliografia.

vel chave, ressaltando que as organizações multinacionais são as principais implementadoras de decisões locais, gerando fluxos, cada vez mais, complexos de bens, serviços, capital e informações especializadas. Estas empresas estão espacialmente estruturadas segundo uma hierarquia, na qual o escritório central está localizado, geralmente, num complexo metropolitano de importância nacional, visando controlar as atividades a nível nacional e internacional; no próximo nível estão os escritórios das divisões regionais situadas em áreas metropolitanas de importância dentro do sistema regional de cidades, enquanto que as unidades sub-regionais ou locais de nível inferior podem ocupar uma grande variedade de localizações dentro do sistema nacional de cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo geográfico das grandes corporações é uma tarefa altamente complexa e es-

te trabalho acabou sendo uma pequena introdução ao tema.

Podemos verificar, em alguns trabalhos, uma forte influência dos resultados neoclássicos, com enfoques que privilegiam o estudo dos mecanismos internos da grande empresa, sem demonstrar, claramente, o papel do espaço geográfico global da empresa.

De tudo que foi exposto, o urbano parece ser um ponto de destaque, quando se fala de grande corporação multinacional. A separação espacial cada vez mais acentuada da concepção e execução de determinado produto perpetua a concentração da tecnologia de ponta, pesquisa *design* e gerência global em poucas cidades do mundo. Com isso, estabelecem uma rede intrincada de fluxos com as cidades onde se estabelecem unidades produtivas e a cidade mundial que realiza a gestão global da empresa. Como a economia capitalista está sempre apresentando movimentos de expansão e retração da acumulação de capital, a organização espacial acompanhará todos esses movimentos.

BIBLIOGRAFIA

- FREIRE, Paulo. *Multinacionais e Trabalhadores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense. 1981, 226 p.
- GREEN, Milford B.; CROMLEY, Robert C. The Merger; its motives and spatial employment impacts. *Economic Geography*, Worcester, 58 (4): 352-70, 1982.
- HAKANSON, Hars. Towards a theory of location and corporate growth. In: HAMILTON, F.; LINGE, G. *Spatial analysis industry and industrial environment*. Chichester, John Wiley and Sons, 1979. iv. p. 115-38.
- HAMILTON, F. E. I. The multinationals: Spearhead or Spectre? In: DIXON, C.J., DRAKARIS-SMITH, D. e WATTS, H.D. *Multinational corporation and the third world*. London e Sydney, Croom Helm. 1986.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital — 1848/1875*. São Paulo, Paz e Terra. 1982, 343 p.
- HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais; a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro, Graal. 1978, 118 p.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo; fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global. 1979, 127 p.
- MANZAGOL, Claude. *Lógica do espaço industrial*. São Paulo, Difel. 1985, 230 p.
- PALLOIX, Christian. *La internacionalización del capital*. Madrid, H. Blume Ediciones. 1978, 242 p.
- PRED, Allan. *Sistema de cidades em economias adiantadas*. Rio de Janeiro, Zahar. 1979, 230 p.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. Petrópolis, Vozes. 1985, 257 p.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Hucitec. 1982, 66 p.
- SCHACHAR, Arie. A cidade mundial e a sua articulação ao sistema econômico global. In: BECKER, Bertha K., COSTA, R. H. e SILVEIRA, C. B., orgs. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. p. 75-97.
- SINGER, Paul. *Curso de Introdução à Economia Política*. Rio de Janeiro, Forense. 1975, 186 p.
- _____. Divisão internacional do trabalho e empresas multinacionais. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, 28: 47-86, 1977.
- TAYLOR, Michael; THRIFT, Nigel. Business Organization, segmentation and location. *Regional Studies*, London, 17(6): 445-65, 1985.

- TUGENDHAT, Christopher. *Estas multinacionais que nos governam*. Lisboa, Parceria A.N. Pereira Ltda. 1977, 351 p.
- VERNON, Raymond. *Les entreprises multinationales*. Paris, Calmann — Lévy. 1973, 285 p.
- WESTAWAY, J. The spatial hierachy of business organization and its implications for the British urban system. *Regional Studies*. London, 8: 145-59, 1974.

CARL SAUER E A GEOGRAFIA CULTURAL*

Roberto Lobato Corrêa**

Na história da Geografia, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) situa-se entre os grandes mestres que, pelo espírito crítico, criatividade, talento e liderança intelectual, definiram alguns dos caminhos através dos quais a Geografia iria trilhar. Sauer é o criador e expoente máximo da Geografia Cultural Norte-Americana, ou do que se convencionou denominar, entre os geógrafos, da "Escola de Berkeley". Através dele, a Geografia Norte-Americana libera-se do determinismo ambiental e estabelece sólidas ligações com a Antropologia e a História.

Nascido em Warrenton, Missouri, filho de um professor de Francês e de Música, pertencendo a uma família da comunidade dos "alemães metodistas" que, desde a primeira metade do Século XIX, se estabeleceram no Missouri. Passou parte da sua infância na Alemanha e, em 1908, obteve seu bacharelado. Em 1909, ingressou como estudante de pós-graduação na Universidade de Chicago, onde seria aluno de Rollin D. Salisbury em Geografia Física; de Ellen C. Semple, em Geografia Humana, e de M. C. Cow-

les, em Ecologia Vegetal, mestres estes de quem receberia formação fortemente marcada pelo determinismo ambiental, a versão geográfica do darwinismo social. Obteve o grau de doutor em 1915, com a tese "The Geography of the Ozark Highland of Missouri", estudo regional de uma área próxima a sua terra natal.

Entre 1915 e 1923, Sauer lecionou na Universidade de Michigan em Ann Arbor, no recém-criado Departamento de Geologia e Geografia. Em 1922, participou ativamente dos trabalhos no âmbito do Michigan Land Economic Survey, um organismo criado para levantar, catalogar e mapear a qualidade dos solos do Estado de Michigan. Essa experiência foi decisiva para Sauer. Em 1923, aos 33 anos de idade, Sauer vai lecionar no Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia em Berkeley onde, por 31 anos, foi o chefe do referido departamento. Aí nasce a Geografia Cultural Norte-Americana que Sauer cultivou e incentivou, não apenas até 1957, quando, então, se aposentou, mas por quase 20 anos, atra-

* Recebido para publicação em 14 de julho de 1988. Esta comunicação é um resumo da Introdução da coletânea de artigos de Carl Sauer a ser publicada pela Editora Ática S.A. na série "Os Grandes Cientistas Sociais".

** Analista Especializado em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

vés de conferências, participação em seminários e publicação de cerca de 30, de um total de pouco mais de uma centena de artigos, comentários e livros, divulgados durante sua longa e rica carreira.

O trabalho que se segue está fundamentado, salvo explícita indicação bibliográfica, nas biografias escritas por Leighly (7) (8) e Parsons (11) (12), que são os principais biógrafos de Carl Sauer. Agradecemos ao Professor Hilgard O'Reilly Sternberg, da Universidade da Califórnia, Berkeley, pelo acesso a vários trabalhos de Sauer e sobre Sauer.

A GEOGRAFIA NORTE-AMERICANA ATÉ 1920 E A FORMAÇÃO DE SAUER

A Geografia Norte-Americana teve suas origens ligadas primordialmente às ciências naturais, especialmente à Geologia, que, no último quartel do Século XIX, gozava de grande prestígio e se afirmava como uma ciência voltada para o levantamento sistemático dos recursos do subsolo, em fase de industrialização crescente. Secundariamente, foi influenciada pela Antropogeografia alemã e, em menor escala, pela Economia, interessada na ampliação do comércio internacional norte-americano.

A matriz geológica imprimiria, no desenvolvimento inicial da Geografia, forte ênfase no estudo dos fenômenos da natureza, originando a Fisiografia ou Geografia Física, bem como inculcaria nesta as idéias evolucionistas de Darwin. Muitos dos fundadores da Geografia Norte-Americana foram geólogos de formação e prática profissional. São exemplos William Morris Davis, o pai da Geomorfologia, um dos fundadores, em 1904, da Association of American Geographers (AAG) e o seu primeiro presidente, e o já mencionado Rollin D. Salisbury, também fundador da AAG e chefe do primeiro Departamento de Geografia de uma universidade norte-americana, a de Chicago, de 1903, quando foi criado, até 1919.

A matriz antropogeográfica teria em Ellen C. Semple, formada em História e discípula de Frederic Ratzel em Leipzig, uma de suas maiores fontes de difusão. Semple, também

uma das fundadoras da AAG, absorveu e ampliou o pensamento de Ratzel no que diz respeito ao papel do meio natural sobre o curso da História: a natureza exerceria um controle sobre a vida humana e social. Lecionou na Universidade de Chicago.

A matriz econômica se concretizaria em uma Geografia dos transportes, industrial e comercial, a partir de Emory R. Johnson, que participara da comissão encarregada de localizar o canal navegável do istmo do Panamá, e que fora, também, um dos fundadores da AAG, e de G. Russell Smith, aluno de Johnson e de Ratzel.

As idéias do pragmatismo e do darwinismo social permeavam todas as três matrizes, gerando uma visão determinística e evolucionista marcada pela idéia de competição, dominação e sucessão. Foi neste ambiente intelectual que dominava a Universidade de Chicago, tanto na Geografia como na Sociologia de Robert E. Park, que se deu a formação de Sauer, e foi contra essa visão determinista que ele se insurgiu.

"THE MORPHOLOGY OF LANDSCAPE" E A RUPTURA COM O DETERMINISMO AMBIENTAL

A crítica ao determinismo ambiental ampliava-se em todo os Estados Unidos durante o período de 1915 a 1920. No melhor dos casos, o determinismo poderia ser considerado como um modelo para justificar externamente a proeminência dos países centrais sobre os periféricos, mas não mais como um modelo para uso interno.

A década de 20 veria o aparecimento de vetores que negariam o determinismo ambiental. De um lado, com Harlan H. Barrows (1), sucessor de Salisbury na chefia do Departamento de Geografia em Chicago, emerge um vetor onde a Geografia é vista como ecologia humana, objetivando examinar as respostas humanas ao meio físico. Este vetor ganharia força com a criação, em 1925, do periódico *Economic Geography*.

Outros dois vetores emergem, de outro lado, a partir das proposições de Sauer em seu "The Morphology of Landscape", derivando daí estudos corológicos e a Geografia Cultural.

O caminho percorrido por Sauer para criticar o determinismo ambiental e propor, primeiramente, a Corologia e, em breve, a Geografia Cultural, inicia-se com os trabalhos de campo que ele participou e organizou enquanto estudante em Chicago, professor em Ann Arbor e pesquisador no Michigan Land Economic Survey. Dos estudos publicados entre 1915 e 1924, resultantes desses trabalhos de campo e de reflexões sobre eles, merece menção o "The Survey Method in Geography and Its Objective". Este estudo vem impregnado, de um lado, do pragmatismo vinculado ao ideal de racionalizar o uso do solo e, de outro, impregnado do possibilismo, no sentido de que os grupos humanos deparam-se com alternativas próprias a cada grupo, para gerar determinado uso da terra.

Sauer, em realidade, influenciado pelos geógrafos europeus possibilistas, já elabora uma crítica ao determinismo ambiental, afirmando que a Geografia deveria passar por um período de organização de seus métodos antes de se engajar em qualquer teoria sobre a dinâmica da sociedade: o trabalho de campo constitui-se no método ideal e mais importante para a pesquisa geográfica.

O caminho percorrido por Sauer para romper com o determinismo ambiental finaliza com "The Morphology of Landscape", publicado em 1925, o coroamento de sua fase no Meio-Oeste.

Naquele estudo Sauer não somente critica o determinismo ambiental, mas, também, apoiado em uma tradição que remonta à Antiguidade, passando por Varenus e alcançando geógrafos como Hettner e Vidal de la Blache, considera a Geografia como o estudo da diferenciação de áreas ou Corologia. Segundo Sauer, área, região e paisagem são palavras equivalentes, preferindo ele esta última por não ser ambígua como área, ou não ter fortes conotações com o determinismo ambiental como tinha, na época, a palavra região, associada à idéia de região natural e a um único tipo de resposta humana. Segundo Sauer a Geografia "...é concebida como o estabelecimento de um sistema crítico que engloba a fenomenologia da paisagem, de modo a abarcar através de seu significado e cores, o variado cenário terrestre" (13 p. 320).

E continua Sauer,

"Os objetos que existem na paisagem existem em inter-relação. Afirmamos que constituem uma realidade como um todo, que não se expressa pela separação de suas partes constituintes, que a área tem forma, estrutura e função, e daí posição em um sistema, e que é sujeita ao desenvolvimento, mudança e fim" (13 p. 321).

A paisagem, um conjunto de formas físicas e culturais associadas em área, torna-se para Sauer o conceito fundamental da Geografia, tendo qualidade orgânica. Neste sentido, Sauer mantém muito da influência do darwinismo social contido no determinismo ambiental de sua formação. Entretanto, nega a utilização de qualquer teoria *a priori* para a interpretação da paisagem, bem como se recusa a uma postura idiográfica no trabalho geográfico. Sauer advoga o método indutivo, plenamente empiricista, à procura de generalizações.

Os estudos corológicos seriam mais tarde enfatizados por Richard Hartshorne em seu "The Nature of Geography" (6), mas apenas como o estudo das inter-relações em área de fenômenos de natureza física e social, sem considerar o fato de que a paisagem geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura do homem sobre a natureza, modificando-a, transformando uma paisagem natural em paisagem cultural, sem privilegiar a cultura como fator fundamental da criação e modificação da paisagem, e sem dar ao tempo, à História, o papel que Sauer já lhes emprestara em 1925, e que acentuaria mais ainda ao longo de sua carreira.

O modo de se estudar a paisagem geográfica é através do "método morfológico", similar ao que Vidal de la Blache estabeleceu para suas monografias regionais. Tal método consiste em considerar os fenômenos como formas que estão integradas entre si, admitindo-se os seguintes postulados:

"(1) que há uma unidade de qualidade orgânica ou quase orgânica; isto é, uma estrutura para a qual certos componentes são necessários, estes elementos componentes sendo, neste trabalho, denominados 'formas'; (2) que a similaridade de formas em diferentes estruturas é reconhecida devido à equivalência funcional, as formas sendo então homólogas; e (3) que os elementos

estruturais possam ser colocados em séries, especialmente em seqüência de desenvolvimento, indo do incipiente ao estágio completo ou final” (13 p. 326).

Em realidade, conforme apontam Speth (23) e Williams (25), a morfologia proposta por Sauer é inspirada no historicismo do Romantismo alemão que tem em Goethe, citado por Sauer no trabalho em questão, um de seus expoentes, sendo sua a expressão “mudança morfológica”. Como se sabe o Romantismo constitui-se em uma reação ao naturalismo do Iluminismo, e em Sauer tem a correspondência com sua reação ao determinismo ambiental. O conceito de morfologia foi introduzido na Geografia por Carl Ritter, e com Sauer poderia ser aplicada aos ramos da Geografia, a saber: Geografia Sistemática, onde se realiza o estudo do sistema de formas da paisagem; Geografia Regional que é morfologia comparativa; Geografia Histórica que é o estudo da série de mudanças que as paisagens culturais atravessam; e Geografia Comercial que considera as formas de produção e as facilidades para a distribuição dos produtos.

“The Morphology of Landscape” é, sem dúvida, um marco na história do pensamento geográfico, já contendo em si as sementes da Geografia Cultural que Sauer em breve iria definir.

BERKELEY E A GEOGRAFIA CULTURAL

A Geografia Cultural emerge em Berkeley onde Sauer ampliou seus conhecimentos a respeito dos trabalhos dos geógrafos alemães, franceses e ingleses, tendo sido influenciado pela leitura do segundo volume do “Anthropogeographie” de Ratzel, e pela obra de Eduard Hahn sobre o cultivo das plantas e a domesticação de animais. Ali estabeleceu sólidos contatos com os antropólogos Alfred Kroeber e Robert Lowie e o historiador Herbert E. Bolton. Com o primeiro e o último fundou o periódico “Ibero-Americana” onde publicou muitos de seus estudos.

Com a Antropologia, Sauer aprofundou seu interesse e conhecimento sobre a diversidade da ação humana e, particularmente

com Kroeber aprendeu que a cultura é um fenômeno que se origina, difunde-se e evolui no tempo e no espaço, sendo compreensível no tempo porém traçável no espaço onde se localiza. Com a História aprendeu a considerar o tempo, a poder entender “como as coisas se tornam”. Com a Antropologia e a História pôde estabelecer a Geografia Cultural ou a História da Cultura no espaço. Pôde também criticar o seu “The Morphology of Landscape” que fazia sucesso nos Estados Unidos, alegando tratar-se do produto de sua fase em Michigan, ainda não amadurecido e conhecendo muito pouco os trabalhos dos geógrafos europeus e dos antropólogos.

O seu artigo “Recent Developments in Cultural Geography”, (14), de 1927, constitui uma etapa na evolução de seu pensamento em direção à conceitualização da Geografia Cultural que, para ele, era sinônimo de Geografia Regional ou Geografia Histórica. Sugere que a Geografia deva constituir-se no estudo da: (a) reconstrução da paisagem física antes do homem; (b) reconstrução da paisagem durante a ocupação; (c) mudanças maiores que se verificaram na paisagem cultural.

A partir daí, Sauer abandona suas preocupações com os estudos da área, filiando-se à Geografia Cultural e Histórica. O artigo “Foreword to Historical Geography” (15), publicado em 1941, constitui-se na visão acabada do pensamento de Sauer sobre a Geografia Cultural. Resulta de sua experiência, iniciada na segunda metade da década de 20, a partir de contatos com antropólogos e historiadores, e do trabalho de campo no Sudoeste Norte-Americano e no México. É o referido artigo uma profissão de fé a favor da Geografia Cultural, feita por Sauer, então presidente da Association of American Geographers, em um momento em que começam a aparecer os efeitos da monumental obra de Hartshorne, “The Nature of Geography”, publicada em 1939, onde a Geografia é vista como uma disciplina corológica e idiográfica, sendo o estudo da diferenciação de áreas a partir da integração, em uma dada área, de fenômenos de natureza física e social. Efeitos estes que se traduziriam, durante o período 1940-1955, no apogeu, no âmbito da Geografia Norte-

-Americana, da Geografia proposta por Hartshorne.

Naquele trabalho, Sauer defende a visão genética nos estudos geográficos, a necessidade de um sólido conhecimento da Geografia Física, e do forte apoio da Antropologia, a ciência irmã da Geografia. A Geografia proposta por Sauer é a do estudo comparativo de culturas localizadas em áreas, ou seja, o estudo de áreas culturais. Tendo em vista a natureza histórica da cultura — um conjunto de hábitos aprendido por um determinado grupo em um dado local e momento do tempo — no estudo das áreas culturais deve-se compreender, através da análise das origens e processos, como elas se diferenciam entre si.

Houve em Sauer um forte interesse pelo estudo de áreas em estágios culturais menos avançados. Isto não implicava, contudo, em uma visão etnocêntrica, reconhecendo ele uma racionalidade própria de cada cultura. Sauer receava, em realidade, a difusão da cultura industrial destruindo a diversidade cultural existente nos países de cultura não-industrial.

Em "Foreword to Historical Geography" estão incluídos um conjunto de temas de pesquisa. Sugere que se considere, de um lado, os procesos da Geografia Física, cujas mudanças seculares podem afetar o homem, e, de outro, que se considere o homem como um agente da Geografia Física, cuja cultura tem afetado a natureza. Os estudos de ocupação da terra visando a reconstrução de mudanças e continuidades são para Sauer de fundamental importância, indicando ele que em tais estudos se considere os padrões dos núcleos de povoamento, os tipos de casa, os sistemas agrícolas e a propriedade da terra.

Os temas clímax cultural, onde se aceita a idéia de que as culturas têm estágios, e a receptividade cultural, que diz respeito à difusão, adoção e rejeição de inovações, são sugeridos também.

Da obra de Sauer, destaca-se, ainda, do ponto de vista de proposições sobre a natureza da Geografia, o seu "The Education of a Geographer (18)", publicado em 1956, onde Sauer, ao lado de uma crítica à Geografia Hartshorniana e à então emergente "new geography", define como deve ser a forma-

ção do geógrafo. Esta devia apoiar-se em poucos cursos e não em uma pulverização de cursos, dos quais vários em Geografia Regional, isto é, em Geografia Histórica de uma região. Os cursos de Geografia Física e Biogeografia são de fundamental importância. Também é importante que o geógrafo domine a história do pensamento geográfico. Mais importante, admite Sauer, são os trabalhos de campo que permitem treinar os olhos para ver e a mente para generalizações. Em suas palavras (18 p. 400):

"A importante questão aqui não é se ele ganha prática nas técnicas de mapeamento, mas se aprende a reconhecer formas que expressam funções e processos, ver problemas implícitos na localização e extensão em área, pensar a respeito de ocorrências simultâneas ou não. A classe de formas, seja a terra, vegetação ou cultura é opcional; a cena importante é ter a preocupação da origem da forma, reconhecer tipos de variações, posição e extensão, presença e ausência, função e derivação; em breve, cultivar o sentido da morfologia".

AS PESQUISAS DE SAUER: TEMAS E ÁREAS

As pesquisas de Sauer e de seus discípulos compreendem um conjunto de temas que podem ser definidos, de acordo com Wagner e Mikesell (24), como áreas culturais, história da cultura, paisagens culturais e ecologia cultural ou o papel do homem como agente modificador da natureza. Tais temas estão entrelaçados entre si. Uma parcela considerável das pesquisas realizadas por Sauer privilegiou algumas áreas como a "fronteira agrícola do Meio-Oeste" e o Sudoeste dos Estados Unidos. A América Latina, e particularmente o México, constitui-se em outra área onde Sauer desenvolveu boa parte de suas pesquisas.

O Meio-Oeste americano, região nativa de Sauer, e onde ele iniciou suas primeiras pesquisas, constitui-se em área de particular interesse para ele. Ali realizou estudos durante a década de 10 e início dos anos 20, como também mais tarde, na década de 60, quando revisitou o Meio-Oeste.

Em 1963, ao comemorar o centenário do "Homestead Act" em 1962 — a legislação que orientou a colonização do Meio-Oeste — é publicado "Homestead and Community on the Middle Border" (19) onde descreve o povoamento e suas características na área em questão. A natureza do habitat rural, planejado e disperso, e o caráter de auto-suficiência da família constituem temas que Sauer aborda. A partir da Primeira Guerra Mundial, iniciaram-se mudanças na agricultura e organização sócio-espacial do Meio-Oeste, as quais são advindas de demandas e estímulos extra-regionais. A natureza das mudanças que ocorreram no Meio-Oeste, entre elas a especialização agrícola e perda da auto-suficiência do agricultor, modernização agrícola via adoção de maquinários e fertilizantes químicos, imigração, abertura de estradas e difusão do automóvel, penetração cidadina através do lazer, invasão de outras espécies vegetais e práticas conservacionistas, são percebidas e comentadas por Sauer em seu "Status and Change in the Rural Midwest — A Retrospect" (20).

Entre os numerosos estudos sobre o México merece menção o "The Personality of Mexico" (16) onde Sauer propôs ver, a partir do passado pré-colombiano e de sua Geografia no Século XVI, os traços dominantes da terra e do povo mexicano. A "personalidade" do México resulta da fusão das culturas: espanhola, dos povos civilizados de sua porção meridional, e dos povos selvagens de sua parte setentrional, "personalidade", esta, que foi estruturada durante o Século XVI.

Uma parte muito importante da obra de Sauer, sobretudo aquela produzida a partir de 1950, quando então os longos trabalhos de campo se tornaram mais penosos, apoiaram-se em reflexões de leituras e de sua própria e rica experiência. Sauer desenvolveu então a temática da "Paleogeografia do Homem", isto é, uma série de estudos sobre a História da Cultura.

Dentro dessa temática aparece, já em 1944, o seu "A Geographical Sketch of Early Man in America" (21), onde se discute a penetração do homem e as condições ambientais do continente americano, sua dispersão, as rotas por onde ela se verifi-

cou, e a distribuição espacial dos principais traços culturais dos indígenas. Em outros trabalhos, Sauer mostra as mudanças ambientais após o último período glacial e os processos culturais que paralelamente emergiram, entre eles o de aprendizagem da utilização do fogo pelo homem, que se vinculou à presença de vulcões ativos nas proximidades de seu habitat original, localizado na África Oriental. Segundo Sauer, a partir do domínio do fogo, o homem pode dominar e modificar a natureza, criando o mundo da cultura.

Em outro estudo, Sauer discute o nicho ecológico necessário para o aparecimento do homem, tendo em vista suas características biológicas: o habitat ideal seria nas proximidades da água, seja ribeirinha, lacustre ou à beira do mar, sendo esta a alternativa mais viável. Neste habitat ideal, Sauer vê o homem primitivo, em seus primórdios, não como um caçador, mas como um pacífico coletor, vivendo sedentariamente à beira da praia, apresentando uma estrutura familiar marcada pela importância da mulher.

Na linha temática sobre a História da Cultura, aparece como extremamente significativo o estudo "Agricultural Origins and Dispersals", de 1952, onde Sauer discute as origens e dispersão da agricultura. Este estudo seria republicado mais tarde, em 1972, na coletânea "Seeds, Spades, Hearths and Herds" (22). Neste estudo é aceita a tese de Ratzel da maior importância da difusão do que da invenção paralela em outra área, bem como a tese de Hahn da domesticação de animais com finalidade outra que a econômica. Incorpora, também a tese de Vavilov de que a agricultura ter-se-ia iniciado em terras colinosas e montanhosas e não em amplos vales. Seu início foi em áreas florestais, com enorme diversidade de plantas e animais, tendo sido inventada por povos sedentários que teriam, em grande parte através da pesca e atividades associadas, adquirido habilidade para os experimentos agrícolas como a seleção de plantas e domesticação de animais. O Sudeste Asiático seria, para Sauer, o berço da agricultura e que de lá teria se difundido.

O papel do homem como agente modificador da natureza primitiva constitui-se em um tema extremamente importante para

Sauer e os geógrafos culturais. Trata-se, em realidade, de assunto considerado em 1864 por George Perkins Marsh, um pioneiro dos estudos sobre as relações entre o homem e a natureza, conforme indica Mikesell (9). Esta linha temática seria conhecida como Ecologia Cultural, interessando-se pelos processos de mudança da natureza produzidos pela ação humana, tal como a degradação do solo. O próprio Sauer já se interessara pelo assunto no início de sua carreira, ao constatar, no Estado de Michigan, os efeitos destrutivos sobre o solo, resultantes da exploração da floresta de coníferas.

A maior contribuição de Sauer ao tema, aparece, porém, no Simpósio "Man's Role in Changing the Face of the Earth" publicado em 1956, do qual ele foi um dos co-organizadores e autor do "The Agency of Man on the Earth" (17). Neste estudo Sauer considera, de um lado, os efeitos da ação humana sobre a natureza a partir do emprego do fogo e da adoção de diversos sistemas agrícolas. De outro, considera o impacto da ação humana na superfície da terra ao longo do espaço e do tempo: na Antiguidade e Idade Média, através da colonização européia em geral e particularmente nos Estados Unidos. Finalmente, Sauer alerta para o contínuo e crescente processo de dilapidação dos recursos do meio ambiente a partir do Século XX, dilapidação que envolve tudo. O homem necessita, afirma ele, de uma ética e estética que possibilite que as gerações do presente possam legar para as do futuro uma terra habitável.

AS CRÍTICAS À GEOGRAFIA CULTURAL

A Geografia Cultural suscitaria críticas oriundas das mais diversas direções, inclusive, e naturalmente, de seus próprios adeptos. A crítica que Hartshorne e os geógrafos regionais fizeram a ela refere-se ao fato desta apenas privilegiar um dos múltiplos elementos que se inter-relacionam em área.

Do ponto de vista da "new geography", os geógrafos culturais são acusados de estarem voltados para o passado, de se interessarem por temas pouco relevantes para os problemas imediatos vinculados ao de-

envolvimento, servindo mais aos interesses puramente acadêmicos de alguns deles. Em outras palavras, os geógrafos culturais estariam mais voltados para fenômenos de divergências do que convergência cultural, esta sendo associada a uma certa homogeneização de grupos sociais sob o impacto da expansão capitalista. Daí seus interesses voltarem-se para o estudo de áreas culturais "não-ocidentais". Só recentemente, como lembra Mikesell (9), desperta-se um maior interesse em estudos de Geografia Cultural dos Estados Unidos.

No âmbito da Geografia Cultural, Mikesell (9) ao fazer uma avaliação da Geografia desenvolvida por Sauer, comenta que os geógrafos culturais têm sido seletivos e seus temas estudados. Assim, por exemplo, há mais estudos sobre religiões do que sobre línguas, bem como maior compreensão sobre os aspectos materiais da cultura do que sobre os aspectos não-materiais. Também é criticada a aceitação do conceito de cultura fundamentado na proposta de Kroeber, na crença de que já existiria uma concordância entre os antropólogos sobre esse conceito. Mikesell critica ainda a falta de interesse sobre os conflitos culturais, religiosos ou étnicos, entre os praticantes da Geografia Cultural.

Uma das críticas mais profundas, que atinge o âmago da Geografia Cultural norte-americana, diz respeito ao fato dos geógrafos terem aceito um conceito de cultura onde esta é entendida como uma entidade superorgânica conforme comenta Duncan (4). O conceito de superorgânico foi cunhado por Herbert Spencer, o pai do darwinismo social, e aceito por Kroeber e Lowie no primeiro quartel deste século, tendo sido elaborado mais tarde por Leslie White. A cultura passou a ser:

"... vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações pelos indivíduos que estão associados a ela, misteriosamente respondendo pelas suas próprias leis." (8 p. 182)

A cultura constitui-se em um nível independente da realidade, externa ao indivíduo, explicável por si própria, dentro de uma visão holística do mesmo modo que os conceitos de "consciência coletiva" de Emile Durkheim e "sociedade" de Talcott Parsons. Gerou na antropologia norte-

-americana um determinismo cultural que perduraria até a década de 50. Neste contexto o indivíduo é um "mero agente de forças culturais", conforme aponta Duncan (4 p. 184), movido por valores que possibilitam que o nível superorgânico funcione.

Sauer e seus discípulos adotam esta visão de cultura, ignorando a existência de outras definições propostas pelos antropólogos, tal como já apontara Mikesell em 1978.

O conceito de cultura como uma entidade superorgânica pressupõe uma série de premissas que foram aceitas e incorporadas pelos geógrafos culturais. Fundamentalmente, a crítica maior reside na existência dos níveis orgânico e superorgânico em que a realidade é dividida, correspondendo esta divisão a uma forma de idealismo. A cultura, entidade superorgânica, é não, apenas, reificada, como, também, passa a fazer parte dos indivíduos de um grupo, sendo, portanto, internalizada pelos indivíduos. Essa internalização se traduz na personalidade e caráter de um grupo ou povo, tal como Sauer admite em seu "The Personality of Mexico", de 1941. Esta internalização da cultura pelos indivíduos tem, por sua vez, como pressuposto, a idéia de homogeneidade cultural de cada grupo, a qual, pela ausência de conflitos internos, implicaria em mudanças pouco freqüentes e sempre originária do exterior, de fora do grupo. É assim que os estudos da difusão e adoção de inovações constitui-se em um tema importante para os antropólogos discípulos de Kroeber e para os geógrafos culturais.

Duncan (4), que levanta o conjunto de críticas que ora se estabelece à Geografia Cultural, argumenta ainda que a internalização da cultura tem como mecanismo o condicionamento pavloviano que cria hábito, o qual é, para Sauer, sinônimo de cultura.

Dada esta concepção de cultura e seus pressupostos, verifica-se que, nos estudos de Geografia Cultural, uma série de críticas pode ser levantada. Assim, ao se ver a cultura como força determinante, outros possíveis aspectos explicativos deixam de ser considerados, bem como não se considera o modo como os indivíduos escolhem, integram, negociam e impõem restrições entre si. Não se considera variáveis como estratificação social, interesses políticos e conflitos

entre interesses opostos, nem o papel do Estado e das grandes empresas. Nas palavras de Duncan (4 p. 191):

"Em breve, o mundo descrito pelos geógrafos culturais é um mundo no qual o indivíduo está largamente ausente, o consenso prevalece, o desvio é ignorado; é um mundo não tocado pelo conflito intracultural".

Em realidade, ao abandonar o determinismo ambiental, Sauer se vê engajado no determinismo cultural, uma outra versão do darwinismo social que afetou, via antropologia, a Geografia Cultural.

Do ponto de vista da Geografia Crítica que se exemplifica com o estudo de James Blaut (2), a crítica que se aponta à Geografia Cultural Norte-Americana, quer em sua forma tradicional, quer suas formas modernas, é a de que ela está assentada em critérios de classes e étnicos, que influenciam os valores e crenças dos geógrafos culturais norte-americanos. Ao se admitir a existência de "culturas" como entidades genuínas da sociedade, esquece-se o papel do Estado e dos limites territoriais, bem como a das classes sociais poderosas. Em realidade, muitos dos grupos que se chamam de "culturas" são sociedades oprimidas, seja pelas elites internas, seja pelas elites externas, seja por ambas. Os estudos de Geografia Cultural não consideram estes aspectos, e neste sentido acabam servindo à dominação e às corporações multinacionais.

Neste aspecto, é conveniente lembrar com Mikesell (9) que, após a Segunda Guerra Mundial e até ao final da década de 60, os Aparelhos de Estado norte-americanos patrocinaram numerosas pesquisas em áreas culturais "não-ocidentais", as quais acabavam servindo como fontes de informação para os órgãos de espionagem e ação anti-revolucionária. E isto sob o pretexto de se ganhar experiência "cross-cultural", a partir de estudos comparativos entre grupos culturais "não-ocidentais".

PERSPECTIVAS RECENTES NA GEOGRAFIA CULTURAL

De acordo com Mikesell (9), a Geografia Cultural, após 1960, apresenta três perspectivas recentes que são incorporadas à

sua prática. Trata-se do aparecimento de uma nova Ecologia Cultural, dos estudos sobre percepção ambiental, e de maior ênfase em se estudar aspectos da Geografia Cultural Norte-Americana.

A década de 60 marcou a Geografia como um todo, bem como as ciências sociais de um modo geral, pela adoção de várias inovações. Uma delas é a aceitação, ainda que parcial, da teoria geral dos sistemas, oriunda da Biologia, e que, nos estudos de Geografia Cultural implicaria na adoção do conceito de ecossistema. Tais estudos seriam designados como a nova versão geográfica da ecologia cultural, tema este que seria compartilhado pela antropologia através dos trabalhos de A.P. Vayda e R.A. Rappaport, entre outros, conforme é comentado por Grossman (5).

Na Ecologia Cultural, influenciada pela análise sistêmica, natureza e cultura passaram a ser vistas como componentes interligados de um sistema, sem nenhuma visão determinista, quer ambiental, quer cultural. Entre os geógrafos merecem destaque: o estudo de D.R. Stoddart, no qual o conceito de ecossistema é visto como princípio e método geográficos o trabalho de W.B. Morgan e R.P. Moss, onde se discute o conceito de comunidade, e a proposição de D.C. Foote e B. Greer-Wooten. Em termos empíricos, muito significativo é o estudo de Harold C. Brookfield e Paula Brown sobre os conflitos de terra no planalto da Nova Guiné, área que funcionou como laboratório para as pesquisas de Ecologia Cultural, conforme Mikesell (9) aponta.

Implícito nos estudos tradicionais de Geografia Cultural está a percepção ambiental, a qual era vista como sendo influenciada pela cultura. Entretanto, como tema, apenas a partir da década de 60, os estudos sobre percepção ambiental emergem no âmbito da Geografia, conforme aponta Mikesell (9). O seu precursor foi William Kirk com o seu "Historical Geography and the Concept of Behavioral Environment" publicado em 1951, como é indicado por Grossman (5). Foi, no entanto, a partir do trabalho de David Lowenthal, que a questão da percepção ambiental ganha espaço entre os geógrafos, influenciados pela psicologia. Entre os estudos sobre percepção ambiental, sobressaem aqueles publicados na coletânea

organizada por Lowenthal e os trabalhos de Harold C. Brookfield, Roger M. Downs e Yi-Fu-Tuan.

Dentro da temática em pauta, destacam-se os estudos que consideram a percepção e atitudes face às catástrofes naturais, os quais se iniciaram sob a direção de Gilbert F. White, já na década de 40, como James K. Mitchell (10) comenta. Sobressaem os estudos de Ian Burton e Robert W. Kates, bem como o de Thomas F. Saarinen sobre a percepção da seca nos Grandes Planos Norte-Americanos.

O tema percepção ambiental originou também estudos de como determinados grupos sociais, étnicos ou etários, definem limites e preferências espaciais: provavelmente o melhor exemplo é o estudo de Peter Gould e Rodney White sobre mapas mentais, publicado em 1974.

Convém ressaltar que, como outros temas, os geógrafos repartem com os antropólogos uma preocupação similar com a questão da percepção ambiental, tema que, ainda que não seja central à Antropologia, mereceu considerações de antropólogos como Franz Boas, B. Malinowski e E.E. Evans-Pritchard, conforme aponta Grossman (5).

A retomada de estudos sobre aspectos da Geografia Cultural Norte-Americana pode ser exemplificada através dos estudos de Wilbur Zelinky onde se discute o tema da "unidade na diversidade (ou diversidade na unidade)", de John Fraser Hart voltados para os estudos rurais no país, e os trabalhos de Donald W. Meinig sobre o Oeste norte-americano conforme indica Mikesell (9). Subjacente a estes estudos está a idéia de que verificar e compreender as variações espaciais dos diferentes aspectos da cultura norte-americana, entendida como invariável, estandarizada, constitui-se em um enorme desafio para uma Geografia Cultural que enfatizou estudos de áreas "não-ocidentais", com maior diversidade cultural.

Na década de 80, a Geografia Cultural Norte-Americana, criada por Carl Ortwin Sauer, prossegue enriquecida, produzindo-se um amplo conhecimento sobre as relações entre o homem e a natureza, incluindo uma abordagem crítica, tal como aparece no artigo de Cosgrove (3).

BIBLIOGRAFIA

- ¹ BARROWS, Harlan. Geography as human ecology. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 13 (1): 1-14, 1923.
- ² BLAUT, James. A radical critique of cultural geography. *Antípode*. Worcester, 12 (2): 25-24, 1980.
- ³ COSGROVE, Denis E. Towards a radical cultural geography; problems of theory. *Antípode*. Worcester, 15 (1): 1-11, 1983.
- ⁴ DUNCAN, James. The superorganic in American cultural geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 70 (2): 181-198, 1980.
- ⁵ GROSSMAN, Larry. Man-environmental relationship in anthropology and geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 67 (1): 126-44, 1977.
- ⁶ HARTSHORNE, Richard. The nature of geography; a critical survey of current thought in the light of the past. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 29 (2-4): 171-658, 1939.
- ⁷ LEIGHLY, John (org). *Land and life; a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley. The University of California Press, 1963, 427 p.
- ⁸ _____. Carl Ortwin Sauer, 1889-1975. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 66 (3): 337-48, 1976.
- ⁹ MIKESELL, Marvin. Tradition and innovation in cultural geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 68 (1): 1-16, 1978.
- ¹⁰ MITCHELL, James. Natural hazards research. J.R. Manners e M. Mikessell (orgs.) *Perspectives on Environment*. Washington, Association of American Geographers, Commission on college geography, 13: 311-41, 1974.
- ¹¹ PARSONS, James. Carl Ortwin Sauer, 1889-1975. *The Geographical Review*. New York, 66 (1): 83-89, 1976.
- ¹² _____. The later Sauer year. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 69 (1): 9-15, 1979.
- ¹³ SAUER, Carl. The morphology of Landscape. In: J. Leighly (org.). *Land and life — A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Berkeley. The University of California Press, 1963, p. 315-50.
- ¹⁴ _____. Recent developments in cultural geography. In: E.C. Hayes (org.). *Recent developments in the social sciences*. New York, Lippincott, 1927, p. 154-212.
- ¹⁵ _____. Foreword to historical geography. *Annals of the Association of American Geographers*. Washington, 31 (1): 1-24.
- ¹⁶ _____. The personality of Mexico. *The Geographical Review*. New York, 31 (3): 353-64, 1941.
- ¹⁷ _____. The agency of men on the earth. In: W.L. Thomas Jr. (org.). *Man's role in changing the face of the earth*. Chicago, The University of Chicago Press, 1956, p. 49-69.
- ¹⁸ _____. The education of a geographer. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, 46 (3): 287-99, 1956.
- ¹⁹ _____. Homestead and community on the middle border. In: H.W. Ottoson (org.). *Land use policy in the United States*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1963, p. 65-85.
- ²⁰ _____. Status and change in the rural Midwest. A retrospect. *Witteilungen der Oesterreichischen Geographischen Gesellschaft*. Wien, 105: 357-67, 1963.
- ²¹ _____. A geographical sketch of early man in America. *The Geographical Review*, New York, 34 (3): 329-73, 1944.
- ²² _____. *Seeds, spades hearths and herds. The domestication of animals and foodstuffs*. Cambridge, the MIT Press, 1969, 175 p.
- ²³ SPETH, Willian. Berkeley Geography, 1923-1933. In: B. Bionet (org.). *The origins of Academic Geography in the V.S.*, Hamden, Archon Books, 1981, p. 221.
- ²⁴ WAGNER, Phillip. L; MIKESELL, Marvin (orgs.). *Readings in cultural geography*. Chicago, The University of Chicago Press, 1962, 389 p.
- ²⁵ WILLIAMS, Michael. The apple of my eye; Carl Sauer and historical geography. *Journal of Historical Geography*, London, 9 (1): 1-28, 1983.

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DOS ORIGINAIS

Os originais entregues para publicação devem obedecer as seguintes normas:

- 1 — Texto datilografado em papel branco tamanho ofício, em um só lado, em espaço duplo, com margem de 3 cm, sem rasuras ou emendas que dificultem sua leitura e compreensão.
As laudas deverão ser numeradas, seguidamente, comportando até 72 batidas por linha e com 30 linhas por páginas.
Obs.: texto oriundo de autores do IBGE será datilografado em lauda-padrão fornecida pelas Diretorias. Devem ser remetidas 02 (duas) vias do trabalho;
- 2 — A primeira página do original (folha de rosto) deve conter título, nome completo do(s) autor(es), qualificação profissional, com indicação das atividades exercidas, dos órgãos a que estão vinculados, do endereço para correspondência, bem como, colaboradores, agradecimentos e auxílios recebidos;
- 3 — O título deve ser conciso, específico e descritivo, registrando as palavras-chave que representem o conteúdo do artigo;
- 4 — Os artigos devem ser acompanhados de um resumo informativo, de modo a expressar seus pontos relevantes, datilografados em espaço duplo e folha separada, em português e inglês, contendo, aproximadamente, 200 palavras;
- 5 — As notas explicativas devem ser numeradas numa seqüência única e datilografadas em folhas separadas, com indicação dos números respectivos;
- 6 — As tabelas, inseridas nos textos, devem ser apresentadas em folhas separadas e precedidas de títulos que permitam perfeita identificação dos dados, com registro dos correspondentes números de ordem, nos locais de inserção;
- 7 — No caso de listagens e tabelas extensas, e de outros elementos de suporte, podem ser empregados apêndices;
- 8 — As fórmulas matemáticas devem ser apresentadas com clareza, para evitar problemas de interpretação;
- 9 — Não devem ser utilizadas reproduções de ilustrações elaboradas através do sistema "plotter";
- 10 — As fotografias devem ser nítidas, em preto e branco, contrasta-

das, de preferência em tamanho 6×9 cm, nunca superior a 12×18 cm; os gráficos desenhados ou vegetal: os dados e dizeres que acompanham os desenhos, em letra de forma; as legendas das ilustrações, datilografadas em folhas separadas e numeradas de dois a nanquim, em papel branco acordo com a figura respectiva, com indicação no texto, pelo número de ordem, dos locais de inserção das figuras e, ainda, menção da fonte e permissão para reprodução, quando já houverem sido publicadas;

- 11 — O formato de impressão máximo de encartes estabelecido para os documentos cartográficos da RBG é de 50×55 cm. Sempre que haja redução ou ampliação do documento cartográfico original, deverá constar deste apenas a escala gráfica.

O desenho original deve ser feito em material estável. No caso de documentação cartográfica de precisão ou, quando a densidade de informações contidas num mapa ou cartograma dificulte a sua leitura, será excepcionalmente permitida a impressão em cores. Em caso contrário, os valores cor serão substituídos por hachuras, retículas ou símbolos gráficos compatíveis com a escala.

Os documentos cartográficos devem ser precedidos de títulos que permitam perfeita identificação e em suas legendas devem constar: classificação, nomes ou siglas das Unidades da Federação representadas, ano da publicação, escala, projeção (exceto nos cartogramas) e as convenções cartográficas menos conhecidas.

A documentação cartográfica utilizada, com o nome ou sigla da fonte e outros elementos complementares compatíveis à escala, devem ser descritos de modo sucinto. No caso de mapas e cartogramas deve existir flexibilidade na disposição dos títulos, legendas e outras referências, utilizando-se os espaços vazios oferecidos pelo próprio desenho. Deve ser estabelecida uma graduação de importância, adotando-se dife-

rentes tamanhos de tipos nos dizeres da legenda.

A moldura, em torno do desenho de um mapa ou cartograma, deve garantir uma margem no papel. Para as cartas pertencentes ao mapeamento sistemático, devem ser obedecidas as normas e especificações inerentes a cada carta, de acordo com a escala e classificação (contatar com o órgão responsável por esse mapeamento ou com a Comissão de Cartografia). As cartas, mapas ou cartogramas, inseridos ou anexados, devem ser referenciados no texto por um número de ordem correspondente.

As legendas e outras referências devem estar destacadas do desenho e afastadas das margens. No caso de cartas do mapeamento sistemático, ver as normas e especificações de cada tipo de escala. É aconselhável que para a elaboração de uma base precisa sejam utilizados os documentos cartográficos realizados pelo IBGE ou por outros órgãos integrantes do Sistema Cartográfico Nacional;

- 12 — As citações bibliográficas no texto devem ser feitas de acordo com o Projeto ABNT 14.01.01.005 — Apresentação de citações em documentos;
- 13 — As referências bibliográficas devem ser numeradas em seqüência única e apresentadas em folhas separadas com indicação dos números respectivos. Devem ser redigidas segundo a norma brasileira respectiva (ABNT — NBR — 6023 Referências Bibliográficas), contendo indicação por extenso dos títulos dos periódicos, quando se tratarem de referências de artigos. A exatidão e adequação das referências a trabalhos consultados e mencionados no texto são de responsabilidade do autor;
- 14 — Quando houver necessidade de dividir o trabalho em capítulos, seções e partes, esses devem ser numerados, progressivamente, com o objetivo único de orientar o diagramador na aplicação de recursos gráficos que permitam substituir essa numeração, ordenação de títulos e subtítulos.